

KYOKO YANAGIDA NAKAGAWA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS NO JAPÃO
PROVÍNCIAS DE AICHI E SHIZUOKA:

DOUTORADO – SERVIÇO SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2005

KYOKO YANAGIDA NAKAGAWA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS NO JAPÃO
PROVÍNCIAS DE AICHI E SHIZUOKA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Serviço Social, sob a orientação da Profª Dra. Dilséa Adeodata Bonetti.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

2005

COMISSÃO JULGADORA

Kyou mo kureyuku ikokuno okade

Tomoyo tsurakaro setsunakaro

Gamanda mattero, arashiga sugirya

Kaeru himo kuru, asa ga kuru

(Música: Masao Koga)¹

A todos que tiveram que sair de suas terras
e sonham em regressar, um dia.

¹ Anoitece novamente em terras estrangeiras,
Amigo, imagino ser sofrido e doloroso
Agüente, espere quando a tempestade passar
Virá o dia que do regresso, amanhecerá.
(tradução minha)

Agradecimentos

À minha orientadora professora Dra. Dilséa Adeodata Bonetti pelo incentivo, acolhida e pronto socorro durante todo o processo de mestrado e doutorado. Ao Dr. Hideyuki Shinkai pela recepção cuidadosa e atenciosa durante a minha estada no Japão.

Aos professores: Dra. Myrian Veras Baptista e Dr. Reimei Yoshioka pelas observações esclarecedoras e enriquecedoras na ocasião do exame de qualificação.

À professora Kazuko Matsumoto pelo fornecimento constante de dados. Aos amigos japoneses, pesquisadores que encontrei pelo caminho, pelo interesse, carinho e pronto atendimento às minhas necessidades.

Às escolas brasileiras no Japão, pela liberdade e acesso às suas dependências e pronto atendimento às minhas solicitações e a todas as crianças e adolescentes que compartilharam comigo suas angústias, seus anseios em depoimentos esclarecedores e emocionantes.

Aos amigos, pesquisadores brasileiros, residentes no Japão: Lílian, Lúcia, Edson e outros, por tornarem a minha estada e o meu trabalho no Japão, viável e prazerosa além de continuamente manter-me informada depois do meu retorno.

Ao Aichi Gakuin Daigaku, ao Serviço Social da PUC/SP que através de professores atenciosos e competentes forneceu um respaldo teórico importante para a minha formação.

À Célia Oi e Katumi que me auxiliaram nas revisões; Guto, Norito e Reiko pelas traduções, Ruy e Carlos pelo pronto atendimento aos meus apelos e ao Anderson pelas figuras digitalizadas.

Ao meu marido Décio, companheiro de 25 anos de caminhada e meus filhos Tânia, Cristiane, Nádia e Eduardo pela paciência e compreensão permitindo-me dedicar ao trabalho a que me propus.

Ao CNPq pela concessão de bolsa, à JICA pela possibilidade de ida ao Japão, sem os quais esse trabalho não seria possível e à SBPN pelas parcerias posteriores.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1: A pesquisa	21
Capítulo 2 : Migrações Internacionais e o movimento <i>dekassegui</i>	32
2.1 – Migrações internacionais e imigração japonesa no Brasil	32
2.2 – Processo de globalização	40
2.3 – O movimento <i>dekassegui</i> para o Japão.....	45
2.4 – Mudanças no perfil dos <i>dekasseguis</i>	58
Capítulo 3: Brasileiros no Japão	61
3.1 – Os estrangeiros no Japão	61
3.1.1 – O sistema de contratação do trabalhador brasileiro	69
3.1.2 – A questão da saúde	74
3.1.3 – Moradia e relacionamentos	77
3.2 – A província de Aichi	85
3.2.1 – A cidade de Nagoya	92
3.2.2 – A cidade de Toyota	94
3.2.2.1 – Homigaoka	96
3.2.2.2 – <i>Homi danti</i>	98
3.2.2.3 – Escolas freqüentadas por brasileiros residentes em <i>Homi.danti</i>	104
A) Escola NECTAR	104
B) Escola Alegria de Saber (EAS).....	107

C) <i>Higashi Homi Shogakkou (Higashi)</i>	109
D) <i>Homi Guria</i> e Curso Sol Nascente	112
3.2.3 – A cidade de Handa	113
A) Colégio Pitágoras Brasil	114
3.3 – A província de Shizuoka	116
3.3.1 – A cidade de Hamamatsu	117
A) O projeto Canarinho	120
B) Colégio Pitágoras Brasil de Hamamatsu	122
Capítulo 4: Caracterização das crianças e adolescentes brasileiros	
no Japão e o sistema de ensino japonês	125
Capítulo 5: O cotidiano e as perspectivas de futuro das crianças e	
adolescentes brasileiros no Japão	169
5.1 – O cotidiano das crianças	169
5.2 – Perspectivas de futuro	201
Considerações Finais	213
Anexos	
Anexo 1: Roteiro de entrevistas com as crianças e adolescentes	225
Anexo 2: Roteiro de entrevistas com professores	228
Anexo 3: Roteiro de entrevistas com a família	230
Anexo 4: Alguns dados do JIA, 2005	232
Referências bibliográficas	235

Lista de Tabelas

01 – Número de estrangeiros no Japão	63
02 – Evolução do número de estrangeiros e seu país de origem	64
03 – Províncias com grande concentração de estrangeiros	64
04 – Cidades japonesas com grande concentração de estrangeiros	65
05 – Crescimento do número de brasileiros no Japão desde 1985	66
06 – População brasileira no Japão em 2004 conforme sexo e faixa etária	66
07 – Brasileiros por província em 2003	67
08 – Estrangeiros na província de Aichi conforme procedência	86
09 – Número de estrangeiros em Aichi desde 1999.....	87
10 – Evolução do número de brasileiros em Aichi	87
11 – Faixa etária dos brasileiros em Aichi	88
12 – Brasileiros em várias cidades na província de Aichi	88
13 – População infanto-juvenil de várias nacionalidades, residindo no Japão	125
14 – Evolução do número de crianças brasileiras por faixa etária	126
15 – Distribuição por faixa etária da população infanto-juvenil brasileira no território japonês	126
16 – Crianças e adolescentes brasileiros na província de Aichi em 2003	128
17 – Crianças e adolescentes brasileiros na província de Shizuoka em 2003	128
18 – Faixa etária dos entrevistados	129

Lista de Gráficos

01 – Crianças e adolescentes conforme sexo	129
02 – Crianças e adolescentes conforme faixa etária	130
03 – Separação temporária com os pais	123
04 – Local de nascimento das crianças e adolescentes brasileiros	134
05 – Idade em que as crianças chegaram ao Japão	135
06 – Tempo de permanência no Japão	135
07 – Número de vezes que retornou ao Brasil	136
08 – Tempo de permanência no Brasil	137
09 – Crianças que freqüenta(ra)m escola japonesa	139
10 – <i>Ijime</i> na escola japonesa	149
11 – Motivos de abandono da escola japonesa	153
12 – Tempo de permanência nas escolas japonesas	155
13 – Escolas que freqüentam	159
14 – Local de residência dos alunos brasileiros	160
15 – Escolas brasileiras x séries freqüentadas	161
16 – Escolas japonesas x séries freqüentadas	162
17 – Interrupções escolares	166
18 – Número de irmãos	171
19 – Descendência japonesa	172
20 – Crianças e adolescentes – geração de japoneses	172
21 – Compreensão da língua japonesa	173
22 – Compreensão da língua japonesa pelos pais	173
23 – Idioma usado em casa	174
24 – Planos da família em relação ao retorno ao Brasil	190

25 – Desejo da criança de retornar ao Brasil	190
26 – Ocupação atual do pai	191
27 – Ocupação atual da mãe	191
28 – Escolaridade do pai	192
29 – Escolaridade da mãe	192
30 – Identidade percebida pelas crianças	193
31 – Experiências de discriminação	197

Lista de Figuras

01 – Mapa do Japão	62
02 – Anúncios de empregos nos classificados do Jornal <i>Nippo Brasil</i>	68
03 – <i>Sanaruko danti</i> em Hamamatsu	78
04 – <i>Homi danti</i> em Toyota	78
05 – Fachada de um Jusco	83
06 – Localização das cidades na província de Aichi	86
07 – Localização da cidade de Nagoya	93
08 – Localização da cidade de Toyota	94
09 – Homigaoka dentro da província de Aichi	97
10 – Entrada do condomínio de <i>Homi danti</i>	99
11 – Mapa simplificado do condomínio de <i>Homi</i>	100
12 – Escola NECTAR	104
13 – Escola Alegria de Saber	107
14 – Escola Primária de Higashi Homi Shogakkou	110
15 – Colégio Pitágoras Brasil de Handa	115
16 – Localização da província de Shizuoka	116
17 – Localização da cidade de Hamamatsu	117
18 – Colégio Pitágoras Brasil de Hamamatsu	123
19 – Linhas de Metrô na cidade de Nagoya	195
20 – Comprando bilhetes nas máquinas automáticas	196

RESUMO

Este trabalho busca analisar as condições em que vivem as crianças e adolescentes brasileiros no Japão, com enfoque no processo de inserção na sociedade japonesa, através de um único canal disponível: a escola japonesa. Retrata também o ambiente em que eles estão imersos, as circunstâncias em que chegam no Japão, as questões familiares e o embate do cotidiano em terras estrangeiras, seja no trabalho, nas escolas, nas ruas e na convivência com os japoneses e outros estrangeiros.

A pesquisa foi realizada nas províncias de Aichi e Shizuoka, mais precisamente nas cidades de Nagoya, Toyota, Handa e Hamamatsu. Foram coletadas 135 entrevistas de crianças e adolescentes brasileiros, conversas com pais, voluntários e professores. Foram ainda realizadas visitas a órgãos oficiais e NPOs (Organizações sem fins lucrativos) japoneses e brasileiros existentes que prestam auxílio aos estrangeiros. A voz dessas crianças e adolescentes, suas aspirações, seus receios, suas perspectivas de futuro e suas dificuldades compõem a essência deste trabalho.

ABSTRACT

This project seeks to analyze the conditions in which Brazilian children and teenagers live in Japan, focusing on the insertion process in the Japanese society through one available channel: The Japanese School. It also depicts the environment in which they are immersed, the circumstances they have arrived in Japan, family issues, and facing everyday life in foreign soil, be it at work, in school, on the streets and living with Japanese and other foreigners

The research was done in the provinces of Aichi and Shizuoka, More exactly in the cities: Nagoya, Toyota, Handa and Hamamatsu. 135 interviews with Brazilian children and teenagers were collected, together with talks with parents and teachers. Visits were done to official offices as well as Brazilian and Japanese NPOs (Non Profit Organizations) which provide assistance to foreigners. The voices of these children and teenagers, their hopes, their fears, their future perspective and their difficulties form the essence of this project.

INTRODUÇÃO

Introdução

A minha inserção no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, onde também defendi minha dissertação de Mestrado, deu-se por dois importantes fatores: o primeiro deles diz respeito à falta que vinha percebendo na minha formação, muito voltada para um trabalho psicanalítico, de consultório, com muito pouco respaldo no aspecto social, de fundamental importância para os projetos que eu estava prestes a realizar. Outro fator foi o encontro com a professora Myriam Veras Baptista, no Simpósio ocorrido em Nara, que me convidou para participar do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Criança e Adolescente, coordenado na ocasião pelas professoras Myriam Veras Baptista e Dilséa Adeodata Bonetti.

O meu envolvimento com o tema surge por volta de 1995, quando comecei a receber, em minha clínica particular, várias crianças *nikkeys*², filhos de *dekasseguis*³ que, ao retornarem do Japão, apresentavam dificuldades na readaptação ao Brasil. Muitas delas estavam descompensadas psiquicamente e apresentavam variados sintomas nessa área, mas a dificuldade mais evidente estava relacionada à reinserção escolar. Como esse tipo de demanda por atendimento foi aumentando, pressupus que a população com tal problemática, sem possibilidades de recorrer a uma clínica particular, poderia ser muito maior.

A partir daí, iniciei idas às escolas públicas e privadas de São Paulo, para verificar, se a minha hipótese apresentava respaldo empírico. Entrevistei profissionais de educação dessas escolas que confirmaram minhas suposições.

² *Nikkey* é uma palavra de origem japonesa que significa ter alguma descendência japonesa (no caso de pessoas, ter um laço sanguíneo), compreende os isseis (primeira geração ou o próprio imigrante), os nisseis (segunda geração), os sanseis (terceira geração), yonseis (quarta geração), os mestiços, etc. A grafia é controvertida, usa-se muito *nikkey* (americanizada em grifo). Embora exista uma “convenção”, dentro da comunidade nipo-brasileira de usar o termo “nikkei”, (sem grifo) na tentativa de “aportuguesar”, opto neste trabalho, usar o termo na sua forma original, em grifo, adicionando s quando me referir no plural; porém, incluo os brasileiros mesmo que sem nenhuma descendência japonesa, mas que compõem ou eram membros da família *nikkey*, como por exemplo, os (ex)cônjuges não *nikkeys*, (ex)casados com *nikkeys*.

³ O termo *dekassegui* foi usado originalmente para designar os migrantes japoneses que viviam e trabalhavam nas regiões agrícolas situadas ao norte e ao sul do Japão, e que, nos períodos de entressafras (inverno), saíam de suas terras em busca de trabalho nas regiões mais centrais e industrializadas como Tokyo e Osaka. Na comunidade *nikkey*, essa palavra tem sido usada para designar as pessoas que saem do Brasil para trabalhar em outros países, principalmente para o Japão. No Japão, atualmente, é usado para designar todos aqueles que saem de suas terras em busca de trabalho. Embora no dicionário “Aurélio” de língua portuguesa já conste a palavra “decasségui” para designar os descendentes de japoneses que vão trabalhar no Japão; usarei a palavra na sua forma original, em grifo, acrescentando-se s quando me referir no plural para não restringir o sentido da palavra apenas aos descendentes de japoneses.

Passei, então, a pensar em realizar um projeto de intervenção gratuita para as crianças que apresentavam esse perfil.

Com a ajuda de alguns profissionais, amigos, que concordaram em trabalhar voluntariamente, desenvolvemos um projeto que denominamos de *Kaeru*⁴, voltado para o atendimento dessas crianças, com o objetivo de ajudar na sua (re)adaptação ao Brasil, focando principalmente as diferenças culturais.

Observando as dificuldades dessas crianças retornadas, despertou-me também a necessidade de conhecer como essas crianças viviam e se socializavam na sociedade japonesa, principalmente nas escolas japonesas. Em razão disto, em maio de 1997, voluntariamente, estive no Japão para um trabalho de sondagem nas cidades de Oizumi e Ota na província de Gunma.

Em agosto de 1997, nós, integrantes da clínica particular “SUNRISE”, em parceria com o *Jornal Tudo Bem*⁵, promovemos um seminário, no Instituto “Sedes Sapientiae” dirigido a profissionais de diversas áreas, atuantes no Brasil e no Japão, para trocar idéias a respeito desse movimento. Em novembro de 1997, a Universidade de Tenri, em Nara, Japão, também sediou um simpósio voltado para discutir a adaptação e a educação das crianças brasileiras naquele país, coordenado pelo professor Reimei Yoshioka, na ocasião, professor daquela universidade. Nesse simpósio, apresentei a experiência do projeto *Kaeru*, (amplamente divulgado pela imprensa *nikkey* e japonesa), como também, a sondagem que realizei em maio de 1997, envolvendo as crianças brasileiras que estavam morando no Japão.

Nesse intervalo, uma escola da Zona Sul de São Paulo, sabedora do tema tratado no seminário ocorrido no Sedes, trouxe um pedido de ajuda para alguns de seus alunos, cujos pais estavam trabalhando no Japão e cujos professores estavam preocupados quanto à forma de lidar com essas crianças. Na tentativa de prestar auxílio à escola, procuramos conhecer essa população geradora de angústias. As informações e queixas que os professores me passavam sobre as crianças, aliadas à observação que fui desenvolvendo nos grupos, possibilitou-me detectar que várias

⁴ *Kaeru* uma palavra japonesa que significa “mudar”, “voltar” e, também, sapo que dá a idéia de metamorfose entre a dupla forma de vida, aquática e terrestre.

⁵ Este jornal circula apenas no Japão, mas a editora é a mesma da revista *Made in Japan* que circula no Brasil.

dessas crianças se isolavam das demais, e uma parte delas apresentava sinais de agressividade e baixo rendimento escolar.

Assim, meu interesse voltou-se, na época, para o desenvolvimento de um trabalho de intervenção com esse grupo mobilizado pela demanda apresentada. Com o projeto montado, apresentei-o à “Sociedade de Consultores”⁶.

Com a Sociedade de Consultores apoiando o projeto, os diretores dessa entidade foram buscar patrocínio para esse trabalho já que a experiência com voluntários mostrou a necessidade desse trabalho, ser desenvolvido por profissionais especializados, a ser executado a longo prazo e, ao mesmo tempo, possibilitar atendimento gratuito às crianças e familiares. Na época, duas grandes empresas japonesas decidiram patrocinar o projeto: *Honda Motors do Brasil* e *Fuji Films*. Assim, iniciamos um trabalho piloto de intervenção nessa escola, através de uma equipe multidisciplinar, que se intitulou “Projeto Sociedade das Crianças”. Esse trabalho foi conduzido por quatro anos, até 2000, também em outras escolas no município de São Paulo, por uma equipe de nove profissionais contratados pela Sociedade de Consultores, incluindo-me como coordenadora da equipe.

Depois de uma pausa na questão das crianças que ficaram no Brasil sem um dos pais ou ambos, tema trabalhado exaustivamente na minha dissertação de mestrado, voltei novamente a minha atenção às crianças que estão morando no Japão, mobilizada pelas dificuldades que vêm se agravando a cada dia, principalmente no que se refere à educação.

Embora essa pesquisa trate de um aspecto diferente do que foi tralhado na minha dissertação de mestrado, não deixa de considerar as mesmas questões, já que estou refletindo sobre a questão das crianças que estão envolvidas nesse movimento de migração de trabalhadores brasileiros para o Japão.

Imersa e atuando nessa questão há vários anos, tenho sido procurada por pesquisadores e voluntários japoneses, *nikkeys* atuantes na área e jornalistas. O contato com pessoas, principalmente vindas de cidades de grande concentração de brasileiros no Japão, possibilita a troca de idéias e a reflexão sobre uma complexa questão: o grande número de crianças e adolescentes brasileiros no Japão que

⁶ “Sociedade de Consultores” é uma organização sem fins lucrativos, da qual faço parte, formada por profissionais liberais (administradores, médicos, arquitetos, dentistas, psicólogos, jornalistas) que se dedicam a causas sociais.

estão sem ocupação, sem freqüentar escolas, sem trabalhar e envolvidos em gangues e pequenos delitos⁷. Essas e outras questões tomaram impulso para trabalhos de intervenção, após constar na Declaração de São Paulo e Londrina, principal documento do Simpósio Internacional realizado pelo Instituto de Direito Comparado em São Paulo em 2002, sob a coordenação geral do Dr. Kazuo Watanabe. Esse documento, assim como a Declaração de Hamamatsu⁸ foram publicados, em uma brochura conjunta em 2004.

Várias prefeituras japonesas vêm desenvolvendo projetos de intervenção relacionados à educação de crianças e adolescentes brasileiros, pois acreditam que a dificuldade de inserção nas escolas japonesas seria uma das causas dos vários problemas que vêm enfrentando com os brasileiros. Como os brasileiros, principalmente os que vivem nessas cidades, demonstram ser mais resistentes às iniciativas japonesas (resistentes até mesmo às brasileiras) e moram em “guetos” (segundo o professor Kitagawa)⁹, encontram muitas dificuldades para abordá-los. À medida que as dificuldades vão se agravando, aumentam as tentativas de intervenção. Embora algumas delas sejam conduzidas por pessoas competentes, as dificuldades persistem e até mesmo se agravam, denunciando a necessidade de se pensar em mudanças na forma de intervenção. Apesar do movimento *dekasegui* completar vinte anos e constatarmos a existência de trabalhos na tentativa de solucionar ou minimizar as graves conseqüências, tanto por parte dos japoneses quanto dos brasileiros, pouco progresso tem sido observado, para angústia e desespero, não apenas dos profissionais e voluntários envolvidos, mas também e, principalmente, dos próprios brasileiros.

Esse intercâmbio com pesquisadores e acadêmicos japoneses, as minhas sondagens anteriores realizadas no Japão e o contato com crianças que retornavam com dificuldades, aguçaram minha preocupação e curiosidade de saber como se dá a inserção das crianças brasileiras na sociedade japonesa. É sobre essa questão que versa este trabalho, no qual busquei conhecer como essa população infanto-juvenil transpõe a dificuldade com o idioma, assim como as várias outras diferenças culturais; especialmente no que se refere à sua inserção nas escolas japonesas e/ou

⁷ A tese de doutorado de Laura Keiko Okamura, de 2002, Serviço Social – PUC/SP tem como tema principal, essa questão dos adolescentes brasileiros em conflito com a lei no Japão.

⁸ Num encontro *Shujyutoshikaigi* de 2001, surgiu a Declaração de Hamamatsu, que será explicitado melhor na nota 12 (de rodapé).

⁹ Professor e pesquisador Toyoe Kitagawa, falecido em 1999, foi professor convidado na USP.

brasileiras, conhecer o dia-a-dia dessas crianças e adolescentes brasileiros que estão morando no Japão, como ocupam seu tempo como se dá o acompanhamento dos pais em relação à escolaridade e a socialização.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. No primeiro deles relato a pesquisa e as dinâmicas desenvolvidas no processo metodológico. No segundo, trato do contexto sócio-econômico em que ocorre o movimento *dekassegui* dentro das migrações internacionais. No terceiro, relato o cotidiano dos *dekasseguis*, sua vida no Japão e a caracterização dos locais visitados nesta pesquisa, assim como os projetos existentes nesses locais. No quarto, trato da realidade das crianças e adolescentes brasileiros que estão residindo no Japão, onde analiso os depoimentos de crianças, adolescentes, professores, voluntários e pais. No quinto, descorro sobre as perspectivas de futuro da população infanto-juvenil estudada a partir do cotidiano de suas vidas no Japão. Por último, apresento as considerações finais, onde teço algumas reflexões sobre o que foi tratado neste trabalho; mais dúvidas e incertezas do que respostas ou propostas de soluções e alguns projetos de intervenção em andamento e seus desdobramentos.

CAPÍTULO 1 – A pesquisa

Capítulo 1: A pesquisa

O desejo de coletar dados no Japão, a necessidade de conhecer a realidade dos brasileiros que lá vivem, levou-me a buscar algum apoio para viabilizar a minha ida àquele país. Várias bolsas concedidas pelos órgãos públicos japoneses no Brasil contemplam apenas os de nacionalidade brasileira; a única instituição que permite a concorrência de uma pessoa de nacionalidade japonesa, o meu caso, era a JICA¹⁰. Destaco aqui, também, outro apoio substancial: a bolsa de estudos que o CNPq concedeu durante a minha trajetória de doutorado, sem os quais, esse trabalho não seria possível.

Um dos pré-requisitos exigidos pela JICA foi o de ter um professor, titular de uma universidade japonesa, que se responsabilizasse pela minha pesquisa no Japão e concordasse em ser meu orientador durante esse período. O professor Hideyuki Shinkai, aposentado da Universidade de Nagoya, que já visitou o Brasil, ocasião em que o conheci, concordou prontamente em me receber. Além de ser uma pessoa atenciosa, é um acadêmico reconhecido na área da educação de estrangeiros e encontrava-se lecionando na Universidade Aichi Gakuin Daigaku, para onde fui. Ele, gentilmente, tomou todas as providências, não apenas em relação à pesquisa, mas também para que minha estada no Japão fosse a mais tranquila e produtiva possível.

Um processo seletivo lento, com os trâmites de toda a documentação requerida enviada ao Japão, fez com que a confirmação do apoio da JICA se desse apenas um mês antes da partida.

Apostando num resultado positivo, divulguei na imprensa brasileira no Japão o meu interesse em pesquisar a questão das crianças e adolescentes brasileiros que lá se encontravam, propondo-me a prestar alguma colaboração, se necessária, aos brasileiros ali residentes. Sabia da existência de alguns poucos profissionais da minha área no Japão, país em que a figura do psicólogo ainda é controversa e não reconhecida. Os poucos psicólogos brasileiros ali presentes não atuam e nem

¹⁰ JICA – Japan International Cooperation Agency. Agência de Cooperação Internacional do Japão, vinculada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

possuem permissão para atuar profissionalmente. Por outro lado, a figura do assistente social bem mais aceita pelos japoneses, ampliou as minhas possibilidades de aceitação pelo fato de estar cursando o doutorado em Serviço Social. Divulgado isso, rapidamente, algumas pessoas ligadas a instituições mostraram interesse em me receber para trocar idéias, enquanto disponibilizariam crianças e adolescentes para as entrevistas. A minha estada no Japão foi de três meses, de 01 de setembro a 30 de novembro de 2003.

Chegando ao Japão, contactei pessoas vinculadas a NPOs¹¹, ligadas a órgãos governamentais ou não, principalmente aquelas que prestam assistência a estrangeiros, mais especificamente aos brasileiros e às crianças que não freqüentam escolas, aquelas que já tinham mantido contacto comigo quando visitaram o Brasil e continuavam mantendo através de e-mails.

Procurei também as Secretarias de Educação das cidades, bem como com as escolas brasileiras. Pude ter contatos intensos com profissionais ligados à imprensa brasileira no Japão (jornais e revistas), jornalistas japoneses, voluntários brasileiros e japoneses, professores especialistas em Educação e Estudos Multiculturais e Transculturais das Universidades na província de Aichi como: Nagoya Shiritsu Daigaku, Aichi Kenritsu Daigaku e Universidade de Nagoya, que mostraram interesse no meu trabalho alegando que, sendo eu “nativa” (vivendo no mesmo país das crianças e falando o seu idioma), poderia obter dados que dificilmente os pesquisadores japoneses, com necessidade de recorrer aos intérpretes, conseguiriam.

Eu já havia constatado, na época em que fui fazer uma pesquisa em Oizumi, que os brasileiros tinham respostas diferenciadas conforme a nacionalidade do pesquisador, para a mesma pergunta formulada.

Um aspecto levantado por muitos brasileiros e japoneses era de que os *nikkeys* brasileiros no Japão eram diferentes dos *nikkeys* residentes em São Paulo. De fato, logo no início, pude perceber diferenças nos contatos, nas reações, nas falas, diferenças essas que talvez sejam decorrentes da sua longa permanência no Japão. Ao mesmo tempo, o fato de eles estarem sendo requisitados, para pesquisas, freqüentemente, fazia com que a maioria demonstrasse resistência em

¹¹ Non Profit Organizations – Organizações sem fins lucrativos.

colaborar. A diretora de uma escola comentou: “eles vêm, fazem perguntas, tiram tudo e não devolvem nada, as crianças não são bichos raros de um zoológico”. Assim, a queixa freqüente dos brasileiros residentes no Japão é de que todos vêm para sugar, enxergam as dificuldades como se fossem estranhas e alheias a eles e não ajudam em nada. Por outro lado, os pesquisadores japoneses, já tendo entrevistados brasileiros, receosos de que eu não conseguisse o número mínimo de entrevistas (imaginavam algo em torno de trinta a quarenta entrevistas), aconselhavam-me a ir buscar os sujeitos, munida de alguma coisa sedutora como: doces, balas para as crianças. A sensação de que isso só viria reafirmar a queixa dos brasileiros de serem tratados como figuras despossuídas, rejeitei os conselhos e fui com a disposição de trocar informações com eles.

Graças à permissão da Secretaria de Educação de Toyota, após negociações e acordos, pude visitar uma escola japonesa localizada nos arredores de *Homi danti* (conjunto habitacional que será explanado no capítulo 3), assim como ter acesso a algumas crianças dessa escola. Devido a várias dificuldades de várias ordens, não foi possível o acesso a outras escolas japonesas.

Algumas crianças que freqüentavam essa escola japonesa, assistiam também aulas de português numa escola dentro de *Homi danti*. Já tendo conversado comigo nessa escola, não foram requisitados para entrevista na escola japonesa. A minha presença ali parecia perturbá-los de alguma forma, razão pela qual procuravam chamar a atenção, dando um jeito de sair no corredor, espiar a sala em que eu estava fazendo entrevistas com outras crianças, mesmo sendo repreendidos.

Nas escolas brasileiras, o trânsito foi bastante facilitado pelo conhecimento que tinham dos meus artigos e entrevistas, inclusive das entrevistas das programações de TV a cabo que assistem (apenas um canal brasileiro). Isso fez com que eu não precisasse buscar crianças e adolescentes que quisessem “conversar” comigo. Todas as escolas brasileiras foram muito receptivas, dando livre trânsito e liberdade de permanecer nas salas da diretoria, permitindo a retirada de crianças de suas salas de aula, que se dispusessem ou quisessem conversar. As crianças colaboraram, formando filas ordenadamente, esperando pacientemente a sua vez.

Com relação à entrevista com familiares, houve dificuldades, pois estes se encontravam trabalhando muitas horas diariamente e com compromissos certos nos finais de semana. Mesmo assim, algumas mães e pais me procuraram espontaneamente, outros, quando souberam da minha presença na cidade, vieram procurar-me para falar deles próprios, não necessariamente para dar informações sobre os filhos. Outros familiares foram entrevistados enquanto tomavam sol ou nos grupos de mães, local onde algumas mulheres se reúnem periodicamente. Mantive contato e realizei entrevistas com outras famílias, leitores de algum artigo escrito por mim e que já haviam me contactado anteriormente por e-mail.

Pesquisadores brasileiros residentes no Japão há anos, brasileiros residentes no país que dão assistência a outros brasileiros, jornalistas, voluntários, universitários, todos colaboraram para que eu não enfrentasse dificuldades de conduzir a pesquisa. Assim, a presente pesquisa é resultado de: observações nas escolas, entrevistas semi-estruturadas, conversas de corredor, leituras, confidências, etc. Tinha sempre em mãos, um caderno de anotações e um gravador, anotando as observações, comentários, falas, mas também as minhas reflexões, os quais, no final do dia, transcrevia no diário de pesquisa. Talvez, o fato de me reconhecerem como psicóloga tenha contribuído para que falassem com mais facilidade, embora, num primeiro contato, alguns se colocassem um pouco receosos.

Procurei desenvolver a pesquisa em mais de uma cidade japonesa, aquelas consideradas como sendo as que possuem grande concentração de brasileiros como: Hamamatsu (província de Shizuoka), Toyota e Handa (província de Aichi). A base foi sediada na cidade de Nagoya onde se encontrava o professor Shinkai, meu responsável e orientador no Japão.

A faixa etária das crianças e adolescentes foi definida, levando-se em conta as experiências anteriores quando se observou que os menores de 10 anos apresentavam dificuldades de falar sobre a sua história, coordenar a ordem seqüencial de suas lembranças e apresentar a sua versão sobre diversos aspectos de sua vida pessoal e social.

Estabeleci, como meta, coletar o maior número de entrevistas possível, desde que pudesse, de fato, ouvir o que tinham para me contar e, se possível, responder à demanda dos entrevistados. O universo da pesquisa foi constituído por 135 crianças

e adolescentes brasileiros residentes no Japão, na faixa etária de 10 a 19 anos, (da 5ª série até o 3º ano do ensino médio), freqüentadores de instituições de ensino oficial e classes especiais. Acrescentaram-se, entrevistas com professores, pais, coordenadores, diretores, educadores de grupos específicos e as conversas citadas anteriormente.

A maioria das crianças e adolescentes freqüentava escolas brasileiras, sendo todas privadas; outras freqüentam escolas públicas japonesas. Outra parte dessa população infanto-juvenil freqüenta, ainda, as várias classes especiais do Projeto Canarinho e do Grupo Torcida, mantidas pelas prefeituras locais, para dar assistência às crianças com dificuldades nas escolas japonesas, ministrando aulas de língua japonesa e aulas de reforço de diversas disciplinas, como também aulas para as crianças que não freqüentam escolas oficiais. Os grupos “Torcida” (dissidente do grupo *Homi Guria* mantido pelo TIA¹²) e o “Canarinho”, projeto piloto, atualmente mantido pela prefeitura de Hamamatsu, serão melhor explicitados mais adiante.

Todas as entrevistas foram feitas com o uso do gravador, com um roteiro básico, mas bastante livre, principalmente porque as crianças queriam “falar”. Alguns faziam questão de conversar a sós, outros alegando “vergonha”, ou com argumentos como: “nunca falei com psicólogo antes”, ou “não sei o que falar, mas você me ajuda”, vieram em pares ou até em um grupinho maior.

A maioria das entrevistas foi feita em salas fechadas, uma delas até bastante “persecutória” para algumas crianças. Em uma das escolas em cuja sala do diretor havia vários monitores com circuito interno de TV, fazia com que algumas crianças temessem estar sendo ouvidas, mesmo após a explicação de que poderíamos ver o movimento de toda a escola, mas não seríamos vistas nem ouvidas. Algumas poucas entrevistas foram feitas em pátios, parques e corredores e centros de convivência das cidades.

As entrevistas, em que algumas perguntas do roteiro não foram contempladas, foram eliminadas. Outras, de crianças pequenas, que me foram trazidas para entrevista por professores, em virtude de apresentar dificuldades também não foram computadas.

¹² TIA – Toyota International Association ou Toyota Kokusai Koryu Kyoukai.

Tive a oportunidade de acompanhar várias crianças e adolescentes entrevistados por dias seguidos, já que eu freqüentava diariamente as escolas em que estavam estudando, almoçando juntos, criando assim, possibilidades de “brincadeiras” mútuas, criar um clima de maior intimidade e até mesmo compreender melhor alguns aspectos observados, nessas ocasiões. Em Hamamatsu, tive a oportunidade de fazer longos trajetos, passando por várias cidades, com as crianças em uma perua van que servia de transporte da escola para a casa delas, brincar em parque, fazer piquenique. Os momentos de despedida foram marcantes. Embora soubessem, desde o princípio, que a minha estada seria por pouco tempo, algumas crianças choraram, outras me presentearam com a promessa de um dia voltarmos a nos encontrar. Elas me supriram com muitas falas emocionadas, gritos sufocados, dores solitárias, material esse que tomei como desafio de transmitir da forma mais fidedigna possível no intuito de poder ser uma espécie de “porta-voz” delas.

No primeiro mês, na universidade Aichi Gakuin Daigaku, freqüentei as aulas sobre o sistema educacional japonês, pesquisei os trabalhos acadêmicos e de intervenção japoneses existentes na área de educação de brasileiros e outros estrangeiros. Foram-me propiciadas visitas monitoradas a várias localidades próximas onde alguns trabalhos estavam sendo desenvolvidos, oportunidades essas que me possibilitaram manter contato com os brasileiros na região. Também foi-me concedida a oportunidade de participar do encontro “Kaigai Nikkeijin Taikai”, ocasião em que líderes, descendentes de japoneses, residentes em vários países do mundo, se reúnem, anualmente, num encontro promovido pelo Kaigai Nikkeijin Kyokai, do Ministério das Relações Exteriores. Nessa oportunidade, o presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa de São Paulo, entidade da qual faço parte no seu quadro de diretoria, solicitou uma atenção especial à questão da educação de crianças brasileiras naquele país.

A escassez de material bibliográfico, principalmente em relação às crianças e a falta de trabalhos com uma perspectiva brasileira, já que as inúmeras pesquisas japonesas sobre essa questão versam dentro da perspectiva e valores japoneses, denunciam a necessidade de aprofundar os conhecimentos, intensificar a troca de informações, assim como a urgência de, conjuntamente, desenvolver trabalhos de intervenção que realmente possam oferecer alternativas de superação.

Após dispender certo tempo para a pesquisa bibliográfica e participar de alguns seminários e simpósios, entrei na fase de coleta de dados propriamente dita. Escolhi a cidade de Toyota, mais especificamente os arredores de *Homi Danti* após constatar que em outras localidades, certos pesquisadores não ficariam “muito satisfeitos” com a minha presença, pois, desde o início, colocaram alguns empecilhos para a coleta de dados nesses locais. Sem intenção nenhuma de confronto, nem com os japoneses nem com os brasileiros, preferi um local onde a minha entrada fosse bem-vinda e pudesse, de alguma forma, ser útil.

Durante a minha permanência no Japão, coincidentemente, alguns meios de comunicação como um canal de TV a cabo para brasileiros, transmitiu entrevistas feitas comigo; revistas e jornais anunciavam a minha estada na cidade, o que ajudou muito a realização da pesquisa. Acabou, inclusive, despertando o interesse da imprensa japonesa local, principalmente depois da minha participação no encontro *Shujyutoshikaigi*¹³.

Assim, como muitas crianças da região, freqüentei diariamente o condomínio de *Homi*, durante algumas semanas, abordando pessoas que transitavam o local como também, visitando algumas instituições existentes ali dentro, como Centro Latino Americano e a Escola NECTAR. Nos arredores da estação de trem mais próxima de *Homi*, a estação Josui, funciona a Escola Alegria de Saber, unidade Toyota, local que freqüentei também diariamente durante algumas semanas.

Um professor da Escola NECTAR, docente também do Colégio Pitágoras, localizado na cidade de Handa, prontamente se colocou à disposição para mostrar-me e disponibilizar esta outra escola para entrevistas, tornando-se, assim, minha porta de entrada. Assim, ao final da minha estada na província de Aichi, passei alguns dias freqüentando ainda o colégio de Handa.

O que facilitou o meu trânsito, nos órgãos oficiais e até mesmo o acesso a dados não divulgados em posse da prefeitura e da Secretaria da Educação, foi o fato de ter sido convidada para participar do encontro *Shujyutoshikaigi* ocorrido em novembro daquele ano, na cidade de Toyota com a presença de alguns prefeitos e, como sempre, de um representante da comunidade estrangeira, no caso brasileira.

¹³ *Shujyutoshikaigi* é o encontro de prefeitos e representantes das cidades com grandes concentrações de estrangeiros que ocorre anualmente. São 15 cidades (eram 13) que elaboraram conjuntamente a Declaração de Hamamatsu, em 2001. Atualmente se fala em 30 cidades.

Em anos anteriores, outros brasileiros como a Dra. Lili Kawamura e Dr. Masato Ninomiya participaram e, eu seria a representante da comunidade brasileira naquele ano. Assim, no sistema de “uma mão lava a outra”, foram disponibilizados dados, concessões especiais de pesquisa em fontes secundárias.

Após participar do encontro mencionado, que reuniu mais de 600 pessoas entre brasileiros e japoneses, vindos de diversas províncias do país, pessoas essas que tinham algum vínculo com a questão dos *dekasseguis*, desloquei-me para a província de Shizuoka, mais especificamente na cidade de Hamamatsu, a convite da coordenadora, atualmente afastada, do projeto “Canarinho”, onde me instalei.

Em Hamamatsu, com pouco tempo restando do período de minha estada no Japão, visitei uma outra unidade do Colégio Pitágoras e as unidades do Projeto Canarinho no total de quatro, ouvindo as crianças, pais, responsáveis, professores e proferindo palestras no intuito de fornecer informações e “dicas” para lidar com as diversas situações que ali se apresentavam.

A grande dificuldade foi a de dar encaminhamentos profissionais adequados já que a grande maioria dos brasileiros não fala japonês e as cidades não dispõem de profissionais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos brasileiros.

Convidada a proferir palestras para brasileiros e japoneses, em três meses, contabilizei treze delas, desde universidades a cursos médios, voluntários, pais, alunos e professores. Para a minha surpresa, muitos não tinham conhecimentos sobre o Brasil, incluindo aqueles que já estiveram aqui, mas com visitas rápidas a São Paulo e Rio de Janeiro, razão pela qual, resolvi começar todas as palestras com um mapa do Brasil em mãos. Falava sobre o país, a imigração japonesa e movimento *dekassegui*.

Muitos jovens japoneses não sabiam nem mesmo que, nos séculos XIX e XX, houve uma emigração maciça de seus compatriotas e, conseqüentemente, a existência de *nikkeys* com fisionomia semelhante a deles, mas desconhecendo o idioma japonês em vários países do mundo. Ao mesmo tempo, o fato de a maioria dos brasileiros não possuir traços japoneses – e foram muitos que encontrei pelo caminho – muitos pardos ou loiros, completamente miscigenados, levava muitos japoneses a pensar que estes eram brasileiros “puros”, sem nenhuma descendência

japonesa. Muitos japoneses desconheciam e sequer imaginavam as dificuldades dos brasileiros em seu país.

Pude perceber que trabalhar com jovens era mais gratificante do que com adultos, que têm valores e preconceitos já estabelecidos. Certa vez, fui convidada por uma escola de ensino médio japonês em Nagoya, para falar sobre idioma e cultura. Juntaram algumas classes num auditório e iniciei a minha palestra falando em português a pedido do professor. No início, todos estavam simplesmente atônitos, olhando para mim; alguns segundos depois começaram a conversar entre si, alguns segundos mais e começaram a surgir algumas “risadinhas nervosas”... Comecei então, a falar em japonês e comentei a minha percepção sobre a reação deles, de como era difícil ficar, mesmo que por alguns minutos, ouvindo um idioma completamente desconhecido e que muitas crianças e adolescentes estrangeiros são obrigados a passar por essa situação por horas, dias, meses e até anos, sem terem a quem recorrer, sem um colega ao seu lado; e se apresentassem qualquer comportamento de desagrado ou de fadiga, eram considerados indisciplinados e devidamente “corrigidos”.

O *feed back* apresentado pelos alunos foi muito interessante: alguns manifestaram seus arrependimentos por não terem dado devida atenção a um colega estrangeiro na classe, de não ter oferecido nenhuma ajuda; outros se mostraram assustados por não terem percebido antes as dificuldades dos brasileiros e outros estrangeiros; outros ainda prometeram, doravante, tentar se aproximar dos estrangeiros para que não se sintam tão solitários ...

Em alguns finais de semana, desloquei-me para outras províncias onde não pude realizar entrevistas com crianças e adolescentes, mas somente com voluntários e coordenadores de projetos. Tive a oportunidade de visitar a Comunidade Brasileira de Kansai em Kobe, entidade que reúne várias crianças brasileiras para o ensino curricular brasileiro. Essa entidade funciona num antigo imóvel que foi hospedaria para os japoneses que migraram para o Brasil, local onde ficavam a espera do navio que partia do porto de Kobe. Hoje, no térreo, funciona também um pequeno Museu de Emigração. Pude ainda trocar idéias com voluntários em Nara, Kyoto e Yokohama.

Após o meu retorno ao Brasil, todas as entrevistas foram transcritas e alguns itens contemplados pelo roteiro básico foram tabulados. Meus dados estão, constantemente, sendo atualizados pelas pessoas que conheci ou que já conhecia, mas que pudemos nos aproximar mais, através de e-mails vindos da terra do sol nascente. Meu maior receio é de não conseguir transmitir nos próximos capítulos todo o material que me foi confiado pelas crianças e adolescentes para cumprir a tarefa a que me propus: ser “porta-voz” dos seus anseios, dificuldades, temores...

Sendo esse movimento extremamente dinâmico, presenciamos a cada momento constantes mudanças. Assim, na medida do possível, as modificações e transformações a que tenho notícias foram incorporadas nesse trabalho, atualizando os dados sempre que possível, até agosto de 2005, ocasião de entrega dessa tese.

Os dados do JIA de 2005, disponíveis no site hoje, não são completos. Assim, nesse trabalho, em alguns aspectos, ainda constam dados do ano anterior.

**CAPÍTULO 2 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E OMOVIMENTO
DEKASSEGUI**

Capítulo 2: Migrações Internacionais e o movimento *dekassegui*

2.1 – Migrações internacionais e imigração japonesa no Brasil

Desde o aparecimento da humanidade, os povos migram movidos por diversas razões como: desbravamento, descobrimento e conquista de novos territórios, curiosidade, situações políticas, econômicas e sociais. Assim, pequenos ou grandes contingentes migram influenciando a evolução histórica do gênero humano.

Emigrações européias para o Novo Continente iniciaram-se com sua descoberta por Colombo em 1492. Há um incremento dessa emigração no século XVII quando a Inglaterra começou o seu processo de colonização, assim como os franceses e os holandeses. Portugal e Espanha mantinham as terras descobertas fechadas para outros povos, até mesmo para os seus patrícios, que não tinham a liberdade de emigrar para as próprias colônias. Do continente africano um contingente de milhões de pessoas vieram para o Novo Continente pela necessidade da mão-de-obra escrava nas Américas, o que perdurou por cerca de quatro séculos (XVI a XIX inclusive) (Cf. Tajiri e Yamashiro, 1992).

A emigração de europeus no século XIX, teve como causa fatores econômicos e sociais, como, por exemplo, a mudança ocorrida na cultura popular, mesmo da população mais pobre, que sonhava com a liberdade e igualdade após a Revolução Francesa e com a queda das monarquias absolutistas. A Inglaterra, após a Revolução Industrial, passando da economia mercantilista para a de livre comércio, estimulou as emigrações, até então coibidas. Esses fatores, acrescidos às questões demográficas geradas pelo aumento acentuado da população, estimularam as emigrações européias. Naturalmente, o desenvolvimento dos meios de transporte também veio corroborar com essa mobilidade (na época, navegação a vapor e estradas de ferro e, muito mais tarde, transportes aéreos).

A independência norte-americana (1776) foi também fator de incremento da emigração. Em seguida, vários outros países americanos foram se tornando independentes de sua metrópole e, no início de século XIX, quase todos os países

do Novo Continente tinham proclamado sua independência e abertas suas portas para os imigrantes. Mesmo os países ainda não-independentes receberam imigrantes “a fim de povoar, explorar e desenvolver seus territórios” (Tajiri e Yamashiro, 1992:17). Segundo esses autores, a política democrática adotada pelos Estados Unidos: “do povo, pelo povo e para o povo” atraiu mais intensamente os povos europeus para suas terras, que sonhavam em livrar-se de regimes absolutistas submetidos até então. A corrida do ouro na Califórnia (1850), a abolição da escravatura (1863) e a política de oferta de terras durante a Guerra de Secessão (1861-1865) atraíram ainda mais o interesse dos europeus.

À medida que a abolição da escravatura foi ocorrendo nos países americanos, os europeus, envolvidos nesse comércio intensamente condenado e criticado na Europa, passaram a transportar emigrantes em suas embarcações. A Inglaterra, a Alemanha e, bem mais tarde, a Itália, passaram a ser os maiores fornecedores de emigrantes, embora a unificação italiana tenha ocorrido na mesma época da alemã – 1870 e 1871, respectivamente. Os refugiados após a I e a II Guerras Mundiais aumentaram esse contingente de emigrantes, mostrando que as grandes migrações ocorreram por conta das conjunturas políticas e econômicas, tanto dos países receptores como dos fornecedores.

O Brasil, mesmo antes de sua independência, recebeu imigrantes. Por ocasião da invasão napoleônica, logo que a corte real portuguesa chegou à Bahia, D. João VI decretou a abertura de portos (1808), favorecendo a liberdade de comércio e indústria em todo o território brasileiro. Na época, a população era muito escassa e dispersa em alguns pontos do litoral e, portanto, o país necessitava de um contingente populacional maior para proteger e defender as fronteiras e propiciar o desenvolvimento dessas terras. Isso fez a corte portuguesa adotar a política de estimular a imigração dos próprios portugueses e de outros povos estrangeiros. As tentativas de imigração de alemães e suíços fracassaram, o mesmo acontecendo com chineses que vieram para o desenvolvimento da cultura do chá preto cujo comércio estava em grande expansão na Europa. Enquanto isso, a cultura do café se expandia e progredia intensamente no Brasil, o que auxiliou no abandono da cultura do chá.

Após a proclamação da Independência do Brasil (1822), as questões migratórias mereceram maior atenção, embora não fossem prioridade, pois a política

de rejeição aos países escravocratas adotadas por países europeus não se fazia sentir na época, devido ao grande contingente de mão-de-obra escrava disponível, sendo alvo de preocupações apenas após a suspensão da vinda de navios negreiros ao Brasil (1854). “Até meados do século XIX, o ‘imigrante’ era, quase sempre, aquele que buscava possuir uma pequena lavoura de sua propriedade e gestão. Depois aparece uma nova figura de imigrante: o ‘trabalhador contratado para fazenda de café’” (*Ibid*: 23). Chegam alemães, suíços, belgas para substituírem a mão-de-obra escrava, mesmo antes da abolição, pois pensava-se ser essa a solução, já que a pressão internacional a favor da libertação dos escravos era intensa.

Muitos problemas apareceram com a forma de contratação, regime de trabalho e condições de vida dos colonos imigrantes levando, por exemplo, a Prússia a proibir a imigração para o Brasil (1859), bem como a França (1875-1908) e a Itália (1889-1890). Mas, a expansão da produção de café nas fazendas de São Paulo, cuja população era pequena, fazia com que a mão-de-obra imigrante fosse imprescindível. Providências tomadas para fornecer melhores condições na recepção de imigrantes e a notícia da abolição da escravatura (1888), incentivaram o movimento dos europeus para o Brasil. Alguns outros fatores corroboraram para que a emigração fosse incrementada: a restrição dos Estados Unidos aos imigrantes, em especial, aos asiáticos, e o desenvolvimento brasileiro, principalmente devido à expansão do café.

No caso do Japão, a história da emigração começou com bastante atraso em relação a outros países. Embora, nos séculos XVI e XVII, procurasse expandir o comércio e buscar outros países, com o fechamento do país no *Shogunato Tokugawa* (1639), os japoneses começaram efetivamente a deixar suas terras oficialmente em 1883. O governo *Meiji* acabou com a classe samurai, o que fez aumentar ainda mais a grande massa de desempregados, resultante da crise econômica (aumento da população e desemprego) do antigo regime.

A maioria dos japoneses que deixava suas terras era *dekassegui*, provindo das áreas rurais. Tinha como objetivo ganhar dinheiro e remeter o que fosse possível aos que ficavam no Japão. Em dez anos, os *dekasseguís* que seguiram ao Havaí, teriam remetido mais de 2,5 milhões de dólares, amenizando as grandes crises internas do país. Surgiram companhias de emigração, semelhantes às

empreiteiras de que descreverei mais adiante, que recrutavam intensamente pessoas que se prontificassem a ser *dekassegui*. Antes da II Guerra Mundial, 35 países receberam por volta de um milhão de japoneses. Desses, aproximadamente, 190 mil vieram para o Brasil. A imigração japonesa no Brasil iniciou oficialmente em 18 de junho de 1908, quando aportou em Santos o navio Kasato Maru, vindo de Kobe, trazendo consigo a primeira leva de 781 japoneses¹⁴, para trabalhar em lavouras de café, do Estado de São Paulo¹⁵.

Nessa época, o Japão tinha uma economia essencialmente agrária, era um país empobrecido após 250 anos de vigência do *Shogunato* (regime feudal) *Tokugawa* e a restauração *Meiji* (1868 – Estado Moderno), incipiente ainda, as vitórias nos campos de batalha das Guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905) foram muito onerosas para a sociedade japonesa, principalmente para a população da zona rural.

A política imigratória brasileira mostrava dois fatores importantes: a necessidade de povoar e a necessidade de braços para a lavoura, principalmente para as lavouras de café, produto líder, em torno do qual girava a economia nacional. Com a abolição da escravatura, a ênfase recaiu sobre a necessidade de braços para a lavoura, embora intercalando fases de abertura e fechamento do país para a emigração, mostrando uma resistência maior em relação aos asiáticos. A preferência por europeus não decorria apenas pela semelhança de culturas, mas porque asiáticos eram considerados seres inferiores e perigosos sob diversos aspectos (veiculavam-se depoimentos, que descreviam os asiáticos como povo de difícil adaptação, arraigados aos seus costumes, língua materna e religião, uso freqüente de ópio e propensão ao suicídio).

A experiência com imigrantes europeus mostrou que grande parte deles não regressava para suas terras. Muitos não se fixavam ao trabalho agrícola, desenvolvendo variadas atividades no Brasil. Com isto, a necessidade de mão-de-obra para a lavoura fez com que os cafeicultores buscassem ativamente soluções para os seus problemas, pressionando e clamando por mudanças nas Leis de restrições emigratórias. Em 1892, conseguiram a liberação da entrada de chineses e

¹⁴ O Museu da Emigração situado em Yokohama, no Japão, possui um considerável acervo de documentos relacionados à saída de japoneses para vários países, incluindo o Brasil.

¹⁵ Em “*Uma epopéia moderna – 80 anos de imigração japonesa no Brasil*”, existe uma explicação mais detalhada do assunto.

japoneses, desde que esses imigrantes não estivessem relacionados a ações criminais em seus países de origem. Os chineses, na época, recebiam um tratamento diferenciado, sendo que de alguma forma, eram considerados “superiores” aos japoneses. Essa visão sobre os japoneses passou a mudar aos poucos após as vitórias japonesas nas Guerras Sino-japonesa (1894-1895) e Russo-japonesa (início do século XX) (Cf. Tajiri e Yamashiro, 1992).

Após a I Guerra Mundial, o Japão passou por um período de intensa recessão econômica, agravamento da pobreza e elevação do custo de vida e superpopulação. Essa situação agravou-se ainda mais com o grande terremoto na região de Kanto (1923), quando as cidades como Tokyo e Yokohama foram destruídas com prejuízos incalculáveis provocados pelo pânico financeiro internacional, deixando centenas de milhares de desempregados. Esses fatores impulsionaram ainda mais a emigração para outros países, principalmente de trabalhadores rurais. Com o movimento antijaponês nos Estados Unidos, o Brasil se colocava como uma das poucas opções.

Do Kasato Maru até o Buenos Aires Maru que aportou em Santos em 1941 (considerada a primeira fase da imigração japonesa ao Brasil, pré-guerra), chegaram por volta de 190 mil imigrantes japoneses¹⁶, sendo que o pico foi entre 1930-1935, período em que imigraram aproximadamente um terço do total movido pelas causas acima citadas. A redução ocorrida, na segunda metade da década de 30, deveu-se às políticas restritivas adotadas pelo Brasil, o que intensificou a emigração japonesa para outros países como a Manchúria e Mongólia. Com a II Guerra Mundial, esse fluxo foi interrompido por completo, pois o Japão, fazendo parte dos países do Eixo, foi considerado “inimigo” pelo Brasil. Nesse período, a comunidade japonesa no Brasil sofreu uma série de represálias: confisco de bens, proibição de uso e ensino da língua japonesa, vigilância e monitoramento de seus movimentos. Depois da Guerra, conflitos como o provocado pelo conhecido *Shindo Renmei* ou a “Liga do Caminho dos Súditos”, evoluem para um confronto sangüinário. Houve lutas entre facções: a que acreditava na vitória japonesa e a que acreditava na sua derrota, respectivamente *kachigumi* e *makegumi* (vitoristas e derrotistas). As lutas foram bastante violentas. Muitos derrotistas foram mortos pelos seus compatriotas vitoristas radicais sob a acusação de estarem traíndo o seu país, difamando-o. A

¹⁶ Cf. *Uma epopéia moderna* (1992:137).

proibição de circulação de jornais e revistas em língua japonesa, nessa época, dificultou a transmissão de informações, tendo-se acesso a elas apenas aqueles que tinham conhecimento de algum outro idioma¹⁷. Um dado que reforçava a idéia de que o Japão vencera a guerra era o fato de o Imperador e os próprios japoneses estarem vivos pois se o Japão tivesse perdido a guerra, eles estariam todos mortos, mortos em nome do imperador.

No Japão pós-guerra, com a repatriação dos soldados após a devastação sofrida, aumentaram ainda mais os problemas alimentares e habitacionais, fazendo com que fosse necessária a retomada de emigrações para aliviar a pressão demográfica, mas isso só veio a acontecer em 1953, após o tratado de paz assinado pelos 48 países, ex-inimigos do Japão (1952). Assim, retomado o fluxo imigratório, calcula-se que até 1988 (80 anos de imigração) mais de 54 mil japoneses imigraram para o Brasil (hoje se fala em 70 mil), totalizando, aproximadamente, 260 mil japoneses imigrantes pré e pós-guerra, praticamente equivalente ao número de descendentes e cônjuges que hoje estão, num caminho inverso, trabalhando no Japão, os *dekasseguis*.

No Brasil, a grande parte dos japoneses imigrantes pré-guerra, viviam em colônias cujo único objetivo de sua permanência seria ajuntar dinheiro para voltar ao Japão. Assim, eram bastante resistentes à aculturação, não viam a necessidade de se adaptarem a este país, aprenderem o idioma, já que tencionavam voltar o mais rápido possível ao seu país de origem.

Essa postura mudou depois do término da II Grande Guerra Mundial, com a derrota japonesa. Com a impossibilidade de retorno, surgiu o interesse no estudo do idioma português e a preocupação quanto a sua adaptação e a de seus filhos ao Brasil.

Prestes a comemorar o centenário da imigração, muito se fala sobre os sucessos e conquistas que esses *nikkeys* alcançaram no decorrer dos anos, do elevado nível educacional, cultural e econômico atingido. O questionamento começa aqui: os membros da comunidade nipo-japonesa realmente obtiveram sucesso nesta

¹⁷ Em 2000, um livro trouxe esse assunto “tabu” ao grande público. Fernando Morais lançou o livro *Corações Sujos* pela Companhia das Letras, onde narra *Shindo Renmei*, com detalhes, até então não revelados e assunto restrito somente a teses e dissertações.

terra, ou apenas uma pequena parcela dessa população conquistou um lugar de destaque, integrando-se à sociedade brasileira?

Cogita-se, hoje, que haja aproximadamente 1,5 milhões de descendentes de japoneses (menos de 0,8% da população total) em todo o país. O censo de 1988, apontou 1.228.000¹⁸ e já se encontra na sua quinta geração, sendo a maior comunidade japonesa fora do Japão. A comunidade *nikkey* apresenta muitos problemas, principalmente em relação aos idosos de primeira e segunda geração, muitos deles não têm conhecimentos do idioma português, outros praticamente analfabetos nos dois idiomas e sem possuir planos de saúde e qualquer espécie de direitos previdenciários¹⁹. A mesma preocupação surge em relação aos trabalhadores que, hoje, estão no Japão sem planos de saúde, com pouco conhecimento do idioma japonês e que há anos não contribuem com a previdência social, nem com a japonesa, nem com a brasileira, o que pode vir a ser um problema em poucos anos quando eles não puderem mais trabalhar²⁰.

Há carências também no sentido de abrigo para os idosos, sendo que alguns vivem em estado de completo abandono e esse quadro tem se agravado com o movimento *dekassegui*. De acordo com o costume japonês, muitos filhos primogênitos estavam com a incumbência de cuidar dos seus pais idosos, mas quando esses filhos decidem ir trabalhar no Japão, muitas vezes, suas esposas não aceitam cuidar dos sogros, alegando já estar com a responsabilidade de ficar com os filhos e, na falta de quem se disponha a ficar com os idosos, eles são colocados em casas de repouso, abrigos ou asilos. A comunidade *nikkey* conta com algumas casas de repouso, insuficientes para uma demanda crescente e nem sempre de fácil acesso, já que, embora mantidas por instituições beneficentes, cobram mensalidades significativas. Assim, muitos idosos estão em casas de repouso, em condições precárias, sem poder se comunicar com ninguém, sem receber visitas, tendo que se adaptar, nessa idade, em termos de alimentação e outros costumes mais ocidentais.

¹⁸Em pesquisa sobre a população *nikkey* residente no Brasil, realizada entre 1987 e 1988 pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, foram estimados em 1.228.000 os descendentes de japoneses no país (Cf. *Uma epopéia moderna*), não havendo nenhuma outra pesquisa nestes últimos 17 anos.

¹⁹Dados do JICA, de 1998 (*Japan International Cooperation Agency* ou Agência Internacional de Cooperação do Japão), apontaram que 40% das pessoas com mais de sessenta (60) anos não possuem nenhuma espécie de direitos previdenciários.

²⁰Calcula-se que boa parte dos trabalhadores com mais de 45 anos, não contribui com a previdência.

Alguns aspectos decorrentes da imigração japonesa no Brasil podem ser observados hoje, no movimento *dekassegui*, embora em um outro contexto, num outro momento histórico, porém com várias características semelhantes, o que ficará melhor explicitado no decorrer deste trabalho.

Segundo Berquó, considerando a questão demográfica, diz que o mundo contemporâneo se encontra numa situação paradoxal em relação ao desenvolvimento econômico: “O primeiro bloco, que concentra os maiores PIBs do mundo, enfrenta sérias dificuldades quanto ao declínio populacional e ao envelhecimento de sua população – fenômeno decorrente de um lado, de continuadas taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição e, de outro, do aumento da longevidade. Com isso, necessita de uma verdadeira ‘transfusão populacional’, vinda de fora, para rejuvenecer suas populações e evitar o crescimento negativo. Já o segundo bloco, com grandes contingentes de população em idade produtiva, em consequência de altas taxas de fecundidade no passado e do progressivo declínio da mortalidade, enfrenta sérias dificuldades de trabalho e emprego” (Berquó, 2001:11).

Assim, migrações, tanto legais como ilegais, ocorrem em grande escala, sendo que a partir da década de 1980, o fluxo de brasileiros para o exterior tem crescido aceleradamente. (Cf. Ministério das Relações Exteriores, in *Migrações Internacionais*, CNPD, 2001). Segundo o relatório de 2003 da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e o Caribe da ONU, 175 milhões de pessoas no mundo vivem fora do país natal, sendo que 20 milhões deles (11,4%) são latino-americanos. A “universalização das aspirações”, além da queda do ritmo de crescimento da população, como foi relatado acima, também leva as pessoas a buscar o bem-estar fora de seus países. Na 24^a Conferência da IUSSP (*International Union for Scientific Studies of Population*), realizada em Salvador em 2002, mencionou-se que o Japão precisará de um saldo migratório de 609 mil pessoas anualmente, de 1995 a 2050, para manter estável a taxa de dependência²¹.

A população produtivamente ativa no Japão vem diminuindo a cada ano devido à baixa natalidade e à longevidade, sendo que alguns especialistas japoneses mostram-se bastante preocupados com essa questão, antevendo a “crise

²¹ A taxa de dependência se refere a proporção entre idosos que se retiram e dos jovens que entram no mercado de trabalho.

de 2007”; calculando que, aproximadamente, 270 mil pessoas estarão se aposentando, enquanto apenas 116 mil pessoas estarão entrando, no mercado de trabalho e, com isso, apontam a mão-de-obra estrangeira como uma das soluções.

2.2 – Processo de globalização

Na minha dissertação de mestrado, vários aspectos sobre a globalização e suas implicações foram trabalhados para contextualizar o movimento *dekassegui*, alguns deles serão ora retomados sucintamente²².

Profundas transformações ocorreram no mundo do capital na transição do fordismo para a acumulação flexível, que reflete em grandes dimensões nos processos e nos mercados de trabalho, bem como nas relações de produção, afetando a economia dos países e, sobretudo, a vida do trabalhador.

Segundo Singer (1998), a primeira etapa da globalização (1945-1960) incluía principalmente os ditos países de Primeiro Mundo e “foi dominada pela transferência maciça de recursos dos Estados Unidos para a Europa e para o Japão. As grandes companhias norte-americanas implantaram filiais e adquiriram firmas da Europa Ocidental, retomando assim sua multinacionalização. Os países europeus e o Japão reconstruíram seus parques industriais e ativamente incorporaram tecnologia e padrões de consumo dos EUA. Gradativamente, as diferenças entre todas as economias envolvidas na globalização foram sendo eliminadas até constituírem um todo econômico bastante homogêneo” (Singer, 1998:20).

Na década de 1980, segundo Antunes, surgiram grandes mudanças no mercado de trabalho nos países de capitalismo avançado, que modificaram a forma de ser da “classe-que-vive-do-trabalho”. Algumas dessas transformações se deram em razão do salto tecnológico, da automação, da robótica e da microeletrônica, “inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (Antunes, 1999:15).

²² Ver também a tese de Laura Keiko Okamura citada, em nota de rodapé nº 6 que, entre outras coisas, discorre sobre essa questão.

O toyotismo, ou o modelo japonês criou tecnologias para as indústrias japonesas que revolucionaram o sistema de produção. Esse modelo alcançou tal potencialidade que acabou sendo absorvido por outros países e, como diz Antunes (1999), atingindo uma escala mundial. O Brasil, indiretamente, como país sul-americano, inclui-se nesse panorama fenômeno mundial, em condições desfavoráveis.

As novas tecnologias trazem profundas transformações para a vida dos trabalhadores pois incidem nas condições de trabalho e nas formas de contratação. As garantias previdenciárias estão se esgarçando, os empregos informais passam a predominar o mercado de trabalho, trazendo inseguranças ao trabalhador, não apenas em relação ao emprego, como também à falta de seguridade social. A falta de emprego e a conseqüente transferência de trabalhos desenvolvidos em empresas, para trabalhos desenvolvidos na própria casa do trabalhador, tornam a vida do trabalhador cada vez mais precária (Cf. Antunes, 1999).

Singer (1998) afirma que, mais do que o desemprego, o que ocorre é a precarização do trabalho. Novos empregos e profissões têm surgido, mas já não oferecem as mesmas condições que os empregos anteriores. “Na área de serviços muitas empresas terceirizam seus serviços, ao trabalhador resta a opção de criar uma, por exemplo, pequena empresa de serviços com a vantagem de poder atender mais de uma empresa, mas em compensação corre também o risco de perder para outra pequena empresa prestadora de serviços, ganha liberdade e perde segurança. Precarização também por empregos parciais, temporários, do tipo subcontratação, empregos informais, sem empregos estáveis” (Singer, 1998:24).

O que vem ocorrendo no mundo do capital afeta as economias nacionais e internacionais. Os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o caso do Brasil, são profundamente afetados por essa mudança da economia global. As empresas baseadas no modelo fordista puderam adotar as novas tecnologias e os emergentes processos de trabalho (aquele que é muitas vezes denominado de neofordismo). De acordo com Antunes, as pressões competitivas, bem como a luta pelo controle da força de trabalho, levam ao nascimento de formas industriais totalmente novas ou à integração de fordismo. Há toda uma rede de subcontratação e de deslocamento que dá maior flexibilidade diante do aumento da competição e das reservas (Cf. Antunes, 1999).

Ao mesmo tempo que o capitalismo se encontra em pleno desenvolvimento por todos os cantos do mundo, “intensifica-se e generaliza-se o movimento mundial de trabalhadores, também pelos quatro cantos do mundo” (Ianni, 1997:152).

As condições de vida e de trabalho no mundo rural também sofreram transformações, segundo Ianni: “O campo é industrializado e urbanizado, ao mesmo tempo que se verifica uma crescente migração de indivíduos, famílias e grupos para os centros urbanos próximos e distantes, nacionais e estrangeiros” (Ianni, 1997:12).

De fato, mesmo no movimento *dekassegui*, podemos verificar que uma parcela dos trabalhadores que hoje está no Japão é formada por pequenos e médios agricultores, que sozinhos, com família e até em grandes grupos se deslocaram para o outro lado do planeta. Outros, desempregados, vão em busca de trabalhos não qualificados em regime de empreitadas, contratadas para as pequenas e médias empresas subcontratadas.

Nesse contexto, surge um movimento de trabalhadores brasileiros em direção a várias partes do mundo que, segundo Antunes, faz parte de um deslocamento mais amplo de mão-de-obra para os países de Primeiro Mundo em busca do *Welfare State*, invertendo-se o fluxo migratório do começo do século (Cf: Antunes, 1999). O mesmo fenômeno ocorre com trabalhadores ao redor do mundo: “Trabalhadores hindus, paquistaneses, turcos, gregos, italianos, africanos, espanhóis, das Índias orientais e outros suplementam a subclasse indígena na Europa Setentrional e constituem seus extratos mais baixos. Nos Estados Unidos, o mesmo papel é desempenhado pelos trabalhadores porto-riquenhos, mexicanos e outros da América Latina, que foram acrescentados ao reservatório de trabalho mais mal pago constituído sobretudo de negros” (Braverman in Ianni, 1997:153). “São trabalhadores com reduzidas ou nulas possibilidades de empregar-se. Movem-se de um lugar para outro, por diferentes cidades, províncias, nações e regiões, tecendo o seu mapa do mundo” (Ianni, 1997:157).

Oficialmente, fala-se que 1.800.000²³ de brasileiros estejam fora do país, tendo rumado para os EUA, Canadá, Japão, Paraguai, Argentina, Portugal, Espanha, Iugoslávia, França, Alemanha e outros. Calcula-se que, aproximadamente,

²³ Dados do Itamaraty de 1997 eram de 1,5 milhões (Folha de SP, 10.08.1998). Dados da PUC de Campinas/1998 totalizam 1,8 milhões. Em várias palestras sobre migrações, fala-se em 1,96 milhões de brasileiros fora do país. Recentemente, a Folha de São Paulo, registrou uma fala de um senador brasileiro afirmando que 2,8 milhões de brasileiros estejam nos EUA, legal ou ilegalmente (Folha de SP, 06.05.2005 A13).

um milhão de brasileiros se encontre nos EUA, em situação ilegal, e 286.577 brasileiros residem no Japão, em condições legais, sendo o terceiro maior contingente de estrangeiros naquele país, ultrapassado em número, apenas por coreanos e chineses. Esses são dados oficiais de dezembro de 2004, do Departamento de Controle de Imigração: *Japan Immigration Association* do Ministério da Justiça Japonesa, os mais atuais disponíveis. No caso dos brasileiros, estão computados apenas os descendentes e seus cônjuges, não foram incluídos os que têm dupla nacionalidade e os japoneses residentes no Brasil ou que emigraram ainda pequenos e mantiveram a nacionalidade japonesa. Assim, esse número é ainda maior.²⁴

O movimento migratório atinge todo o planeta, podendo assistir a um êxodo populacional intenso onde turcos procuram emprego na Alemanha, latino-americanos nos EUA, albaneses na Itália, bem como coreanos, chineses, bolivianos, peruanos, africanos e outros que migraram para o Brasil nas últimas décadas, muitos deles vivendo em regime de semi-escravidão. “Mesclam-se raças, culturas e civilizações, nos movimentos migratórios que atravessam fronteiras geográficas e políticas, articulando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos. Muitos são os que se desterritorializam, buscando outros espaços e horizontes, reterritorializando-se aquém e além do fim do mundo. Agora o exército industrial de trabalhadores atinge dimensões mundiais, mesclando, sob novas modalidades, raças, idades, sexos, religiões, línguas, tradições, reivindicações, lutas, expectativas, ilusões” (Ianni,1997:153).

Em função do mercado da força de trabalho, da transformação do mundo agrário, da urbanização intensa, o movimento de trabalhadores vai aumentando em direção à migração, enfrentando barreiras e preconceitos sociais, raciais, políticos, culturais, religiosos e de idioma (Cf: Ianni, 1997). “Pela ótica neoclássica, as migrações internacionais são interpretadas como um jogo de mercado, em que a mão-de-obra se mobiliza ao efeito dos estímulos salariais ou de rendimento” (Sales, 1999:21).

²⁴ Pela mesma fonte: JIA, o número de chineses no Japão é de 487.570 e de coreanos é de 607.419 em dezembro de 2004. Existe uma preocupação dos japoneses com o crescente número de estrangeiros e a diminuição da população japonesa. Hoje, a população estrangeira no país chega a 1,55% do total, o que para uma sociedade de cultura homogênea, causa uma certa apreensão.

Em contraposição à teoria neoclássica, essa teoria, que poderia ser genericamente nomeada de histórico-cultural, traz explicações de uma outra natureza para as causas das migrações internacionais. Seus expoentes mais expressivos na economia e sociologia norte-americanas estão representados por Michael Piore (1979), Alejandro Portes (1981) e Saskia Sasser (1988). Tal teoria afirma as características peculiares do mercado de trabalho, distinto do mercado de coisas. Segundo os dois primeiros autores, os fatores explicativos dessas migrações devem ser buscados, antes no contexto dos países de destino, do que nos de origem.

Em contraposição aos fatores tradicionalmente apontados como causa da emigração (pobreza, superpopulação e estagnação econômica), Sasser aponta para a reorganização da economia mundial nas últimas décadas, que causou a formação de um espaço transnacional no qual a circulação de trabalhadores pode ser vista como um entre os vários fluxos, incluindo capital, mercadorias, serviços e informações (Cf: Sales, 1999:22-23). Assim, o investimento estrangeiro é a variável fundamental na explicação dos fluxos migratórios internacionais.

Quanto aos programas específicos dos países de destino para atrair imigrantes estrangeiros, não se pode dizer que existiu algum dirigido deles ao Brasil na década de 1980. Contudo, algo no movimento *dekassegui* pode estar relacionado, não a um programa governamental específico, mas a incentivos oferecidos pelas indústrias japonesas carentes de mão-de-obra, promessas de possibilidade de acúmulo de capital em curto prazo pelos *brokers* (agenciadores ou empreiteiras), os quais contribuem para o desencadeamento e aquecimento desse fluxo migratório.

No caso de brasileiros no Japão, existe um diferencial em relação a outras migrações que acontecem ao redor do mundo, pois, segundo Kawamura, há nela um caráter seletivo, étnico, já que quase a sua totalidade é composta por *nikkeys* ou seus cônjuges (restrição imposta pelas leis de emigração japonesas).

Kagami diz que: “Desde os anos 80, verifica-se um processo de reestruturação industrial envolvendo as Pequenas e Médias Empresas (PME). Três principais transformações têm ocorrido: escassez de mão-de-obra, realização de investimentos no exterior pelas PMEs e ciclos rápidos de inovação tecnológica. Em

virtude da composição demográfica do Japão e do aumento do salário real, todas as empresas enfrentam a escassez de mão-de-obra, tendo sido forçada a buscar recursos humanos a custos inferiores” (Kagami, 1993:26).

Desta forma, surgem as imigrações ilegais, isto é, trabalhadores estrangeiros vão ilegalmente procurar oportunidades nesses países de maior demanda de mão-de-obra (incluindo o movimento *dekassegui*, que no início tinha esse caráter ilegal).

Os trabalhos que os japoneses não queriam mais executar por serem pesados, por exemplo, começaram a ser oferecidos aos estrangeiros e isso era interessante também para os empregadores, já que poderiam pagar salários mais baixos e não haveria nenhum tipo de encargo social. Depois, os serviços que não requeriam maiores conhecimentos da língua, nem conhecimentos técnicos complexos, também foram passados para os estrangeiros. Com o “boom” da construção civil, os estrangeiros encontraram também maiores ofertas na construção de rodovias, na indústria automobilística, de auto-peças, entre outras. Assim, os estrangeiros não estão em empregos “*elite class*”, com raras exceções, mas, em empresas subcontratadas ou em subcontratadas de subcontratadas, ou ainda, em empregos arrumados por *yakuzá*²⁵ (Cf: Kamata, 1991).

Como os trabalhadores japoneses possuem alta qualificação atendendo as exigências da alta tecnologia são altamente profissionalizados para atender o mercado. Em vista disso, surge a necessidade de contratar trabalhadores para desenvolver funções que não necessitam de especialização. Os trabalhadores *nikkeys* viram a possibilidade de se deslocar para o Japão para desenvolver esses trabalhos.

2.3 – O movimento *dekassegui* para o Japão

A partir dos meados de 1985, observou-se dentro da comunidade *nikkey* o início do movimento conhecido como movimento *dekassegui*. São brasileiros, filhos e netos de japoneses que agora fazem a viagem contrária daquela que seus pais e avós fizeram, rumam para o Japão em busca de trabalho e dinheiro.

²⁵Máfia japonesa .

Esse movimento, segundo Mori²⁶, começou timidamente em 1985 e atingiu seu pico em 1991, com a mudança ocorrida nas leis de imigração japonesa²⁷. Antes disso, houve aumento do movimento, em 1989, com o aparecimento de grande número de agenciadores²⁸. Na época, o crescimento exagerado da economia japonesa, que se chamou *bubble keizai*²⁹, gerou um crescimento artificial, segundo alguns economistas, e possibilitou a exportação de produtos japoneses, sobretudo automóveis e equipamentos eletrônicos a preços competitivos, suplantando os EUA na liderança mundial.

Exportando a todo vapor, a indústria japonesa aumentou consideravelmente a sua produção e, apesar de toda a modernização tecnológica, deparou-se com a falta de mão-de-obra, principalmente da não qualificada, nas pequenas e médias empresas³⁰, agravada por uma política demográfica de baixa natalidade e envelhecimento da população.

Segundo Kamata (1991), na época, houve grande aumento de inserção de mulheres no mercado de trabalho, sobretudo em regime parcial. Foi a primeira vez na história da industrialização japonesa que se necessitou tanto da mão-de-obra ilegal dos estrangeiros³¹. Essa mão-de-obra é necessária nos ramos de comércio, serviços e nos empregos repetitivos criados pela automação.

No Japão, em geral, as mulheres não fazem parte do mercado de trabalho após completarem vinte e quatro anos de idade, pois existe uma exclusão da mulher, sobretudo industrial, a partir do casamento. “(...) a responsabilização maior – praticamente exclusiva – das mulheres na educação das crianças parece ser um corolário de sua posição no mercado de trabalho” (Hirata, 1988:30). A mulher que

²⁶ Koichi Mori, pesquisador do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. (Cf: *Transição dos dekassegui provenientes do Brasil e considerações sobre alguns dos problemas*, in Ninomiya, 1992).

²⁷ Essa mudança dá o *status* de permanência para filhos, netos e cônjuges de japoneses, com direito a vistos de seis meses a três anos renováveis e não impõe limites em termos de permissão de atividades a serem exercidas no Japão.

²⁸“Nos últimos anos (1986-1989) o número de estrangeiros que ingressaram no Japão com visto de turista e que estavam se empregando ilegalmente estava aumentando rapidamente, causando um problema social e econômico. Em dezembro/87, o Ministério do Trabalho criou o *Study Group Regarding the Foreign Worker Issue*, que num relatório de março de 1988, fez um plano de medidas para reforçar sua política para aceitação de estrangeiros com habilidades profissionais e técnicas que não substituíssem os japoneses. Entretanto, acrescentou-se no relatório que se deveria ser prudente na aceitação de trabalhadores estrangeiros, como mão-de-obra desqualificada, haja vista as experiências por que passaram outras nações desenvolvidas. (Cf: Kato, H.; Miyazaki, S., 1992).

²⁹ Economia de bolha que durou 38 meses (Cf: Hirata, H.1991:17).

³⁰ 90% das empresas tinham esse problema, segundo um estudo feito em out/89 pela Câmara de Comércio e Indústria de Tokyo, mostrando que ao lado desse déficit existia também dificuldade de recrutar trabalhadores não qualificados japoneses (Cf: Ishikawa, A.,1991, In Kato,1992).

³¹ Cf: Osawa, Machiko (in Kamata, 1991).

não se casa é discriminada socialmente, vista pelo meio como se fosse possuidora de algum problema, por não ter sido “escolhida” por ninguém³².

Shiroma assinala que essas mulheres que não se casaram “nas indústrias dificilmente ela chega a cargos de chefia; aliás, a partir dos vinte e quatro anos a própria empresa estimula a funcionária a abandonar o trabalho, reduzindo o seu salário. O casamento passa a ser, então, uma alternativa de sobrevivência ‘moral’ e econômica” (Shiroma, 1990: 74). E quando retornam ao trabalho, depois que os filhos estão crescidos, atuam fazendo “bicos” ou serviços em *part-time*. Se, durante o período em que estivessem criando os filhos, elas optassem por se manter no trabalho, também seria vista com desconfiança, pois, qualquer pessoa que tente conciliar “duas profissões”, é vista como confusa, não sabe o que deseja ou não compreende a importância do trabalho que requer uma dedicação exclusiva (Cf: White, 1986).

Embora o aumento de mulheres no mercado de trabalho, ao lado dos homens, ou até em posições de chefia, esteja trazendo algumas modificações nessa idéia, ainda predomina certa discriminação, tanto em relação às solteiras como também às casadas que optem por suas carreiras.

Havia também trabalhos, chamados de 3 “K”, que os próprios japoneses não queriam fazer: *kiken*, *kitsui*, *kitanai* que significam “perigosos”, “pesados ou árduos” e “sujos”, respectivamente. Os brasileiros acrescentaram posteriormente, 2 novos “K”: *kibishii* e *kirai* significando “exigente” e “detestável”, respectivamente. Em geral, esses trabalhos são destinados aos imigrantes que estão sempre à margem da sociedade, ocupando cargos menos especializados. O fato de o nível escolar ser muito alto no Japão – a maioria da população tendo pelo menos o *tandai* (curso superior de dois anos) – faz com que busquem empregos que permitam fazer “carreira” ou os chamados *elite course* e evitem empregos não-qualificados.

Assim, a mão-de-obra passou a ser buscada fora do Japão. Muitos asiáticos, chineses e coreanos invadiram o mercado japonês clandestinamente e, apesar de o governo japonês ter uma política de imigração severa, este fato foi relevado pelo Ministério do Trabalho. Depois, trouxe de volta os japoneses residentes em outros países, ou aqueles com dupla nacionalidade, principalmente do Brasil, onde vivem

³² Eram apelidadas de *Christmas's Cake*, referindo-se a semelhança com o “bolo de Natal”; bastante concorrido até 24, mas que depois do 25, ninguém o quer mais, visto como “sobra”.

em maior número. A idéia era de que, por serem japoneses, readaptar-se-iam mais facilmente à sociedade e não teriam problemas quanto ao idioma.

Essa medida não sanou o problema da necessidade de mão-de-obra e o governo japonês abriu também a migração para os *nisseis* e *sanseis* que já iam, na época, para lá trabalhar ilegalmente. Em junho de 1990, mudanças na lei de imigração japonesa, concedendo vistos de longa permanência, facilitaram a entrada desses descendentes, legalizando-se, assim, sua estada sem restrição de atividades que poderiam desenvolver. Foram concedidos, a partir de então: vistos de três anos aos *nisseis* (2ª geração) renováveis; de um ano aos *sanseis* (3ª geração) também renováveis; e de seis meses ou um ano para os cônjuges não *nikkeys*, também renováveis.

Isso fez com que muitos se aproveitassem dessas mudanças para se beneficiarem como, por exemplo: através de casamento arranjado com um *nikkey*, para ter direito de ir trabalhar no Japão. Em troca, pagava-se, mensalmente, uma taxa para o *nikkey* com quem fez acordo de casamento. Atualmente já existem algumas medidas para coibir esse tipo de “exploração”, como a obrigatoriedade de comprovar pelo menos um ano de convivência mútua. “Adoção” de filhos adultos, não descendentes de japoneses por um pai/mãe *nikkey*, era outra forma de se conseguir o visto para trabalhar no Japão.

Surgiram também os *brokers* (agenciadores ou empreiteiras) – mais conhecidos como empreiteiras por contratarem as pessoas por empreitadas – entre os quais muitos agiram de má-fé enriquecendo-se rapidamente. Apesar dos 20 anos do movimento, não se observa grandes avanços no seu combate, apesar de existirem, atualmente, algumas medidas legais para coibir esses abusos.

Novas mudanças nas leis de imigração japonesa foram aprovadas pelo Parlamento em 1999. A partir do dia 18 de fevereiro de 2000, todos os estrangeiros que saem do Japão, podem obter o visto de reentrada no país e permanência por três anos, ao invés de um ano, como era anteriormente. Em compensação, a permanência ilegal é considerada como crime, passível de multa, pena de detenção e proibição de voltar ao país por cinco anos, caso sejam deportados. Antes dessa lei, os deportados eram proibidos de voltar ao Japão por um ano. Assim, os estrangeiros podem ir e vir a qualquer momento, desde que o visto esteja válido. Em

outubro de 1999, houve uma flexibilização na lei, dando acesso ao visto de três anos aos *sanseis*. Na realidade, essa lei não favorece os *nikkeys*, já que normalmente mantêm seus vistos em dia, beneficia mais os outros estrangeiros³³.

Ao mesmo tempo, diante das leis brasileiras, esses trabalhadores apresentavam problemas que foram rapidamente solucionados pelo governo brasileiro³⁴, com mudanças na legislação.

Na mesma época (1990), a falta de confiança e segurança na economia brasileira, o Plano Collor, o crescimento do desemprego, somado ao período anterior de inflação anual de quatro dígitos, fez com que muitos descendentes de japoneses acreditassem que a solução seria ir trabalhar no Japão, já que os ganhos salariais lá eram bem maiores. Nesse contexto, essas pessoas, pensando no bem-estar de sua família, em adquirir a tão sonhada casa própria, em custear a formação escolar e profissional de seus filhos e/ou na sua própria independência financeira, seguiram maciçamente para o Japão.

O grupo de brasileiros que seguiu para o Japão era constituído “na sua maioria, de pequenos agricultores, pequenos comerciantes, autônomos em serviços (mecânicos, cabeleireiros, contadores, agentes de viagem), técnicos de várias especialidades, profissionais de nível superior (engenheiros, médicos, advogados, pedagogos, enfermeiros, professores), secretárias, bancários, auxiliares de escritório e estudantes de várias áreas. Provém de regiões brasileiras onde se concentram os japoneses e descendentes como os estados de SP, PR, PA, além do estado de MT e outros” (Kawamura, 1994:399).

Muitas mulheres, antes donas-de-casa, deixaram suas famílias no Brasil e descobriram a capacidade de ganhar dinheiro com sua força de trabalho no Japão, fato que mudou a visão que tinham de si mesmas, conquistando a independência financeira. Muitos lares, antes mantidos pela dependência financeira da mulher foram desfeitos, criando-se mais um motivo de desagregação familiar. Elas conquistaram outra forma de se projetar no mundo e nele se situar. Muitas vezes,

³³ “Estrangeiros são beneficiados com nova lei”. *Jornal Nipo-Brasil*, 18 a 24.02.2000.

³⁴ Em julho de 1993, o nosso Presidente da República, com o movimento de políticos *nikkeys* e com o projeto do então deputado federal Diogo Nomura, sancionou a lei que alterou o texto do artigo 206 do Código Penal que punia o aliciamento de mão-de-obra para fins de emigração. Apesar do aliciamento continuar proibido no novo texto, fala-se agora em “mediante fraude”, o que inibe o abuso indiscriminado da aplicação do dispositivo anterior, até mesmo contra os empresários japoneses de boa-fé que vinham contratar diretamente a mão-de-obra no Brasil, a fim de evitar a intermediação de agentes e recrutadores de má-fé. (Miyoshi, T. 1993:290).

essa mudança não se deu apenas pela saída de um país de Terceiro Mundo em direção a um de Primeiro, mas também, pelas diferenças culturais, considerando-se a saída do campo para a cidade.

No início do movimento *dekassegui*, grande parte dos brasileiros que ia para o Japão seguia sozinho (na maioria das vezes, o homem), com intenção de permanecer por um ou dois anos. Posteriormente, não suportando a solidão, ou com o fim do *bubble*, que resultou em redução drástica de horas-extras³⁵, diminuição salarial e/ou outros tipos de reduções, houve a necessidade de prolongar a sua estada para atingir os seus objetivos, ou a crença na importância da família unida, muitos decidiram chamar suas respectivas esposas e filhos ao Japão. Imaginou-se que poderia ser uma experiência enriquecedora para as crianças, uma chance de dominar uma nova língua, fazer novos amigos etc. Assim, muitas famílias embarcaram para o Japão sem nenhum preparo, sem conhecimento algum da língua e da cultura japonesa.

Em decorrência dessa falta de preparo, depararam-se com grandes dificuldades, tanto em relação ao trabalho, como na vida cotidiana, devido às diferenças culturais, principalmente no relacionamento com os japoneses e também com os próprios brasileiros. Muitas vezes, esses fatos acabaram gerando um desequilíbrio físico e/ou mental, deixando-os mais vulneráveis a doenças, inclusive mentais, e acidentes de trabalho. E quando isso acontecia, encontravam dificuldades, tanto para procurar quanto para conseguir um atendimento adequado. Havia, inclusive dificuldades para requerer seus direitos trabalhistas, por estarem em mãos de empreiteiros inescrupulosos, acabavam descobrindo que não possuíam amparo nenhum. Muitas vezes, somente diante dessas situações, vinham a descobrir que estavam desamparados quanto ao seguro-saúde, precisando desembolsar altas somas para ter acesso aos tratamentos necessários e, mesmo quando conseguiam os atendimentos, não eram satisfatórios. Embora, com alguns avanços, essa situação perdura, até nos dias atuais.

Com a dificuldade de juntar a poupança desejada, muitos trabalhadores acabaram tornando-se um “quase” morador do Japão; outros, com repetidas idas-e-

³⁵ “O artigo 36 do *Labor Standards Law* concede a permissão para o trabalho em períodos além da jornada normal, não havendo limites nem para as horas extras trabalhadas nem para o valor do pagamento de horas extras” (Omi, N. – *Labor sets its sights on the 1800 hour year- Economic Eye, Spring, 1992, Tokyo, Keizai Keho Center*, In Kato, 1992:11).

vindas, não sabem mais qual o seu lugar; e outros, principalmente aqueles trabalhadores que levaram suas famílias, assumem a permanência definitiva no Japão.

Os empregadores japoneses, quando falam sobre suas experiências em relação aos funcionários estrangeiros, dizem que os brasileiros aprendem o serviço com facilidade e, se entendem o idioma, em pouco tempo, produzem melhor que os próprios funcionários japoneses. Porém, queixam-se que trocam de emprego com muita facilidade; para isso, basta uma oferta de trabalho que remunere um pouco melhor. Os trabalhadores, com o intuito de ajuntar dinheiro o mais rápido possível, abandonam o emprego com facilidade, quando há uma oferta de um outro melhor, não se importando se acabaram de receber os treinamentos numa empresa e já partem para outra em busca de uma perspectiva melhor. Esse tipo de conduta, para um país tradicionalmente conhecido como o de emprego vitalício, é mal visto e vem prejudicar o contrato de outros trabalhadores estrangeiros nas empresas. No entanto, atualmente a tendência de muitos trabalhadores é de permanecerem por um período mais longo, sobretudo nas cidades onde oferecem melhor infra-estrutura de recepção de estrangeiros, contudo parte dessa mobilidade ainda persiste.

Na condição de temporários, submetidos ao acaso das conjunturas político-econômicas, com mobilidade por pequenas diferenças de salários, dificultava-se o estabelecimento de vínculos mais permanentes e profundos, tanto nos relacionamentos interpessoais como nos espaços comunitários, geográficos e sociais, o que provocava uma série de problemas desnecessários. Além do mais, os *dekasseguis* inseridos no mercado de trabalho secundário, desprovidos de benefícios e seguros (medidas de proteção), viam-se, muitas vezes, envolvidos em situações complicadas sem terem a quem recorrer.

Com o passar do tempo, foram surgindo organizações de apoio, assistência e recolocação dos trabalhadores estrangeiros no Japão, primeiramente em Tóquio e, aos poucos, em outras cidades com grandes concentrações de trabalhadores estrangeiros (incluindo os brasileiros). E, se no início, a própria busca desses organismos era difícil devido a dificuldades com o idioma japonês, hoje, alguns centros dispõem de pessoas que atendem em diversos idiomas, incluindo o espanhol.

Uma parcela de brasileiros, depois de algum tempo no Japão e com a chegada em massa de compatriotas, passa a não ser mais operários, atuando nas áreas de prestações de serviços aos próprios brasileiros ou para o comércio do próprio mercado: o dos brasileiros. Hoje, existem no Japão muitos estabelecimentos comerciais de brasileiros como: restaurantes, lojas, vídeolocadoras, creches, escolas, *shoppings* entre outros.

Com o número crescente de brasileiros, aumentaram também os problemas de desagregação familiar. Há casos de abandono de crianças e idosos que ficaram no Brasil, os extremos inativos economicamente; casamentos desfeitos pelos desencontros decorrentes da jornada de trabalho (*kotai*)³⁶; não concordância em relação ao retorno para o Brasil; queixas e mais queixas das mulheres que não mais aceitam a jornada dupla de trabalho, pois, no Japão, as empregadas domésticas são extremamente onerosas, razão pela qual, todos os trabalhos domésticos ficam a cargo da família, o que muitos homens brasileiros não se acostumam, além do cuidado com as crianças, compras etc. Casamentos precipitados também costumam terminar em separações.

No início, pensou-se que esse movimento seria temporário e não traria maiores conseqüências. Ninguém se preocupou, de fato, com as conseqüências que ele poderia trazer. É inevitável que um movimento desse porte, traga repercussões para os trabalhadores e suas famílias, bem como para as sociedades brasileira e japonesa, tanto em perdas quanto em ganhos.

As dificuldades de comunicação decorrentes das diferenças de língua e cultura agravam as situações já complicadas, provocando muitas vezes o isolamento social e a formação de espaços fechados no seio da sociedade japonesa, os “guetos”. Tratando-se, pois, de uma situação de vulnerabilidade na inserção social, onde, apesar de os indivíduos apresentarem vínculos com o mundo do trabalho e relativo acesso a bens e serviços, há um déficit de integração, principalmente em relação à moradia, à vida cultural e ao desenvolvimento educacional. Isto quer dizer que lhes é permitido coexistir na sociedade, mas com a privação de certos direitos e de certas formas de participação na vida social japonesa.

³⁶Os brasileiros chamam de “kotai”, quando se cumpre jornadas de trabalho alternado: numa semana trabalhando no turno diurno e em outra noturno, será melhor explicitado mais adiante.

Essa coexistência dos brasileiros na sociedade japonesa que se dá no cotidiano, expressa-se na maioria das vezes, no jogo constante de oposições e contrastes culturais, políticos, legais, comportamentais e religiosos. Nesse cenário da vida cotidiana no interior das fábricas, oficinas, construções, serviços, hospitais, hotéis, restaurantes etc, onde trabalham os brasileiros e em igual condição nos trens, nos supermercados, nos passeios, nos bares ou mesmo nas escolas onde estudam os filhos desses trabalhadores, uns se empenham em adaptar-se aos sistemas e modos de viver dos japoneses; outros tentam reforçar sua brasilidade, buscando insistentemente formas de preservar e valorizar sua identidade pessoal e cultural.

Cada indivíduo lida com essa situação de forma singular, o que acaba dando a idéia de que tornar-se um *dekassegui* é uma escolha apenas pessoal, onde as conseqüências e problemas vividos são de responsabilidade individual daquele trabalhador. Assim, o isolamento, a solidão, o distanciamento das relações entre pais e filhos, entre os cônjuges, irmãos, os desentendimentos, a perda de amigos e dos vínculos comunitários, da auto-estima, da identidade, bem como as tensões e insatisfações manifestadas são, de forma restrita, tidas como simples decorrências de dificuldades e incapacidades estritamente pessoais, ou um preço a ser pago por ter optado ser um *dekassegui*.

Isso acontece até mesmo entre os próprios *dekasseguis* que, quando se vêem em dificuldades, com sérios problemas de saúde mental e física, em solidão insuportável, não pedem ajuda, sentem-se envergonhados por ter de se expor, não reclamam e nem batalham por soluções, não se unem para exigir seus direitos junto aos órgãos governamentais brasileiros e japoneses, agem como se apenas tivessem “fracassado”, sentem “culpa” ao perceberem que não possuem informações necessárias. Tudo isso é agravado pelos valores culturais japoneses que carregam, em que a exposição de seus problemas é visto como um “atestado de incompetência”.

Os brasileiros, como outros estrangeiros, foram ao Japão para serem, basicamente, empregados em subcontratadas de grandes empresas localizadas principalmente nas regiões de Aichi (Toyota e Toyohashi), Shizuoka (Hamamatsu e

Shizuoka), Gumma (Ota e Oizumi), Kanagawa e Tokyo³⁷, embora possamos ver a presença de brasileiros em todo o país. Dentro do esquema de produção japonesa, precisaram se acostumar com seu ritmo, sua precisão, qualidade, atenção e destreza, o que na maioria das vezes, tinham de aprender mesmo sem entender as instruções – ocasionando alguns acidentes de trabalho nas prensas e maquinarias da linha de montagem – mas, na maioria dos casos, houve rápida adaptação e em três meses passaram a produzir tanto quanto os próprios japoneses e, chegando a supera-los, em média, em oito meses.

Outra grande diferença que os brasileiros vivem no ambiente de trabalho, como reflexo da cultura japonesa, é a questão do “paternalismo” ou “familiarismo”, em que as relações de pai/filho são transpostas ao ambiente de trabalho com todas as suas implicações: disciplina, autoridade na qual o diretor ou qualquer outro superior dispõe do subordinado como um pai do filho, obediência às pessoas mais “antigas” na empresa, (ressalta-se que o sistema de remuneração por tempo de serviço é um dos pilares do modelo japonês), o que não os torna livres trabalhadores de sua força de trabalho, mas pressupõe a aceitação do sistema e da sociedade, em geral, da relação vertical hierarquizada para poder se adaptar.

Segundo Hirata, “o modo de articulação entre sistemas produtivos e estruturas familiares sob a forma de fronteiras pouco definidas entre público e privado, profissional e pessoal, trabalho e extra trabalho, empresa e sociedade” (Hirata, 1987:6) caracteriza a sociedade japonesa. Assim, a política de gestão da mão-de-obra é baseada mais sobre a pessoa do que em sua força de trabalho. Nesse contexto, as horas extras não remuneradas (as quais o *dekassegui* não se sujeita e, por isso, abandona o emprego, tornando-se para muitos empregadores um mau funcionário). As horas de lazer fora da empresa para estreitar a união entre eles, os círculos de controle de qualidade que servem para discutir os problemas e buscar soluções, como já mencionado, em muitos casos, ocorrem fora das horas de trabalho, à noite ou nos dias de folga sem remuneração adicional, o que não é aceito pelos *dekasseguis*. Isso só é possível aos japoneses porque as mulheres asseguram a realização de todas as tarefas domésticas e da educação dos filhos.

Para os japoneses, essas atividades não são vistas como exploração, mas como colaboração e sinal de lealdade à empresa, assim aqueles que não se

³⁷ Vide mapa do Japão no decorrer desse trabalho.

dispõem a fazer isso são discriminados e marginalizados pelos colegas, impossibilitado de permanecer nesse emprego, já que nessa cultura tudo será possível, se pertencer a algum grupo, não existe espaço para quem está à parte.

A inserção do trabalhador brasileiro no mercado de trabalho japonês dá-se no segmento onde a disputa é bastante acirrada, principalmente nesse período de recessão econômica enfrentado atualmente pelo Japão. Assim, ele pode ser visto pelos japoneses como aquele que pode lhes tomar os poucos empregos que ainda restam e, conseqüentemente, a xenofobia cresce e aumentam os protestos contra a presença de estrangeiros no país (inclusive já houve grandes manifestações neste sentido). A disputa ocorre também entre os próprios brasileiros, já que a perda do emprego pode significar a necessidade de voltar para o Brasil. Assim, aquele que sabe um pouco do idioma japonês tenta levar vantagem sobre os demais, denegrindo a imagem do companheiro que não fala o idioma e, portanto, não pode se defender ou deixa de passar instruções importantes aos colegas que não estavam presentes no momento que as informações foram transmitidas etc.

Kawamura (1997), afirma que ao entrar no mercado de trabalho japonês, o brasileiro começa a fazer parte de conjuntos sociais claramente definidos na estrutura social. Ele está inserido no mercado de trabalho periférico da economia japonesa e nos estratos inferiores da sociedade.

Como já foi mencionado, o brasileiro ocupa as funções que os japoneses se recusam a desempenhar, ou seja, aqueles que exigem menos qualificação, com salários considerados baixos pelos japoneses e não propiciam qualidade de vida num país de custo alto, todavia esses salários são altos quando comparados ao de padrão brasileiro³⁸. Atualmente, as empresas japonesas, com menor oferta de emprego, se tornaram cada vez mais exigentes na seleção do trabalhador, assim, um conhecimento básico do idioma é fundamental. Muitos brasileiros acabam ficando com poucas opções e em serviços que não exigem o conhecimento do idioma como *kensa* (inspeção).

Embora houvesse a previsão de que os *dekasseguis*, ao retornarem ao Brasil, poderiam trazer melhoria na qualidade dos trabalhadores e transferência de

³⁸ A média salarial atual está entre 1200 dólares para mulheres e 1500 para os homens. Nos tempos da economia aquecida, chegava ao dobro ou mais, acrescidas as horas extras. Oficialmente, fala-se em 2 bilhões de dólares por ano a quantia enviada ao Brasil, o que na época do "boom" econômico, atingia o dobro da citada.

tecnologia, além de novos valores culturais japoneses, observa-se que as empresas brasileiras não têm nenhum plano de recolocação desses trabalhadores, já que muitos deles não adquiriram novos conhecimentos ou tecnologias devido ao próprio tipo de trabalho desempenhado no Japão, ou seja, aqueles que não requerem qualquer esforço maior ou capacitação.

Para os *dekasseguis*, a saída do mercado de trabalho brasileiro também traz dificuldades na ocasião de seu retorno, como perdas em relação à qualificação profissional, o tempo de afastamento de uma ocupação mais qualificada, desatualização e problemas de readaptação, tanto pessoal quanto na recolocação profissional, pois estão fora das redes de empregos que estão cada vez mais escassos e exigentes - não havendo qualquer estrutura para garantir um retorno menos difícil. Mesmo porque, durante a sua permanência no Japão, seu objetivo principal é o ajuntar determinado montante em dinheiro, sem se importar com sua qualificação profissional, relegando-a a um segundo plano. Muitas vezes, a educação de seus filhos, pequenos ou adolescentes, não tem sido sua grande preocupação, nutrindo a idéia de que ela será cuidada após seu retorno ao Brasil.

Era comum ouvir-se, principalmente das autoridades da comunidade *nikkey*, que a decisão de ir trabalhar no Japão é pessoal e que os *dekasseguis* deveriam assumir todas as conseqüências dessa decisão, razão pela qual, no início do movimento, muitos se colocavam a favor ou contra, inclusive os próprios *dekasseguis*. Atualmente, alguns avanços podem ser observados, surgindo grupos e instituições de apoio que se propõem a intervir objetivando amenizar algumas dificuldades, embora, ao mesmo tempo, tenham surgido grupos que aparentemente oferecem auxílio, mas, na realidade, estão interessados em uma fatia do capital trazido por esses trabalhadores.

A decisão de sair do Brasil deve ter suas motivações pessoais, porém, não são exclusivamente essas, pois existem condições conjunturais brasileiras e mundiais que fogem do controle dos indivíduos. Muitos vão com o intuito de ficarem dois ou três anos e, nesse ínterim, ajuntar um montante e atingir seus objetivos, o que, dadas as condições desfavoráveis no Japão ou no retorno, seus planos são alterados. Além do que com as facilidades de consumo no Japão, o *dekassegui* muitas vezes tem acesso a bens que não conseguia adquirir até então, e a idéia de

morar num Primeiro Mundo e vislumbrar a possibilidade de ascensão parecem ser atraentes.

Muitos decidem não mais voltar, embora tenham de conviver com as discriminações (a sociedade japonesa é bastante homogênea), com dificuldades de comunicação, diferenças de costumes, dentre outras, mas com o propósito de poder oferecer melhores condições de vida para a família.

Já a situação da família do *dekassegui* que ficou no Brasil sofre conseqüências. A ausência de um membro, que está no Japão, altera a dinâmica familiar, contribuindo, muitas vezes, para o aparecimento de problemas emocionais. As próprias pessoas, que foram e retornaram, apresentam descompensações psiquiátricas como, por exemplo, a “Síndrome do Regresso” entre outras³⁹. Além disso, entre os que retornam, ocorrem suicídios não incluídos em estatísticas feitas pelos japoneses.

Nakagawa (1998) apresentou, no 16º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, dados coletados com duzentos e quinze (215) pacientes, *dekasseguis*, que regressaram com distúrbios mentais, atendidos na Clínica SUNRISE em São Paulo. Neste trabalho, nota-se que: os jovens e os solteiros são mais vulneráveis e 67% das pessoas apresentaram reações paranóides, uma Psicose Situacional; e, aproximadamente, 15% tentaram o suicídio, pelo menos uma vez, e um acabou conseguindo.

O grande alerta em relação ao que ele chamou de “Síndrome de Regresso” é o fato de que quase a totalidade dos pacientes apresentarem esse quadro, em maior ou menor grau. São semelhantes à esquizofrenia, e muitos casos de suicídio e tentativas de suicídio decorrem também do diagnóstico de esquizofrenia, feito pelos psiquiatras japoneses e brasileiros, que os levava a se sentir como se estivessem recebendo “sentenças de morte” pelo fato de a doença ser incurável.

³⁹Décio Nakagawa, Síndrome do Regresso, in Ninomiya, 1998.

2.4 – Mudanças no perfil dos *dekasseguis*

Como foi mencionado, no início do movimento, a população que seguia para o Japão era realmente constituída de chefes de famílias, casados, com dificuldades financeiras e iam sozinhos com intuito de trabalhar, em média, por dois anos.

Com o passar dos anos, com as redes sociais se estabelecendo no Japão, o perfil das pessoas foi mudando. Alguns começaram a levar a família ou os idosos para ajudar a cuidar das crianças enquanto os pais trabalhavam. Os universitários formados sem grandes expectativas de empregos, ou ainda os adolescentes que, mesmo deixando os estudos, encararam essa decisão como uma aventura. Somam-se a isso, a curiosidade de conhecer o país de seus ancestrais e de buscar as raízes de sua identidade *nikkey*.

A preocupação de acumular dinheiro deixa de ser prioritária, não necessitam enviar dinheiro para familiares, e, assim, jovens seguem para o Japão para trabalhar, mas também, para aproveitar o que ganham para viajar, conhecer o país, ter acesso aos objetos de desejo e experimentar a vida num país de Primeiro Mundo.

Se na primeira fase do movimento, economia era a palavra de ordem, atualmente procuram melhorar a qualidade de vida, adquirir os objetos de desejo: aparelhos de DVD, som e computadores de última geração, telefones celulares cada vez mais sofisticados, eletrodomésticos, automóveis de última geração e/ou gastam todo salário em cosméticos, roupas e produtos alimentícios brasileiros.

A volta já não mais planejada para dois anos, passa para “enquanto der”, “enquanto houver trabalho”, “enquanto for bom”, ficando ainda mais complicada a readaptação no caso do retorno. Muitos pensam em não mais regressar. Se por um lado, hoje, as leis de imigração japonesa facilitam a entrada dos *nikkeys* e as renovações sucessivas do visto permitem ficar por muitos anos, por outro lado, com a recessão econômica e com a exclusão dos estrangeiros do mercado de trabalho oficial, na base da sociedade japonesa, vai se criando uma nítida camada de trabalhadores não qualificados, pouco instruídos e com dificuldades de inserção, sendo vistos como os “culpados” pelas infrações e desordem social, camada essa vista como necessária, porém, não grata.

Essa situação tende a se agravar ainda mais, se considerarmos que muitos adolescentes ao perceberem que após atingir a idade mínima para o trabalho permitida pela lei japonesa (16 anos), podem desenvolver as mesmas atividades dos pais, inclusive obter a mesma remuneração, não hesitam em abandonar os estudos e entrar nas fábricas. Eles eliminam, assim, as possibilidades de adquirir alguma qualificação e cria-se, assim, mais uma geração de trabalhadores não qualificados.

Cada vez mais aumenta o índice de casamentos dos *dekasseguis*, ora entre os *nikkeys* brasileiros, ora com descendentes de outros países e alguns, até com japoneses. Há uma estimativa de três mil nascimentos de brasileiros por ano no Japão, o que os japoneses encaram como sendo outro problema, pois a taxa de natalidade, enquanto gira em torno de 1,3 entre os japoneses (em 2004, foi de 1,3), passa para mais de 3 entre os estrangeiros. Cada vez mais, o número de crianças brasileiras aumenta e não existe nenhuma infra-estrutura realmente eficaz para incluí-las na sociedade japonesa ou brasileira.

Pode-se observar uma nova geração de crianças surgindo no Japão, filhos de pais ainda adolescentes que foram para o Japão quando pequenos e que, enfrentando dificuldades de inserção nas escolas japonesas, abandonaram seus estudos, muitos sem ao menos concluir o ensino fundamental.

Também, há crianças que permanecem no Brasil, enquanto seus pais, ou um deles, integram o movimento *dekassegui* com suas idas e vindas. Todas essas crianças enfrentam uma série de dificuldades que interfere no seu desenvolvimento psico-social. Assunto esse que foi tema da minha dissertação de mestrado.

No decorrer desses 20 anos desde o início do movimento, são observadas várias mudanças no perfil dos *dekasseguis* e nas características do próprio movimento, como também nas próprias tentativas de resolver problemas, tanto pela sociedade receptora como pelos próprios brasileiros. Aos poucos vai surgindo uma nova geração de brasileiros no Japão, a de crianças cujos pais nasceram ou cresceram naquele país. Assim, as conseqüências timidamente observadas do movimento nas crianças, hoje adultas, configuram uma nova realidade, desafiando a todos para novas propostas de intervenção.

CAPÍTULO 3 – BRASILEIROS NO JAPÃO

Capítulo 3: Brasileiros no Japão

Como busquei neste estudo, conhecer a realidade das crianças e adolescentes brasileiros que estão no Japão, acompanhando seus pais, situo primeiramente neste capítulo, esse país e os estrangeiros que lá se encontram, principalmente os brasileiros.

3.1 – Os estrangeiros no Japão

O Japão, um arquipélago situado a leste do continente asiático, possui 127.619.000 habitantes (dados de 2003), em seu território de 377.873 km² de área total⁴⁰. É um país insular situado a leste do continente asiático, com o Mar do Japão a oeste e Oceano Pacífico a leste. É formado por quatro ilhas principais: Honshu (a maior e principal divididas em regiões: Tohoku, Kanto, Chubu, Kansai, Chugoku); Hokkaido (ao norte); Shikoku (formado por quatro províncias); e Kyushu (ao sul) e no seu extremo sul, distante dessas ilhas, várias ilhas compondo Okinawa, além de milhares de pequenas ilhas.

É um país montanhoso e vulcânico, onde 75% das terras é não-habitável e existem por volta de 150 vulcões principais, além de estar sobre placas tectônicas o que torna os terremotos e furacões bastante freqüentes. Tem como capital Tokyo que recebe essa denominação desde 1868, quando se tornou capital no período Edo (1600-1867). Em 1603, ocasião em que Tokugawa Iyeyasu (shogun) estabeleceu o seu governo ali. É composto por 47 províncias⁴¹.

⁴⁰ *Folha de São Paulo*: 24/03/2003 sobre o território. Sobre a população japonesa, relatório do JIA de 2003.

⁴¹ Dessas 47 províncias, 1 é denominado do (Hokkaido), 1 to (Tokyo to), 2 fu (Osaka fu e Kyoto fu), e 43 ken.

Figura 1

Mapa do Japão.



(Fonte: www.globosapiens.net/subapp_countries/app_data/maps/japan-map.jpg)

Conforme a publicação anual *Zairyu Gaikokujin Toukei*, a estatística oficial publicada pelo *Japan Immigration Association* do Ministério da Justiça Japonesa de 2004⁴², em dezembro de 2003 (Heisei 15⁴³), o total de estrangeiros no país era de 1.915.030, indicando um aumento de 3,4% (63.272 pessoas), em comparação com o ano anterior⁴⁴.

O número de estrangeiros cresce a cada ano, sendo que, em comparação há cinco anos atrás (Heisei 10 – 1999), houve um aumento de 402.914 pessoas (26,6%) e, em relação há 10 anos atrás (Heisei 5 – 1993), um aumento de 594.282 pessoas (45,0%), como podemos observar na tabela abaixo:

⁴² Embora dados atualizados do JIA, de dezembro de 2004 estejam disponíveis no site, são apenas alguns dados parciais, portanto, nesse trabalho opto por trabalhar com os dados de 2003, publicados em 2004, acrescentando alguns dos dados atualizados, disponíveis em notas de rodapé.

⁴³ O calendário japonês está dividido em eras conforme o governo de determinado Imperador. Em 1989, com a morte do imperador Hirohito (terminando assim a era Showa), o príncipe herdeiro foi empossado, começando uma nova era: a era Heisei (1^o ano) e a partir de então, conta-se ano 2, ano 3 e assim por diante. 2005 é ano Heisei 17, isto é, o 17^o ano da era Heisei.

⁴⁴ Dados de 2005, de dezembro de 2004 (heisei 16), apontam que são 1.973.747 estrangeiros no país, um aumento de 3,1% em relação ao ano anterior. Esses dados estão disponíveis apenas no site: www.moj.go.jp/PRESS/050617-1/050617-1.html

Tabela 1

Número de estrangeiros no Japão.

Ano	Total de estrangeiros	Aumento em relação ao ano anterior	Em relação à população japonesa
Showa 51(1976)	753.924		0,67
56 (1981)	792.946	1,3%	0,67
61 (1986)	867.237	2,0%	0,71
Heisei 03 (1991)	1.218.891	13,4%	0,98
04 (1992)	1.281.644	5,1%	1,03
05 (1993)	1.320.748	3,1%	1,06
06 (1994)	1.354.011	2,5%	1,08
07 (1995)	1.362.371	0,6%	1,08
08 (1996)	1.415.136	3,9%	1,12
09 (1997)	1.482.707	4,8%	1,18
10 (1998)	1.512.116	2,0%	1,20
11 (1999)	1.556.113	2,9%	1,23
12 (2000)	1.686.444	8,4%	1,33
13 (2001)	1.778.462	5,5%	1,40
14 (2002)	1.851.758	4,1%	1,45
15 (2003)	1.915.030	3,4%	1.50

(Fonte: JIA, 2004)

Nos últimos 10 anos, o crescimento da população japonesa foi de 2,1% enquanto que o de estrangeiros foi bem maior: 45,8% no mesmo período.

Em relação à procedência desses estrangeiros, 1.422.979 são da Ásia (74,3%), seguido de 343.635 da América do Sul (17,9%) sendo que, juntos, totalizam 92,2% de estrangeiros no país, como pode-se observar na tabela a seguir.

Tabela 2

Evolução do número de estrangeiros, seu país de origem e taxa de aumento em relação ao ano anterior.

País	2000 (12)	2001 (13)	2002 (14)	2003 (15)	% total	% aumento
Total	1.686.444	1.778.462	1.851.758	1.915.030	100	3,1
Ásia	1.244.629	1.311.449	1.371.171	1.422.979	74,2	2,9
Am Sul	329.510	329.510	334.602	343.635	18,2	4,2
Am Nor	60.492	60.492	63.201	63.271	3,3	1,9
Europa	51.497	51.497	55.288	57.163	3,0	2,2
Austral	14.697	14.697	15.898	16.076	0,8	0,3
África	8.876	8.876	9.694	10.060	0,5	2,6
Outros	1.941	1.941	1.904	1.846	0,1	-1,1

(Fonte: JIA, 2004)

Os estrangeiros se espalham por quase todas as províncias japonesas, embora haja concentração em locais onde há maior demanda de mão-de-obra, conforme podemos observar:

Tabela 3

Províncias com grande concentração de estrangeiros.

	Total de estrangeiros
País todo	1.915.030
Tokyo	342.437
Osaka	211.491
Aichi	167.270
Chiba	95.268
Shizuoka	82.474
Kyoto	56.127
Gunma	43.470

(Fonte: baseado nos dados do JIA, 2004)

Os estrangeiros perfazem 1,5% da população geral japonesa, porém, esse número é consideravelmente maior em algumas cidades japonesas, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 4

Cidades japonesas com grande população de estrangeiros.

Cidade-província	População	Estrangeiros	Porcentagem de estrangeiros	Procedência
Oizumi-Gunma	42.573	6.217	14,6%	Brasil
Ota-Gunma	150.948	7.516	5,0%	Brasil
Toyohashi-Aichi	372.986	14.908	4,0%	Brasil
Toyota-Aichi	344.549	11.162	3,2%	Brasil
Suzuka-Mie	194.176	6.969	3,6%	Brasil
Hamamatsu-Shizuoka	596.988	21.068	3,5%	Brasil
Minokamo-Gifu	50.820	3.475	6,8%	Brasil
Kani-Gifu	96.203	4.042	4,2%	Brasil

(Fonte: baseado no material distribuído no *shujutoshikaigi* de setembro de 2002).

Os brasileiros constituem o 3º maior grupo de estrangeiros no país, precedidos por coreanos (613.791) e chineses (462.396)⁴⁵. Esses últimos encontram-se fixados no Japão desde os tempos pós-guerra, já com o idioma e a cultura local incorporados, são os chamados *old comers*. Os brasileiros designados como *new comers* constituem o maior contingente populacional no arquipélago, de “estrangeiros novos” seguidos de filipinos, e peruanos.

Em relação ao número de brasileiros no Japão, desde o início do movimento *dekassegui*, pode-se observar que, embora com pequenas flutuações, também aumenta a cada ano, sendo que existem alguns picos como em 1991 após a reforma da Lei de Imigração:

⁴⁵ Os dados de dezembro de 2004, apontam a presença de 487.570 chineses e 607.419 coreanos e 286.557 brasileiros.

Tabela 5

Crescimento do número de brasileiros no Japão desde 1985.

Ano	Número	Ano	Número
1985	1.955	1994	159.619
1986	2.135	1995	176.440
1987	2.250	1996	201.795
1988	4.159	1997	233.254
1989	14.528	1998	222.217
1990	56.429	1999	224.299
1991	119.333	2000	254.394
1992	147.803	2001	265.962
1993	154.650	2002	268.332
		2003	274.700

(fonte: baseado nos dados do JIA)

Em dezembro de 2004, a população brasileira no Japão era constituída da seguinte maneira, conforme a faixa etária e sexo:

Tabela 6

População brasileira no Japão em 2003 conforme sexo e faixa etária.

Idade	Homens	Mulheres	Total
Total	151.136	123.564	274.700
0 a 4 anos	8.692	8.079	16.771
5 a 9 anos	7.606	7.271	14.877
10 a 14 anos	4.907	4.829	9.736
15 a 19 anos	8.693	7.865	16.558
20 a 24 anos	19.192	16.471	35.663
25 a 29 anos	22.293	18.060	40.353
30 a 34 anos	20.100	15.741	35.841
35 a 39 anos	17.332	13.102	30.434
40 a 44 anos	13.903	10.516	22.873
45 a 49 anos	10.778	8.263	19.041
50 a 54 anos	8.295	6.166	14.461
55 a 59 anos	5.888	4.264	9.808
60 a 64 anos	2.531	1.984	4.515

(continuação)

Idade	Homens	Mulheres	Total
65 a 69 anos	726	731	1.457
70 a 74 anos	153	174	327
75 a 79 anos	35	31	66
Mais de 80	12	17	29

(Fonte: baseado nos dados do JIA, 2004)

Comparando-se com os dados do ano anterior, pode-se observar que o envelhecimento da população se dá em passos acelerados, sendo que muitos deles já estão morando há mais de dez anos no Japão, sem recolher suas contribuições para ter direito à assistência saúde e à aposentadoria.

Embora, aparentemente, os números em relação à população brasileira no Japão não mostrem sinais de aumento considerável, não se pode esquecer que a cada ano, o índice de pessoas que consegue permanência no país é significativa. Apenas, no ano de 2004, 10.810 brasileiros conseguiram visto permanente no país.

Os brasileiros, também, estão espalhados em todo o território japonês, embora haja concentração em locais de maior demanda de mão-de-obra, como no caso de estrangeiros em geral.

Tabela 7

Brasileiros por província em 2003.

Província	Total brás
	274.700
Hokkaido	247
Aomori	64
Iwate	801
Miyagi	1.593
Akita	53
Yamagata	387
Fukushima	798
Ibaragi	10.940
Tochigi	8.754
Gunma	15.756

(continuação)

Província	Total de bra.
Saitama	13.932
Chiba	6.331
Tokyo	4.714
Kanagawa	13.837
Niigata	1.373
Toyama	4.233
Ishikawa	1.608
Fukui	2.636
Yamanashi	4.915
Nagano	17.898
Gifu	16.449
Shizuoka	41.489
Aichi	57.336
Mie	17.619
Shiga	10.995
Kyoto	683
Osaka	4.808
Hyogo	3.774
Nara	942
Wakayama	240
Tottori	89
Shimane	623
Okayama	1.619
Hiroshima	5.184
Yamaguchi	335
Tokushima	88
Kagawa	441
Ehime	152
Kochi	28
Fukuoka	312
Saga	51
Nagasaki	54
Kumamoto	114
Oita	109
Miyazaki	37
Kagoshima	94
Okinawa	165

(Fonte: baseado nos dados do JIA, 2004)

3.1.1 – O sistema de contratação do trabalhador brasileiro

Os brasileiros estão presentes em todo o território japonês, mesmo em pequenas cidades, havendo maior concentração em algumas províncias (vide tabela 7).

A partir da pesquisa bibliográfica e de observações feitas no Japão, farei uma breve exposição do cotidiano dos trabalhadores para ilustrar o contexto familiar e ambiental em que vivem as crianças e adolescentes, objetivos deste estudo.

A maioria dos *nikkeys* que segue para o Japão, inicia sua trajetória ainda no Brasil, a começar pela procura de empregos. Inúmeras “agências de turismo” encontradas no bairro da Liberdade e outros bairros, onde existe um grande número de *nikkeys*, “agentes” espalhados em pequenas cidades nos arredores de São Paulo e outras cidades do Brasil, possuem o que os *nikkeys* procuram. Jornais e revistas que circulam na comunidade, principalmente *nikkey*, oferecem empregos “atraentes” no Japão. Agenciadores de empregos concorrem entre si, oferecendo serviços de todos os tipos, desde a documentação necessária, passagens aéreas, até promessas de pessoas que vão recepcioná-los no aeroporto de Narita (Tokyo) ou algum outro aeroporto de grande porte no Japão, sempre buscando os potenciais *dekasseguis*.

Não raro, andando pelo bairro da Liberdade em São Paulo, depara-se com pessoas nas esquinas distribuindo *flyers* (folhetos), com ofertas de emprego no Japão. Outros, mais audaciosos, telefonam para as nossas casas ou enviam cartas, oferecendo empregos e/ou solicitando indicações de amigos ou parentes que possam se interessar.

Apenas uma entidade denominada Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE) representa a agência pública de trabalho (*Shokuan - Hello Work*), no Brasil, que garante os direitos dos trabalhadores, já que, como órgão do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social, conta com aproximadamente 630 agências espalhadas em todo o Japão (Cf: Sasaki, 2002) e não usa dos mesmos meios das empreiteiras. As ofertas de emprego porém são poucas e com remunerações pouco convidativas. Isso ocorre porque os empregos disponíveis nas agências públicas são enviados para os Hello Works espalhados no

Japão, e as vagas remanescentes são enviadas para serem preenchidas no Brasil. Em época de desemprego, são poucas as vagas remanescentes que, sendo órgão de utilidade pública, são oferecidas gratuitamente. Mesmo os brasileiros residentes no Japão, que procuram empregos, poderiam se beneficiar dessas agências que, muitas vezes, disponibilizam pessoas falando em outros idiomas, principalmente espanhol para os latinos.

Assim sendo, embora com oferta maior de empregos, as empreiteiras nem sempre oferecem as condições prometidas antes do desembarque, sendo esse um dos diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros.

A preferência dada pelos *dekasseguis* às empreiteiras não significa que essas possuam, de fato, muitos empregos disponíveis. Pode-se observar, por exemplo, o fenômeno de “multiplicação de empregos”, conforme cita Sasaki: uma empresa que possui uma vaga no seu quadro de funcionários, para agilizar a contratação, envia a solicitação para várias empresas intermediárias; estas por sua vez, encaminham para todas as suas muitas “filiais”. Assim, podemos observar uma única vaga disponibilizada em inúmeras empresas de recrutamento no Brasil, verificando-se então, que algumas poucas ofertas “crescem” em progressão geométrica, à medida que se aproxima do trabalhador.

Algumas agências financiam as passagens para o Japão, cobrando juros exorbitantes; outras cobram várias taxas “gordas”, encarecendo a ida do trabalhador. Documentações providenciadas consomem outro montante também considerável.

Sendo o Japão um país cuja sociedade é estruturada hierarquicamente, notam-se diferenças marcantes na maneira de recepcionar os estrangeiros, na forma de tratamento e até mesmo respeito, dependendo das condições em que estes chegam ao país. Naturalmente, os detedores de títulos acadêmicos, os que ocupam posições de poder ou de cargos privilegiados, são recebidos diferentemente dos estagiários ou bolsistas, que por sua vez, se diferenciam muito dos trabalhadores não qualificados. Assim, como para ser apresentado a uma outra pessoa desconhecida, o processo é sempre “mediado” por alguém que conhece ambas as partes e faz o papel de listar as qualificações de ambos. Logo se oferece o cartão de visitas em que estão registrados não apenas as formas de contatos possíveis para relacionamentos posteriores, como também as “qualificações”

peçoais, no intuito de confirmar a posição hierárquica que ocupa dentro da instituição a que está vinculado, para, assim, definir a forma de tratamento.

Figura 2

Anúncios de empregos nos classificados do *Jornal Nipo Brasil*.

The image shows two job advertisements side-by-side. The left advertisement is for 'BUSINESS LINE' and the right one is for 'KOWA CO., LTD.'.

Left Advertisement (BUSINESS LINE):

- Salário: ¥900 ~ ¥1.200/h + horas extras com 25%
- Tipos de trabalho: Montagem, teste de aparelhos eletro-eletrônicos e benshoys
- Requisitos: Idade de 18 a 50 anos e fluência no idioma japonês
- Preferência: para portador(a) de carteira de habilitação japonesa e com condução própria
- Local de trabalho: Nagano-ken
- Oferecemos: 1 a 3 horas extras por dia
- Ataque: ¥31.500/mês (fora luz, água e gás)

Right Advertisement (KOWA CO., LTD.):

COMPONENTES ELETRÔNICOS

- Requisitos: ■ idade de 18 a 40 anos
- nihongo básico
- Salário: ¥900 ~ ¥1.150/h
- Turnos: diurno e alternado com 3 horas extras por dia, em média
- Local: Nagahama-shi Shiga-ken
- Tel: 0749-66-6636

KOWA CO., LTD.

1-12-1004 Goma-ken, Japan 45, Nagahama-shi 15
Contact us Brazil: Tel: 0270-21-8155 (Matriz)

BUSINESS LINE LIGUE E CONVERSE CONOSCO SEM COMPROMISSO
Nagano-ken, Shiga-ken, Daiichi Nishi-ku 12-27, Osaka Reg. 27 (em frente à estação JR)
Tel. 0263-53-5345

O sistema de trabalho no Japão é diferente do sistema brasileiro, razão pela qual muitos trabalhadores brasileiros desinformados, acabam se deparando com situações inusitadas e, sem conhecimento de seus direitos, são também obrigados a se submeter à exploração desenfreada das empreiteiras fornecedoras de mão-de-obra para empresas e fábricas japonesas. Segundo Sasaki, até março de 1997, as agências públicas, gratuitas de empregos eram os únicos encarregados na colocação e recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho. A partir dessa data, agências privadas que tiveram a autorização do Ministério do Trabalho passaram a ter o direito de fazer o mesmo trabalho, mas apenas para os 29 diferentes tipos de serviços e profissões classificados como técnicos e especializados, cobrando pelo serviço prestado.

As grandes empresas, fábricas e indústrias, incluindo as empresas subcontratadas, não têm o costume de contratar e manter vínculo empregatício diretamente com trabalhadores estrangeiros, principalmente para não arcarem com ônus sociais. Assim, as vagas existentes são oferecidas aos intermediários, ou agenciadores de emprego. Os motivos alegados pelos empregadores costumam ser: pouca estabilidade no trabalho, abandono por motivos pouco importantes do ponto de vista dos japoneses, como pequenas diferenças de remuneração, diferenças de postura em relação às normas trabalhistas. Mesmo em relação aos japoneses, os empregos, principalmente os não qualificados, seguem o mesmo trâmite.

A maioria das empresas, acaba por contratar empresas intermediárias para firmar os contratos. Existem dois tipos de intermediários: as alocadoras de mão-de-obra (*haken gaisha*), públicas ou privadas e as empreiteiras. As alocadoras, até março de 2004, estavam proibidas de enviar trabalhadores para as fábricas, poderiam apenas enviar mão-de-obra qualificada como técnicos para as empresas que necessitassem dos serviços. Aqui, a contratação é de trabalhadores, as alocadoras deviam apresentar os candidatos para as empresas, recebendo uma determinada remuneração por pessoa apresentada. Os trabalhadores ficam diretamente subordinados à empresa para a qual foram enviados e contratados.

Em outro caso, as empresas delegam uma determinada cota de produção e de seus meios, para as empreiteiras e fica a cargo destas decidirem o número de funcionários que serão utilizados para se cumprir à demanda de produção num prazo determinado. Na verdade, a empreiteira deve se responsabilizar inclusive pelo envio de um funcionário encarregado pela produção. Como as empresas de alocação e as empreiteiras na prática realizam serviços semelhantes, para os brasileiros em geral, são todas chamadas de empreiteiras. Muitas funcionam ilegalmente e outras estão sob o controle de *yakuzá*.

No caso da empreiteira receber uma remuneração por apresentação de pessoas, normalmente isso não se resume em levá-las e ter esse ganho pontual, já que a empreiteira, sendo a intermediária entre o trabalhador e a empresa, fica responsável pelo pagamento. Assim, o salário não é pago diretamente ao trabalhador, mas à empreiteira. Portanto, nesse processo, a empreiteira oferece um salário já com o devido desconto da sua comissão, tendo o seu ganho garantido, enquanto o trabalhador estiver vinculado. Em casos de passagens financiadas para garantir a vinculação, não é rara a empreiteira reter o passaporte do trabalhador e fazer os descontos já somados de juros e generosos acréscimos. Naturalmente, a empreiteira tem grandes ganhos nesse processo de envio do trabalhador, desde quando ele se encontra no Brasil, razão pela qual é facilmente compreensível que, apesar de haver significativo número de brasileiros desempregados no Japão, o mercado busca mais e mais brasileiros para enviar. Os brasileiros, principalmente por terem dificuldades de idioma, em geral, são mandados para a linha de montagem das fábricas ou inspeção (*kensa*).

A maneira como se dá a contratação de trabalhadores, principalmente dos estrangeiros, tem sido uma das causas de grande transtorno na vida dos trabalhadores brasileiros. Ela já começa a mostrar sinais de complicações desde a partida do Brasil. Embora existam, de fato, empreiteiras idôneas, boa parte delas funciona de forma ilegal; aproveita-se da falta de informação do trabalhador e da vulnerabilidade em que este se encontra num país estrangeiro para desamparar e explorar o máximo possível. As queixas mais freqüentes de trabalhadores, segundo CIATE, são: cobranças exorbitantes das comissões e passagens aéreas; descontos salariais abusivos; negligência com relação aos seguros sociais, o que os desampara em casos de acidentes de trabalho, desemprego, doenças etc. Há também descumprimento dos acordos verbais; retenção do passaporte brasileiro, do trabalhador; demissão sem justa causa; não pagamento do aviso prévio; não pagamento do salário; cobrança de multa na rescisão de contrato; despejo do alojamento em caso de demissão; demissão das mulheres em caso de gravidez; ameaça e violência física ou psicológica, maus tratos entre outros (Cf. Sasaki, 2002).

Outras questões relativas aos direitos trabalhistas como: férias remuneradas (que embora os trabalhadores brasileiros tenham direito, ao gozarem delas, correm grande risco de serem desligados da empresa ao retornarem); horas extras; trabalhos em turnos noturnos (sem acréscimo de salário) são bastante evidentes. Muitos trabalhadores são obrigados a fazer turnos alternados, isto é, trabalhar uma semana durante o dia e, na outra semana, à noite, o que traz desajustes sérios em relação ao sono e à saúde em geral, fatos esses negligenciados e, muitas vezes, ocorrendo isso sem que ao menos eles recebam o adicional noturno.

Outra questão importante é em relação a acidentes de trabalho. Quando estes ocorrem, as indenizações são dificilmente obtidas, além de não serem justas. Outra dificuldade para os brasileiros é que essas indenizações, muitas vezes, se dão em troca de seus empregos.

Observando os vários anúncios recrutando trabalhadores, pode-se perceber que a remuneração média oferecida pelas empreiteiras é de 1.200 ienes/hora para os homens (alguns chegam a 1.500, principalmente com adicional noturno) e 850 a 1.000 ienes/hora para as mulheres. Com horas extras, se disponíveis e/ou cumprindo turnos de trabalhos noturnos, é possível chegar a uma remuneração aproximada de 250 a 300 mil ienes mensais, no caso de homens, e 200 a 250 mil

ienes mensais, no caso de mulheres. Muitas mulheres, com filhos, cumprem oito horas de trabalho diário, em turnos diurnos, recebendo por volta de 150 a 200 mil ienes mensais.

3.1.2 – A questão da saúde

No Japão, todas as pessoas contribuem para ter um seguro de saúde: o *Kenko hoken*, o seguro de saúde destinado aos empregados das empresas, vinculado também ao sistema previdenciário, que engloba as pensões pagas pelo empregador e trabalhador nas mesmas proporções ou o *Kokumin kenko hoken*, destinado aos comerciantes, autônomos ou agricultores, mantidos pelos próprios trabalhadores. Além disso, o assalariado é obrigado a contribuir com o *kosei nenkin hoken* (seguro aposentadoria) e *koyo hoken* (seguro desemprego).

Todos os trabalhadores brasileiros, teoricamente, deveriam ser inscritos no seguro saúde. Quando o trabalhador está devidamente inscrito como assalariado, recebe assistência médica, tem direito a aposentaria proporcional à contribuição, no caso de atingir sessenta anos. De um modo geral, o empregador não paga essa contribuição e também induz o trabalhador a sonegar, alegando que dificilmente usufruirá da aposentadoria. Juntando com o que foi apontado antes sobre o objetivo de acumular mais rapidamente o montante desejado, já que essa contribuição é onerosa, facilmente a situação fica assim configurada: trabalhador desprotegido (no caso, o empregador também sonega a parcela dele, já que a contribuição previdenciária é igualmente dividida entre trabalhador e empregador). Novas regulamentações trabalhistas de 2004, autuam empresas que contratem trabalhadores sem recolher contribuições. A partir de 2005, foi feito um reajuste com aumento no valor da contribuição. A crise previdenciária não acontece apenas com trabalhadores estrangeiros, atinge toda a população japonesa, já que com o crescente envelhecimento da população, o número de aposentados e com restrito número de trabalhadores ativos, baixa natalidade, configura-se rapidamente a falência desse tipo de sistema. Os próprios japoneses, duvidando da possibilidade de um dia receber benefícios, resolvem não contribuir.

Mesmo quando os trabalhadores estrangeiros querem contribuir com o *kokumin kenko hoken*, algumas cidades não aceitam que eles o façam. Alguns brasileiros, em Hamamatsu, contam que estão sem esse direito, porque essa cidade é uma das que não aceitam essa contribuição, alegando que os brasileiros não o fazem por longo tempo, como os japoneses, e a vulnerabilidade a que estão expostos aumentam os riscos de necessidade de assistência, mais do que o valor que contribuíram.

Outra queixa comum em relação aos trabalhadores brasileiros é que estes não costumam obedecer às normas de segurança (a mesma queixa de fiscais de segurança, aqui no Brasil). Deixam de usar luvas de proteção, capacetes, e muitas vezes, acabam se acidentando por essa negligência. Possuem uma jornada de trabalho pesada (o que aumenta realmente os ganhos são as horas extras). Hoje, o governo controla o número excessivo de horas trabalhadas. Antes disso, chegavam a trabalhar dezesseis ou dezoito horas por dia, aumentando os riscos de doenças e acidentes. Muitas empresas também não oferecem condições adequadas de treinamento e segurança.

Embora não existam dados oficiais, não são raros os casos de acidentes graves, resultando em amputação de dedos, da mão, do pé, sérias queimaduras ou mesmo, em morte, na construção civil ou nas prensas das indústrias.

Segundo Yoshioka (1995), nos casos de acidentes de trabalho sem contribuição previdenciária, após o tratamento inicial, o trabalhador é demitido para evitar denúncias à Delegacia de Normas Trabalhistas e reivindicação de indenização e, inclusive, indução para assumir a culpa por negligência ou descuido. Yoshioka acrescenta, também, o fato do trabalhador desconhecer seus direitos e nem sequer cogitar da indenização; se estivesse segurado, receberia todo o tratamento, a indenização e os dias parados.

Muitas dificuldades para conseguir atendimentos como: não ter o montante de dinheiro necessário, não conhecer o idioma, entre outras, fazem com que muitos retornem ao Brasil para conseguir o tratamento necessário. Outros inclusive, não realizam contribuições previdenciárias no Brasil, não possuem planos de saúde, complicando-se na ocasião de seu regresso ao Brasil.

Muitos *dekasseguis* saíram de regiões agrícolas de vários Estados brasileiros, nunca estiveram em trabalhos na esteira de produção e têm, em média, três meses para aprender o serviço. Pode-se questionar, se três meses são suficientes para a adaptação neuromotriz, para se executar coordenadamente um conjunto de ações, pois, em caso de falha, um acidente poderia ser fatal. Nos casos de fatalidade e quando se consegue uma indenização, esse montante é bastante inferior ao que é pago para os japoneses, e a alegação é de que o cálculo é feito considerando a expectativa de vida útil, sendo que a do brasileiro é bastante inferior.

A diferença nos sistemas de saúde japonês e brasileiro também facilita a ocorrência de muitos contratemplos. Nos casos de gravidez e parto, a forma como tratam as parturientes, geralmente sem o uso de anestesia, em partos normais com internações longas, já assustam. A existência de uma cortina entre o médico e a parturiente, que não sabe o que pode acontecer, causa muita angústia nas brasileiras que estão prestes a dar a luz. A consulta médica, rápida, com duração de alguns minutos, tempo apenas para que o médico faça algumas perguntas para as quais o paciente mal tem tempo de responder; avaliações psiquiátricas feitas em salas isoladas, através de inventários, etc, são queixas constantes dos brasileiros, mesmo dos inscritos em seguros. A questão do idioma é fundamental. Muitos brasileiros vão às consultas, acompanhados de tradutores, em vão, por não ter tempo de explicar os problemas ao médico.

A dificuldade de faltar ao serviço, por não querer perder a remuneração paga por hora trabalhada e também pela indisposição do empregador por causar transtornos, na linha de montagem, são apontados como motivos que fazem com que buscar atendimento médico seja apenas para casos mais graves.

Segundo especialistas brasileiros, o aumento de algumas doenças como a hanseníase no Japão entre os brasileiros, é consequência da dificuldade de se obter diagnóstico e tratamentos adequados, já que a incidência dessa doença no Japão é dita nula e os médicos não conseguem fazer o diagnóstico e propor tratamentos. O aumento dos portadores de HIV, proliferando principalmente entre os jovens brasileiros, mostra a necessidade de trabalhos de informação e prevenção adequados.

3. 1.3 – Moradia e relacionamentos

A maioria dos brasileiros, assim como outros estrangeiros, vivem em apartamentos alugados pelas empreiteiras ou em prédios de administração pública. São facilmente encontrados em *dantis*, isto é, conjuntos habitacionais cujos custos são menores que os de outros apartamentos ou de casas em geral. Alguns prédios são chamados de *ken-ei*, moradias que recebem subsídios da província, outros são os chamados *ko-dan*, os governamentais. Alguns deles em posse das empreiteiras, são bastante cobiçados pelos estrangeiros, em todas as cidades do país.

Embora o tamanho dos apartamentos varie bastante, os mais baratos do tipo *ko-dan*, de dois dormitórios variam de 45 a 50 mil ienes mensais, sendo que existem os maiores e bem mais onerosos. Esse tipo de apartamento só é alugado para famílias (pessoas que moram sozinhas não podem pleitear), mas é mais rápido de se conseguir e não há exigência de fiadores. Os apartamentos *ken-ei* não fazem restrições para pessoas solteiras, porém fazem várias exigências dependendo da província, entre elas, um fiador. A renda do inquilino deve ser quatro vezes superior ao valor do aluguel e, por receber subsídios da província, são mais baratos, comparados aos do tipo *ko-dan*, embora seja mais demorado conseguir alugar um.

Os japoneses costumam dizer que é fácil detectar a presença ou não de brasileiros nos condomínios. Basta prestar atenção nos estacionamentos, pois, onde moram brasileiros, pode-se notar a presença de “carrões” estacionados nas garagens. Muitos brasileiros fazem questão de ostentar carros novos e de modelos sofisticados, “não populares”.

Com relação à moradia dos brasileiros, as prefeituras reconhecem em *off*, que não tem o número exato de habitantes pelo fato de os brasileiros virem morar no apartamento de parentes e amigos, sem darem a entrada oficial na prefeitura local. Vários brasileiros que perdem seus empregos e, conseqüentemente, o local de moradia, já que muitos apartamentos estão em poder das empreiteiras que contratam esses trabalhadores, ou que não podem mais arcar com os custos do aluguel, buscam abrigo na casa de parentes e amigos. Assim, algumas famílias convivem, mesmo que temporariamente, num único apartamento para desagrado dos japoneses e descontrole das prefeituras.

Figura 3

Sanaruko danti em Hamamatsu.



Figura 4

Homi danti em Toyota.



Sanaruko danti e *Homi danti* são exemplos de condomínios com um número significativo de estrangeiros, especialmente brasileiros.

O relacionamento com a vizinhança, principalmente com os japoneses, muitas vezes fica prejudicado pelo fato de os brasileiros não participarem ativamente das ações comunitárias, como coleta seletiva de lixo, limpeza de vias públicas feitas em sistema de rodízio e agravadas por costumes diferentes, como churrascada em casa, queixa comum dos japoneses em relação aos brasileiros com os quais tive contato. Os japoneses dizem, por exemplo, que não se importam muito com o cheiro da carne na brasa. Entretanto, o fato de eles reunirem muitas pessoas num pequeno apartamento e ficarem conversando alto, bebendo, comendo, incomoda ... Por outro lado, os brasileiros retrucam: “e qual a graça de se fazer um churrasco sozinho? Churrasco é para convidar os amigos, jogar conversa fora, beber e rir um pouco para esquecer as porcarias que a gente passa ...”

A convivência com vizinhos japoneses nem sempre é pacífica, alguns brasileiros se queixam das inspeções e controle dos japoneses em relação a tudo que fazem. Por exemplo, em *Homi danti*, existe um clima de animosidade entre brasileiros e japoneses, segundo alguns brasileiros “principalmente depois do episódio do ônibus”. Contam que há alguns anos, um grupo de japoneses *bosouzoku* (grupos de jovens, principalmente adolescentes, que andam em suas motos promovendo desordens) teria entrado no *Homi*, ameaçando os estrangeiros de agressões físicas, gritando para que retornassem aos seus países e prometeram voltar para cumprir as ameaças. Os moradores brasileiros, receosos, também resolveram se agrupar a espera desses jovens que voltaram com um “ônibus preto” (grupo de jovens nacionalistas que andam vestidos de preto). Houve confronto, e os brasileiros incendiaram o ônibus e, segundo consta, parece ter havido uma morte e vários feridos. Desde então, a “fama” dos brasileiros de *Homi* ficou rapidamente conhecida em todo o país. Contam vários outros episódios de “menor gravidade”, mas que acabaram depondo contra os brasileiros. Os confrontos são freqüentes, mostrando dificuldades no convívio em um espaço comum.

Pelo fato de muitos brasileiros, na ocasião de mudança, deixarem os apartamentos sem comunicar o fato à prefeitura ou à administração do condomínio, os japoneses quando percebem uma certa movimentação, ficam em alerta. Um apartamento vago significa a possibilidade de alguém, que está no aguardo de um, ser contemplado. Uma brasileira que se viu em situação semelhante, conta com irritação que estava fazendo sua mudança, aos poucos, pois adquirira um pequeno

apartamento na redondeza e pretendia levar selecionando e arrumando, devagar. Quando transportou as primeiras caixas, uma vizinha bateu à sua porta, perguntando se estava de mudança e quando o apartamento estaria, de fato, vago. Alegou que estava em dia com os pagamentos dos aluguéis e não sabia, se levaria um ou dois meses para terminar a mudança, não podendo, portanto, dizer exatamente quando estaria vago. A resposta parece não ter sido convincente para a vizinha, tendo sido questionada quase que diariamente, após essa ocorrência. Assim, acabou fazendo a mudança o mais rápido possível “só para não ter que agüentar as mesmas perguntas”.

Os brasileiros possuem também a “fama” de não se “organizar”, tanto pelos japoneses quanto pelos próprios brasileiros. A não existência de NPOs (OSCIPs) ou NGOs (ONGs), formados por brasileiros, chama atenção. Especulando-se, por um lado, os japoneses afirmam que não existe nenhuma cláusula na legislação impondo que, na diretoria de uma NPO, tenha de incluir alguma pessoa de nacionalidade japonesa. Por outro lado, os brasileiros afirmam que, na prática, não é possível regulamentar sem que inclua japoneses na diretoria e que, na tentativa de formar grupos, incluindo-os, acabaram todos não tendo prosseguimento.

Em *Homi*, existem duas NPOs de japoneses que embora tenham o mesmo objetivo: prestar auxílio aos estrangeiros, se confrontam entre si. Brasileiros contam que certa vez, uma delas resolveu fazer algum evento para confraternização no intuito de ajuntar o maior número de brasileiros para a realização de uma festa. Optaram por fazer uma “festa junina”. Os brasileiros, animados, tentaram participar com idéias e até mesmo se responsabilizar pela promoção do evento, o que foi coibido pelos japoneses. Eles, embora não tivessem experiência alguma, afirmaram saber organizar a festa porque leram em uma revista e que os brasileiros se colocassem apenas como convidados. Os brasileiros contam que aborrecidos, não compareceram à festa.

As festas caseiras são comuns entre os brasileiros, causando estranheza aos japoneses. Aniversários, casamentos ou simplesmente churrascadas são ocasiões de reunir amigos e parentes. As festas de debutantes, comuns também, deixam perplexas as japonesas convidadas pela pompa e sofisticação.

Algumas tentativas frustradas, e a idéia de que estão temporariamente, no Japão, segundo alguns brasileiros, tem desmotivado uma possível dedicação a um trabalho voluntário, embora em causas pontuais, como “campanha de agasalho”, mostrem união e disposição de colaborar.

Devido à carência afetiva, gerada pela distância ou ausência de amigos e familiares, é comum encontrar pessoas que rapidamente se “casam”, seja com brasileiros ou com outros estrangeiros, assim, o número de casamentos interétnicos também é grande. As separações também são comuns, sejam elas resultados de relacionamentos precipitados ou pelas circunstâncias de vida que se encontram como, por exemplo, casais que trabalham em turnos alternados (em uma semana trabalha de dia e em outra semana à noite, chamados de *hirukin* e *yakin*, respectivamente) sendo assim, raramente o casal se encontra, já que muitos trabalham também aos sábados.

Existe uma grande dificuldade dos brasileiros e outros estrangeiros de se inserirem na sociedade japonesa a começar pelo idioma. Diferenças de modos de pensar e de cultura que, para uma sociedade homogênea, sempre soa como “errado”, tentando “adequar” aos seus moldes, sem respeito à diferença ou, no mínimo, vêem como algo “estranho”, algo que alguns conseguem “tolerar” e outros se mostram frontalmente contra, maltratando, desprezando, também nas ruas. Mesmo aqueles que se dizem envolvidos, preocupados, dispostos a ajudarem, tendem a ver os brasileiros como “necessitados”, “inferiores”, aborrecendo-se, quando esforçando-se para implementar o que acreditam ser bom para os brasileiros, é rejeitado. Quando frustrados, os japoneses não questionam seus objetivos e formas de alcançar metas, mas questionam a forma de ser dos brasileiros.

Assim, em locais de concentração de brasileiros, já existe toda uma infraestrutura para que possam viver sem ter muito contato com os japoneses: redes de mercados, lojas, vendas e aluguéis de carros, videolocadoras, restaurantes, churrascarias, bares, discotecas, cabeleireiros etc. e um mercado informal em que se tem acesso a roupas, produtos de limpeza e cosméticos brasileiros, salgados e doces para festas, costureiras e babás. Muitos brasileiros trabalham em seus pequenos apartamentos, onde produzem e repassam tudo o que os brasileiros desejam e necessitam.

Os brasileiros costumam buscar os próprios brasileiros para cortarem seus cabelos, a crença de que a moda japonesa é “estranha”, a impressão de que todos japoneses têm a mesma cor (o mesmo tom, mesmo tingido) e o mesmo corte de cabelo, não agrada muito os brasileiros. Além do que, cabelos crespos são estranhos aos cabeleiros japoneses. As japonesas não têm hábito de cuidar das unhas, as brasileiras procuram, então, por manicures brasileiras.

A participação em ações comunitárias é pequena, além do problema do idioma, a ausência por longos períodos da casa e até mesmo o desinteresse, faz com que os brasileiros vivam à parte. Muitos entrevistados disseram que às sextas-feiras ou sábados costumam fazer a faxina da casa. Mesmo em algumas escolas, quando não há alguém de fora encarregado pelo serviço, sexta-feira era dia de faxina, quando todos os alunos, professores e mesmo a direção, participam da atividade, num grande mutirão.

Muitos brasileiros trabalham também aos sábados e, portanto, os domingos são dedicados a compras em supermercado e ao lazer. Às vezes, em feriados prolongados, como no Ano Novo ou *golden week* (maio), vão para locais mais distantes, como a Disneylândia de Tokyo ou cidades turísticas, como Kyoto e Nara. No geral, os entrevistados de Toyota apontaram o Jusco (chamam de Djasco) de Miyoshi (um subdistrito próximo) como sendo o local dos finais de semana; as pessoas de Handa, apontaram o Jusco de Higashiura; e o pessoal de Hamamatsu, o Jusco da cidade.

O Jusco é semelhante ao nosso *shopping center*, há uma ampla praça de alimentação onde se pode ficar horas (diferente dos restaurantes que só são usados para comer rapidamente), um *playland* com jogos eletrônicos e um supermercado para abastecer a despensa. Os adolescentes apontam o Jusco como “point”, ponto de encontro dos amigos. Outro local semelhante apontado pelo pessoal de Aichi foi Apita (chamam de Ápta) e Uni (chamam de Yuuni) e de Hamamatsu, o Ito Yokado. Visitando esses lugares e as lojas de departamentos voltados para uma parcela mais abastada da população japonesa, como Mitsukoshi, Matsuzakaya ou Takashimaya, percebe-se a diferença de preços e a forma como estão estruturados.

Figura 5

Fachada de um JUSCO.



(Fonte: www.backno.mag2.com/reader/backbody?id=2003111018)

Em casa, poucos assistem e entendem a TV japonesa. A grande maioria assina a única TV a cabo, em português, que exibe programações da Globo e alguns programas sobre o Brasil e a comunidade *dekasegui*. As novelas da Rede Globo costumam ser “assunto”, em rodas de adolescentes, principalmente as “das oito” (dita de horário nobre), e sua trilha sonora, em CD, tem grande vendagem.

Os adolescentes apontam alguns “discos” (discotecas) ou casas de show de brasileiros. Não freqüentam as discotecas japonesas por não se sentirem à vontade e vários outros motivos, devido também à minoridade, o que é “driblável” em discotecas brasileiras. Alguns adolescentes contam que rolam “drogas”, principalmente a maconha, com muita facilidade, nessas localidades.

As discotecas apontadas foram Bottom e Lucas, que também são locais de eventos, como shows de cantores brasileiros em turnê no Japão. Daniel esteve na mesma época que estive no Japão. Mais tarde, quando estava para regressar ao Brasil, estavam anunciando shows de Leonardo, em Nagoya.

Geralmente, os brasileiros vão em massa, assistir a esses shows, visto que a música sertaneja é bastante apreciada por eles e seus cantores têm muita

popularidade no Japão. Brasileiros de diversas cidades da província, fretam ônibus, disputam os ingressos que se esgotam rapidamente. Outros locais de concentração de brasileiros ficam esvaziados durante os eventos. Um jornalista, preocupado comigo porque imaginou que, provavelmente, não conseguira os ingressos para o show do Daniel, por eu ter chegado ali às vésperas do evento; para me consolar, gentilmente me trouxe uma foto autografada pelo cantor, num encontro posterior ao show.

Boliche e cinema são também apontados, pelos adolescentes, com frequência, como atividades de lazer e de convívio com os amigos. Embora os cinemas que freqüentam exibam filmes americanos, com legendas em japonês, o que é problemático para muitos. Para contornar a situação, criam alguns mecanismos para se divertirem, como escolher filmes basicamente de ação para “entender um pouco”, ou levar algum colega que entenda e possa servir de “intérprete”. Filmes como “Harry Potter”, “O senhor dos anéis” e “Homem aranha” (os mesmos filmes que estavam em cartaz nos cinemas do Brasil, na época) despertavam curiosidade entre os jovens. Era também indagada por eles sobre o que ocorre no Brasil, parecendo que a semelhança nas ações e escolhas com os brasileiros do Brasil, de alguma forma, “incluissem-nos”, na mesma “galera”. Assim, falo do sucesso das “Lan houses”, e de como as “Monkeys”, no Brasil, procuram colocar computadores de última geração, o que eles estranharam, pois muitas “lans” japonesas operam com máquinas menos potentes que as nossas.

Muitos brasileiros se tornaram bastante religiosos no Japão. A quantidade de “igrejas”, principalmente evangélicas, que rapidamente proliferaram nos locais de concentração de brasileiros, inclusive nos arredores do *Homi danti*, é bastante intrigante. Muitos vão, praticamente, todos os dias para as igrejas e deixam colaborações generosas, boas parcelas do seu ganho mensal. Ali, existe uma catarse coletiva, choram, dão-se as mãos, cantam.... Muitas crianças são obrigadas a acompanhar seus pais; outros, adolescentes, vão com a mesma motivação dos pais. Essas religiões, muitas vezes, proíbem de jogar bola ou divertir-se, em festas ou mesmo no Carnaval ou em aniversários. Uma escola relatou que, além de as crianças cochilarem durante as aulas, nas segundas-feiras, por terem ficado até tarde na igreja no domingo, não participam das atividades esportivas e festejos de datas comemorativas brasileiras.

A vida dos brasileiros no Japão apresenta alguns traços em comum, mas também uma grande diversidade, dependendo da região ou local onde estão instalados. Embora nesse item discuta sucintamente alguns aspectos, no decorrer da tese, os relatos vão poder ilustrar melhor essas questões.

Existem dois jornais de grande circulação na comunidade brasileira e algumas revistas, seja de distribuição gratuita, como aquelas colocadas a venda, bem como alguns jornais locais que circulam em algumas regiões apenas. Inúmeras lojas de produtos brasileiros estão espalhadas pelo país. Em *Homi danti*, havia uma, “The Amigos”, loja de produtos brasileiros, que conta com muitas lojas da rede espalhadas pela província e em outras províncias vizinhas. Há churrascarias muito semelhantes às nossas, com rodízio de carne e com aparelhos de videokê com músicas brasileiras. Há também bares e lanchonetes que servem até mesmo os pastéis de palmito, coxinhas e outros salgadinhos ou sanduiches variados como: misto quente, baurú e de mortadela, etc. (comidas que, os japoneses estranham, embora alguns tenham aprendido a apreciá-las).

A seguir, serão caracterizados os locais que foram visitadas nessa pesquisa.

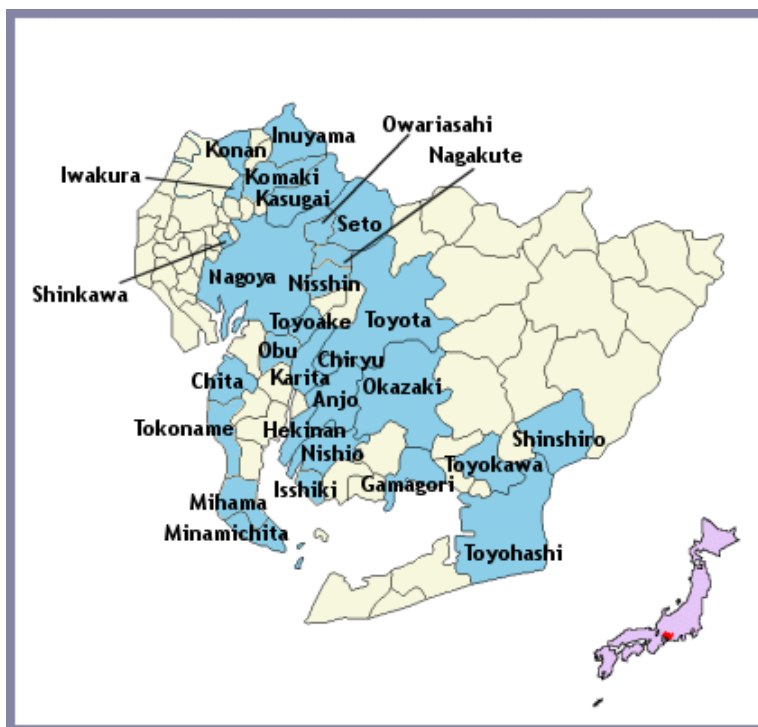
3. 2– A província de Aichi

Como se pode ver, a maior concentração de brasileiros, no Japão, encontra-se na província de Aichi. Ela está localizada na região de Chubu, região central da ilha principal, próxima à província de Shizuoka, de fácil acesso a todas as partes do Japão, de norte a sul, através de aviões, trens-bala, outros trens e ônibus. Conta com mais de sete milhões de habitantes⁴⁶. Possui um complexo de linhas de ônibus e metrô, principalmente na cidade de Nagoya, uma das mais tradicionais e desenvolvidas cidades japonesas. Ali se concentram várias empresas automobilísticas, indústrias de alimentos, eletrônicos, e também de construção civil. Entre as empresas multinacionais encontram-se: Toyota, Mitsubishi, Nissan e Sony.

⁴⁶ A população de Aichi em junho de 2005 era de 7.245.634, segundo dados da própria província. www.pref.aichi.jp

Figura 6

Localização das cidades na província de Aichi.



(Fonte: www.minehara.com/concert/web-japan.org/region/pref/aichi-html)

Aichi é uma das províncias que mais recebe estrangeiros de várias localidades do mundo, no país. Pode-se observar na tabela abaixo os países de origem das maiores comunidades do local.

Tabela 8

Estrangeiros na província de Aichi conforme procedência.

	Estrangeiros
Total	179.742
China	25.567
Coréia	44.135
Indonésia	2.039
Filipinas	19.863
América do Norte	1.993
Brasil	63.335
Peru	6.987

(fonte: baseado nos dados do JIA, 2004)

A partir dos mesmos dados do JIA, pode-se observar também, conforme tabela a seguir, que esse número aumenta a cada ano:

Tabela 9

Número de estrangeiros em Aichi desde 1999.

1999(11)	2000(12)	2001(13)	2002(14)	2003(15)	2004(16)
127.537	139.540	149.612	157.377	167.270	179.742

O mesmo ocorre em relação aos brasileiros que a cada ano aumenta, em número, na província, desde o início do movimento, conforme a tabela abaixo:

Tabela 10

Evolução do número de brasileiros em Aichi⁴⁷:

Ano	Total
1988	248
1989	1.626
1990	10.764
1991	24.296
1992	29.607
1993	27.506
1994	27.545
1995	29.787
1996	36.392
1997	42.917
1998	40.873
1999	41.241
2000	47.561
2001	51.546
2002	54.081
2003	57.336

(Fonte: baseados nos dados do JIA)

Classificando esses brasileiros que ali residem, por faixa etária, temos:

Tabela 11

Faixa etária dos brasileiros em Aichi.

Idade	Homens	Mulheres	Total
Total	31.612	25.724	57.336
0 a 4 anos	2.041	1.855	3.896
5 a 9 anos	1.834	1.753	3.587
10 a 14 anos	1.121	1.136	2.257
15 a 19 anos	1.906	1.806	3.712
20 a 24 anos	4.197	3.648	7.845
25 a 29 anos	4.717	3.763	8.480
30 a 34 anos	4.288	3.230	7.518
35 a 39 anos	3.620	2.668	6.288
40 a 44 anos	2.852	2.079	4.931
45 a 49 anos	2.169	1.561	3.730
50 a 54 anos	1.405	1.043	2.448
55 a 59 anos	904	689	1.593
60 a 64 anos	404	333	737
65 a 69 anos	121	111	232
70 a 74 anos	24	29	53
75 a 79 anos	8	7	15
Mais de 80	1	3	4

(Fonte: JIA, 2004)

Esses brasileiros estão presentes em várias cidades da província, conforme tabela 12, abaixo:

Tabela 12

Brasileiros em várias cidades da província de Aichi.

Cidade	Brasileiros
Nagoya-shi	4.862
Chikusa-ku	57
Higashi-ku	45
Kita-ku	213
Nishi-ku	280
Nakamura-ku	79
Naka-ku	110

⁴⁷ Dados de 2005, de dezembro de 2004, apontam 63.335 brasileiros em Aichi.

(continuação)

Cidade	Brasileiros
Showa-ku	48
Mizuho-ku	131
Atsuta-ku	351
Nakagawa-ku	333
Minato-ku	1.673
Minami-ku	647
Moriyama-ku	208
Midori-ku	516
Meito-ku	43
Tenbaku-ku	128
Toyohashi-shi	10.293
Okazaki-shi	4.500
Ichinomiya-shi	381
Seto-shi	587
Handa-shi	988
Kasugai-shi	554
Toyokawa-shi	2.589
Tsushima-shi	210
Hekinam-shi	1.832
Kariya-shi	1.505
Toyota-shi	6.266
Anjô-shi	2.238
Nishio-shi	2.035
Gamagoori-shi	638
Inuyama-shi	279
Tokoname-shi	308
Kônan-shi	381
Bisai-shi	49
Komaki-shi	3.629
Inazawa-shi	1.049
Shinshiro-shi	495
Tôkai-shi	108
Oobu-shi	729
Chita-shi	504
Chiryû-shi	2.067
Owariasahi-shi	30
Takahama-shi	1.060

(continuação)

Cidade	Brasileiros
Iwakura-shi	1.243
Toyoake-shi	504
Nisshin-shi	61
Tahara-shi	41

(fonte: JIA, 2004)

As maiores concentrações de brasileiros podem ser observadas nas cidades de Nagoya (4.862), Toyohashi (10.293), Toyota (6.266), Komaki (3.629) e Okazaki (4.500). O número de crianças na faixa etária dos 0 aos 19 anos nesta província é de 13.452.

Embora existam muitas escolas brasileiras nessa província, apenas oito⁴⁸ delas têm seus certificados emitidos, reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação, todas privadas, entre elas: duas unidades da Escola Alegria de Saber nas cidades de Toyota e Toyohashi; Colégio Pitágoras da cidade de Kariya; Colégio Aureo – curso e colégio na cidade de Nagoya; Escola NECTAR⁴⁹ em Toyota; Centro de Recreação e Aprendizagem Girassol na cidade de Hekinan; Escola Santos Dumont em Toyota; e a Escola São Paulo da cidade de Andyo.

A partir de janeiro de 2004, o Ministério da Educação, Cultura, Esportes e Ciência Japonesa concede o direito para os alunos brasileiros, provenientes das dezenove escolas brasileiras (com certificados reconhecidos pelo CNE), o direito de prestarem vestibulares para algumas universidades japonesas.

Outras escolas⁵⁰ com seus diplomas reconhecidos pelo CNE no território japonês são: Colégio Pitágoras Brasil das unidades de Mooka (Tochigi), de Ota (Gunma), unidade Nagano (Nagano), unidade Hamamatsu (Shizuoka); Escola Paralelo, unidades de Ota e Azumamura (ambos em Gunma), unidade Ina (Nagano); Instituto Educacional Emmanuel de Kani (Gifu); Escola Brasileira Professor Kawase de Ogaki (Gifu); Sociedade Educacional Brazilian School Minokamo (Gifu); Escola Brasileira de Hamamatsu (Shizuoka); Escola Conhecer de Fukuroi (Shizuoka);

⁴⁸ Na época desta pesquisa eram apenas seis escolas que tinham seus certificados reconhecidos pelo CNE; as escolas Girassol e Santos Dumont entram depois na lista, conforme *Jornal Nippo-Brasil* de 8 a 14 de junho de 2005: A3.

⁴⁹ Núcleo Educacional Cristão de Toyota e Região.

⁵⁰ Na época desta pesquisa, apenas 19 escolas possuíam seus certificados reconhecidos pelo CNE. No MEC, em março de 2005, havia uma lista maior, de mais de 65 escolas, incluindo as que estão aguardando o Parecer, sendo 35 as que possuem seus certificados reconhecidos.

Escola Fuji de Fuji (Shizuoka); Escola Nipo Brasileira de Iwata (Shizuoka); Escola Alegria de Saber, unidade de Suzuka (Mie); Escola Sol Nascente de Suzuka (Mie); Colégio Latino de Gamo (Shiga); Colégio Sant'Ana de Echigawa (Shiga); Escola Nippo Latina de Matsumoto (Nagano); Instituto Educacional Centro Nippo Brasileiro de Oizumi (Gunma); Instituto Educacional TS Recreação de Kodama (Saitama); Centro de Aprendizagem Logos de Honjo (Saitama); Escola e Creche do Grupo Opção de Mitsukaido (Ibaragi) e Escola Pingo de Gente de Shimotsuma (Ibaragi).

Existe muita controvérsia em relação à validação dos certificados emitidos por essas escolas, pois a questão das escolas brasileiras sempre esbarrou em questões legais, desde o início de seu aparecimento no Japão. Geralmente, os pais das crianças que freqüentam as escolas brasileiras, fazem questão que seus filhos obtenham certificados reconhecidos pelo governo brasileiro, ignorando o fato de a nossa LDB (Lei de Diretrizes e Bases) garantir o ingresso das crianças e adolescentes, vindos de outros países, sem necessariamente apresentar certificados, através de exames de classificação e reclassificação.

A autorização, por parte do governo japonês para adolescentes brasileiros, formados em algumas escolas brasileiras homologadas pelo MEC, prestar vestibulares em algumas universidades japonesas, fez com que as escolas brasileiras entendessem o fato como sendo reconhecimento de que seu estabelecimento enquanto estabelecimentos de ensino pelos japoneses e, a partir disso, ter o direito de solicitar concessões dadas às escolas, em geral. Na verdade, o Japão não reconhece as escolas brasileiras enquanto escolas, mas como cursos livres, portanto, as escolas brasileiras não podem ter acesso aos direitos a que as escolas possuem no Japão.

O ingresso nas universidades japonesas é complicado, mesmo porque com a grade curricular adotada pelas escolas brasileiras, os formandos não possuem as mínimas condições de estarem competindo com os alunos japoneses principalmente em relação à língua japonesa, sem esquecer que os vestibulares japoneses, como os brasileiros, são bastante concorridos para as universidades públicas e de renome. Embora públicas, as universidades não são gratuitas e em muitas delas, os custos são bem acima das possibilidades que as famílias brasileiras podem dispor.

Aichi, como outras províncias e cidades japonesas, mantém alguns programas voltados para auxílio de estrangeiros como: publicação de manuais e guias em vários idiomas, inclusive em português, com instruções úteis para a vida diária no Japão; contratação de tradutores e pessoas da comunidade estrangeira que possam prestar atendimentos, em geral, nas repartições públicas; abertura e manutenção de associações internacionais, onde existem voluntários para orientações oferecidos em diversos idiomas; contratação de professores de língua japonesa e de professores bilíngües para as escolas; criação e manutenção de *home pages* em diversos idiomas etc. Existem também, em Aichi, quatro brasileiros contratados pela província, como *soudanin* (consultores), que fazem rodízios pelas escolas que possuem alunos brasileiros, prestando serviços de orientação e tradução.

Com o intuito de ilustrar o ambiente em que vivem as crianças entrevistadas nessa pesquisa, far-se-á uma breve caracterização das cidades e dos conjuntos habitacionais onde elas residem.

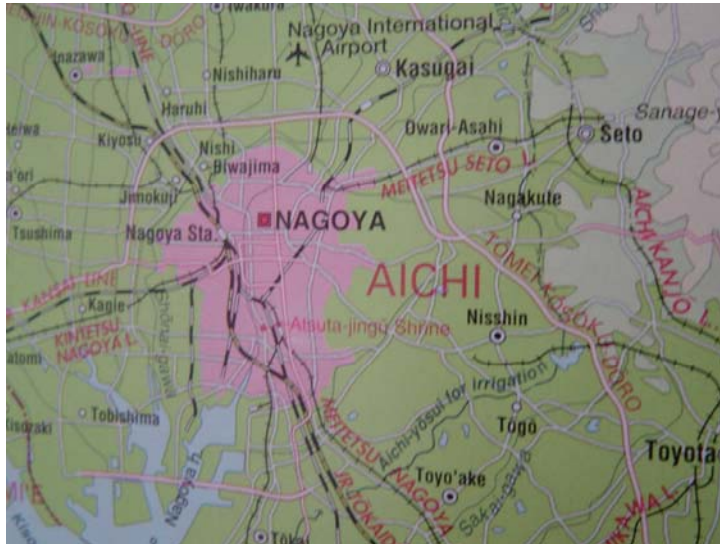
3.2.1. – A cidade de Nagoya

A cidade de Nagoya, capital da província de Aichi, quarta maior cidade japonesa (depois de Tokyo, Yokohama e Osaka), concentra ao redor de si, importantes indústrias no setor automobilístico e manufatureiro e está assim localizada, conforme a figura 7, abaixo:

Nagoya, contando com uma população de 2.179.473⁵¹, é uma das maiores cidades japonesas e um centro cultural e industrial de grande importância, estando estabelecidas ali e em províncias vizinhas, as maiores e mais importantes indústrias japonesas de alta tecnologia, como as indústrias automobilísticas, de aviação, de maquinários, de cerâmicas finas e de robôs industriais. Essas grandes indústrias mantêm, principalmente em seus arredores, pequenas e médias empresas subcontratadas, sendo assim, focos principais de demanda de mão-de-obra e, portanto, de trabalhadores estrangeiros em geral, incluindo os brasileiros.

Figura 7

Localização da cidade de Nagoya.



(Fonte: panfleto distribuído)

A cidade dispõe de 64 colégios de ensino médio, 122 escolas ginasiais, 263 escolas primárias e 198 pré-escolas.

Em Nagoya, próximo ao porto, existe um conjunto residencial denominado *Kyuban danti*, onde moram aproximadamente 500 brasileiros, entre eles, muitos adolescentes com seus filhos pequenos. Neste local, há um trabalho desenvolvido por voluntários, coordenado por um professor da Universidade de Nagoya, onde eles se dedicam principalmente ao ensino do idioma japonês, semanalmente, aos sábados, desde novembro de 2001. Esses jovens pais chegaram quando pequenos ou nasceram no Japão, não concluíram seus estudos, entraram nas fábricas precocemente e se tornaram pais ainda bastante jovens. As crianças, seus filhos, já estão na terceira geração desse movimento *dekassegui*. Nesse local, ouve-se muito sobre o envolvimento dos brasileiros com roubos de carros e drogas.

⁵¹ Dados de jan/2002, extraído do site: www.city.nagoya.jp/indexe.htm

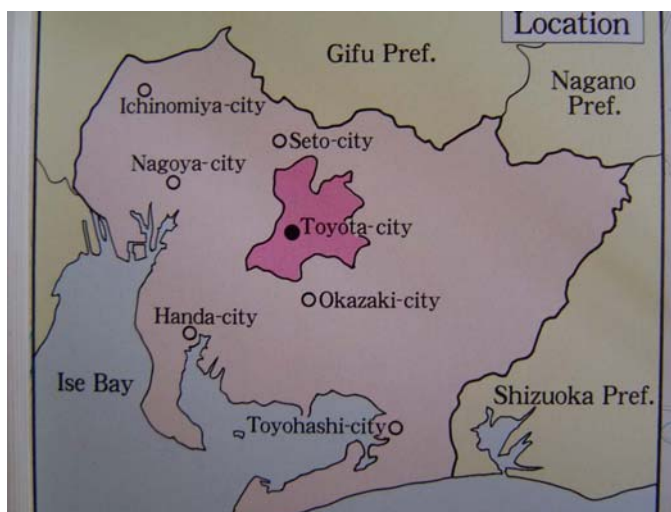
3.2.2 – A cidade de Toyota

Saindo da cidade de Nagoya, de metrô, usando a linha Tsurumai (azul) e seguindo em direção a Akaike⁵², (vide figura 19) terminam as estações de metrô nessa direção. Desse local em diante, alguns trens passam a ser ferroviários comuns e continuam num trajeto até o centro da cidade de Toyota.

Toyota é uma cidade localizada, aproximadamente, a 30km a sudeste de Nagoya. Tem uma área total de 290,12 km², segunda maior cidade da província, e possui uma população de 346.041 japoneses e 11.808 estrangeiros, totalizando 357.849 pessoas⁵³.

Figura 8

Localização da cidade de Toyota.



(fonte: panfleto distribuído)

Até o início do século XX, essa cidade era chamada de *Koromo*, conhecida como a cidade da seda, que prosperou, como o único centro produtor e distribuidor dos bichos-da-seda na região de Mikawa, desde a era *Meiji* (1868-1912) até a Era *Taisho* (1912–1926). Porém, a partir de 1930, inicia-se a decadência econômica gradativa da cidade de *Koromo* pela declinação de demanda de seda, tanto no Japão como no exterior. Em 1934, quando a cidade consegue atrair investimentos

⁵² Vide figura 19 desse trabalho.

⁵³ Dados de 01.11.2003, concedidos pela prefeitura local.

de indústrias automobilísticas, começa novamente a retomar o curso de seu desenvolvimento e, em 1959, passa a se chamar Toyota, conhecida como “a cidade do automóvel”.

Embora Toyota seja uma cidade repleta de pequenas e médias empresas produtoras de peças automobilísticas, principalmente para a grande empresa Toyota, como o próprio nome da cidade, possui também uma extensa área de cultivo agrícola, produzindo arroz, peras, uvas, pêssegos, chá e, hoje, depois da bolha econômica, muitas empresas, antigas empresas produtoras de peças, mudaram seu ramo de atividades, passando para o setor de alimentos industrializados (lamen, por exemplo).

Como essa é uma das maiores regiões industrializadas do país, os estrangeiros buscam ali seus empregos, como os brasileiros que trabalham, principalmente, nas subcontratadas produtoras de peças automobilísticas. Segundo a prefeitura de Toyota, o número de brasileiros na cidade era de 10.293 pessoas. Assim, a cidade também dispõe de projetos para o atendimento desses estrangeiros, em particular aos brasileiros (em maior número), como disponibilizar intérpretes, que inclusive traduzem circulares, revistas, *folders* e informativos importantes para se viver na cidade. Possui, no seu quadro de funcionários pessoas para prestar assistência em português como: professores para aulas de japonês para estrangeiros, projetos de auxílio à adaptação das crianças em escolas japonesas (*kotoba no kyoshitsu*), de reforço nas escolas (salas de *kokusai kyoshitsu*), projeto para crianças que não frequentam escolas (Homi guria), que serão detalhados mais adiante.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Toyota (de agosto de 2003), são 52 escolas primárias em Toyota dentre as quais, 25 delas possuem alunos brasileiros, totalizando 213 alunos. Algumas com um ou dois alunos, e outras, como o *Higashi Homi Shogakkou* ou o *Nishi Homi Shogakkou*, que possuíam 89 e 49, respectivamente. Esses dados mudam de um dia para outro, de um mês pra outro, embora as alterações não sejam significativas, devido às idas-e-vindas de brasileiros em qualquer época do ano⁵⁴. Ainda, segundo os mesmos dados, são 20 escolas de nível ginásial na cidade, dentre as quais, 9 possuem

alunos brasileiros (totalizando 63 alunos). No geral essas escolas possuem um ou dois alunos brasileiros, com exceção do *Homi Tyugakkou* que possui 49⁵⁵.

Com esses dados, foram escolhidas as escolas de maior concentração de brasileiros: *Higashi Homi*, *Nishi Homi* e *Homi Tyugakkou* situados nas proximidades de um grande conjunto habitacional da cidade situada no subdistrito de Homigaoka, a minha atenção voltou-se para esse local, um pouco afastado do centro de Toyota.

3.2.2.1 - Homigaoka

Usufruindo do mesmo trem que vai até o centro da cidade de Toyota, na estação de *Josui*, podemos fazer baldeação e tomar um ônibus circular que margeia todo o subdistrito de Homigaoka, inclusive tendo paradas em frente aos prédios *ken-ei* e *ko-dan* do Homi danti, assim como em frente das escolas *Higashi Homi Shogakkou*, *Nishi Homi Shogakkou* e *Otani kokou*⁵⁶.

Rodeado de áreas verdes, alguns morros e áreas de cultivo de arroz, encontra-se o subdistrito de Homigaoka. Embora nos arredores existam casas e edículas, moradia de japoneses em geral, o centro, o “coração” do local, é o *Homi danti*, um gigantesco conjunto habitacional construído no final do período da bolha econômica, com muitos edifícios, alguns com muitos andares e outros com menos. Boa parte deles é subsidiada e alugada pela província e outros são governamentais. Os prédios são todos numerados, sendo que os de dois dígitos são os chamados *ken-ei jyutaku* e os prédios de três dígitos são os chamados *ko-dan jyutaku*.

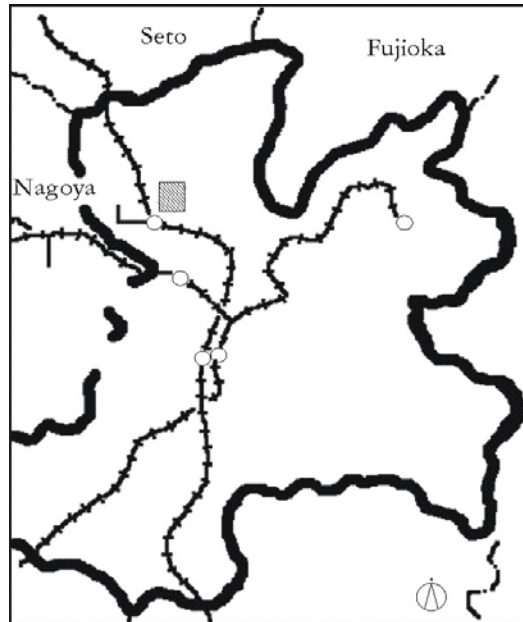
⁵⁴ Dados de julho de 2004, apontam 308 brasileiros estudando nas escolas públicas japonesas de Toyota. A maior concentração na escola Higashi Homi com 114 crianças seguida de Nishi Homi com 53 crianças brasileiras.

⁵⁵ Em julho de 2004, 42 brasileiros freqüentavam o *Homi Tyugakkou*.

⁵⁶ Este é um colégio particular, onde um ou outro brasileiro freqüenta o ensino médio. Existe um outro colégio de ensino médio, um pouco mais afastado do *Homi danti*, público, onde um ou outro brasileiro freqüenta: o *Higashi kotogakkou*.

Figura 9

Homigaoka dentro da província de Aichi.



(figura retirada de um panfleto distribuído na cidade)

Segundo os dados fornecidos pela prefeitura, nos seis *tyo*⁵⁷ de Homigaoka moravam 9.301 pessoas⁵⁸, sendo que 3.739 eram estrangeiros, com predominância de brasileiros (3.477 pessoas). A maioria dos brasileiros estava residindo nas regiões 4, 5 e 6 que são compostos pelos prédios do conjunto habitacional mencionado. Segundo dados de setembro de 2004, a população em Homi era de 9.212 pessoas, dentre as quais, 3.635 brasileiros, constituindo 93,6% do total de estrangeiros (3.884).

Comenta-se que é a primeira vez, desde que foi fundada, que a população de Homi fica abaixo de 10 mil pessoas. Este fato está ligado à política de restrição aos estrangeiros. Por se tratar de um local de maior aglomeração de estrangeiros no país, os japoneses tendem a evitar morar ali, e os já residentes estão querendo sair. Isso ocorrendo, poder-se-ia abrir inscrições para outros interessados pleitearem os apartamentos. Porém, isso não ocorre, pois receiam os japoneses que muitos brasileiros concorram, aumentando ainda mais a sua concentração. Assim, embora

⁵⁷ No Japão, os “bairros” estão distribuídos em *tyo*, uma espécie de “blocos” contendo vários quarteirões numerados: assim, *1tyome* seria o 1º bloco, *2 tyome* o segundo bloco, e assim por diante.

⁵⁸ Dados de 01.10.2003.

com apartamentos vagos, as inscrições são mantidas fechadas. Tais inscrições abertas três vezes ao ano; desde 2000 estão sendo abertas apenas uma vez ao ano.

Sobre isso, o Centro Latino Americano de Homigaoka escreveu, no seu boletim informativo, que estava havendo “Discriminação aos *nikkeys*”: Segundo este boletim, o Conselho Comunitário *Homigaoka o akarukusuru kai* (Conselho para manter Homigaoka segura e agradável) e outros realizaram uma reunião, conforme o boletim público da Associação de Moradores de *ko-dan*. Nesse encontro teriam sido avaliadas as petições que têm sido enviadas pelo Conselho para a prefeitura de Toyota e para o governo da província de Aichi, há cinco anos. O Conselho questiona o fato de ainda haver prédios com mais de 50% de seus moradores *nikkeys* e solicita novamente que limitem para 40% e, futuramente, esse limite chegue a 30%; inclusive solicita a expulsão das empreiteiras que não controlam e fiscalizam os estrangeiros. O Centro Latino Americano faz um alerta à população local ressaltando que isso é discriminatório e é uma violação dos direitos humanos. Pretende entrar com pedido à Federação dos advogados de Nagoya para que intercedam quanto a essa limitação e também sobre outras questões, como por exemplo, a proibição de entrada de estrangeiros em restaurantes⁵⁹ nas proximidades.

3.2.2.2 – *Homi danti*

Situado a alguns quilômetros a noroeste do centro de Toyota, *Homi danti* parece ser muito familiar no primeiro contato. Desde os ônibus que servem a região, com letreiros e instruções para uso, também escritos em português, até os *trailers*, servindo de bares, colocados próximo ao estacionamento do Meitetsu Pare (supermercado), de onde se pode ouvir pessoas falando em português, no pátio, nos parques, na entrada, enfim em todos os lugares. Ali, todas as instruções estão escritas em português e em japonês. Por se tratar de um conjunto habitacional

⁵⁹ Boletim informativo número 27 de 28 de setembro de 2003, distribuído gratuitamente. O boletim anterior cita a entrega de centenas de assinaturas colhidas por essa NPO, solicitando a liberação de apartamentos *ken-ei* para aluguel, porém, os responsáveis alegam que o Conselho é contra a liberação. Questiona-se a representatividade do Conselho, pois é clara a ausência de estrangeiros nesse órgão, mesmo em prédios onde a maioria absoluta de moradores é estrangeira. O representante, o poder e a administração ficam apenas nas mãos de japoneses, sem a participação de estrangeiros.

gigantesco, existe toda uma boa infra-estrutura de funcionamento, inclusive para os brasileiros.

Figura 10

Entrada do condomínio de Homi.



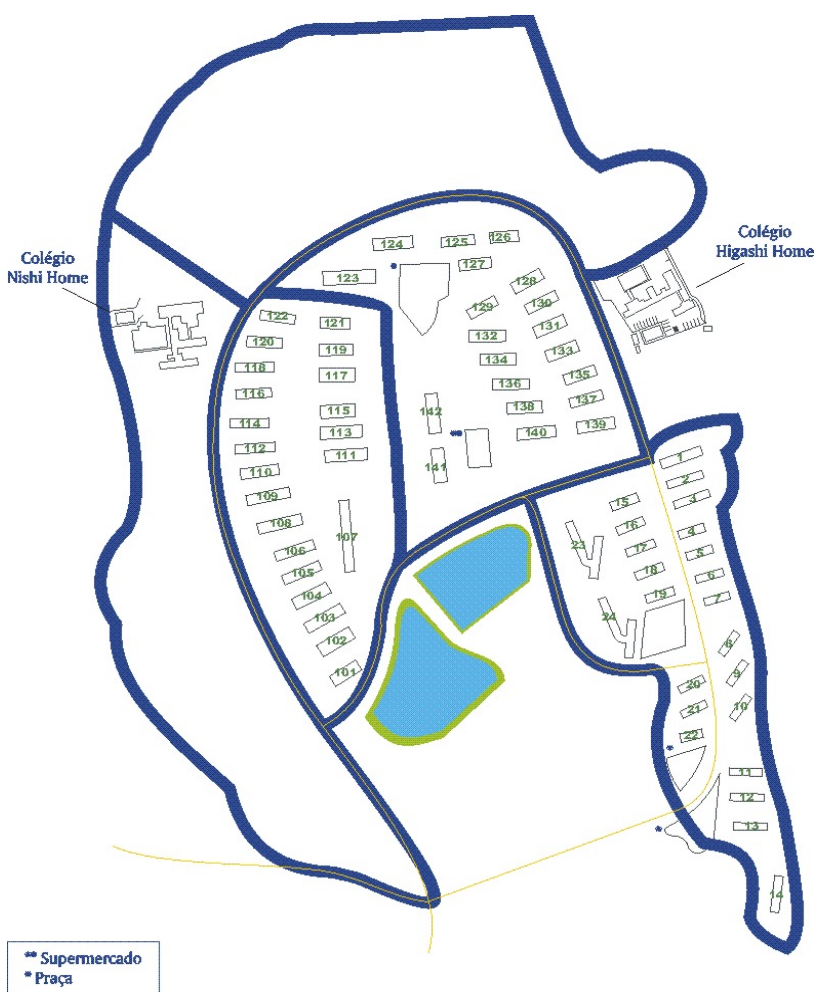
Em 1988, não havia sequer um *nikkey* morando ali, porém, em 1990, começam os conflitos com estrangeiros, que não conhecem ou não obedecem às normas de convivência, e, a partir de 1997, sanseis e yonseis também começam a co-habitar com os japoneses. Tal fato levou os moradores japoneses a protestarem junto à prefeitura, solicitando a limitação da entrada de estrangeiros no conjunto, já que estes não obedecem às normas e, assim, começam a surgir os casos de delinqüência juvenil. Em 1999, houve um sério confronto entre brasileiros e grupos de nacionalistas japoneses, agressões mútuas que culminaram no incidente citado anteriormente, fazendo aumentar a animosidade com os japoneses exigindo, estes inclusive, a expulsão dos estrangeiros.

Assim, *Homi danti* acabou por adquirir uma péssima fama entre os japoneses e até mesmo entre os brasileiros. Veicula-se muito a idéia de que todos os meninos ali residentes sejam delinqüentes e que este é um lugar problemático. Os confrontos ainda estão presentes, mesmo que não tão evidentes e declarados. Ao mesmo

tempo, surgem também grupos “preocupados” com a questão dos estrangeiros, NPOs que prestam auxílio de vários tipos. Existem queixas de brasileiros quanto aos critérios para o “sorteio” de moradias (de acordo com eles, por exemplo, o sorteio, “dito aleatório” é feito de tal forma que, em cada dez japoneses sorteados, apenas um brasileiro é contemplado).

Figura 11

Mapa simplificado do condomínio de Homi.



Dentro do *Homi danti*, existe toda uma infra-estrutura como, por exemplo, um supermercado japonês⁶⁰, o “Meitetsu Pare” que, além de produtos alimentícios, dispõe de brinquedos, utensílios domésticos, roupas, material escolar. Os moradores contam ainda com restaurante japonês, correio, loja de produtos brasileiros. O “The

⁶⁰ Esse supermercado não fazia questão de atrair os brasileiros, mais tarde, passou a ter alguns mecanismos para facilitar a compra por parte dos brasileiros, porém, ainda era muito difícil encontrar explicações ou instruções em português. Deixará de funcionar no local, no segundo semestre de 2005.

Amigos” é um local onde se pode adquirir produtos brasileiros, como pão francês, pão de queijo, carnes, enlatados, como nos nossos supermercados, revistas, CDs, entre outros itens, todos os seus funcionários são compatriotas e atendem em português. Existem ainda parques, uma escola brasileira, a escola NECTAR, centro de assistência entre outros.

Os brasileiros conseguem viver ali, praticamente, sem aprender nada de língua japonesa, pois em loja de brasileiros, encontra-se tudo o que precisa para o consumo do seu dia-a-dia e, mesmo nas lojas de japoneses; basta levar o produto desejado até o caixa e pagar, sem ter que conversar com alguém. Outros brasileiros circulam, ali, o tempo todo. No caso de alguma dificuldade, podem solicitar auxílio até mesmo ao Centro Latino Americano de Homigaoka que está localizado bem no centro do conjunto, ao lado da praça, onde se disponibilizam voluntários que atendem em português. Este Centro disponibiliza ainda, serviços de tradução, acompanhamento de intérpretes em repartições públicas e hospitais, promove cursos de língua japonesa, edita informativos e é mantido pelos associados que pagam uma taxa mensal.

Existia no local, também, uma escola brasileira: NECTAR dividindo o mesmo espaço com o Centro Latino Americano, ambos cedidos pelo Meitetsu Pare. Os pequenos apartamentos servem de ateliê de costura, venda de roupas brasileiras, creches brasileiras para as mães que precisam deixar seus filhos pequenos para trabalhar, pessoas que oferecem serviços de buffets, doces, salgados, bolos caseiros, pessoas que abriram pequenos salões de beleza, edição de revistas de distribuição gratuita, etc.

Algumas iniciativas, por parte de japoneses, também se concentram no local. Além de um número grande de “pesquisadores” japoneses, alguns voluntários fazem seus trabalhos com os brasileiros. *Homi* conta com duas escolas primárias públicas japonesas, nas proximidades, que possuem infra-estrutura para recepção dos brasileiros: *Nishi* e *Higashi*, como são chamados pelos brasileiros (Escola Primária do Oeste Homi e Leste Homi, respectivamente) e uma escola pública ginásial: *Homi Tyu*. Existem ainda duas escolas particulares brasileiras: Escola Alegria de Saber, mais próxima à estação *Josui* e NECTAR. Há ainda, duas creches e uma pré-escola na redondeza, sendo que a maioria dos brasileiros prefere o Higashi Hoikuen (uma creche japonesa privada), bem próxima à escola primária *Higashi*.

Dentro do *Homi*, os brasileiros contam ainda com um projeto que a Toyota International Association (TIA) assumiu desde 2000: o projeto “Homi guria” voltado para as crianças que não freqüentam escola alguma, nem a brasileira, nem a japonesa; funciona diariamente das 10 às 12 horas. Atende a crianças e adolescentes de seis a 18 anos, dando ênfase no ensino do idioma japonês. Dissidentes desse grupo formaram o grupo “Torcida” que iniciou suas atividades em 01 de outubro de 2003, voltadas para a mesma população, com outro tipo de enfoque na intervenção, criando o “Curso Sol Nascente”.

Kotoba no kyoshitsu é um projeto mantido pela Secretaria de Educação da prefeitura de Toyota, desde setembro de 2000, funcionando dentro da escola *Higashi Homi Shogakkou*. Quatro professores bilingües (português-japonês) prestam assistência às crianças brasileiras recém-chegadas, com dificuldades na língua japonesa, por três meses durante o horário integral de aulas (8h30 às 15h). Embora funcione dentro dessa escola, é aberta a todas as crianças estrangeiras recém-chegadas às escolas japonesas da região.

Há ainda, duas NPOs: o *Kodomo no Kuni* que mantém o *Yume no ki kyoushitsu*, desde abril de 2000, com o intuito de prestar ajuda no reforço de algumas matérias das escolas japonesas, após às aulas, funcionando diariamente, das 14h às 18h. Oferecem também “aulas de espanhol” três vezes por mês aos sábados das 13h30 às 15h e *waku waku kyoushitsu*, duas vezes por mês, aos sábados, das 15h30 às 17h. Oferecem ainda uma atividade voltada para as crianças de até seis anos, chamada “jardim”, com o intuito de ensinar o japonês para pré-escolares, principalmente, aos que não freqüentam creches e pré-escolas japonesas. O Centro Latino Americano, outra NPO, além de prestar assistência de diversas naturezas, embora com objetivos não apenas educacionais, ministra cursos de japonês também. Existe ainda o Centro Internacional de Homigaoka, desde dezembro de 1999, que administra e coordena o *Homi danti* com o objetivo de promover uma boa convivência entre os seus moradores.

Depois do meu retorno ao Brasil, no ano passado, a escola NECTAR deixou o espaço que dividia com o Centro, instalando-se nas proximidades do condomínio, com redução drástica no número de alunos. Segundo informações que obtive de amigos, isso ocorreu pelo fato do coordenador do Centro Latino Americano, não

querer mais dividir o espaço com a escola em questão, abrindo ali uma escola denominada “Escola Paulo Freire”. A situação foi agravada também pelo aparecimento de mais uma escola na redondeza, denominada “Pintando o Sete”. Em agosto desse ano de 2005, o Meitetsu Pare que cedia os espaços, tanto para o NECTAR, como para o Centro Latino Americano, também deixou o local, desativando a recém criada escola do Centro que fechará as suas portas em outubro. O Jornal Chunichi Shinbum, nas suas edições de 14 e 16.08.2005, anunciou a saída do Meitetsu Pare e a entrada de uma empresa de produtos brasileiros de Shizuoka no local. Existe a possibilidade de retomada do espaço ocupado pela escola e pelo Centro, também por brasileiros. O que vai acontecer permanece em incógnita, por enquanto.

A cidade de Toyota uniu-se a cidade de Hamamatsu e, juntamente, com outros municípios de maior concentração de estrangeiros no país (no total de 15, falam em 30 atualmente), criaram o encontro anual *Shujyutoshikaigi*, em maio de 2001, para em conjunto, pensar em projetos de intervenção junto aos estrangeiros. Deste grupo saiu a Declaração de Hamamatsu que incentivou, posteriormente, a Declaração de São Paulo e Londrina, citado na introdução desta tese.

Como foi mencionado, as escolas freqüentadas por crianças e adolescentes brasileiros que residem no *Homi danti* são: a) escolas japonesas (*Higashi Homi Shogakkou*, *Nishi Homi Shogakkou* ou *Homi Tyugakkou*); b) escolas brasileiras (Escola NECTAR e Escola Alegria de Saber); c) as que não freqüentam escolas formais (Curso Sol Nascente, Homi guria); d) ou nenhuma delas ainda. Existem algumas outras opções como pequenas “escolinhas”, com aulas particulares, em apartamentos, dentro do *Homi danti*. Existem ainda alguns poucos adolescentes que freqüentam o Colégio Pitágoras, situado na cidade de Handa.

A seguir, serão caracterizadas algumas dessas escolas, apenas aquelas cujo acesso foi possível, nessa cidade.

3.2.2.3 – Escolas freqüentadas por brasileiros residentes em *Homi danti*

A) Escola NECTAR:

Essa escola começou como um pequeno núcleo educacional, dentro de um apartamento, em *Homi danti*, em 1997 e recebeu a validação dos seus certificados pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), em junho de 2001. Continuou a funcionar dentro do *Homi danti* até 2004, junto ao Centro Latino Americano de Homigaoka, onde antigamente funcionava um banco.

Figura 12

Escola NECTAR.



Na época dessa pesquisa, o espaço físico da escola era subdividido em: um salão onde as crianças brincavam nos intervalos de aulas, espaço esse que era aproveitado como uma sala de aula e como um local onde os alunos podiam fazer trabalhos também. Havia ainda uma secretaria/diretoria e cinco salas de aula.

Embora pequena, passava um clima familiar, onde todos conheciam todos, interagiam entre si. Às sextas-feiras, havia um mutirão da limpeza, onde professores, alunos e a própria diretora cuidavam da limpeza de toda a escola, inclusive lavagem de banheiros, como nas escolas japonesas. Antes de começarem as atividades, diariamente, as crianças que iam chegando se reuniam no salão, organizavam-se em filas e cantavam o Hino Nacional Brasileiro, acompanhando a música que vinha de um pequeno aparelho de som, com as mãozinhas apertando o lado esquerdo do peito.

Além desse tipo de manifestação, havia também, um clima de religiosidade na escola, com dizeres nas paredes divisórias das salas como: “Deus dá a paz a quem nele confia”, “Jesus gostava de estudar. Eu quero ser estudioso também” e “Ensina a criança no caminho em que deve andar e até quando envelhecer não se desviará dele”.

Tanto a diretora como todos os professores, foram bastante cooperativos e amigáveis abrindo-me as portas da escola, deixando-me à vontade para freqüentá-la por vários dias, conversando comigo, fornecendo-me dados, trocando idéias, disponibilizando-me as crianças que também se familiarizaram com a minha presença no local. As crianças falavam comigo ali e fora dali, propiciando-me oportunidades de também poder colaborar com algumas idéias em relação ao trabalho com as crianças, principalmente com aquelas que apresentavam dificuldades maiores. Elas próprias me procuravam para falar de suas preocupações, suas famílias, suas dificuldades, fornecendo-me muito mais dados do que os coletados em entrevistas e abrindo-me assim um leque maior para a compreensão do que ocorria ali.

Na época dessa pesquisa, havia 112 alunos distribuídos em classes de jardim de infância até a 2^a série do ensino médio, divididos em dois períodos de ensino regular: das 8h30 às 12h30 e das 13h às 17h. A escola funcionava de segunda a quinta, das 8h30 às 19h, e às sextas-feiras até às 18h30, pois atendia algumas crianças e adolescentes que, após as aulas nas escolas japonesas, freqüentam o local para cursarem o currículo de uma escola brasileira e/ou aprenderem português apenas. Adotavam o sistema Sigma, enquanto método de ensino.

A mensalidade da escola era de 25 mil ienes mensais para o ensino fundamental e 30 mil ienes para o ensino médio, sendo que se acrescenta a isso o custo das apostilas. Eram doze professores no total, sendo que três deles cumpriam os dois períodos. Havia mais um funcionário que trabalhava no transporte de crianças. O custo mensal para o transporte era de mil ienes para as crianças que moravam dentro do *Homi*⁶¹ e para os alunos que moravam fora do condomínio, dependia da distância a ser percorrida, girando em torno de 10 a 15 mil ienes mensais. A grande maioria, mais de 90% dos alunos, morava dentro do *Homi*.

Tanto a reunião com os pais, bimestrais, quanto a reunião com os professores, ocorriam aos sábados. Além de seguir o currículo normal das escolas brasileiras no Brasil, ministravam aulas de música e língua japonesa, uma vez por semana. Inglês e espanhol faziam parte do currículo normal da escola. Por falta de espaço e de professor, estavam sem aulas de educação física. Como várias outras escolas brasileiras no Japão, não dispõem de quadra de esportes para seus alunos⁶².

A direção informou-me não saber ao certo o nível de escolaridade dos pais, mas percebe que filhos de pais instruídos costumam ter um rendimento melhor em comparação àqueles que têm pouca escolaridade, cujos filhos possuem um vocabulário muito pobre e são mais propensos ao fracasso escolar. Começam a surgir crianças, cujos pais foram pequenos para o Japão e abandonaram logo os seus estudos, jovens ainda tendo filhos em idade escolar.

As dificuldades, que a escola vivenciava, eram muitas: as crianças chegavam em qualquer época do ano e também deixavam de freqüentar a escola em qualquer época do ano, seja porque chegavam do Brasil ou retornavam ao Brasil, como também devido a mudanças de cidades e províncias, e/ou de escolas (principalmente da escola brasileira para a escola japonesa e vice-versa). Isso dificultava o trabalho dos professores que acabavam tendo que fazer um trabalho de reforço e aceleração, além de possuir em uma mesma classe, crianças de diferentes séries, em diferentes bimestres. Queixava-se ainda de inadimplência, desinteresse

⁶¹ *Homi danti*, por ser um conjunto residencial gigantesco, para se locomover de um lugar para o outro, embora possível, é bastante cansativo se fazer a pé.

⁶² Poucas escolas possuem quadra de esportes em suas dependências. Muitas necessitam de alugar algum espaço, na redondeza, para qualquer prática de esportes ou para as aulas de educação física, sendo mais um adicional nas despesas e, com isso, facilmente as aulas de educação física são eliminadas do currículo.

da família e da própria criança em relação à educação, falta de material didático (biblioteca e laboratórios) e difícil convivência com as escolas japonesas da região.

B) Escola Alegria de Saber (EAS)

Essa escola está situada nas redondezas da estação *Josui* e a aproximadamente 3 km de *Homi danti*. Essa escola também iniciou suas atividades em 1995, num pequeno espaço, com poucos alunos. Hoje conta com cinco unidades em funcionamento: Suzuka e Toyohashi abertos, em 1998; Hekinán, em 2000; e Hamamatsu, em 2001. A unidade de Toyota tem os seus certificados validados pelo CNE, desde março de 2000. Hoje, a rede de escolas conta com um quadro de aproximadamente 1600 alunos, sendo que a unidade de Toyota possuía 260 alunos, na época dessa pesquisa⁶³.

Figura 13

Escola Alegria de Saber.



⁶³ Os números mudam com frequência, pelas migrações dos brasileiros, como foi explicado anteriormente.

Havia um quadro de 28 funcionários, sendo 17 professores e funcionários de limpeza, transporte, secretaria etc. O seu espaço físico, de dois andares, dispõe no térreo: uma quadra poliesportiva, um pátio interno, duas salas de pré-escola, uma sala de alfabetização, secretaria, diretoria, sala da coordenadora pedagógica, recepção, dependências para os funcionários e estacionamento; e no andar de cima havia nove salas de aula, mais uma de informática.

Funciona desde o maternal até o 3º ano do ensino médio. Seu horário de funcionamento ocorre em dois turnos: da manhã, das 9h às 13h e da tarde, das 13h às 17h, sendo que alguns alunos freqüentam os dois períodos. Usam o método de ensino COC (Curso Oswaldo Cruz) e possuem apoio pedagógico *on line*, material digital disponível para os alunos, mesmo estes estando em casa. O sistema de transporte da escola faz com que mesmo os alunos que moram em outras cidades, possam freqüentar a escola. O custo da mensalidade é de 29 mil ienes para o ensino fundamental e 40 mil para o ensino médio. Acrescentam-se a isso os custos, com o material didático, de aproximadamente, 30 mil ienes anuais para o ensino fundamental, e 40 mil ienes para o ensino médio e, gastos com o transporte escolar que gira em torno de 10 mil ienes mensais.

As aulas de língua japonesa e inglesa são ministradas desde a 1ª série do ensino fundamental; aulas de espanhol entram no currículo a partir da 5ª série, aprendendo assim, essas línguas estrangeiras até o 3º ano do ensino médio. Também estão inclusos no currículo, aulas de informática e artes. A escola procura ser laica, embora comemore Natal e Páscoa. As questões relativas às drogas, sexualidade e religiosidade são consideradas com atenção, segundo a coordenadora, providenciando, sempre que possível, palestras de profissionais especializados. Comemoram também o Carnaval.

Em relação aos problemas que enfrentam, estes são semelhantes aos de outras escolas: idas e vindas entre os dois países, que obrigam a escola a ter cursos de reforço e aceleração; necessidade de lidar com as questões emocionais das crianças sem ter a quem recorrer; dificuldade de adaptação dos conteúdos à realidade da criança que vive no Japão; desinteresse de várias famílias quanto à educação de seus filhos; dificuldades em relação à reciclagem de professores; falta de laboratórios e bibliotecas; falta de espaço entre outros. Procuram manter o padrão de ensino e seguir rigorosamente o conteúdo, mesmo que para isso tenham

que reprovar alunos e/ou repor aulas aos sábados. Em relação às classes, a dificuldade apontada pelos professores refere-se às crianças de bimestres diferentes, embora nessa escola exista uma sala para cada série, com aproximadamente 20 alunos. Mesmo em séries, com menor número de alunos, não é multiseriado.

Tanto a coordenadora, professores e funcionários foram receptivos e cooperativos, dando-me a oportunidade de estar com as crianças e adolescentes, permitindo que todos aqueles que queriam falar de suas angústias me procurassem. Para isso cederam-me uma sala, ou da coordenação, ou da direção. Forneceram-me, inclusive, pareceres, dados adicionais aos coletados nas entrevistas. Crianças e adolescentes diariamente vinham falar comigo no pátio, no estacionamento, na quadra, tecendo comentários, fazendo perguntas, contando suas vidas, em grupos ou isoladamente. Tudo isso fez com que a coleta de dados fosse prazerosa e proveitosa⁶⁴.

C) *Higashi Homi Shogakou* (Higashi)

A escola está situada a leste da pracinha do *Homi*. A minha entrada nessa escola foi possível, graças à autorização concedida pela Secretaria de Educação do município. Ofereceram-me uma sala, depois de rapidamente dar uma volta nas dependências da escola, conduzida pelo professor responsável da sala internacional, sala essa freqüentada pelos alunos estrangeiros nos horários em que, em suas respectivas salas, são ministradas aulas que não conseguem acompanhar. Esse professor me trazia os alunos para que eu pudesse entrevista-los, retirando-os

⁶⁴ Por duas vezes, enquanto eu freqüentava essa escola, foi ao ar, num canal de TV a cabo para brasileiros, um programa de entrevistas, o que fez com que várias crianças viessem conversar comigo, inclusive, dizendo: “eu vi você na televisão”, “como você pode estar aqui e depois à noite no Brasil e estar aqui de novo?” o que deveria ser o desejo de muitos ali, se isso fosse possível, ou “a tia psicóloga da TV”.

de alguma aula. Para não interferir em nenhuma atividade das crianças, pude estar na escola por dois períodos durante toda a minha estada no Japão.

Figura 14

Escola Primária de Higashi Homi.



Minha curta permanência nessa escola era cuidadosamente coordenada pela escola, como por exemplo, as pessoas com quem eu deveria conversar, inclusive os serviços que eu deveria prestar: orientar as professoras do *kotoba no kyoshitsu*, classe voltada aos estrangeiros recém-chegados sem conhecimento da língua japonesa; conversar com os alunos que apresentavam problemas da escola, orientar os professores que possuem em suas classes, alunos estrangeiros.

Dados sobre a escola foram concedidos, em uma brochura explicativa, contendo a planta do espaço físico da escola, seu funcionamento, número de alunos, funcionamento da sala de estrangeiros, horários e alunos que a freqüentam, etc. Tentarei, a seguir, traduzir e resumir alguns dados para que se possa ter uma idéia da escola.

A escola possuía na época, 410 alunos, sendo que 104 eram estrangeiros e dentre eles, 90 brasileiros⁶⁵, A entrada e saída de brasileiros são detalhadamente

⁶⁵ dados de outubro de 2003.

especificadas. Na época, eram 20 brasileiros na 1ª série, 18 na 2ª série, 14 na 3ª série, 13 na 4ª série, 16 na 5ª série e oito na 6ª série e um recém chegado no *kotoba no kyoushitsu*.

Os alunos recém-chegados, nas escolas japonesas, freqüentam por três meses o *kotoba no kyoshitsu*, que são as classes com programas voltados para a adaptação dessas crianças, principalmente aquelas que não possuem conhecimento do idioma japonês. Depois desses três meses, são encaminhadas para as salas de aula normais, para se juntarem aos alunos japoneses. Esse programa, mantido pela Secretaria de Educação, funciona nessa escola, mas está aberta a quaisquer crianças recém-chegadas às escolas japonesas da cidade, sendo os professores, funcionários do município e não especificamente dessa escola.

Em várias cidades, pôde-se observar o mesmo esquema de funcionamento: alunos estrangeiros recém-chegados na cidade que vão freqüentar as escolas japonesas, freqüentam as salas especiais de *kotoba no kyoshitsu*, que funcionam em algumas escolas da cidade. Os alunos estrangeiros vão primeiro para essas classes, mesmo que, após os três meses, venham a freqüentar outra escola, nas salas normais.

As salas “internacionais” ou *kokusai* como são conhecidas, são voltadas para dar assistência às crianças estrangeiras, após esse período de adaptação. Assim, em algumas aulas que se exigem maiores conhecimentos do idioma, ou matérias em que a criança não terá condições de acompanhar as aulas normais, são retiradas de suas salas e encaminhadas para essas salas, onde terão reforço da matéria ou mesmo do idioma. Essa é uma medida tomada pelo Ministério da Educação japonês, em 1992, para dar algum suporte às crianças estrangeiras que necessitem de auxílio no aprendizado, determinando que as escolas nomeiem um professor responsável para cada grupo de 10 alunos estrangeiros, sendo eles responsáveis pelas salas de *kokusai*. Assim como *kotoba no kyoushitsu*, esses programas funcionam com o mesmo esquema em várias cidades e em outras províncias, como será visto a seguir.

Esta escola mantém três salas “internacionais” (*kokusai*): uma funcionando no andar térreo para as crianças de 1ª e 2ª séries; outra no 2º andar, para as de 3ª e 4ª

séries; e ainda mais uma, no 3º andar para as de 5ª e 6ª séries. A sala do *kotoba no kyoushitsu* funciona no andar térreo.

A escola procura atender aos pais que buscam informações e orientações através dos professores que falam português, traduzem circulares, servem de ponte entre a família ou aluno e a escola, além de darem apoio pedagógico. As jovens, *soudanin* (consultoras), além da sobrecarga de serviços a serem prestados, demonstram um grande despreparo, seja em termos de formação, seja em termos pessoais. Elas encontram grandes dificuldades com a situação que vivenciam no dia-a-dia da escola, razão pela qual, fui convocada para auxiliá-las, enquanto estivesse presente nessa escola.

D) *Homi Guria* e Curso Sol Nascente

O *Homi Guria*, um projeto iniciado sob o apoio do TIA, com o intuito de inserir de alguma maneira as crianças que, por algum motivo, não têm acesso às escolas brasileiras, e que não freqüentam também as escolas japonesas. É uma tentativa de criar um espaço receptivo e tolerante que respeite o desejo das crianças, e, ao mesmo tempo, que oferecesse um respaldo para a inserção delas nas escolas japonesas. Para isso, oferecem cursos de língua japonesa. Divergências ideológicas fizeram com que uma parte do grupo discordasse veementemente com a postura do TIA, principalmente no que se refere à limitação de tempo. No *Homi Guria*, existe um prazo estabelecido de um ano, para que essas crianças e/ou adolescentes atendidos, se insiram seja nas escolas, seja no mercado de trabalho. Embora passíveis de serem revistas, regras estabelecidas são sempre complicadas de serem questionadas no Japão. O grupo dissidente compreende que, com a limitação de tempo, caso crianças e adolescentes não consigam inserção, esses já excluídos ficariam sem nenhum espaço de convivência.

Assim, fundaram o grupo “Torcida” e iniciaram um curso semelhante, para a população com o mesmo perfil, denominado de “Curso Sol Nascente”. Ambos os projetos estão em andamento. Como a separação desse grupo era muito recente no momento da minha visita, alguns dados se referem mais ao tempo em que estavam no projeto *Homi Guria*.

Segundo algumas pessoas do grupo “Torcida”, dados da Secretaria de Educação no ano anterior, diziam que apenas ali em *Homi danti* havia 160 crianças, apresentando o perfil que o grupo deveria atender, isto é, crianças sem freqüentar nenhuma escola. Houve uma solicitação para que fossem tomadas providências. Assim, o grupo se organizou, montando subgrupos que foram averiguar, de porta em porta das famílias, a confirmação dos dados e fazer o convite para que participassem do projeto. Hoje, o grupo funciona no mesmo local do *Yume no ki kyoshitsu*⁶⁶. O curso é oferecido gratuitamente e conta com aproximadamente vinte alunos. Como a freqüência não é obrigatória, o número de presentes depende do dia. Quanto às atividades desenvolvidas, há aquelas em que a maioria participa, outras são individuais, mas sempre coordenadas por monitores voluntários.

3.2.3 – A cidade de Handa

(Para localização, vide figura 8).

Ao sul de Nagoya, localiza-se a cidade de Handa, centro da Península Chita que fica entre as baías de Ise e Mikawa, conforme o mapa. Em 1937, passou a ser cidade, agregando a antiga Handa, Kamezaki e Narawa. Essa cidade possui uma área total de 47,22 km² e conta com uma população de 112.958 pessoas, sendo que 875 são brasileiros⁶⁷. Nessa cidade, encontra-se uma das seis unidades do Colégio Pitágoras Brasil, que também mantém unidades em Hamamatsu (Shizuoka), Ota (Gunma), Moka (Tochigi), Nakakoma (Yamanashi) e Chiisagata (Nagano). Dessas unidades, as crianças do universo desta pesquisa, freqüentam as unidades de Handa e Hamamatsu.

Muitas das crianças que freqüentam esse colégio, vêm de regiões vizinhas, como Andyo, Seto e Nagoya, poucas morando efetivamente em Handa.

⁶⁶ Como o *Yume no ki kyoshitsu* funciona no período da tarde, e o “Curso Sol Nascente” na parte da manhã, podem ocupar o mesmo espaço. Funcionam no salão do prédio 142, próximo à pracinha, em frente ao Meitetsu Pare.

A) Colégio Pitágoras Brasil

Esse colégio, com seu método próprio de ensino, foi a primeira escola brasileira, oficialmente introduzida no Japão, mantendo o objetivo de ser modelo para outras, já que tem experiência de ensino fora do Brasil. É uma escola que começou suas atividades no Brasil, há mais de 35 anos.

A unidade de Handa iniciou suas atividades, em maio de 2000, já recebendo a validação de seus certificados nesse mesmo ano. A primeira unidade no Japão foi a de Ota, na província de Gunma, no ano anterior.

A unidade de Handa contava, na época desta pesquisa, com 119 alunos de jardim ao 3º ano colegial, atendendo a alunos de três a 17 anos. Essa unidade contava com oito professores exclusivos da unidade e mais alguns que, periodicamente, circulavam por várias unidades. Segundo a coordenadora pedagógica, o total de alunos nas seis unidades gira em torno de 600 alunos. A mensalidade era de 29 mil ienes, mas se incluirmos as despesas com material didático, uniformes, alimentação e condução, totalizava, aproximadamente, 50 mil ienes mensais. As coordenadoras pedagógicas vêm do Brasil e ficam entre um e dois anos no Japão. A escola encontra dificuldades em selecionar essas coordenadoras, pois exigem que sejam solteiras e se adaptem ao Japão. Essa condição é pouco satisfeita, pois a maioria não é descendente de japoneses e nunca morou fora do país (Brasil), tendo muita dificuldade de se adaptar ao Japão, incluindo a dificuldade com o idioma e com a cultura. Recentemente, essa unidade foi desativada e transferida para a cidade de Kariya, na mesma província, após aquisição de um prédio mais adequado.

O horário de funcionamento da escola é das 8h15 às 12h30 e os cursos de período integral das 8h30 às 15h30, sendo que a escola ainda oferece a opção para os pais que só podem buscar os filhos mais tarde, ficando aberta até às 19h30, com os devidos acréscimos na mensalidade.

⁶⁷ Dados da população de Handa de 2003 e de brasileiros, de final de 2002.

Figura 15

Colégio Pitágoras Brasil de Handa.



Embora atendam a todas as séries, percebe-se nitidamente que principalmente, o ensino médio conta com um número bastante reduzido de alunos, o que faz com que várias séries fiquem superlotadas numa única classe. Esse fato, das classes serem multiseriadas, foi levantado por quase todos os alunos, como sendo bastante inconveniente. De todas as escolas visitadas, essa foi a que mais obteve queixas, por parte dos alunos, sob esse aspecto. Além de multiseriadas, os professores deparam com o mesmo problema descrito, anteriormente, em outras escolas: defasagens de bimestres.

Quando, por exemplo, se está em uma classe, cujo professor atende de 8ª série ao 3º colegial, os alunos que estão em minoria não recebem praticamente nenhuma atenção. Os conteúdos para cada uma destas séries são bastante diferentes, e os alunos que deveriam estar se preparando para prestar o vestibular, por exemplo, queixam-se da absoluta falta de atenção.

3.3 – A província de Shizuoka

Figura 16

Localização da província de Shizuoka.



(Fonte: www.friendshpforce.jp/shizuoka/map02.gif)

Shizuoka é a província com o segundo maior número de brasileiros. Possui uma população de quase quatro milhões de habitantes, onde se concentram 78.712 estrangeiros, dos quais 41.039 são brasileiros. O número de crianças e adolescentes brasileiros, de 0 a 19 anos é de 9.517 em toda a província⁶⁸. Tem como capital a cidade com o mesmo nome, sendo que a cidade com maior concentração de brasileiros é a cidade de Hamamatsu, entre Nagoya e Shizuoka. Sedia inúmeras indústrias manufatureiras, principalmente eletro-eletrônicos, autopeças, especialmente fabricação de motos, assim como brinquedos, instrumentos musicais e há ainda, o cultivo da agricultura. É a província onde está localizado o Monte Fuji, razão pela qual é conhecida nacional e internacionalmente.

⁶⁸ Relatório JIA de 2005, aponta 88.039 estrangeiros, sendo 44.248 brasileiros.

3.3.1 – A cidade de Hamamatsu

Figura 17

Localização da cidade de Hamamatsu.



(fonte: www.map4travel.com/maps/japan/shizuoka.php)

Hamamatsu é uma cidade industrializada, localizada a sudoeste da capital da província de Shizuoka, mais próxima à província de Aichi. Possui uma população de 602.963 habitantes, sendo que 22.791 são estrangeiros e dentre eles, 60% ou 13.408 são brasileiros (dados de abril de 2004). É a cidade com maior número absoluto de brasileiros em todo o país. Ali se concentram indústrias de motocicletas e instrumentos musicais, assim como indústrias têxteis. Empresas como Suzuki, Yamaha, Nissan, Honda e Mitsubishi estão presentes na cidade.

Pela abundância de recursos naturais e pelo clima moderado, já era habitada há 3 mil anos atrás, e por ser um ponto estratégico de passagem da via Tôkaido, que liga Kyoto e Osaka a Tokyo. Foi também a capital da extinta província de Hamamatsu que, hoje, é a parte oeste da província de Shizuoka, tornando-se município no ano de 1911, com uma área de 8,66 km². Na época da II Guerra Mundial, foi alvo de grandes ataques por ter bases da força aérea e fábricas de munições. Depois da guerra, as indústrias, principalmente têxteis, de instrumentos

musicais e de motocicletas, cresceram aceleradamente, propiciando o desenvolvimento da cidade, incorporando, também, vilas e aldeias vizinhas.

Os brasileiros estão espalhados em toda a cidade, com maiores concentrações em locais onde existem conjuntos residenciais maiores como: Takaoka, Sanarudai, Nakatajima, Enshu-hama e Saginomiya. Outros locais de concentração são: Tenno-cho, a parte sul da estação Hamamatsu-JR⁶⁹, Irino-cho e Shinohara-cho. Os trabalhadores brasileiros estão presentes em várias empresas espalhadas pela cidade, espalhando-se também por centenas de empresas subcontratadas ou de prestação de serviços para as subcontratadas, geralmente, através de empreiteiras.

A cidade possui 65 escolas primárias e 33 ginasiais, sendo que os brasileiros estão presentes em 23 escolas primárias e oito escolas ginasiais, totalizando 398 crianças nas escolas primárias e 132 adolescentes nas escolas ginasiais (dados de 2003; outros dados mais atualizados estão no tópico explicativo do projeto Canarinho). Em Hamamatsu, há duas escolas brasileiras cujos diplomas estão validados: Colégio Pitágoras Brasil, unidade Hamamatsu e Escola Brasileira de Hamamatsu. Há, ainda, uma unidade de ensino, cujo certificado ainda não foi validado pelo CNE: a unidade Hamamatsu da Escola Alegria de Saber.

Existem vários projetos, na cidade, voltados para assistência aos estrangeiros, podendo enumerar alguns como:

- 1) Projeto Canarinho – aulas de reforço para crianças que não freqüentam escolas.
- 2) Cursos de língua japonesa para alunos estrangeiros.
- 3) Encontros de representantes estrangeiros – onde os representantes de diversos grupos étnicos se reúnem para discutir e apresentar propostas de interesse coletivo para serem implantadas pela prefeitura. Uma vez por ano, o encontro é aberto ao público estrangeiro, em geral, e recebe propostas e idéias de toda a população local.

⁶⁹ A linha JR (Japan Railway) é uma importante empresa de tráfego, operando em em todo o país, inclusive os “trens bala” (shinkansen).

4) Serviços de aconselhamento voltado para estrangeiros. Para atendimento de estrangeiros, a HICE (*Hamamatsu Foundation for International Communications and Exchanges* ou simplesmente *Hamamatsu International Cultural Exchange* ou ainda *Hamamatsu Kokusai Koryu Kyokai*) oferece informações e assistências. A partir de 2004, a linha telefônica *Inoti no denwa* (uma espécie de CVV), dispõe de voluntários que atendem aos problemas de estrangeiros nos respectivos idiomas, recebendo treinamento e apoio da prefeitura de Hamamatsu.

5) A HICE oferece também serviços de assistência jurídica uma vez por mês.

6) Um *home page* “Canal Hamamatsu” para estrangeiros com informações úteis⁷⁰.

7) Em escolas com mais de 10 alunos estrangeiros, nomeia-se um professor responsável pela sala internacional *kokusai*. Funciona da mesma forma como em Toyota; as crianças são retiradas das suas salas de aula no horário das matérias de maior dificuldade de compreensão e seguem para as salas internacionais para terem aulas de reforço de língua japonesa, sozinhas ou em pequenos grupos, ou aulas de algumas matérias consideradas essenciais. Como as crianças são retiradas das suas salas, é conhecido como *toridashi* (retirada). Também existe o que é conhecido como “T T” (*team teaching*), o professor do *kokusai* vai até a sala do aluno, nas aulas principalmente naquelas que o aluno não consegue acompanhar as explicações, de difícil compreensão e assiste a aula ao lado do aluno, explicando-lhe o que está sendo dado⁷¹.

8) A Secretaria de Educação do município mantém o mesmo *Kotoba no Kyoushitsu* que funciona na escola primária de Motoshiro, aberto a qualquer criança ou adolescente, onde são ministradas aulas de língua japonesa. Essas aulas são ministradas de terça e quinta, das 14h às 16h, para as crianças do primário, e, de quarta e sexta, das 14h às 16h, para os alunos do ginásio. Embora pareça estar sendo bem conduzida por professores e voluntários experientes, o problema é que, para que possam ter acesso a ela, as crianças devem deixar de assistir as aulas da tarde nas suas escolas, tomar um ônibus e locomover-se de suas respectivas

⁷⁰ <http://nw01.city.hamamatsu.shizuoka.jp/hamapo/index.htm>

⁷¹ Mas em escolas onde o número de brasileiros é pequeno, as crianças ficam sem amparo algum. O fato de ter professores voltados para atendimento de alunos estrangeiros, não significa também que tenham experiência em lidar com estrangeiros e existem escolas que, mesmo com um número grande de estrangeiros, não conseguem oferecer, de fato, algum amparo.

escolas para freqüentar o curso. O fato de as crianças pequenas terem de se locomover sozinhas para essa escola e/ou por terem de arcar com as despesas extras de condução, muitos brasileiros desistem de fazer o curso⁷².

O Comitê Educacional de Hamamatsu coordena, assim, essas 34 pessoas, entre brasileiros e japoneses que prestam auxílio aos alunos estrangeiros nas escolas (*kokusai*). Existem quinze pessoas, que trabalham como intérpretes nas escolas japonesas, para atendimento das crianças e seus pais, embora os brasileiros possam contar com esse tipo de serviço apenas em dias e horários estipulados, já que essas pessoas circulam por várias escolas, podendo apenas atender em determinados períodos. A cidade tem também dois japoneses que dão atendimento ou suporte psicológico ou pedagógico e mais duas pessoas que dão atendimento, na Prefeitura, para esclarecer dúvidas sobre o sistema educacional japonês.

Em novembro de 2003, foi inaugurada a “Associação Brasileira de Hamamatsu”⁷³, com o objetivo de estreitar as relações de intercâmbio e cooperação entre os países, apoiar as iniciativas de NPOs e grupos voluntários, no intuito de melhorar as condições de vida dos cidadãos da cidade⁷⁴.

Com o intuito de caracterizar melhor a população estudada, descrev-se-á seguir, os locais visitados nessa pesquisa.

A) O projeto Canarinho

Esse projeto começou em abril de 2002 enquanto um projeto piloto, e estava previsto para ter uma duração inicial de três anos⁷⁵, sendo que após esse prazo

⁷² Os custos com transportes no Japão são consideráveis. Só para se ter uma idéia, um bilhete de uma estação para outra seria de 180 a 230 ienes (aproximadamente 2 dólares americanos), dependendo da cidade, e a tarifa aumenta conforme a distância, seja em trens ou ônibus.

⁷³ Maiores detalhes da Associação, vide anexo.

⁷⁴ Em agosto de 2004, a Associação tinha programado coordenar, juntamente com a prefeitura, um grande campeonato de futebol internacional, onde meninos menores de 12 anos de sete países estariam sendo convidados para, em Hamamatsu, juntamente com os meninos japoneses, participarem do campeonato. O time júnior do São Paulo Futebol Clube estaria sendo convidado para representar o Brasil nesse campeonato.

⁷⁵ O contrato dos professores tinha a duração de um ano, não renovável, tendo a necessidade de procurar outros professores a cada ano. Isso porque o projeto fazia parte de um projeto maior, de âmbito federal, de criação de empregos, assim, era necessário atender ao maior número possível de pessoas. Atualmente, mantido pela prefeitura, os professores podem permanecer por mais tempo.

passaria por uma reavaliação. Mantido com o apoio da prefeitura local e de uma Secretaria do Ministério das Relações Exteriores, vem desenvolvendo um importante trabalho junto às crianças da faixa etária de sete a quinze anos que por algum motivo encontram-se fora das escolas. Oferece também aulas de reforço em relação à língua japonesa, portuguesa e matemática. Como é um espaço de convivência e não uma escola convencional, embora procurem trabalhar com informática, artes, trabalhos manuais, entre outras atividades para as crianças, discutem sobre vários assuntos ligados à adaptação social e normas de convivência naquele ambiente. Também promovem passeios, excursões educativas, assim como participam e promovem festas tradicionais brasileiras e japonesas.

Possuem atualmente quatro unidades, sendo que a classe Saginomiya foi aberta em 2003, com características especiais. São ministradas apenas aulas de português. O português enquanto matéria, começou a fazer parte, a partir desse ano, em todas as classes nas quais até então eram apenas oferecidas aulas de reforço e/ou outras matérias. Funciona num salão do conjunto habitacional Saginomiya, às quintas-feiras, das 15h às 17h30.

Desde o primeiro ano de suas atividades, vem beneficiando por volta de 150 crianças, sendo que, nessa época, contava com 104 alunos monitorados por dez professores. Para as crianças que não freqüentam escolas, as aulas são ministradas diariamente, porém, em casos de crianças que freqüentam outras escolas, a presença é flexibilizada, por exemplo, duas vezes por semana.

Os objetivos do projeto eram ensinar o japonês e, ao mesmo tempo, tentar motivar através de um ambiente continente, a volta às escolas regulares. Oferecer alfabetização na língua materna e os mínimos conhecimentos de matemática, procurando respeitar o ritmo de cada criança, também constavam entre os seus objetivos.

Os motivos levantados para a não freqüência dos alunos às escolas convencionais são os mesmos que se vêm discutindo até agora em todas as cidades e escolas: não conseguem se adaptar às escolas japonesas devido às dificuldades de relacionamento com colegas e/ou professores, ou até mesmo, com o próprio sistema de ensino; idas-e-vindas dos pais, grande mobilidade mesmo dentro do país ou da província, alto custo das escolas brasileiras, falta de apoio emocional para a

criança e família em quaisquer dessas escolas. Famílias, com vários filhos, privilegiam os mais novos em detrimento dos mais velhos que estão à espera da idade para trabalhar e cooperar no orçamento doméstico. Crianças que entram e saem das escolas brasileiras e japonesas e perdem o “fio da meada” em português e em japonês, não compreendem nenhuma das duas línguas, suficientemente, para poder ter um rendimento escolar desejável.

Além da unidade citada, aberta no ano de 2004, desde 2003 funcionam outras três unidades: Hagioka, na escola primária de Hagioka⁷⁶ de segunda à sexta-feiras, das 14h às 16h; Sunaoka, na escola primária de Sunaoka também nos mesmos dias e horários da anterior; Sanarudai, no salão do conjunto habitacional Sanaruko, na segunda, das 15h às 17h, e aos sábados, das 10h às 12h.

Esse projeto não é oferecido com total gratuidade, cobra-se apenas o equivalente ao material utilizado, seguro e uma taxa simbólica, que perfaz um total de seis mil ienes anuais, para os que freqüentam outras escolas; e 12 mil ienes para os que não freqüentam outras escolas.

B) Colégio Pitágoras Brasil de Hamamatsu

A escola funciona no mesmo estilo da unidade de Handa, com um número um pouco maior de alunos: aproximadamente 180 alunos. Na redondeza há algumas casas residenciais, uma área verde e morros. Na escola, uma área bem pequena, do tamanho de uma sala, serve de quadra para os alunos. As salas possuem espaço razoável, porém, como na outra unidade, as salas multiseriadas, apresentam um aspecto de “congestionadas”, “superlotadas”, embora funcione num prédio grande para os padrões japoneses, conforme pode-se observar na foto.

⁷⁶ Tanto essa classe como a de Sunaoka, faz uso de salas vagas das escolas, especialmente cedidas para esse projeto.

Figura 18

Colégio Pitágoras Brasil de Hamamatsu.



**CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
BRASILEIROS NO JAPÃO E O SISTEMA DE ENSINO JAPONÊS**

Capítulo 4 - Caracterização das crianças e adolescentes brasileiros no Japão e o sistema de ensino japonês

Assim como os trabalhadores de diversos países do mundo se deslocam para o Japão num movimento migratório global, pode-se observar concomitantemente, a presença de crianças e adolescentes também em números significativos.

Observando-se os dados oficiais de dezembro de 2003 do JIA, apresentados no capítulo anterior, crianças e adolescentes coreanos compõem o maior grupo de crianças estrangeiras no Japão, seguidos de chineses e brasileiros. Embora chineses e coreanos sejam considerados estrangeiros, estão habitando no território japonês há décadas, sendo a maioria desses jovens, praticamente japoneses, em termos culturais e de idioma, pois seus pais e avós já nasceram no Japão.

Tabela 13

População infanto-juvenil, de várias nacionalidades, residindo no Japão.

	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10-14 anos	15-19 anos
China	11.707	10.802	10.658	19.840
Coréia	14.922	19.156	22.741	29.509
Brasil	17.264	13.643	9.967	16.196
Filipinas	4.280	4.449	3.569	6.269
Peru	3.717	3.621	2.373	2.916

(Fonte: baseado nos dados do JIA, 2004)

Quando se trata de medidas voltadas para estrangeiros, embora politicamente exista a necessidade de se pensar em todos os estrangeiros, incluindo os coreanos e chineses, na prática essas medidas acabam sendo voltadas para crianças brasileiras, filipinas e peruanas, uma vez que o número daqueles de outras nacionalidades é consideravelmente menor, consideradas *new comers* como foi mencionado anteriormente.

No caso específico dos brasileiros, ainda baseados nos dados do JIA, pode-se observar, a cada ano, um crescimento do número de crianças e adolescentes, conforme a tabela a seguir:

Tabela 14

Evolução do número de crianças brasileiras por faixa etária⁷⁷:

	1992	1994	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
0 a 4	5.082	5.666	9.226	12.935	14.380	15.199	17.368	17.916	17.264	16.771
5 a 9	4.075	4.931	6.916	8.866	8.948	9.145	11.005	12.544	13.643	14.877
10 a 14	3.169	3.726	5.963	8.019	8.619	8.938	10.210	10.478	9.967	9.736
15 a 19	12.997	12.409	16.310	19.276	17.517	15.583	18.215	17.512	16.106	16.558
T bras.	147.803	159.619	201.795	233.254	222.217	224.299	254.394	265.962	268.332	274.700

(fonte: baseado nos dados do JIA, 2004)

O total de crianças e adolescentes na faixa etária de cinco a quatorze anos de idade, que deveriam estar freqüentando o ensino fundamental se considerarmos o sistema de ensino brasileiro, ou seja, escolas primárias (*shogakkou*) ou ginásiais (*tyugakkou*) japonesas é de 24.613, correspondendo a 8,95% da população total de brasileiros residentes no Japão⁷⁸. Se incluirmos aqueles que estão nos cursos colegiais (*koukou*), ou seja, até a faixa etária dos 19 anos, teremos um total de 41.171⁷⁹. A população infanto-juvenil, incluindo os pré-escolares, perfaz um total de 57.942, correspondendo 21,09% do total da população brasileira naquele país⁸⁰.

Essa população encontra-se presente em todo o território japonês, conforme pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 15

Distribuição por faixa etária da população infanto-juvenil brasileira no território japonês.

Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14	15 a 19	Total da população infanto-juvenil	Total de brasileiros
Total geral	16.771	14.877	9.736	16.558	57.942	274.700
Hokkaido	7	6	7	21	41	247
Aomori	0	0	2	3	5	64
Iwate	34	17	14	46	111	801

⁷⁷ Algumas tabelas atualizadas com dados de dezembro de 2004, publicados em 2005 estão no anexo.

⁷⁸ Pelos dados de 2005, esse número aumenta para 26.147, perfazendo 9,12% to total.

⁷⁹ Pelos dados sde 2005, eese número também aumenta para 43.459.

⁸⁰ Esses números aumentaram para 60.337, perfazendo 21,05% do total da população brasileira no Japão.

(continuação)

Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total da população infante-juvenil	Total de brasileiros
Miyagi	34	16	21	132	203	1.593
Akita	0	2	1	0	3	53
Yamagata	12	7	6	29	54	387
Fukushima	33	30	18	37	118	798
Ibaragi	601	518	173	634	1.926	10.940
Tochigi	556	514	314	540	1.924	8.754
Gunma	1.096	1.157	750	978	3.981	15.756
Saitama	653	625	411	742	2.431	13.932
Chiba	265	261	185	348	1.059	6.331
Tokyo	123	137	86	197	543	4.714
Kanagawa	733	663	405	757	2.558	13.837
Niigata	52	43	40	79	214	1.373
Toyama	300	229	153	241	923	4.233
Ishikawa	62	45	25	98	230	1.608
Fukui	175	161	97	88	521	2.636
Yamanashi	291	235	135	236	897	4.915
Nagano	1.129	820	501	1.000	3.450	17.898
Gifu	1.036	926	641	1.107	3.710	16.449
Shizuoka	2.862	2.620	1.623	2.526	9.631	41.489
Aichi	3.906	3.587	2.257	3.712	13.462	57.336
Mie	1.196	960	640	1.018	3.814	17.619
Shiga	744	547	379	732	2.402	10.995
Kyoto	15	13	15	27	70	683
Osaka	202	158	123	251	734	4.808
Hyogo	165	125	112	219	621	3.774
Nara	32	22	37	71	162	942
Wakayama	3	5	3	6	17	240
Tottori	1	3	1	2	7	89
Shimane	18	12	9	21	60	623
Okayama	72	74	65	95	306	1.619
Hiroshima	317	283	242	458	1.300	5.184
Yamaguchi	7	5	10	28	50	335
Tokushima	1	0	1	0	2	88
Kagawa	12	18	23	28	81	441
Ehime	4	3	4	3	14	152
Kochi	0	2	2	0	4	28

(continuação)

Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total da população infanto-juvenil	Total de brasileiros
Fukuoka	5	11	11	13	40	312
Saga	0	0	0	3	3	51
Nagasaki	2	0	2	4	8	54
Kumamoto	3	4	5	7	19	114
Oita	6	7	2	4	19	109
Miyazaki	0	0	0	2	2	37
Kagoshima	4	1	2	8	15	94
Okinawa	2	5	8	7	22	165

(Fonte: JIA, 2004)

Pode-se destacar que do total de 57.942 crianças e adolescentes brasileiros, os maiores números encontram-se nas províncias de Aichi e Shizuoka, seguidas de Gunma, Mie, Gifu e Nagano. Por essa razão, foram escolhidas para coleta de dados nessa pesquisa, as províncias de Aichi e Shizuoka, nas quais temos:

Tabela 16

Crianças e adolescentes brasileiros na província de Aichi em 2003.

Idade	Masculino	Feminino	Total
Total de brasileiros na província	31.612	25.724	57.336
0 a 4 anos	2.041	1.855	3.896
5 a 9 anos	1.834	1.753	3.587
10 a 14 anos	1.121	1.136	2.257
15 a 19 anos	1.906	1.806	3.712

Tabela 17

Crianças e adolescentes brasileiros na província de Shizuoka em 2003.

Idade	Masculino	Feminino	Total
Total de brasileiros na província	23.332	18.157	41.489
0 a 4 anos	1.469	1.393	2.862
5 a 9 anos	1.335	1.285	2.620
10 a 14 anos	827	796	1.623
15 a 19 anos	1.369	1.157	2.526

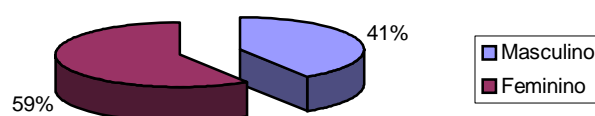
(Fonte: JIA, 2004)

Foram coletadas nessa pesquisa, 135 entrevistas com crianças e adolescentes, sete entrevistas com professores, além de muitas conversas informais com voluntários, professores, coordenadores e pais. Foram escolhidos alunos de 4ª série ao 3º colegial, freqüentadores de alguma escola regular ou não, nas cidades de Hamamatsu (província de Shizuoka), Nagoya, Toyota e Handa (na província de Aichi), embora como apresento a seguir, alguns residam em outras cidades vizinhas ou até distantes, fazendo o trajeto diário para as cidades citadas.

Traçando um perfil da população infanto-juvenil entrevistada, tem-se 55 homens e 80 mulheres.

Gráfico 1

Crianças e adolescentes conforme sexo.



As meninas mostraram-se mais dispostas a falar delas mesmas, de se exporem, enquanto que os rapazes, quando indicados pela direção ou mesmo quando buscavam falar comigo espontaneamente, pareciam mais envergonhados e acanhados, chegando alguns a desistir da entrevista.

Em relação à faixa etária dos sujeitos, estão distribuídos da seguinte maneira:

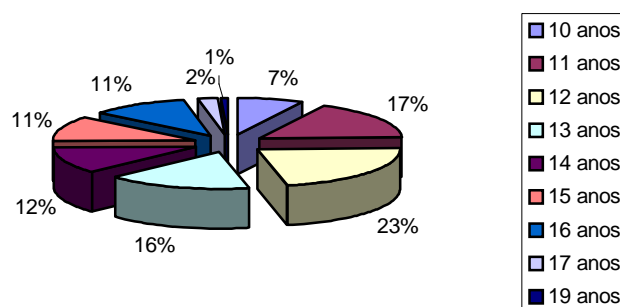
Tabela 18

Faixa etária dos entrevistados.

10 anos	10	15 anos	15
11 anos	23	16 anos	15
12 anos	30	17 anos	3
13 anos	22	19 anos	1
14 anos	16	Total	135

Gráfico 2

Crianças e adolescentes conforme a faixa etária.



Embora uma garota esteja com idade acima do esperado para a série, são alunos regularmente matriculados nas séries previstas. A garota de 19 anos interrompeu os estudos por vários anos para ficar em casa e está retomando agora, trabalhando e custeando os próprios estudos.

Cristiane,⁸¹ do interior de São Paulo, está no Japão há 10 anos, retornou duas vezes ao Brasil, sendo que da última vez regressou com intenções de permanecer definitivamente no Brasil, morando com parentes. Porém, teve dificuldades de adaptação a nova vida no Brasil e, sem os pais aqui, voltou para o Japão com saudade de sua mãe. Logo que chegou ao Japão, com nove anos, por se sentir totalmente perdida num novo país, sem compreender o idioma e sem ter tido a oportunidade de um preparo mínimo, passou um ano praticamente dentro de casa. "...porque quando eu cheguei não conhecia ninguém, não tinha para onde ir, não sabia falar, então eu ficava praticamente 24 horas por dia dentro de casa...". Para poder sair um pouco, conta que se aventurava, tomando o cuidado de não se perder, andando apenas em círculos. Mais tarde, foi para uma escola japonesa pois, sendo a intenção dos pais retornar logo para o Brasil, não queriam dispendir a grande quantia cobrada nas escolas brasileiras, alegando inclusive que: "...ao mesmo tempo que você está ocupando o seu tempo, vai estar aprendendo alguma coisa diferente...".

⁸¹ Todos os nomes de pessoas citados nesse trabalho são fictícios.

Enfrentou uma série de dificuldades no relacionamento com colegas, sofreu *ijime*⁸² e teve também uma experiência desagradável com um professor, razão pela qual acabou por abandonar a escola japonesa. Relata que os colegas não se acanhavam em dizer frontalmente que não gostavam dela, questionavam o fato dela estar ali, num país que não lhe pertencia, acrescentando sempre que “brasileiro não presta...”. Embora com dificuldades de compreensão do japonês, podia entender certas coisas que lhe eram ditas, “só que eu não sabia responder”, o que a deixava brava e magoada. Queria contar para sua mãe sobre o que acontecia, mas pensando que iria apenas preocupá-la sem que ela mesma pudesse fazer qualquer coisa, manteve-se calada.

Cristiane conta que, em uma ocasião, teve uma cólica intensa e, embora não lhe fosse permitido faltar à aula de educação física, não levou o uniforme. Ficou sentada ao lado das pessoas que estavam dispensadas da aula, mas o professor chamou-a obrigando-a a correr, não aceitando a justificativa dada. Conta que teve que correr em volta da enorme quadra esportiva e quando chegou do outro lado da quadra, não mais agüentando a dor, agachou-se. O professor aproximou-se dela rapidamente, fato esse que ela interpretou como um provável gesto de gentileza no intuito de ajudá-la a levantar-se e pensou que ele iria encaminhá-la para a enfermaria, porém ele a empurrou, esbravejando e ela caiu, ralando-se toda. Ficou com medo de contar para o pai, e escondeu o ocorrido da família durante uma semana, faltando à escola.

A escola mandava um bilhete, diariamente, indagando os motivos de sua ausência à escola e, todos os dias, ela tomava o cuidado de retirá-lo da caixa de correios, evitando assim que seus pais vissem o bilhete. No sábado, pensou que não haveria bilhete, pois não haveria aula e saiu. O bilhete da professora, relatando a sua falta à escola durante a semana, chegou às mãos de sua mãe antes de ela chegar em casa. Sua mãe acabou descobrindo e repreendendo-a; Cristiane explicou à mãe que não estava mais agüentando ir à escola, que estava com medo do professor depois do que aconteceu. Pensava que o professor deveria tratar bem os seus alunos, mesmo sendo estrangeiros; aborrecida nunca mais foi à escola. Ficou até os seus 13 anos em casa, “só fazendo coisas de casa”, mas, nessa época, já começou a sair, “ir pra disco, bailinho...”

⁸² A questão do *ijime* será melhor descrito no decorrer deste capítulo.

Deixou de freqüentar escolas por quatro ou cinco anos, mas, quando retornou ao Brasil da última vez, fez a prova de reclassificação, conseguindo ser matriculada na 8ª série, a série adequada para a sua idade. Voltou ao Japão e terminou a 8ª série em 2002 e estava cursando o 1º colegial, numa escola brasileira.

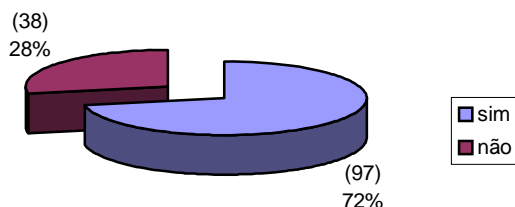
Várias crianças e adolescentes brasileiros chegam ao Japão com seus pais que, muitas vezes, estão chegando também pela primeira vez. No entanto, muitos trabalhadores brasileiros preferem deixar seus filhos no Brasil, ir sozinhos ou, às vezes com a esposa, para sondar o ambiente, preparar um lugar para ficar, estabilizar-se economicamente, para depois vir buscar os filhos ou chamar os filhos para que sigam sozinhos ou acompanhados de familiares, conhecidos e/ou parentes. Mesmo porque, em algumas circunstâncias, o visto para o Japão não é concedido para todos os membros da família de uma só vez, exigindo-se que vá um membro primeiro. Em geral, vai o pai e depois de ele comprovar que está trabalhando e que é capaz de prover a família, são concedidos vistos para os outros membros da família.

Outras crianças e adolescentes já nasceram no Japão e nunca tiveram a oportunidade de conhecer o Brasil. Outras ainda, são filhos de pais que foram para o Japão quando eram pequenos, constituindo assim uma nova geração, muitas vezes preocupante, pois muitos desses pais, na maioria, jovens, não concluíram nem ao menos o ensino fundamental e trabalham em empregos que não exigem qualificação, como será explicitado melhor mais adiante.

Na maioria dos casos, o pai, raramente a mãe, vai para o Japão sozinho, deixando as crianças com algum parente. Em alguns casos, demora-se anos para que as crianças possam também ir para o Japão. Em outros casos, as crianças nem conheceram o pai, pois estes seguiram para o Japão antes mesmo de eles nascerem e ali permanecem. Muitas crianças ficam no Brasil, e, em alguns casos, o pai que foi para o Japão, depois de algum tempo, não dá mais notícias, a mãe segue para o Japão, levando os filhos ou não, sempre contando com a ajuda de um parente e/ou amigos. Outros, ainda, só se locomovem em conjunto, mesmo quando voltam temporariamente para o Brasil, a passeio, vêm todos e retornam também em conjunto.

Gráfico 3

Separação temporária com os pais.



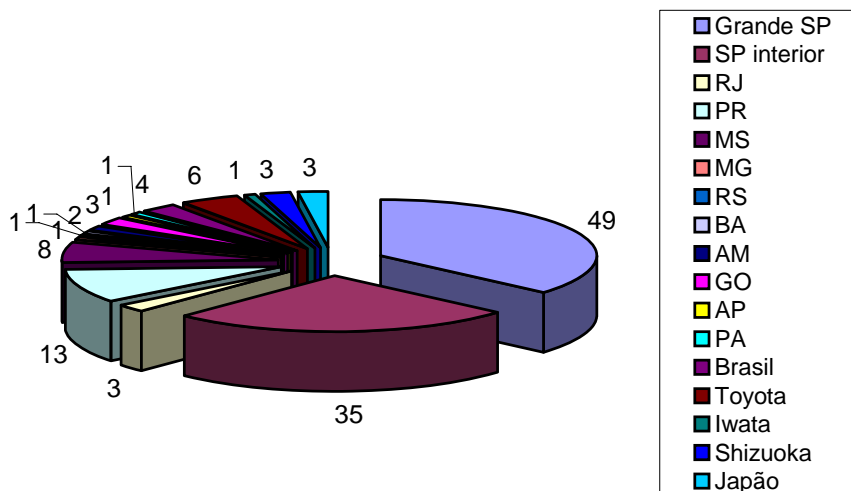
Assim, podemos observar que muitas crianças (97 crianças) tiveram a experiência de ficar no Brasil com parentes, por um longo período, o que, especialmente para as crianças menores, pode ser problemático. Esse grupo de crianças, envolvendo a separação e suas consequências no desenvolvimento, foi exaustivamente estudado na ocasião da minha dissertação de mestrado, intitulada "Crianças envolvidas no movimento *dekassegui*", defendida em 2001.

Às vezes elas só vão para o Japão, porque o cuidador no Brasil fica impossibilitado de continuar cuidando da criança ou do jovem, como é o caso de Cláudia (15 anos) que chegou ao Japão, há apenas dois meses (na ocasião da entrevista), pois, sua avó, que cuidava dela e de seu irmão faleceu repentinamente. Moravam com a avó, desde muito pequenos, quando seus pais se separaram. No caso de Cláudia, além da experiência de viver num outro país, está tendo a experiência de morar com a mãe, o que nunca acontecera antes.

Essa população infanto-juvenil vem de diversas localidades do Brasil, ou já nasceram no Japão, mas o que chama atenção é o fato de muitos, embora já crescidos, quando indagados, não saberem exatamente onde nasceram e escolhem, como resposta, o que lhes parece ser o mais provável. Alguns outros, nascidos no Japão, não conseguiam precisar nem a cidade, nem a província, em que nasceram. Estes foram computados apenas como nascidos no Japão (três crianças). Por outro lado, aqueles que não sabiam nem a cidade nem o Estado brasileiro em que nasceram, foram computados como nascidos no Brasil (quatro crianças).

Gráfico 4

Local de nascimento das crianças e adolescentes brasileiros.

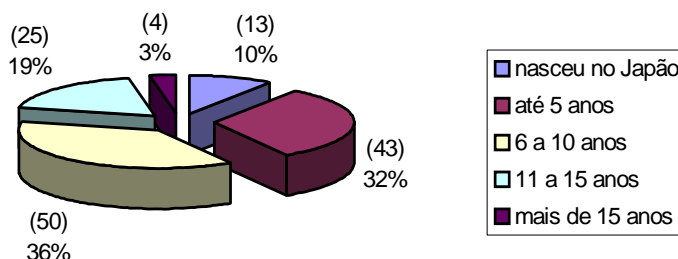


A maioria das crianças (49) é nascida na grande São Paulo e outra grande parcela no interior do estado de São Paulo (35 crianças), tendo crianças nascidas em Santos, Sorocaba, São Roque, Juquió, Marília, Osasco, Ibiúna, Ourinhos, Presidente Prudente, Bastos, Ribeirão Pires, Promissão, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Barretos, Suzano, Ribeirão Preto, Bauru, Americana, São Carlos, Taubaté, Pariqueraçu, Grande São Paulo e Capital. De outros estados brasileiros, a maioria é oriunda da capital, com exceção do Paraná, onde existe uma grande concentração de *nikkeys* nas cidades de Londrina e Maringá e havia, na amostra, apenas uma garota de 12 anos nascida em Cornélio Procópio.

A maioria das crianças foi para o Japão ainda pequena, com exceção de alguns poucos adolescentes que partiram do Brasil com mais de 15 anos de idade e alguns outros ainda eram recém chegados na ocasião da entrevista.

Gráfico 5

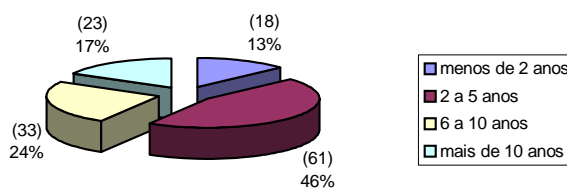
Idade em que as crianças chegaram ao Japão.



Em relação ao tempo de permanência no Japão, pode-se observar que a maioria está no Japão há muitos anos, embora com idas e vindas que podem ter a duração de meses e anos, como será visto mais adiante.

Gráfico 6

Tempo de permanência no Japão.

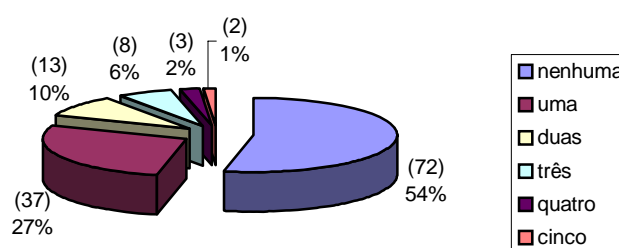


Aproximadamente, metade dessas crianças ou adolescentes já voltou ao Brasil, geralmente a passeio, com duração de algumas semanas ou meses. Algumas famílias já tentaram retornar ao Brasil para começar um empreendimento próprio, mas, sem os resultados esperados e com dívidas, ou ainda por não corresponder às expectativas que possuíam no que se refere a sua readaptação, retornaram ao Japão. Assim, algumas crianças vão para o Japão ou voltam para o Brasil, conforme a vontade dos pais. Simone (16 anos) que foi a primeira vez ao Japão com três anos

de idade, permaneceu vivendo lá até completar 10 anos, estudando em escola japonesa; retornou ao Brasil, por motivos de os pais estarem em crise conjugal, já não entendendo o português. Com a incerteza em relação ao futuro, a mãe resolveu regressar com os três filhos para ficar na casa de alguns parentes, numa cidade próxima em que vivia, antes de se mudar para o Japão. Simone ficou estudando no Brasil, enquanto a mãe voltou para o Japão. A mãe divorciou-se e recasou-se em menos de um ano. Simone não quis voltar ao Japão e tomou para si a responsabilidade de ficar com os irmãos menores no Brasil. Entretanto, acabou voltando com os irmãos para o Japão para morar com o pai, pois a vida com os parentes no Brasil havia se tornado insuportável para eles.

Gráfico 7

Número de vezes que retornou ao Brasil.



Dados do Sebrae e de outros profissionais ligados a instituições financeiras e empreendimentos no Brasil e no Japão dizem que de 75% a 95% dos empreendimentos iniciados pelos *dekasseguis* que retornam ao Brasil, acabam não tendo prosseguimento, quando não causam prejuízos. Esse fato acaba forçando os trabalhadores endividados a seguirem novamente para o Japão em busca de trabalho.

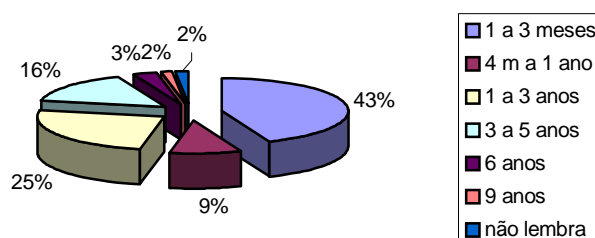
Uma das aspirações dos *dekasseguis* no seu retorno ao Brasil é de não mais serem empregados de empresas e possuírem o “próprio negócio”. Os interessados no montante de dinheiro que os *dekasseguis* trazem ao regressarem, costumam incentivá-los a começarem seus empreendimentos, orientando-os e prometendo empréstimos, muito embora a maioria deles não possua o perfil de empreendedor. Por vezes, recomendam que apliquem o dinheiro trazido numa poupança, rendendo

pequenos juros enquanto usufruem de um empréstimo “especial” oferecido pelos bancos, naturalmente a juros maiores do que o que os trabalhadores obtêm em suas aplicações, porém menores que a do mercado.

Muitas crianças e/ou adolescentes acompanham esse movimento de idas e vindas dos pais, interrompendo seus estudos com bastante freqüência, tanto no Japão quanto no Brasil, em qualquer período e por tempos indeterminados.

Gráfico 8

Tempo de permanência no Brasil.



Muitas dessas crianças, quando voltam para o Japão, depois de terem ficado no Brasil por alguns anos, negam-se a freqüentar novamente as escolas japonesas, pois passaram por grandes dificuldades também na readaptação ao Brasil; optam por escolas brasileiras alegando ser semelhante à escola no Brasil. Os alunos que vão para as escolas brasileiras no Japão e que freqüentavam escolas particulares no Brasil, relatam a adaptação como sendo muito fácil, ao contrário dos alunos que freqüentavam escolas públicas no Brasil que sentem maiores dificuldades nas escolas brasileiras no Japão, todas elas privadas.

Ao chegarem no Japão, na maioria dos casos, a primeira tentativa das famílias é matricular seus filhos em escolas japonesas, principalmente no caso de crianças pequenas que vão para as creches japonesas.⁸³ Alegam dois motivos: intenções de trabalhar e cumprir tantas horas extras possíveis e o fato de as escolas japonesas serem bons locais para se deixar crianças; afinal, a carga horária é bem maior. A maioria das escolas brasileiras no Japão oferece apenas quatro horas de

aulas diárias, enquanto que, nas escolas japonesas, as crianças permanecem das 8h30 até pelo menos 15h.

Em relação às pré-escolas, a maioria das escolas brasileiras oferece também quatro horas diárias, aquelas escolas de tempo integral são bastante onerosas. Existem mulheres brasileiras que cuidam de crianças por várias horas ou até mesmo o dia todo, constituindo uma espécie de creche, uma opção para os brasileiros que trabalham. As creches japonesas oferecem atendimento em período integral. As pré-escolas japonesas, em geral, admitem crianças de três a cinco anos de idade e, embora não sejam compulsórias, mais de 90% das crianças japonesas freqüentam essas instituições oferecidas em duas versões: as escolas de período integral, criadas para atender a demanda de crianças cujas mães exercem atividades fora de casa (*hoikuen*), e as de meio-período (*yotien*). Elas podem ser públicas ou privadas. Embora essas duas instituições possuam similaridades, como os currículos básicos e a abordagem dos professores, possuem também diferenças, como o fato de *hoikuen* serem administrados pelo Ministério do Bem-Estar Social, e *yôtien*, pelo Ministério da Educação. Além disso, o *hoikuen* oferece maior tempo de atividades para as crianças e de formar grupos de idades diferentes.

As creches japonesas aceitam crianças desde os quatro meses de idade (há particulares que aceitam crianças com menos de quatro meses). Funcionam diariamente das 7h às 18h, e paga-se, à parte, o horário excedente. Há creches que prestam atendimento 24 horas. Os preços das creches públicas variam conforme o imposto de renda ou imposto residencial recolhido dos pais e familiares que moram no mesmo local. Variam também de acordo com a cidade, com a idade da criança (quanto menor a criança, mais caro) e com o período de permanência das crianças, sendo cobradas horas adicionais (*entyo hoiku*, após 16h ou 17h) ou até mesmo serem isentas em alguns casos (podendo variar de quatro a 50 mil ienes).

Muitos brasileiros sabedores dessas regras, inclusive quando vão alugar um imóvel, driblam a declaração de rendimentos, procuram trabalhos “informais”, para usufruírem de vantagens que as famílias de menor renda têm direito.

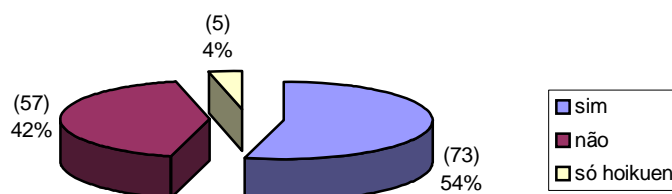
Outro motivo apontado em relação às escolas japonesas são os baixos custos, se comparados com custos de escola brasileira no Japão. As escolas

⁸³ No Higashi Homi Hoikuen, creche ao lado da escola Higashi Homi Shogakkou em *Homi danti*, o número de crianças pré-escolares brasileiras chega a 90% do total (dados de março/2005).

japonesas, embora não compulsórias para crianças estrangeiras, são gratuitas, solicitando apenas o reembolso de alguns gastos, como o relativo às refeições e passeios. Existem alguns gastos com o material escolar, considerados de uso pessoal: um instrumento musical (tipo harmônica, flauta), jogos de material para aulas de matemática, caligrafia japonesa (*shuji*) e, às vezes, material de costura, etc. Os livros didáticos são distribuídos gratuitamente a todos os alunos. Nas escolas brasileiras, como foi explicado, além das mensalidades onerosas, acrescentam-se os gastos com materiais didáticos. Além disso, os custos com transporte escolar não são desprezíveis, principalmente porque os alunos não residem em locais próximos às escolas brasileiras, o que ocorre com as escolas japonesas e assim, dependem de transportes, oferecidos ou não pelas escolas. Mesmo que se pense no uso de transportes coletivos, esses são também onerosos e não têm a comodidade de servir de porta à porta. Raras vezes, foi mencionada a intenção de ficar definitivamente no Japão, como motivo de escolha da escola japonesa, motivo esse que parece surgir esporadicamente depois de algum tempo de vida no Japão.

Gráfico 9

Crianças que freqüenta(ram) escola japonesa.



O fato do sistema educacional japonês ser bastante diferente do brasileiro dificulta a inserção e a permanência das crianças brasileiras. Além disso, o fato da sociedade ser estruturada verticalmente é outro fator que dificulta a compreensão das crianças sobre o funcionamento da escola como também a sua inserção a ela.

Primeiro, a crença de que o ser japonês possui um caráter único, assim, ninguém pode tornar-se um japonês, já que o Japão não foi criado por deuses imigrantes (Cf. White, 1988). Embora a homogeneidade seja bastante valorizada, isso não significa que todos sejam iguais, mas que todos conhecem o seu próprio lugar, nessa estrutura social.

Os brasileiros e outros estrangeiros não são os únicos que sofrem essas pressões na adaptação. A homogeneidade cultural, tão valorizada, faz com que mesmo os japoneses que se ausentaram por um período longo do país, ao retornarem, devem provar a sua lealdade, para serem aceitos novamente. Devem mostrar que não perderam a sua “niponicidade: diligência, modéstia e observância de gentilezas comportamentais e interpessoais” (White, 1988:32). A criança japonesa que ficou muito tempo fora do país, percebe que o que deixou de aprender não são apenas os conteúdos do currículo acadêmico, mas sim os modos de comportamento, etiqueta social, o “bom senso japonês” que estarão sendo testados o tempo todo para que sejam novamente aceitos.

A criança brasileira que já não possui e não possuía essa niponicidade, já começa excluída e, mesmo, quando consegue aprender o modo de ser japonês, não é vista como autêntica, pois a cultura está permeada não apenas no visível e copiável, mas no implícito, no modo de ser estrutural.

O sistema educacional japonês atual foi reformulado após a II Guerra Mundial, com grandes mudanças qualitativas e quantitativas, mas, a partir da década de 1980, vem sendo questionado e revisto. Um novo sistema está sendo implantado aos poucos, no intuito de se preparar para este novo século. Com todas as ressalvas que possam ser feitas ao sistema, ele tem sido considerado um dos mais eficazes e de alto nível no mundo e responsável pela modernização e pelo progresso econômico daquele país.

Os princípios básicos desse sistema educacional estão definidos na Constituição de 1946 e na Lei de Educação Fundamental de 1947 (Cf: Tokutake, 1995; White, 1988, Lewis, 1995, Mombushô, 1997).⁸⁴ Os deveres e os direitos de acesso à educação básica, conforme o artigo 26 da Constituição japonesa, *“all people shall have the right to receive an equal education corresponding to their*

⁸⁴ Mombushô ou Monbukagakushô é o Ministério da Educação, Ciência e Cultura Japonesa.

abilities, as provided for by law. The people shall be obligated to have all boys and girls under their protection receive general education as provided for by law. Such compulsory education shall be free” (Mombushô, 1997:01)⁸⁵.

Para atender a essa lei, instaurou-se um sistema que inclui igualdade de oportunidade educacional, nove anos de ensino compulsório, co-educação entre meninos e meninas, e a proibição de políticas específicas de instrução.

A educação sempre foi bastante valorizada pelo povo japonês, entendendo-a como uma obrigação não apenas dos pais, do corpo docente e da escola, mas de todos os adultos em relação às crianças do seu país e exercem controle e vigilância inclusive para que a obrigatoriedade seja respeitada. Centenas de anos sob a influência dos pensamentos budistas e confucianos, o povo tentou, através da educação, despertar as virtudes morais e éticas, não apenas a aquisição de conhecimentos e habilidades, acreditando que “a educação contribuía para a virtude e refletia a virtude” (White, 1988:84). O estudo e o trabalho são considerados uma oportunidade para alcançar o sucesso e não um fardo. Os índices de analfabetismo são ínfimos, menos de 0,7%, enquanto que esse índice chega a 20% nos EUA (Cf: White, 1988).

Na era Tokugawa (1600-1868, conhecido como o período *Edo*), período de isolamento do país em relação a influências exteriores, a educação oferecida dependia da classe social, sexo, assim como se pertencia a uma população urbana ou rural, pois se tratava de um regime feudal. Assim, as escolas eram separadas em aquelas voltadas para os *samurais* e aquelas voltadas para os cidadãos comuns, sendo que a educação oferecida nelas também era claramente distinta. A grande maioria da população, nesses quase 300 anos, estudou em *terakoya* (escola paroquial), escolas para os cidadãos comuns, onde os monges budistas ensinavam as crianças a ler, a escrever e a efetuar operações aritméticas. Ambos os sistemas tanto dos *hanko* (escola dos *samurais*, elite), quanto dos *terakoya*, alcançaram altos níveis de aprendizado nos finais do período *Edo*.

⁸⁵ “todas as pessoas devem ter o direito de receber uma educação igualitária correspondente a suas habilidades como é provido por lei. As pessoas deveriam ser obrigadas a ter todos os meninos e meninas sob sua proteção recebendo educação geral como provido por lei. Essa educação compulsória deve ser gratuita” (tradução minha).

Nessa época, as crianças, principalmente provenientes das famílias de agricultores, não tinham privilégios especiais, conviviam com os adultos e portavam-se, conforme os adultos. Em épocas de colheitas, era comum as crianças faltarem à escola para poder ajudar os pais, o que ainda ocorre com as crianças brasileiras que moram em zonas rurais, onde também executam trabalhos juntamente com os adultos, embora estas últimas freqüentem a escola, pela obrigatoriedade da lei educacional brasileira.

Na Restauração *Meiji* (1868), fez-se necessária a revisão de estruturas sociais, políticas e educacionais pelas crescentes mudanças iniciadas pelo encontro com o Ocidente e o mundo industrializado. Um sistema educacional unificado, nacional, era importante e decisivo para a modernização social e econômica do país. Assim, os incumbidos de elaborar um planejamento educacional viajaram para Europa e Estados Unidos em busca de idéias, teorias e técnicas pedagógicas. Essas idéias refletidas, questionadas e adaptadas formam as bases da educação moderna japonesa.

Em 1871, o governo japonês estabelece o Ministério da Educação como órgão de administração central. No ano seguinte, é promulgado o Código Fundamental da Educação de 1872, que eliminou a discriminação por classes que predominou durante todo o feudalismo e, sendo igual para todas as classes, foi visto como um possível canal de ascensão social mobilizando toda a população (Cf: Tokutake, 1995). Em 1880, tanto os índices de ingresso nas escolas (98%), quanto o número de escolas oferecidas já eram praticamente os mesmos de hoje. (Cf: White, 1988).

A educação moderna no Japão começou em 1872, conhecida como o resultado da primeira reforma educacional, baseada nos modelos norte-americanos e europeus (embora, como tudo o que é estrangeiro, no Japão, passe por um processo de japonização), com o objetivo de oferecer a educação elementar à população em geral, sendo que em 1920, alcançou 99% da população chegando aos mesmos níveis do ocidente (Cf: Tokutake, 1995).

Esse sistema educacional vigorou por várias décadas. Eram oferecidas pré-escolas como opcionais, e escolas de ensino fundamental, de forma compulsória, com duração de seis anos.

Após esses seis anos, havia os cursos médios para rapazes (*tyugakkou*), os colegiais para as moças (*joshi kotogakkou*) e uma variedade de cursos profissionalizantes, universidades, cursos de magistério e cursos técnicos. “*In contrast to the compulsory elementary schools, where egalitarianism was the rule, admission to secondary and tertiary institutions was based strickly on ability, in line with the policy of developing human resources to achieve national goals*” (Tokutake, 1995:10)⁸⁶. Embora os candidatos aos cursos devessem prestar exames de admissão, estas não eram restritivas; dados pessoais, como classe social, não eram considerados; e após formados, desfrutavam de oportunidades iguais.

Porém, na década de 1930, enfronha no sistema educacional valores como militarismo e ultranacionalismo e, desde o início da guerra, os alunos dos cursos elementares das zonas urbanas foram deslocados para zonas rurais distantes para fugirem dos bombardeios; alunos dos cursos ginasiais e colegiais foram mobilizados para produzir inclusive armamentos, e os universitários convocados para as forças armadas.

A segunda reforma ocorreu logo após a derrota na II Guerra, uma reforma democratizadora e inevitavelmente com influências americanas. A partir de então, um rápido crescimento nas estatísticas educacionais, chegando a ser uma das maiores do mundo, sendo que em 1994 “*no fewer than 96% of students completing the nine years of compulsory education went on to high school and 43% of all high school graduates were attending university or junior college*” (*ibid:07*)⁸⁷.

Houve uma grande mudança de valores; o ultranacionalismo e o militarismo foram aparentemente abolidos, embora possamos observar nos detalhes do sistema que muitas das idéias antigas prevalecem; foram sendo substituídos por metas educacionais que “*orienting the nation toward culture and peace and encouraging the development of individuality and character*” (*Ibid:11*)⁸⁸.

A idéia central, após a reforma, era baseada na filosofia de oferecer igualdade de oportunidades educacionais a todos os cidadãos, entendendo que a educação

⁸⁶ “Em contraposição às escolas elementares, onde igualdade era regra, admissão para instituições secundárias e superiores eram baseadas estritamente em habilidades, de acordo com a política de reserva de desenvolvimento humano para atingir as metas nacionais”. (tradução minha).

⁸⁷ “Não menos que 86% dos estudantes que completam nove anos da educação compulsória prosseguem para o curso médio e 43% de todos os formados nos cursos médios cursam universidades e curso superior” (Tradução minha).

⁸⁸ “Orientando a nação para a cultura e paz e encorajando o desenvolvimento da individualidade e caráter” (tradução minha).

seria a única via de assegurar o futuro das crianças, contando para isso com grande empenho e dedicação dos pais. A partir de então, os cursos passam a ser: os mesmos seis anos de curso elementar (*shougakkou*), já compulsório; o curso médio foi dividido em dois níveis – o ginásio (*tyugakkou*) com três anos de duração (passa a ser também compulsório desde então) e o curso colegial (*kotogakkou*), com duração também de três anos. Embora este último não seja compulsório, 96% dos japoneses o concluem. A obrigatoriedade se aplica a todas as crianças japonesas, sendo optativa para as crianças estrangeiras.

Todos os outros cursos superiores foram convertidos em cursos universitários com quatro anos de duração. Esse sistema é conhecido como o sistema de 6-3-3-4 e as pré-escolas foram reconhecidas formalmente como fazendo parte do sistema educacional (Cf: Tokutake, 1995).

O modelo americano não se adequava à situação japonesa, assim, quando o Japão conquistou a sua soberania pós-guerra em 1952, o governo começa a propor mudanças. Surgem alterações na grade curricular, na estrutura de ensino e no conteúdo dos cursos elementar e ginásial, sendo que a partir dos anos 1960 o papel da educação novamente ganha um destaque como o formador e propiciador de desenvolvimento de recursos humanos num contexto de acelerado crescimento econômico. A expectativa das pessoas por ascensão social, através da educação, toma impulso com uma procura maior por cursos superiores, acirrando a competição.

Assim, com a percepção de que os cursos formais oferecidos eram insuficientes para a competição, já que era para todos, o diferencial começa a surgir com oferta e adesão cada vez maior de cursos particulares complementares (*juku*). Os pais trabalhando cada vez mais horas devido ao crescimento econômico, a educação das crianças fica quase que exclusivamente a cargo das mães.

Embora tenham ocorrido avanços qualitativos e quantitativos, as bases da segunda reforma prevaleceram desde então. Mas, como foi mencionado, a partir dos anos 1980, surgem críticas e necessidades de rever esse sistema educacional vigente. Segundo Tokutake, seriam três os pontos fundamentais de reflexão:

1 – Competição excessiva nos exames: recebendo a mesma educação nas escolas formais, as famílias que aspiram ver seus filhos ingressando posteriormente

nos cursos de elite, investem em *juku*. As crianças que já passam boa parte do seu dia na escola formal, complementam o seu dia com aulas nesses cursos particulares, não lhe sobrando tempo para outras atividades.

2 – Uniformidade e rigidez educacional: sendo a educação formal igual para todos, acaba por negligenciar aptidões e habilidades particulares de cada criança. Nesse contexto, não é possível responder às necessidades de um ou de outro aluno, inibindo também a criatividade e a independência no pensar, produzindo uma massa de pessoas indistintas e com a individualidade não desenvolvida.

3 – Mudanças no ambiente educacional: o acesso à mídia em geral, traz como consequência, o acesso a informações não apropriadas, como os materiais pornográficos; as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura e na cultura da sociedade com ênfase materialista, têm trazido prejuízos na educação, “*resulting in educational desintegration characterized by bullying, school refusal, school violence, and juvenile delinquency*” (Tokutake, 1995:13)⁸⁹. Assim, buscam promover mudanças na capacitação dos professores, no sistema escolar em si, com revisão dos critérios de exames de admissão, internacionalização, critérios de uso de internet e computadores e, também, a parte administrativa e financeira da educação.

As crianças japonesas ingressam com seis anos na escola primária. Não havendo reprovação, a não ser em casos raros de exceções como a ausência de um longo período à escola, todos os alunos ingressam e se formam com a mesma idade. Isso se aplica também aos estrangeiros, que mesmo sem nenhum conhecimento prévio do idioma ou de qualquer conteúdo oferecido nos cursos, desde que demonstrem interesse em ingressar nas escolas japonesas, são colocados nas séries correspondentes à sua idade, o que dificulta a adaptação especialmente em séries mais avançadas. Os professores apontam a quarta série do primário como sendo a fronteira, sendo que crianças até nove anos não sentem tanta dificuldade em acompanhar as aulas, em comparação com as crianças maiores. Terminando o curso primário, automaticamente são matriculadas em cursos ginásiais.

Assim, muitos brasileiros, sem conhecimento da língua e sem entender o conteúdo que está sendo passado, embora em muitas escolas existam mecanismos

⁸⁹ “resultando numa desintegração educacional caracterizado por *ijime*, desistência escolar, violência social e delinqüência juvenil” (Tradução minha)

de reforço para essas crianças como foi descrito no capítulo anterior, se formam em cursos ginásiais, pelo simples fato de terem freqüentado a escola sem muitas faltas. Sendo o sistema de avaliação não apenas composto de provas, mas considerando todas as outras habilidades, participação, empenho e interesse do aluno, este pode até mesmo obter boletins com boas notas, o que os brasileiros estranham muito. Dizem: “as notas aumentam só porque vamos para a escola?”. Esse fato também desestimula a estudar. Muitos dizem como o Renato (14 anos): “o *benkyo* (estudo) era difícil, tinha muito *kanji* (ideogramas) mas ... estudar pra quê? A escola japonesa é muito fácil, não precisa estudar, você passa de ano só porque está lá”.

Embora as crianças passem a maior parte do dia nas escolas japonesas, teoricamente em período integral, a carga horária para aulas diárias é bastante similar ao das escolas brasileiras. Segundo Lewis (1995), os alunos do primário passam aproximadamente duas horas diárias em atividades como almoço e limpeza. As atividades diárias iniciam-se às 8h30 e as aulas têm duração de 45 minutos, tendo um intervalo de 10 a 20 minutos entre as aulas. No início de todos os dias, ocorrem reuniões de classe ou da escola, com duração de 15 minutos, quando são discutidos os objetivos a serem alcançados pelos alunos como *tomodachi ni narô* (vamos ser amigos), ou *saigo made ganbarô* (vamos persistir até o fim).

As refeições diárias são consideradas como fazendo parte das atividades educacionais da escola. Além de os alunos ajudarem na distribuição e na arrumação posterior às refeições, aprendem as boas maneiras que devem ter durante as refeições, bem como de boa convivência com outros e formas de dieta equilibrada e saudável. É proibido levar alimentos e guloseimas para a escola, a não ser em casos excepcionais em que a criança necessita de alguma dieta especial por motivos de saúde. O aluno é pressionado para que não deixe sobrar alimento; os custos são arcados pela família, algo em torno de quatro mil ienes mensais.

As grandes queixas das crianças brasileiras em relação às escolas japonesas aparecem nesse item. O primeiro é o estranhamento que sentem em relação à alimentação, especialmente os recém-chegados resistem muito à comida que lhes é oferecida. Muitos não se acostumam e, mesmo depois de muitos anos vivendo no Japão, não comem a comida japonesa. André (11 anos) diz “eles me davam uma comida ‘podre’ ... você já viu alguém colocar açúcar no ovo? (referindo-se ao *tamagoyaki*, semelhante a um omelete) ... é horrível e o *missoshiru* (sopa de soja)

com marisco também é horrível”. Sendo vários pratos japoneses preparados com sal e açúcar ao mesmo tempo, muitos estranham o sabor adocicado dos alimentos teoricamente salgados.

Verônica (17 anos) diz que desde que estava no Brasil não gostava e não comia a comida japonesa “e aí, não gostava mas depois de muito tempo me acostumei e até gosto agora”. Tânia (13 anos), que ficou apenas uma semana numa escola japonesa, conta: “eu passava muito mal por causa da comida, chegava em casa e vomitava todos os dias e por isso minha mãe me tirou da escola”. Gabriela (13 anos) conta que recebeu uma licença especial para levar marmitta por não conseguir se adaptar à comida oferecida pela escola: “eu não comia a comida da escola e levava o meu *bentô* (marmitta) e quando eu comia, os meninos ficavam tirando sarro de mim, era muito ruim”. Eduardo (16 anos) chegou ao Japão quando ainda tinha muito poucos brasileiros nas escolas. Em relação à alimentação, diz: “a comida é muito diferente, você vem do Brasil e é obrigado a mudar todo o cardápio e me sentia muito mal, estranhava o tempero, com o modo de preparar porque não estava acostumado”.

Outra queixa dos brasileiros é em relação ao sistema de limpeza. A limpeza é feita por sistema de rodízio, assim como a organização e distribuição das refeições, não apenas nas escolas, como em vários outros estabelecimentos, inclusive comerciais. A queixa não é propriamente em relação a fazer a limpeza mas por esse ser um momento em que são facilmente alvos de *ijime*. Muitos relatam ter apanhado dos colegas com a vassoura, ficarem encharcados de água, serem ofendidos. Durante o tempo em que essa atividade é desenvolvida, não existe supervisão direta do professor ou de algum adulto. Nádia (12 anos) e Camila (11 anos) contam: “eles (os colegas) batiam sim, sempre, mas eu também não deixava só me baterem, eles também apanhavam, eu podia ficar roxa mas eles também” ... “chamavam-nos de *butajirujin*⁹⁰, por que não voltamos para o nosso país, que esse não é o nosso país e nos mandavam embora”.

Ijime é o nome dado ao que acontece quando várias pessoas escolhem uma para judiar, maltratar, fazer passar por humilhações, constrangimentos; agredem fisicamente e até forçam-na a cometer delitos. Esse problema não ocorre só com os

⁹⁰ O termo *burajirujin*, é usado para designar os brasileiros em japonês (*Burajiru* de Brasil e *Jin* de pessoa). Porém, pela semelhança fonética chamam de *butajirujin* para ofender (*Buta* significa porco).

brasileiros, mas também com os próprios japoneses. Aliás, percebe-se que ocorre *ijime* na sociedade japonesa em geral. O brasileiro, um “diferente”, torna-se um alvo fácil para esse tipo de fenômeno. Os que sofrem, normalmente não denunciam, com medo de represálias maiores. Vários casos de suicídio de adolescentes no Japão têm como causa o *ijime*.

Essa questão tem preocupado os educadores japoneses, que há muitos anos têm tentado abafar uma questão tão complicada e de difícil solução, por ser típico da cultura. Chega-se a um ponto em que não se dá mais para ocultar o fato, e há a necessidade de buscar uma forma de enfrentá-lo. Essas crueldades geralmente são voltadas para as crianças impopulares, ou seja, crianças que não pertencem a nenhum grupo. Sendo a sociedade japonesa basicamente voltada para grupos, essas seriam desgarradas, rejeitadas. O “ser diferente” numa sociedade onde a homogeneidade é valorizada, também seria um motivo de rejeição. Segundo White, (1988), os *majime* (sérios), os *debashari* (os que gostam de sobressair), os “*nekura*” (*ne ga kurai* que significa de espírito sombrio, quieto), e os de *higaisha ishiki* (mentalidade de vítima) são os alvos fáceis de *ijime*.

“Analistas japoneses atribuem a suposta crise de *ijime* em primeiro lugar a problemas de personalidade das vítimas, depois às pressões da escola e, finalmente, o insuficiente auxílio e apoio de alunos à vida escolar e familiar da criança vitimada” (White, 1988:202). Na verdade, os psicólogos japoneses de certa forma culpam as vítimas pelo *ijime* e pouco se comenta sobre os agressores ou questionam as questões mais amplas.

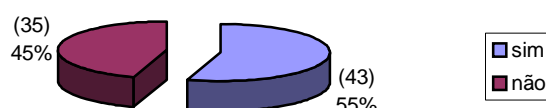
No Japão, as crianças são matriculadas nas escolas do seu distrito residencial, isto é, a Secretaria de Educação da cidade designa a escola a ser freqüentada pela criança, sempre nas proximidades de onde ela reside. O trajeto para a escola é feito em grupos, formados pelas crianças que moram na vizinhança, com o percurso previamente traçado, visando a segurança das crianças. As regras variam um pouco de uma escola para outra, mas geralmente existe um ponto de encontro para onde as crianças se dirigem e, desse ponto, vão juntos para a escola, o mesmo ocorrendo na volta.

Esse trajeto de ida e volta também é momento propício para o *ijime*. Márcio (15 anos) conta: “eles saíam correndo na frente, não me esperavam, não que eu

voltasse junto e os veteranos ficavam me esperando escondidos na frente para me atirar pedras quando eu passava”. André conta que um dia na saída da escola, eles se agruparam e “me levaram para um lugar escondido na escola, pegaram um aparelho de dar choque (algumas jovens carregam esse tipo de aparelho na bolsa para evitar serem molestadas sexualmente nos trens congestionados) e deram choque na minha mão, um outro me empurrou, eu acabei caindo, batendo o braço num vidro, o vidro quebrou e eu me machuquei”. Mas comenta que um dia bateu no líder do grupo e a partir de então, nunca mais apanhou desse grupo. Diz que ficou com muito medo pois o líder era gordo e forte. Ele teve, ainda, alguns outros episódios com veteranos. Certa vez, um deles foi pegá-lo no *Kotoba no kyoushitsu* (sala de ensino de língua japonesa, comentado no capítulo anterior) e se bateram, machucando-se ambos.

Gráfico 10

ijime na escola japonesa.



Pode-se observar que das 78 crianças e adolescentes que, em algum momento, freqüentaram escolas japonesas, mais da metade tem experiência de ter sofrido *ijime* nas escolas japonesas.

O relacionamento com os colegas fica bastante prejudicado com episódios assim. Eduardo diz: “apanhava de colegas no *tyugaku* (ginásio) quase todos os dias”, os professores “viam e fingiam que não viam. Além disso, embora digam que não acontece, existem os professores que batem nos alunos e também os que não gostam de estrangeiros, diferentes, te trata mal de propósito, ou te ignora... Passavam atividades para serem feitas em grupos e aí, você tem que entrar em um grupo, acabava em briga porque nenhum grupo quer você, e como não tem jeito,

você fica lá, de bobeira (...) fiquei assim por muitos anos e aprendi praticamente nada”. Bárbara (13 anos) relata: “sabe a caixa de sapatos?, então, muitas vezes os meninos rasgavam o meu tênis, eu ia lá pegar e estava todo cortado, a facadas... os professores sabiam mas não falavam nada”.

No Japão, quando se entra em qualquer recinto privado, costuma-se trocar os sapatos (considerados de uso externo) por chinelos (de uso interno). Um hábito a que os brasileiros não estão acostumados, de início. Embora alguns brasileiros que moram há tempos no Japão tenham aderido ao costume, muitos ainda não se comportam dessa maneira. Na maioria das escolas brasileiras, não há essa troca, entrando com os sapatos com que veio da rua. Nas escolas japonesas, existe uma área, na entrada, onde existem móveis enfileirados divididos em pequenos compartimentos onde cada aluno guarda o calçado com que veio à escola e troca por sapatilhas para uso interno. Na maioria das escolas, os compartimentos individuais não possuem portas, assim, acessíveis a qualquer pessoa que transitar pelo local, facilitando esse tipo de incidentes.

Infelizmente, ocorre do *ijime* ser praticado pelo professor, como numa escola que possui muitos brasileiros no seu quadro de alunos; várias crianças contam ter sido alvo de agressões dele, como relata Rodrigo (12 anos) “(os professores) são chatos, teve um que me bateu, em mim e em outros ... ele falou alguma coisa para mim e eu não entendi, e eu disse que não entendi, ele ficou com raiva, aproximou-se de mim, me socou, me jogou no chão e depois me pôs para fora da sala”. Mauro (12 anos) conta o que aconteceu com uma outra garota da mesma classe: “ele (o mesmo professor) queria que eu fizesse um negócio e eu não sabia, a professora do *kokusai* (classe internacional) tinha dado uma coisa em português que eu não tinha entendido e Aline (12 anos) foi me ajudar, ela estava em pé e ele mandou-a sentar. Ela se sentou mas de lado na carteira e aí ele veio e bateu na perna dela, depois pegou a cabeça dela e virou assim (para frente), virou-se para mim e começou a falar um monte de coisas e eu não entendi mas respondi que sim, aí ele começou a me empurrar para fora da sala e me deu um tapão, me derrubou no chão e entortou meu pé”.

Em geral, as crianças brasileiras são mais “barulhentas” em comparação com as crianças japonesas, falam em voz mais alta, movimentam-se mais; várias crianças são consideradas “desatentas” e/ou “hiperativas”. Por esses motivos,

algumas crianças são até mesmo medicadas para se manterem “quietas” em suas carteiras, por médicos japoneses. Comparando-se o comportamento das nossas crianças nas salas de aula entre as escolas brasileiras e as escolas japonesas, pode-se perceber que: nas escolas japonesas, devem permanecer “eretas”, sem apoiar a cabeça em seus braços, com o corpo totalmente voltado para frente, enquanto que em escolas brasileiras, estão sentadas mais à vontade, “tortas”, às vezes “relaxadas” e prontas para conversarem com o colega ao lado, comportamentos esses bastante recrimináveis nas escolas japonesas.

No geral, as crianças brasileiras queixam-se das “gozações”, agressões verbais, provocações diversas dos colegas japoneses que geram situações complicadas. Andréa (10 anos), conta que as meninas pegavam as coisas dela e jogavam no chão, ordenando que se abaixasse para pegar; pouco antes do professor entrar em sala de aula; acabava sempre por ser repreendida por estar abaixada.

A sensação de humilhação e de solidão acompanha as crianças, pois geralmente são alvos de *ijime* e estão sozinhas. Mariana (12 anos) conta que as veteranas a prendiam no banheiro e ordenavam que ninguém abrisse a porta. Várias vezes, ela ficou por longos períodos até que alguém, por descuido, abrisse a porta.

Naturalmente, o inverso também ocorre, alguns adolescentes brasileiros ao perceberem a existência de colegas japonesas passivos, mansos e inocentes, dizem ser mais malandros e espertos. Renato diz: “dá para enganar fácil, você bate mais fácil neles também ... porque eles são trouxas ... dá para roubar coisas deles fácil ...nem percebem mas ... quando percebem e contam para a professora ... aí, ferrou... mas geralmente, deixa quieto ... se você pede, eles dão também”.

Em algumas famílias, dependendo da idade dos filhos, os pais tomam decisões diferentes quanto à escolha de escolas. Os menores são colocados em escolas japonesas pelos motivos citados anteriormente e os maiores que podem ficar algum tempo sozinhos em casa após as aulas, e por ter maiores dificuldades de acompanhar as escolas japonesas pela complexidade do idioma e dos conteúdos, vão para escolas brasileiras, como no caso das irmãs, Vitória (15 anos) e Cássia (11 anos), há 10 meses no Japão.

Embora no Japão, quase todos sigam cursando o colegial, para o seu ingresso é exigido uma prova de diferentes complexidades, dependendo da escola almejada. Se até o curso ginásial as crianças e adolescentes freqüentavam escolas nas proximidades de sua residência, a seleção para o futuro começa no curso colegial, pois apenas aqueles que se formaram e obtiveram bons aproveitamentos em colégios conceituados podem vislumbrar a possibilidade de freqüentar boas universidades, sendo que as possibilidades de bons empregos futuros em empresas conceituadas dependem da universidade cursada.

Os que almejam seguir carreiras de elite e empregos em empresas conceituadas, começam seu preparo ainda no curso ginásial, mostrando ao professor responsável que está apto a prestar prova de seleção em um bom curso colegial e para isso muitos freqüentam *juku*, ou cursinhos particulares, para obter reforço em algumas matérias, já que o curso ginásial é igual para todos. Os professores responsáveis desaconselham os alunos a prestarem certas provas, quando pensam que não têm condições de aprovação, seja para proteger o aluno, seja para manter a imagem da sua escola com índices de boa aprovação.

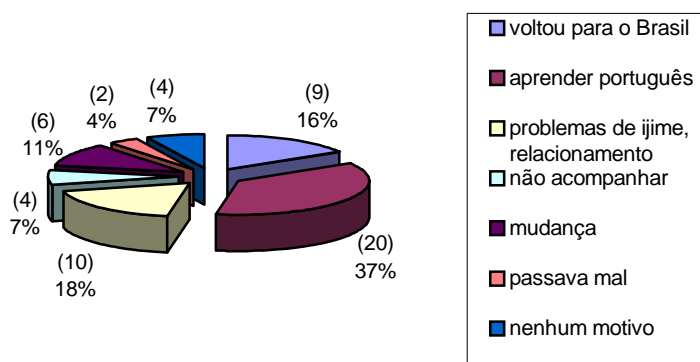
Para os brasileiros que têm dificuldades de acompanhar o curso desde o primário japonês, praticamente não apresentam as mínimas condições de competir com os japoneses num exame de seleção para o colegial. Restando, assim, poucas opções de prosseguir com os estudos em escola japonesa, como os colegiais noturnos, pouco freqüentados, com exames bastante facilitados. Assim mesmo, passam por provas de redação em japonês e entrevista.

No caso de Vitória que fez o primeiro colegial no Brasil e sem conhecimento da língua japonesa, não havia outra opção a não ser prosseguir os estudos em escola brasileira quando na sua chegada ao Japão. Muitos adolescentes que vão para o Japão com essa idade, acabam desistindo de estudar, pois nem todas as escolas brasileiras no Japão, oferecem o curso colegial, por serem bastante onerosas. Vitória cursa o 2º colegial e faz *baito* (trabalha em bicos) em uma fábrica de autopeças e ajuda a minimizar as despesas domésticas. Conta que sente bastante discriminação no ambiente de trabalho, pois, para o mesmo serviço, os japoneses recebem mais e ainda no mesmo serviço, o trabalho mais pesado fica para os estrangeiros e os mais leves e suaves para os japoneses. Sempre ouviu queixas a respeito dos brasileiros; que são ignorados e excluídos.

Cássia entrou na 5ª série de escola japonesa e estuda português para não esquecer; relata não ter muitas dificuldades na escola já que não assiste as aulas normais e basicamente fica nas classes especiais. Ainda assim, existem dificuldades que são minimizadas com ajuda de colegas brasileiros. A maioria das crianças brasileiras que freqüenta escolas japonesas relata que os amigos são basicamente brasileiros e que se ajudam mutuamente, já que não podem contar com colegas japoneses, a não ser com alguns professores de boa vontade.

Gráfico 11

Motivos de abandono da escola japonesa.



Algumas crianças permanecem nas escolas japonesas, outras acabam abandonando-as. Dentre elas, algumas vão para as escolas brasileiras, outras desistem de estudar. Outras, ainda, como vimos, vão desde o início para as escolas brasileiras, se a família tiver condições de custear, do contrário, ficam também sem freqüentar escolas.

Quando uma criança relata que saiu da escola japonesa, porque voltou para o Brasil, não necessariamente essa volta significou uma tentativa de retorno e de estabelecimento da família no Brasil. Muitas vezes estão com várias dificuldades no Japão, voltam para o Brasil por alguns meses, como se nesse “hiato” pudesse acontecer algo, uma tentativa de solução mágica, uma fuga. Assim, muitas vezes, esse retorno não é planejado, as crianças abandonam as escolas no meio de um bimestre e voltam para o Brasil com os pais. De volta ao Japão, resolvem fazer algumas modificações, seja pelo desejo de “mudança”, seja por simples falta de opção.

Praticamente em todas as salas, de todas as séries das escolas brasileiras, encontramos as “turmas de aceleração”. Assim, além das classes multisseriadas de algumas escolas, a queixa dos professores é de ter que lidar com várias turmas dentro de uma mesma série também. O número de alunos, nas escolas brasileiras, varia de mês a mês, pois é comum chegarem e saírem alunos em qualquer época do ano. Assim, ou os pais os matriculam em alguma outra escola no caso dos filhos que se ausentaram por meses, para que não sejam reprovados, ou eles matriculam temporariamente em escolas brasileiras para depois voltar para a escola japonesa no ano letivo seguinte.

Outra coisa que ocorre não tão freqüentemente, é o fato de a família matricular o filho numa escola brasileira, mas pelo fato desta ser onerosa, tira-o, por conta própria, de “férias” e depois volta a matricula-lo, economizando assim algumas mensalidades, sem perder o ano, já que podem “acelerar”. Naturalmente, isso ocorre também, porque os pais trabalham por empreitadas e ocorre de perder ou terminar uma empreitada. A primeira providência a ser tomada nessas situações, para diminuir os gastos, é não pagar a escola ou tirar a criança da escola (inclusive comenta-se que a inadimplência é tão alta a ponto de colocar em risco a sobrevivência de muitas escolas brasileiras). Os pais voltam a matricular a criança ou o adolescente quando conseguem trabalho novamente.

Os professores das escolas brasileiras apontam esse fato como uma das maiores dificuldades que enfrentam no seu trabalho com os alunos. Sandra (prof de 1^a série) comenta: “atualmente estou com 24 alunos de 1^a série, mas nesse sistema de vários bimestres, esse é o nosso problema aqui no Japão (isso ocorre devido a vinda do Brasil em tempos totalmente diferentes). (...) Como fazemos reclassificação, se percebemos que o aluno não está apto para aquele bimestre, damos uma retomada, não adianta ficar só empurrando se o aluno não vai poder produzir”.

Patrícia (prof^a. de 2^a, 3^a e 4^a séries) comenta a dificuldade, pois além de ser responsável por uma classe multisseriada, precisa lidar também com a defasagem de bimestres numa mesma série: “o pai não está preocupado se acabou o bimestre ou se acabou o ano ou não, chega no meio do bimestre quando a passagem aérea é mais barata. Resolve de repente que vai para o Brasil, assim sou obrigada a acelerar e em poucas semanas terminar o bimestre ou semestre para que possa voltar com

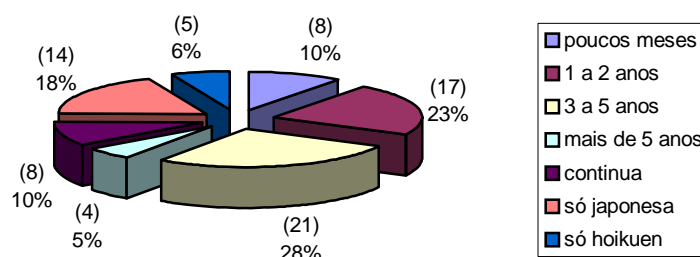
as notas fechadas; na volta para o Japão é a mesma coisa, porque a passagem está mais em conta”.

Solange (prof^a. de 1^a e 6^a séries) faz coro e acrescenta que não são nem pedidos mas “ordens”, pois os pais alegam estar pagando. Praticamente, não existe repetência nas escolas brasileiras no Japão, como nas escolas japonesas, pois: “tanto faz o que a escola pensa, os pais não querem a reprovação do filho porque pagou a mensalidade o ano todo” - denuncia Sandra - “e a escola não vai reprovar porque, do contrário, o pai tira da escola” (Sandra, Solange e Patrícia).

Em relação ao tempo de permanência em escolas japonesas, podemos observar o seguinte gráfico:

Gráfico 12

Tempo de permanência nas escolas japonesas.



Oficialmente, o Japão não publica dados sobre a nacionalidade dos seus alunos, entendendo que esse tipo de classificação poderia ser criticado como uma forma de discriminação. Assim, dados de quantos brasileiros temos matriculados em escolas japonesas não existem; havendo apenas especulações, às vezes perigosas, já que são publicados dados sobre o número de crianças e adolescentes que necessitam de reforços na língua japonesa e que tem como língua materna o português.

São especulações perigosas, pois, se no início do movimento, com poucos anos de permanência no Japão, poderíamos supor que quase a totalidade de brasileiros que freqüentasse escolas japonesas necessitava de apoio em japonês e

tinha como língua materna o português, hoje, depois de quase vinte anos, embora o quadro não mude muito, esse número oficial tem mostrado queda, não significando que os brasileiros não estejam freqüentando escolas japonesas, mas que talvez não necessitem de reforço na língua japonesa.

Os dados, publicados em abril de 2005,⁹¹ os mais atuais disponíveis do Ministério da Educação japonesa, mostram que 7.033 estrangeiros necessitam de apoio em língua japonesa nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo que estes têm como língua materna o português. Segundo os dados de AEBJ (Associação das Escolas Brasileiras no Japão) do início de 2005, são oito mil crianças e adolescentes matriculados nas escolas brasileiras. Esse número refere-se a crianças do maternal (a partir de três anos) até o final do curso colegial. Podemos observar que o número de adolescentes que freqüentam os cursos médios de escolas brasileiras é bastante reduzido, mesmo porque não são muitas as escolas que oferecem esse curso. Sabemos também que é bastante considerável o número de crianças de três a seis anos nas escolas brasileiras, e, como eles não possuem dados divididos por séries, qualquer especulação passa a ser igualmente perigosa.

Os estudiosos japoneses, juntamente com pesquisadores brasileiros, especulam que por volta de 30% da população infanto-juvenil brasileira não freqüentem nenhuma das escolas formais: brasileira ou japonesa.

Algumas cidades japonesas, como Kani (na província de Gifu) e Hamamatsu (na província de Shizuoka), entre várias outras, conduziram pesquisas para verificar a veracidade das especulações. As pesquisas foram realizadas, visitando-se todos os domicílios das famílias estrangeiras da cidade, colhendo informações sobre a situação escolar dos filhos. Alguns resultados apontam que 30% poderiam ser um valor superestimado, porém, não se deve esquecer que, sendo cidades de grande concentração de brasileiros (e de outros estrangeiros), os brasileiros têm a opção de buscar cursos alternativos como a do projeto Canarinho na cidade de Hamamatsu, pequenos núcleos educacionais ou escolas brasileiras. Porém, nas cidades em que a concentração de brasileiros é pequena, não existe a opção de escolas brasileiras e nem investimentos municipais ou provinciais em projetos alternativos. Além disso, os dados apresentados são “oficiais”, o que levanta a suspeita de muitos, pois, como

⁹¹ Esses dados estão disponíveis no site do Ministério da Educação japonesa: www.mext.go.jp/b_menu/houdou/17/04/05042001.htm

diz Fukasawa: “existe um ditado japonês que diz: ‘*kusai mono ni wa futa*’, ou seja, ‘*para as coisas mal cheirosas, tampa*’, e esta é a tendência da cultura japonesa” (Fukasawa, 2002:15).

Outros aspectos a serem considerados: o fato de estarem matriculados nas escolas não significa que estejam, de fato, freqüentando-as; é comum ouvir-se falar de alunos que se apresentam à escola às vésperas da formatura, apenas para receber seus certificados de conclusão de curso. Comenta-se também que os dados das escolas primárias e ginasiais, no Japão, estão interligados em todo o país, *on line*, permitindo que um aluno já matriculado em uma escola numa cidade, em caso de mudança de domicílio, se matricular numa outra escola de outra cidade, a sua primeira matrícula seria automaticamente cancelada, restando a sua última opção nos arquivos.

A pesquisa realizada pelo Conselho de Apoio ao Aprendizado dos Estrangeiros de Hamamatsu, entre julho e setembro de 2004, encontrou várias dificuldades para ser realizada; uma delas, apontada como sendo um fator que pode ter prejudicado a coleta de números precisos, é a alta mobilidade das famílias. Quando chegam em alguma cidade, os estrangeiros são obrigados a se registrarem na prefeitura local e mostrar interesse em matricular seus filhos em alguma escola próxima à sua nova residência. Porém, quando deixam a cidade, os brasileiros e outros estrangeiros não têm o hábito de comunicar esse fato à prefeitura da cidade que eles estão deixando. Assim, fica registrada a entrada, porém, não a saída.

No início de abril de 2004, os dados da prefeitura de Hamamatsu indicavam que pelo menos 512 crianças estrangeiras (403 delas são brasileiras), das 1.886 residentes na cidade não estavam matriculadas em escola alguma. 1031 estavam matriculadas em escolas públicas japonesas e 343 em escolas brasileiras da cidade. Durante a pesquisa, constatou-se que 287 delas tinham mudado de endereço, o que impossibilitou a verificação, e 81 não se encontravam nas suas residências, quando foram visitadas, não sendo possível checar a sua situação escolar também. Após a pesquisa, verificou-se que 86 não estavam matriculadas em escola nenhuma, 58 matricularam-se entre abril e início da pesquisa. Das 287 crianças que mudaram de residência, constatou-se que 129 haviam regressado ao seu país de origem. Das

crianças que não estudam, o tempo em que estão afastadas das escolas variou de menos de um ano a três anos⁹².

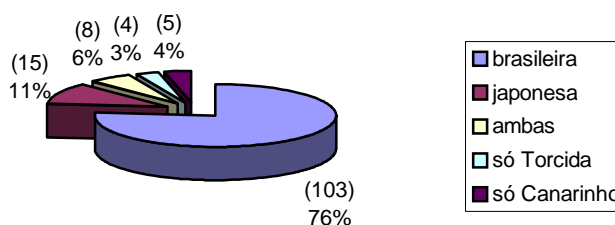
A pesquisa de Kani é bastante mencionada por ser uma pesquisa semelhante à de Hamamatsu, porém pioneira, conduzida pela prefeitura, Conselho Educacional e Associação Internacional da cidade, juntamente com o Conselho de Educação e Centro Internacional da província, realizada em meados de 2002 quando a cidade com aproximadamente 95 mil habitantes, contava com um pouco mais de 4.400 estrangeiros (4,5% da população local). A pesquisa com familiares que possuíam filhos de um a 14 anos, mostrou que do total de 223 crianças estrangeiras dessa faixa etária, 179 eram brasileiras. Foram encontradas apenas 20 crianças que não freqüentavam escola alguma (8,9%), nem mesmo os cursos alternativos. Dentre elas, 15 eram brasileiras e haviam abandonado os estudos há pelo menos seis meses. Em 2003, foi realizada uma pesquisa sobre evasão escolar na qual observou-se que, se a taxa de evasão no primeiro semestre foi de 4,2%, no segundo semestre foi encontrada uma taxa de 7,2%, são na sua maioria adolescentes de mais de 14 anos que não freqüentam assim escola alguma.

Em relação a instituições a que estão vinculados ou sujeitos, estudados nessa pesquisa, pode-se observar que a maioria freqüenta as escolas brasileiras e 7% da população estudada freqüentam aquelas voltadas para as crianças que abandonaram a escola formal. Nesse caso, foram classificadas, como freqüentando apenas o grupo Torcida (curso Sol Nascente) e Canarinho (qualquer uma das quatro classes oferecidas: Hagioka, Sunaoka, Sanarudai e Saginomiya) conforme o gráfico a seguir. Os cursos oferecidos por eles, como foram descritos no capítulo anterior, são cursos alternativos, de idioma ou de reforço escolar. Existem crianças e adolescentes que, além desses cursos, freqüentam as escolas japonesas; estas foram computadas como freqüentando as escolas japonesas, assim foram classificadas como freqüentando só Torcida ou só Canarinho, aqueles que além desses cursos não freqüentam escolas.

⁹² O relatório, na sua íntegra, está disponível na prefeitura de Hamamatsu e HICE.

Gráfico 13

Escolas que freqüentam.



Como foi explicado anteriormente, o fato de ter buscado os sujeitos nas escolas ou instituições, fizeram com que o acesso a crianças e adolescentes que não freqüentam, nem mesmo as classes especiais mantidas pela prefeitura ou NPOs, fosse bastante complicado.

Segundo uma professora do grupo Torcida, no ano anterior, a pedido da Secretaria de Educação de Toyota, fizeram um levantamento em *Homi danti*, batendo de porta em porta para verificar, se a criança moradora naquele apartamento freqüentava ou não alguma escola, no intuito de trazer pelo menos, para as classes do *Homi Guria*. Segundo estatísticas da Secretaria, na ocasião apenas em *Homi danti*, havia 160 crianças sem freqüentar qualquer escola. Conta que foram averiguar os dados, de porta em porta e, além da dificuldade de serem atendidas pela ausência constante dos responsáveis, encontraram crianças simplesmente “trancadas” em casa, com dificuldades de entenderem as perguntas que lhes eram feitas. Um menino, de aparência de 11~12 anos, não falava japonês e o português, muitíssimo precário, quase de um bebê, não soube nem ao menos dizer a própria idade, passava o dia todo em casa, sozinho, não cumprimenta ninguém, e só joga *vídeo game*.

Outros casos comentados são como o de uma adolescente que ficava perambulando dentro do *Homi*; uma outra que sofreu *ijime* e está reclusa, em casa e não freqüenta escola alguma. Alguns pais, mesmo sem ter passado pela experiência de seus filhos serem alvos de *ijime* na escola japonesa e pelo fato de ter, ao redor, outras tantas crianças que passaram por essa situação, ficam temerosos e acabam

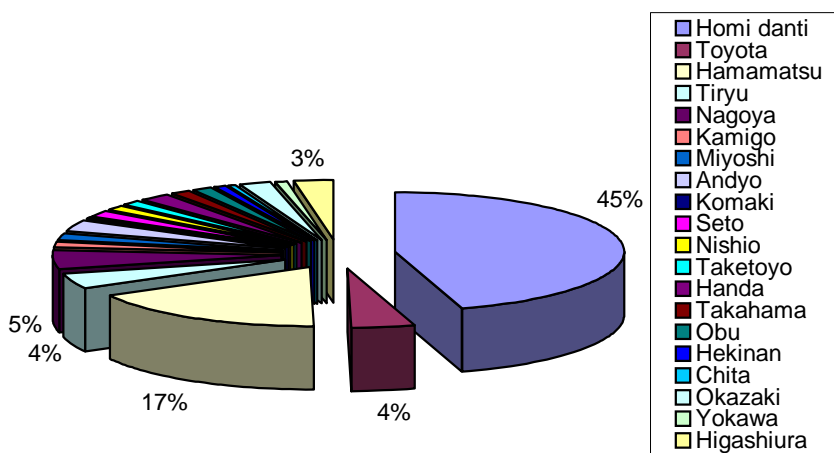
preferindo não mandar seus filhos para as escolas japonesas, e como as brasileiras são onerosas, acabam optando por não mandar para escola alguma.

Nesse sentido, uma mãe comenta: “meus filhos ficavam muito estressados quando voltavam da escola (japonesa), parecia que sofriam muito. Eu não achava justo que eles vindo para cá, por causa da nossa decisão, da nossa situação econômica ... eles não tinham culpa de nada, e estavam sofrendo ... preferi tirar da escolae não tinha condições de pagar uma escola brasileira”. Essa mãe acabou recolocando os filhos, mais tarde, nas escolas japonesas novamente, quando sentiu que eles estavam se sentindo melhor no país.

Outra mãe diz: “acho que estudo é importante, mas se ele não quer e não se sente bem, eu fico em casa para cuidar dele e da menor (filha); não posso trabalhar e largar eles sozinhos em casa, tenho medo do que podem fazer ... prefiro que eles cresçam logo e possam ir trabalhar, assim, eu também posso sair de casa para trabalhar ... e, se depois, ele quiser estudar, tudo bem”.

Gráfico 14

Local de residência dos alunos brasileiros.



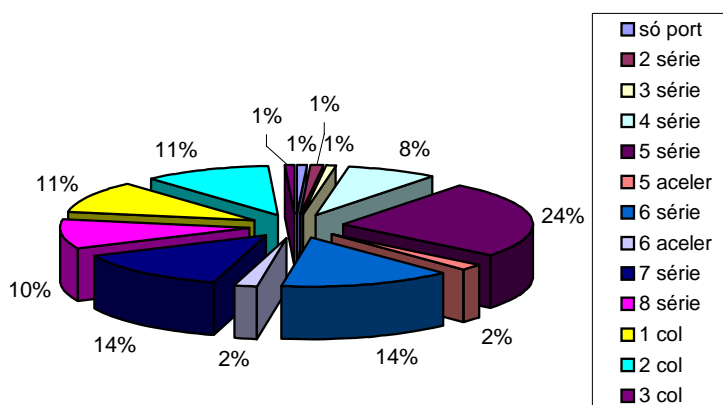
Existe um grupo grande de aproximadamente trinta adolescentes brasileiros que tem o seu ponto de encontro no pátio de um certo prédio, dentro de Homi danti

e, à noite, depois das 20 horas, vão se juntando para ficarem “à toa” (= fumando ou fazendo uso de entorpecentes e/ou armando roubo de motos e bicicletas na região). Periodicamente, a polícia local aparece e os detém por uma noite, com a intenção de dar um “susto”, mas como já estão acostumados, não se assustam mais.

Uma pequena parcela da população estudada reside nas proximidades das escolas que freqüentam, enquanto que a maioria vem de locais distantes. Assim, os locais de residência são variados, até mesmo cidades distantes, porém, como a concentração de brasileiros em Toyota é grande, a maioria maciça residente nessa cidade mora em *Homi danti* (63 crianças e adolescentes).

Gráfico 15

Escolas brasileiras x séries freqüentadas.

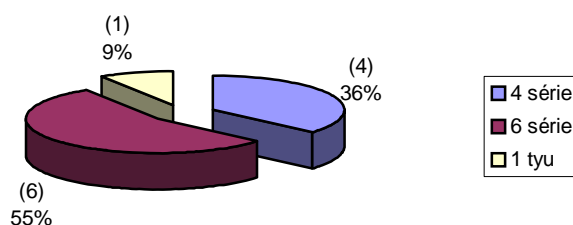


As crianças estão matriculadas nas escolas brasileiras, nas séries demonstradas no gráfico acima. Pode-se observar que algumas dessas crianças freqüentam escolas brasileiras apenas para o estudo da língua portuguesa.

O gráfico a seguir mostra os alunos brasileiros matriculados nas escolas japonesas; freqüentam basicamente o curso primário, tendo apenas um menino no primeiro ano ginásial.

Gráfico 16

Alunos matriculados nas escolas japonesas x séries.



Um menino de onze anos, há apenas um ano no Japão, foi matriculado em escola brasileira logo que chegou ao Japão e, não sendo bem sucedido nas provas finais, foi reprovado. Esse fato fez com que a mãe (no caso, ele não conhece o pai que veio para o Japão antes de ele nascer) se irritasse muito e para que ele não “desperdiçasse” ainda mais o seu dinheiro “suado”, obrigou-o a desistir de escola brasileira e colocou-o em escola japonesa. Ele apresenta dificuldades de aprendizagem e outros problemas, freqüenta também uma classe mantida por voluntários para obter apoio na língua japonesa.

Segundo estudiosos japoneses nessa questão da educação de crianças estrangeiras, as crianças brasileiras que seguem para o ginásio têm em seus boletins, a nota um, a mínima possível. A avaliação, como foi dito anteriormente, se dá através de vários critérios e não apenas pela prova. Porém, os alunos brasileiros que chegam e entram direto nas séries correspondentes a sua idade cronológica e principalmente os que chegam na segunda metade do curso primário, levam muito tempo para aprender a língua japonesa e conseguir acompanhar as aulas, permanecendo muito mais tempo nas classes internacionais e tendo aulas de reforço. Assim, quando chegam ao ginásio, a situação continua a mesma, não têm condições de acompanhar o curso regular, e suas notas são as mínimas possíveis. As notas variam de um a cinco.

Um outro fator que corrobora para a evasão de crianças estrangeiras do sistema educacional japonês é a grande valorização da homogeneidade. Em várias ocasiões, foram narrados casos de crianças que foram convidadas a se ausentar da escola para não causar *meiwaku* para os outros, isto é, não prejudicar os outros, mas tinham a promessa de lhes ser entregue os certificados de conclusão do curso.

Embora as escolas e professores do primário sejam bastante continentais às crianças, evitam confrontos diretos com elas, dão muita liberdade, dificilmente repreendem, etc. As avaliações são feitas, não apenas de forma individual, mas por classes. Assim, os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem que os outros, “abaixam” a média da turma, no cômputo geral. Isso prejudica a performance da classe. Embora isso não seja uma discriminação em relação aos estrangeiros, mas sim em relação aos que apresentam maiores dificuldades, os estrangeiros acabam se vendo nessa situação com freqüência.

Várias crianças relatam que eram “deixadas de lado”, enquanto que as aulas corriam normalmente; costumam relatar como “boas”, “gostosas”, “agradáveis” as aulas que conseguem acompanhar, como Simone (16 anos) que em aulas de educação física, culinária e artes podia participar e “ser igual” a todos da classe. Mas em outras matérias ficava sem entender praticamente nada. A professora deixava uma colega, ao seu lado, para que esta pudesse prestar alguma ajuda, porém, ela não conseguia ajudar a Simone e ao mesmo tempo, cuidar dos próprios afazeres. Outras crianças brasileiras que praticamente não saem das salas de *kokusai*, relatam que quando em suas sala de aula, não conseguiam acompanhar as aulas e entender o que se passava, o que as incomodava. Porém, quando retiradas e encaminhadas às salas internacionais, evidenciava o fato de serem “diferentes”, ressaltavam as dificuldades, o que também as incomodava. Nas salas internacionais, as matérias dadas não são as mesmas das outras salas de aula; ficam estudando o idioma japonês e tinham algumas poucas aulas de reforço de algumas matérias “mais importantes”.

A valorização da homogeneidade permeia todas as condutas da direção. “A necessidade e o desejo de união e harmonia por vezes levam a estratégias extremas. Numa apresentação musical escolar as flautas das crianças que não tocam bem são seladas com fita colante para que, embora esses jovens pareçam estar tocando, nenhum som discordante surja rompendo a sonoridade suave da apresentação da classe” (White, 1988:173). O que para nós pode parecer discriminação, professores japoneses alegam que esse tipo de conduta é para proteger o aluno menos hábil de uma situação de vergonha, que na cultura japonesa é considerada a mais humilhante situação; é preferível a morte à vergonha. Mas

esse tipo de postura pode facilmente desmotivar as nossas crianças a freqüentar as escolas japonesas.

Outra questão cultural importante, da qual surgiram muitas queixas, é a relação de *sempai-kouhai*. Os *sempai* são os veteranos em alguma atividade ou local, e os *kouhai* são os iniciantes. Por exemplo: um veterano joga um papel no chão e ordena a um novato pegar. Os veteranos vão testar a capacidade dos novatos de entrarem na estrutura de relacionamento, de poderem ser aceitos no grupo. O *kouhai* deve mostrar obediência e provar lealdade, deve obedecer para ser aceito. Assim, uma vez estabelecida a relação, este relacionamento poderá durar a vida toda, com obrigações de ambos os lados. O novato poderá estabelecer uma relação de dependência com o veterano que cuidará dele, protegendo-o e orientando-o. Essa é também uma faceta da relação de *amae*. Isso acontece não apenas na escola, mas em empresas, grupos de lazer, recreação, esportes e outros. As crianças brasileiras, desconhecendo as regras, geralmente se negam a obedecer, queixando-se e entendendo o acontecido como um puro *ijime* e, sendo assim, não aceitos no grupo, acabam sendo, de fato, um alvo fácil para *ijime*, como foi relatado anteriormente.

Doi (1980) discutiu *amae* (dependência) como um conceito-chave para entender a mentalidade japonesa. O autor diz que o termo japonês *amae* refere-se inicialmente, ao sentimento que todo bebê normal tem no aconchego do seio materno, é o “desejo de ser passivamente amado”, ou a expressão do desejo de ser dependente, de ser incondicionalmente cuidado por alguém, a resistência de ser separado do círculo caloroso de mãe-filho e depositado no mundo da objetiva “realidade” (Cf: Doi, 1980). “*Amae is the noun form of amaeru, an intransitive verb that means ‘to depend and presume upon another’s benevolence’*”⁹³ (Doi, in Lebra e Lebra, 1979:145). E, no Japão, acredita-se que essa certeza de segurança e amor incondicional é uma fonte de alta motivação humana. O autor sugere inclusive que é um sentimento que aparece numa gama muito grande de relações entre os japoneses e que tal fato é alheio aos países ocidentais.

Na cultura japonesa, a criança se desenvolve na relação de intimidade com a mãe, intimidade essa apenas possível, se a criança é satisfeita na sua necessidade

⁹³ “*Amae* é uma substantivada forma do ‘*amaeru*’, um verbo intransitivo que significa ‘depende e pressupor a benevolência do outro’” A tradução é minha já que os livros disponíveis são ou em japonês, ou em inglês.

de uma mãe, como objeto de sua busca de satisfação. A mãe a encoraja, através de *amae*, “mostrando que está sentida quando a criança se recusa a atender a pedidos razoáveis, ela ameaça implicitamente uma retirada de afeto (...); se a criança se recusa abertamente a acompanhar, ela em geral volta atrás, ao mesmo tempo mostrando sua mágoa e reafirmando sua ligação afetiva com a criança”. Embora essa “manipulação” possa parecer maldosa, esse “tratamento é dirigido ao relacionamento e não à pessoa. Observadores de fora também acham que de uma perspectiva mais ampla, estes métodos de socialização pacientes, centrados na criança, são provavelmente menos danosos ou manipuladores que as técnicas usadas em outras culturas, incluindo a nossa” (White, 1988: 147).

Sendo uma sociedade verticalmente estruturada, as relações estabelecidas não são de igualdade, mas de que cada um tem a sua posição, e é necessário que se ocupe a “devida posição” (que também norteia a relação *sempai-kouhai*). “Não só a língua japonesa exige uma variedade de níveis de tratamento, dependendo do relacionamento do interlocutor com o seu ouvinte, mas também, o comportamento é calibrado de forma semelhante” (White, 1988:20).

Assim, o respeito à hierarquia transparece no tipo de vocabulário usado, tipo de reverência, etc. “Existe um ‘você’ diferente que deve ser usado em cada caso e os verbos têm radicais diferentes. (...) Não se trata apenas de diferenças de classe que devem ser reconhecidas constantemente pela conduta apropriada, embora isto também seja importante. Sexo e idade, laços de família e relações anteriores, tudo passa a fazer parte dos cálculos necessários” (Benedict, 1997:47).

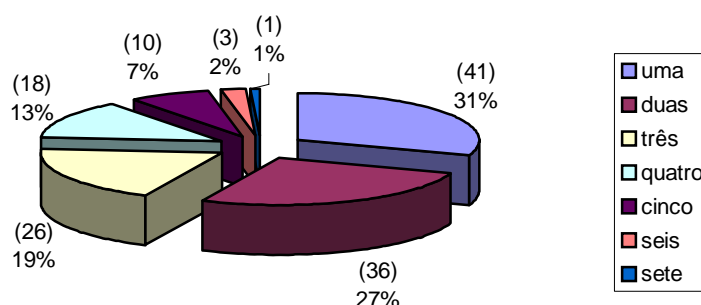
Todas essas regras têm um porquê. A pessoa que reverencia, reconhece no outro o direito de intervir nas suas decisões e também na “capacidade” do outro poder desempenhar o seu papel. A pessoa, que é reverenciada, assume a responsabilidade do que essa sua posição traz como conseqüência. Dentro do círculo familiar também existe a hierarquia, mais branda em tempos modernos, mas ainda enraizada nas pessoas, baseada no sexo, geração e primogenitura.

Outra questão importante a ser pensada é sobre o relacionamento da criança “adaptada” com seus pais “estrangeiros”. As crianças nas escolas japonesas, segundo os educadores, em média, aprendem o idioma em seis meses, o suficiente para o convívio do dia-a-dia (*nitidyu seikatsu*) e em dois anos, falam

preferencialmente o japonês, começando a esquecer o português. Isso começa a criar dificuldades no relacionamento com os pais que têm maiores dificuldades de aprender o idioma japonês. Aos poucos, mais integrados na escola e no convívio com os colegas, muitos passam a sentir “vergonha” dos pais que usam um vocabulário “errado”, “arcaico”, e têm costumes diferentes comparados aos japoneses com quem convivem a maior parte do tempo⁹⁴. Talvez o receio de que esse tipo de situação venha a acontecer, também favoreça os pais a não desejarem tanto que os seus filhos ingressem nas escolas japonesas, embora algumas dessas crianças e adolescentes estejam servindo de “intérpretes” para seus pais e parentes. Mesmo aqueles que não têm boa fluência no idioma japonês, falam melhor que seus pais.

Gráfico 17

Interrupções escolares.



Em relação às interrupções ou mudanças de escola, pode-se observar que a maioria já mudou de escola algumas vezes. Essas interrupções duraram algumas semanas, alguns meses e até alguns anos.

⁹⁴ Muitos *nikkeys* possuem na sua formação aspectos da cultura japonesa, fator esse que pode inclusive ser encarado como sendo “negativo”, já que esses aspectos são da cultura japonesa antiga preservada pelos descendentes no Brasil, diferente da cultura japonesa atual, conflitando ainda mais com a idéia de pertencerem à mesma cultura.

No presente trabalho foi considerado como sendo uma interrupção, as crianças que saíram do Brasil e foram direto para uma escola no Japão, sem mudanças desde então. É bastante comum mudarem de cidade, de província, dependendo da oferta de trabalho existente. Assim, as mudanças nas escolas dependem basicamente do trabalho dos pais. Muitos, na província de Aichi, vieram de outras localidades, mas uma vez nessa província, tendem a uma fixação maior. Como foi mencionado no capítulo anterior, nessa província existe uma concentração de fábricas de auto-peças e eletrônicos, locais onde costumeiramente os *dekasseguis* trabalham, parecendo ser esse o motivo de pouca mobilidade.

Não raro, as crianças saem das escolas japonesas, vão para as brasileiras e na primeira intercorrência, como a perda de emprego de um dos pais, voltam para escolas japonesas. Não foram consideradas as interrupções ocorridas na própria escola que, embora ocorram, é mais complicado computar. Como já mencionado, várias crianças freqüentam a escola apenas alguns meses por ano, apelando para as salas de aceleração para serem aprovados para os anos seguintes.

**CAPÍTULO 5 – O COTIDIANO E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DAS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO JAPÃO**

Capítulo 5 - O cotidiano e as perspectivas de futuro das crianças brasileiras no Japão

5.1 – O cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros

As crianças passam uma parte, ou boa parte do dia, quando estudam em escolas japonesas, nas escolas. Mesmo as crianças que estudam em escolas brasileiras, a maioria depende do transporte escolar que cobre um grande trajeto, levando horas, assim, as crianças dispendem praticamente o mesmo tanto de horas de aula, no trajeto de ida e volta.

Costumam sair de casa junto com os pais, de manhã ou um pouco depois. Muitas famílias cujos filhos estudam em escolas brasileiras não preparam marmitas, deixando uma média de mil ienes para que os filhos comprem as refeições do dia (marmitas). As crianças que estudam em escolas japonesas, tomam suas refeições na escola, como foi dito, sendo obrigadas a comer o que lhes é servido, mesmo estranhando o paladar (tive a oportunidade de experimentar essas refeições). Como em muitas escolas brasileiras, os alunos estão proibidos de saírem dos limites da escola, mesmo nos intervalos, muitos não conseguem comprar algo para comer; quando os pais esquecem de deixar o dinheiro, a situação complica, pois passam boa parte do dia sem comer.

Em várias ocasiões, nas escolas brasileiras, foram encontradas crianças nessa situação, algumas até que estavam com o dinheiro deixado pelos pais, porém, sem permissão para sair dos limites da escola, não tinham como comprar a refeição. Embora algumas empresas façam entrega de marmitas nas escolas, inclusive de comida brasileira, elas atendem a encomendas feitas anteriormente, caso dos funcionários, professores e direção, mas não dos alunos. Assim, saía para comprar alguma coisa nas redondezas a fim de evitar que as crianças passassem horas com fome.

No Japão, costuma-se ter refeição completa no café da manhã, no almoço e no jantar. Os brasileiros que saem apressados para o trabalho logo cedo, sem hábitos de tomar um café completo ou pelo menos comer algumas torradas, tomar

um suco ou leite, é considerado um dos motivos de pouco aproveitamento nas aulas pelos professores japoneses. Mesmo entre brasileiros, Joana (prof^a. 2^a série) diz que os alunos do período da manhã até conseguem um bom rendimento nas aulas, mas os alunos do período da tarde, "é bem mais difícil, o rendimento é bem menor ... eu acho que as crianças acordam tarde, os pais já não estão em casa, geralmente estão sozinhos, não vêm alimentados para a escola, comem qualquer coisa e chega meio-dia, aquela euforia com os colegas, aquele sol e cansam, o rendimento é baixo".

Ao mesmo tempo, a liberdade de compras fazia com que muitos não gastassem com alimentos mas sim com guloseimas ou objetos de desejo, ficando assim, a questão da nutrição desconsiderada. Em suas casas, a maioria dos brasileiros prepara refeições com comida brasileira, gastam verdadeiras fortunas para ter à mesa: arroz, feijão, carnes (importados do Brasil e, portanto, caros no Japão). Como os pais chegam tarde, muitos preparam, eles mesmos, as suas refeições. Boa parte das crianças tem obrigações em casa, pois a figura de empregada doméstica é rara e bastante onerosa no Japão. Lavam, passam, cozinham, cuidam dos irmãos e fazem faxina. Aos sábados ou domingos, conforme o dia de folga dos pais, a maioria relata sobre mutirões em casa para a faxina geral. Quando saem, não são realmente passeios de lazer, mas saem para compras de produtos necessários ao lar, nos supermercados.

Os pais costumam voltar tarde da noite, outros cumprem jornadas de trabalho alternadas, isto é, numa semana trabalham de dia e na outra semana, de noite. Do total de sujeitos, 22, ou seja, 6,3% afirmaram vivenciar esse tipo de situação. Outros tantos têm pais que voltam duas vezes por semana pois trabalham como caminhoneiro; outros não vivem com os pais, etc. Mesmo os que moram com os pais, afirmam que passam boa parte do dia sem vê-los, chegam em casa e ficam sozinhos ou até mesmo estão incumbidos de cuidar dos irmãos mais novos.

Em relação às crianças menores, os professores fazem coro em dizer que notam o descaso dos pais, como relata a professora Sandra: "a família só pensa no dinheiro e esquece que tem filhos para educar em casa, assim as crianças estão crescendo sem base nenhuma ... imagine que eu recebi uma reclamação de uma mãe, numa reunião, que a filha não escova os dentes!" Patrícia diz: "a educação não é a escola ou o professor que dá ... esse tipo de coisas que acontece aqui, é difícil

acontecer no Brasil, por mais que seja uma escola precária ... a criança vem mais limpinha, não vem fedendo a cachorro, tem um que dorme com o cachorro e do jeito que acorda vem para a escola, a mãe passa dias sem vê-lo, nem sabe se está vivo ou morto”.

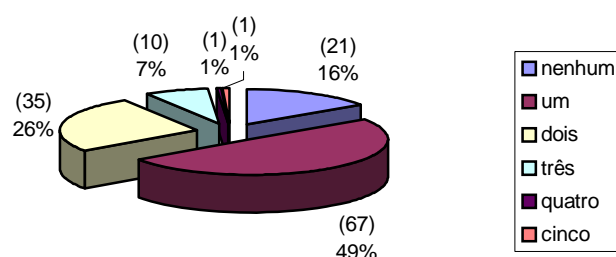
As famílias *nikkeys* que se encontram no Japão, têm uma composição semelhante às famílias tradicionais, porém, não é raro devido a vicissitudes do cotidiano no Japão, vemos famílias compostas, um aglomerado de parentes compartilhando o mesmo espaço, principalmente os recém-chegados sem empreiteiras ou os que perderam seus empregos.

O número de filhos varia, pois, em muitos casos, as crianças têm meio-irmãos, já que as separações são freqüentes. Várias crianças não sabiam nem ao menos da existência de algum meio-irmão, já que não sabe do paradeiro do pai biológico (em raros casos, relatam desconhecer o paradeiro da mãe).

A taxa de fecundidade dos japoneses já esteve mais baixa, mas em 2004⁹⁵, foi de 1,29 (filhos por casal), enquanto que entre os brasileiros, cogita-se uma média de três mil nascimentos anuais, uma taxa de quase 3 (filhos por casal).

Gráfico 18

Número de irmãos.



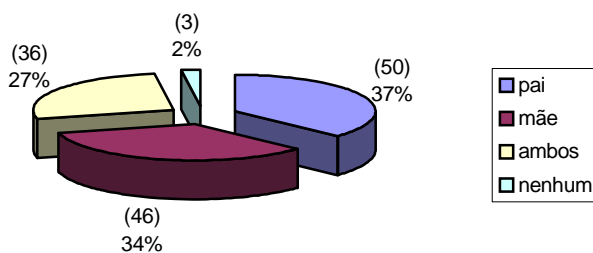
Em relação à descendência japonesa, o que chamou atenção foi o fato de alguns brasileiros desconhecerem completamente a sua origem. Não raro era ter como resposta “ninguém”, quando indagado qual dos pais ou quem da família tinha

⁹⁵ Japan Almanac 2005, livro editado pelo Jornal Asahi Shinbum.

alguma descendência japonesa. Depois de muita especulação e, provavelmente, alguns “palpites”, chegou-se aos seguintes dados:

Gráfico 19

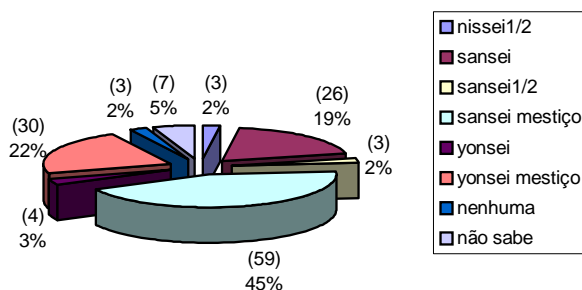
Descendência japonesa.



Se foi difícil à criança, ou mesmo ao adolescente saber quem era o descendente de japoneses na sua família, ficou muito mais difícil saber a que geração pertenciam. Depois de explicações e tentando saber até a geração dos bisavós, chegou-se aos seguintes resultados:

Gráfico 20

Crianças e adolescentes - geração de japoneses.

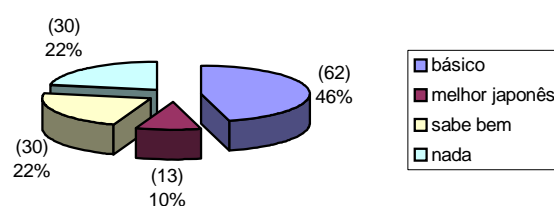


Quanto à compreensão da língua japonesa, pode-se observar que poucos conseguem, de fato, entender o suficiente do vocabulário da vida cotidiana. A

maioria “se vira”, isto é, na emergência, comunica-se por gestos, com palavras, sem necessariamente formar frases.

Gráfico 21

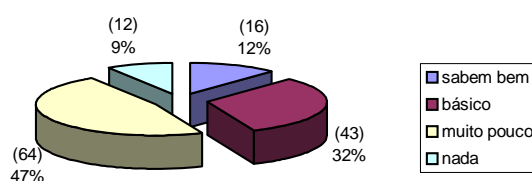
Compreensão da língua japonesa.



Quando se trata da capacidade de compreensão da língua japonesa pelos pais dessas crianças e adolescentes, pode-se perceber que é menor que a dos filhos. Quando as crianças afirmavam que os pais sabiam “um pouco”, significava conhecimentos de poucas palavras. Uma garota afirmou saber quase nada em japonês, e depois afirmou que sua mãe sabia menos. Indagada de como poderia ser isso, disse: “eu sei falar ‘*sumimasen*’ (usado antes de se pedir algo, semelhante ao “excuse me” ou para se desculpar) e ‘*arigatou*’ (obrigado) e a minha mãe nem isso sabe”.

Gráfico 22

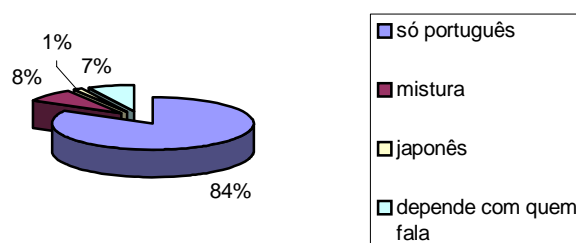
Compreensão da língua japonesa pelos pais.



Pode-se observar que, em casa, embora alguns misturem algumas palavras como “*gomen*” (desculpe), “*onega!*” (por favor), palavras que dificilmente são ditas em português, no Japão. A maioria fala praticamente o português apenas, mas algumas palavras são usadas apenas em japonês e comuns a quase todos os entrevistados: *kotai* (trocas de turnos de trabalho); *yakin* (turno de trabalho noturno); *hirukin* (turno de trabalho diurno); *shatyou* (chefe de empresa); *keitai* (celular); *depaato* (lojas de departamentos); *zangyô* (horas extras); *arubaito* ou *baito* (bicos); *kensa* (inspeção, nesse caso, o trabalho de inspecionar peças); *pachinko* (jogo de azar de máquina eletônica); *daidyoubu* (está tudo bem, é seguro); *sôji* (limpeza, faxina); *arigatou* (obrigado); *kibishii* (duro, rigoroso); *gohan* (arroz ou refeição); *bentô* (marmita).

Gráfico 23

Idioma usado em casa.



A questão do idioma ou da linguagem parece ser fundamental, tanto em termos de inserção à escola e/ou à sociedade, como também em termos de desenvolvimento cognitivo e emocional. Surge uma tendência, embora ainda leve, de a linguagem das crianças e adolescentes brasileiros, ir se assemelhando ao dos japoneses. Algumas crianças pequenas, em cujos lares, se fala apenas o português, talvez pelo fato de passarem muito tempo, às vezes o dia todo, em creches japonesas e estejam incorporando os sons da língua japonesa, quando começam a falar, falam com algum “sotaque”, semelhante ao sotaque que os japoneses têm ao falarem português no Brasil, questão essa que despertou curiosidade, merecendo ser investigada mais profundamente por especialistas dessa área.

Pode-se ressaltar, além da questão do idioma em si, a questão da comunicação, incluindo a necessidade de ser “ouvido” e “compreendido”, que ultrapassa a questão do idioma. Winnicott comenta que um pequeno paciente finlandês (o primeiro caso descrito no livro *Consultas terapêuticas em Psiquiatria Infantil*) não falava inglês, e ele não falava finlandês. A única consulta que ocorreu, com a presença de uma intérprete, praticamente ignorada, sucedeu-se através do jogo de rabiscos. Anos depois, quando Winnicott voltou à Finlândia, foi comentado com o garoto sobre a visita do médico ao qual o garoto respondeu: “ah, aquele que fala finlandês?”

Pensando nessa questão da comunicação, “a linguagem desempenha simultaneamente várias funções enquanto um veículo de comunicação, entre as quais Richards distinguia quatro principais: o sentido, o sentimento, o tom e a intenção”. Além disso, “cada idioma possui uma forma espiritual peculiar, uma ‘linguagem’ diferente”, pois a língua é acima de tudo linguagem e portanto refletindo mais o aspecto afetivo que o intelectual. Enquanto o intelectual dá a “ordem” e a “organização”, o afetivo surge dando “coloração” e “expressividade” (Martins, 1998:26).

Algumas adolescentes, como Tatiana (17 anos), que chegou ao Japão com seis anos de idade, freqüentando a escola japonesa desde então, tendo maior fluência em japonês e dificuldades com a língua portuguesa, comenta que possui muitas amigas japonesas. Embora não se sinta nem japonesa, nem brasileira, sente-se “parecida” com as amigas a ponto de muitas vezes “esquecer” que tem diferenças. Porém, as amigas comentam a diferença por ser a única do grupo, que é estrangeira, e embora consiga falar dos seus sentimentos em japonês, diz perceber diferenças na forma de falar, pensar e sentir, “às vezes não faz sentido, embora tenha compreendido”.

Além disso, o idioma japonês tem diferenças estruturais em comparação com os idiomas ocidentais. Os *nikkeys* costumam falar que os japoneses falam em “*kanji*” (ideogramas), enquanto que os estrangeiros e eles próprios falam em “*hiragana*” (letras silábicas). Muitos ideogramas diferentes têm o mesmo fonema, porém, sentidos completamente diversos. Um ideograma pode representar uma idéia, gestalticamente, assim, o japonês, quando fala, tem a imagem do ideograma, do seu significado, enquanto que, para os estrangeiros que não assimilaram todo o arsenal

de ideogramas, fica difícil a compreensão baseada apenas no fonema. Na leitura, ocorre algo semelhante, mesmo não sabendo ler no sentido fonético, desde que se conheça aquele ideograma, o seu significado rapidamente vem à mente, sem ser necessário transformar em sons.

Pensando-se em termos neurofisiológicos, em relação aos hemisférios cerebrais, pode-se observar que, enquanto um hemisfério é analítico, o outro é gestáltico e no caso da escritas portuguesa e japonesa (se considerarmos apenas os ideogramas), elas se processam em hemisférios diferentes no cérebro, embora as letras silábicas, como o *hiragana*, se processem no mesmo lado das alfabéticas.

Essas diferenças devem também ser consideradas, quando se pensa na aquisição dessa nova língua, assim como, na forma de percepção do mundo e processos de pensamento em decorrência dessa diferença: enquanto um é holístico, o outro é analítico.

Martins (1998) cita que o grande avanço se deu, quando o homem percebeu a possibilidade de transformar a imagem visual pela sonora, surgindo a escrita silábica (sinal representando grupo de sons) e a escrita alfabética (sinal representa uma letra), sendo que a segunda é um avanço da primeira, representando uma complexidade maior de ordem ideológica. O autor cita Saussure que classifica, em dois os sistemas de escrita: ideográfica e fonética. “O sinal ideográfico, no qual a palavra é representada por um sinal único e estranho aos sons de que ela se compõe. Esse sinal se refere ao conjunto da palavra e por aí, indiretamente, à idéia que exprime” (*ibid*: 41). O fonético reproduz a sucessão de sons de uma palavra.

“A ideografia começou por representar os objetos por um sinal que os interpretasse graficamente e as idéias por outros sinais adequados” (*ibid*:41). O *kanji* (ideograma), usado atualmente no Japão, é originário da China e veio para o Japão há mais de 1700 anos, por volta do século III.⁹⁶ Existem duas formas de lê-los: *kunyomi* e *onyomi*, sendo que os *onyomi* são mais usados, quando, na junção de dois ou mais *kanji*, e os *kunyomi*, quando estão acompanhados de *hiragana*. Com a impossibilidade de transmitir todas as palavras através de desenhos, surgiram aos poucos, os primórdios de *kanji* e suas combinações, e foram usadas, principalmente,

⁹⁶ *Shogakusei no Kanji yomi kaki jiten* – Ishii Tokyo: Gakushuu kenkyusha: 1978.

para representar idéias abstratas, escritas verticalmente, da direita para a esquerda, ou horizontalmente da esquerda para a direita modernamente.

Muitos estudiosos japoneses denunciam um equívoco na posição anterior de que crianças estrangeiras que foram pequenas para o Japão e alfabetizadas em japonês, rapidamente assimilavam o idioma, sendo que em pouco tempo suas capacidades linguísticas eram comparáveis aos dos próprios japoneses. Assim, pregavam a idéia de que bastavam ir para as escolas japonesas nas primeiras séries e vários problemas seriam evitados. Porém, num acompanhamento longitudinal, puderam observar que essas crianças prosseguiram bem até por volta da 5^a série, quando começavam a apresentar dificuldades, não mais acompanhando as aulas como os japoneses, defasando-se cada vez mais do grupo.

A questão do bilingüismo é bastante controvertida. Os estudos não apontam para alguma conclusão unânime: enquanto várias pesquisas apontam para os efeitos prejudiciais, levando a uma baixa performance intelectual, principalmente em crianças que usam idiomas diferentes em suas casas e na escola, ou em casos de introdução de um novo idioma em detrimento da língua materna como no caso de crianças imigrantes, outras apontam para os seus benefícios alegando que a diversidade estrutural dos idiomas leva a maior flexibilidade mental, como conseqüência das experiências biculturais, principalmente em casos de imersão no novo idioma.

Naturalmente, deve-se considerar vários outros fatores como: qualidade de estimulação (oportunidades oferecidas, favorecendo os vários aspectos da formação da criança), condição sócio-econômica, ambiente familiar, fatores afetivos-emocionais e motivacionais. Porém, existe uma certa tendência de entender que o bilingüismo enriquece e traz resultados positivos no desenvolvimento intelectual, desde que satisfeitas algumas condições, sem os quais, existe um grande risco de tornarem-se “semilingues”, tendo como conseqüência uma baixa performance intelectual.

Essas condições segundo Hoffman (1991) seriam: “1) *the integration of mother-tongue teaching and immersion teaching in the child's normal curriculum*, 2) *the presence of a mother-tongue teacher during the immersion class*, and 3) *the*

teaching of the immersion course by a bilingual teacher” (Hoffmann, 1991:119)⁹⁷. Pelo menos no caso das crianças brasileiras no Japão, a não ser uma incipiente experiência em curso na cidade de Ota, província de Gunma, nenhuma dessas condições está sendo satisfeita.

Hoffman cita ainda Skutnabb-Kangas e Toukomaa que distinguem a aparente competência da criança em relação ao idioma (a impressão de que a criança possui uma boa fluência), da falta de conhecimento lingüístico conceitual que só se torna evidente quando se deparam com testes em que são requeridas operações cognitivas mais complexas.

Cummins distingue dois aspectos da competência lingüística: “*surface competence*” e “*cognitive linguistic competence*”. O primeiro, fácil de ser mensurado, se trata do visível, aparente, como por exemplo, pronúncia, vocabulário, gramática, fluência, etc. O segundo denotaria “*the ability to make effective use of the cognitive functions of the language, i.e. to use language effectively as an instrument of thought and represent cognitive operations by means of language*” (*Ibid*:127)⁹⁸.

Considerando o termo “semilingüe” pejorativo, Cummins distingue “BICS” (*basic interpersonal communication skills*) que se refere à linguagem usada no dia-a-dia, do “CALP” (*cognitive academic language proficiency*), capacidade que será necessária fora das situações cotidianas, nas mais acadêmicas. O autor diz que a primeira capacidade (BICS) é adquirida sem grandes dificuldades por crianças imigrantes que entram em escolas locais e recebem ensino apropriado do novo idioma, o que não acontece com a segunda (CALP). O motivo alegado é o fato da primeira capacidade poder ser desenvolvida independentemente da língua materna, enquanto que a segunda requer uma interdependência entre a língua materna e a nova, só podendo ocorrer a real aprendizagem, quando os dois idiomas estiverem suficientemente estruturados. Na aprendizagem de um novo idioma, o autor sugere que o nível de competência possível de ser alcançada dependerá do estágio de desenvolvimento que se alcançou com a língua materna. A habilidade de lidar com tarefas que exigem capacidades cognitivas mais complexas será adquirida no

⁹⁷ “1) a integração do ensino da língua materna e ensino de imersão no currículo normal da criança, 2) a presença de um professor de sua língua materna durante as aulas de imersão, e 3) o ensino do curso de imersão por um professor bilingue” (Tradução minha).

⁹⁸ “a habilidade de fazer uso efetivo das funções cognitivas da linguagem, isto é, usar a linguagem efetivamente como um instrumento de pensamento e representar operações cognitivas pelo significado da linguagem” (tradução minha)

segundo idioma com *“the use of the child’s mother tongue during the early stages of education, adding the second language only when she has developed higher-order cognitive and linguistic skills in the first.”* (Ibid:128)⁹⁹.

Saber qual é o momento crucial, onde está a linha divisória entre o estágio em que a imersão numa segunda língua se torna prejudicial ou vantajosa é uma questão também controversa. Porém, como resultado da introdução de um novo idioma para as crianças, podemos obter desde os bilíngües equilibrados que possuem grandes habilidades em ambos os idiomas, tendo como resultado um incremento na sua capacidade cognitiva; os bilíngües que possuem habilidades como as de um nativo em um dos idiomas o que resulta em neutralidade na sua capacidade cognitiva e os semilíngües que tem baixa habilidade nos dois idiomas (mesmo que predomine um ou outro). Nesse caso, haverá prejuízos na sua capacidade cognitiva (Cf: Toukoma e Skutnabb-Kangas In: Hoffmann).

Temos que considerar também os aspectos afetivos no processo de aprendizagem em geral, incluindo o aprendizado de um novo idioma. “A língua estrangeira é, por definição, uma segunda língua, aprendida depois e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira infância. Pode-se aprender uma língua estrangeira somente porque já se teve acesso à linguagem através de uma outra língua. Essa língua chamada ‘materna’ pode não ser a da mãe, a língua ‘estrangeira’ pode ser familiar, mas elas não serão jamais da mesma ordem” (Revuz, 1998: 215).

O encontro com uma língua nova traz à tona os laços estabelecidos com a língua materna, o seu aprendizado acontece nesse confronto. O nomear na língua materna vem através de um porta-voz (por exemplo, a mãe). “A criança, conjuntamente à apelação, recebe uma mensagem sobre a inquietude que o nomeado e sua função ‘causam’ em sua mãe” (Aulagnier, 1975:291 In: Revuz, 1998: 223). Assim, na língua materna, as palavras vêm carregadas de conotações afetivas do porta-voz. Na língua estrangeira, essa nomeação traz um outro recorte da realidade desprovida dessa carga afetiva; assim “sabe-se” mas “não se sente” a palavra. “Aprender a falar uma língua estrangeira é, efetivamente, utilizar uma língua estranha na qual as palavras são apenas muito parcialmente ‘contaminadas’ pelos

⁹⁹ “o uso da língua materna da criança durante os primeiros estágios de educação, somando a segunda língua apenas quando ela já desenvolveu habilidades cognitivas e linguísticas superiores”(Tradução minha).

valores da língua materna na medida, precisamente, em que não há correspondência termo a termo” (*Ibid*: 224).

Nem todos estão preparados para o aprendizado de uma nova língua, já que envolve rever os laços estabelecidos, confronto com a sua identidade, com os seus valores, de certa forma, é tornar-se um “outro”, em alguma medida. Alguns evitam aprender para não precisar passar por isso, outros aprendem mas não retêm, esquecem com muita facilidade, outros adotam a estratégia do papagaio, reproduzem mas não se expressam, de fato, nela. A ruptura com a língua materna se torna mais dramática se existe uma ruptura real, por exemplo, no caso da imigração, rompe-se de fato com tudo aquilo que se depositava afeto.

Além disso, não devemos esquecer que “o processo de aquisição da linguagem envolve a descoberta de relações entre estruturas superficiais ou manifestações explícitas da linguagem e as estruturas subjacentes, profundas e abstratas da linguagem” (Biaggio, 2003: 167). O processo de aquisição de linguagem é lenta e, “segundo Lennerg o processo no desenvolvimento da linguagem geralmente cessa por volta dos 12 ou 13 anos” (*ibid* :170). Vários estudos mostram que a falta de estimulação verbal e sensorial no ambiente familiar afeta o desenvolvimento da linguagem e mesmo de inteligência.

Vygotsky preocupado em construir uma psicologia fundamentada no materialismo histórico e dialético, preocupado com a transformação dos processos psicológicos elementares em funções superiores e complexos da mente, na relação da linguagem, na gênese do pensamento humano e na evolução da consciência no homem, elaborou uma teoria que tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, com uma atenção especial sobre o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento.

Um conceito importante, central dentro dessa concepção, é o conceito de mediação. Assim, na relação do sujeito com o mundo existem elos intermediários que seriam os elementos mediadores, que ele distinguiu em dois tipos: os instrumentos e os signos. Ele estende esse conceito de mediação para o mundo dos signos. Assim, os sistemas de signos como da linguagem, da escrita, de números, assim como o de instrumentos, são criados pelos grupos humanos ao longo da história e transformam as relações e o nível de desenvolvimento cultural.

A mediação é essencial para todas as atividades mentais superiores; sofrem transformações ao longo do desenvolvimento da pessoa: de atividades predominantemente diretas nas idades mais precoces para as mediadas¹⁰⁰, sendo a linguagem o sistema simbólico básico para todos os grupos humanos.

Ao longo do desenvolvimento, a criança passa a não mais necessitar de sinais externos e, incorporando-os, consegue mantê-los como representações mentais do real; processo de incorporação esse que Vygotsky chamou de internalização, e é essa capacidade que possibilita a previsão, o planejamento e o controle de sua ação; enfim, uma nova relação do homem com o mundo.

“Os signos não se mantêm como marcas externas isoladas, referentes a objetos avulsos, nem como símbolos usados por indivíduos particulares. Passam a ser signos compartilhados pelo conjunto dos membros do grupo social, permitindo a comunicação entre os indivíduos e o aprimoramento da integração social” (Oliveira, 2000:36). Então, esses sistemas de representação da realidade e a linguagem são socialmente dados para o indivíduo e, “é a partir de sua experiência com o mundo objetivo e do contato com as formas culturalmente determinadas de organização do real (e com os signos fornecidos pela cultura) que os indivíduos vão construir seu sistema de signos, o qual consistirá numa espécie de ‘código’ para decifração do mundo” (*Ibid*: 37).

A linguagem para Vygotsky tem duas funções básicas: uma delas é a comunicação, o intercâmbio social; inclusive é a necessidade desse contato com o outro, é que propicia e impulsiona a aquisição da linguagem. Para que essa comunicação possa ser mais sofisticada, torna-se necessário o uso de signos compreensíveis para as pessoas que possam traduzir e transmitir as idéias, pensamentos, sentimentos, etc. A segunda função é a de pensamento generalizante. A linguagem ordena o real em nosso pensamento, classificando e agrupando os acontecimentos e informações em categorias ou classes; a linguagem fornece e favorece a formação de conceitos, tem um papel crucial na determinação de como aprender a pensar, principalmente porque em sociedades letradas, as informações são transmitidas basicamente através da linguagem.

¹⁰⁰ Por exemplo, a memória mediada é muito mais eficaz do que a memória não mediada.

O pensamento e a linguagem, embora tenham origens diferentes e se desenvolvam em trajetórias diferentes, mantêm uma estreita vinculação. Existem outras posturas, como a de Piaget, para quem essas são funções importantes, porém, praticamente independentes, e outros ainda, como a dos teóricos da linha histórico-social (inclusive Luria), para quem a linguagem age decisivamente na organização do pensamento e cumpre um papel determinante na estruturação e reestruturação das diversas funções psicológicas como memória, atenção e formação de conceitos.

Nos seus estágios iniciais de desenvolvimento filo e ontogenético, o pensamento e a fala não mostram nenhuma interdependência específica, e, portanto, os seus estudos centram em desvelar a relação que existe entre elas. “Num determinado momento do desenvolvimento filogenético, essas suas trajetórias se unem e o pensamento se torna verbal e a linguagem racional. A associação entre o pensamento e linguagem é atribuída à necessidade de intercâmbio dos indivíduos durante o trabalho, atividade especificamente humana” (Oliveira, 2000: 45).

Marx diz que a linguagem é tão antiga quanto à consciência e que nasce, como a consciência, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Esse momento onde as trajetórias se unem é crucial para o desenvolvimento humano, onde esse ser humano transforma-se do biológico para sócio-histórico.

Assim, existem as trajetórias do pensamento e da linguagem, desvinculadas entre si no início e, em um certo momento, se cruzam, o mesmo acontecendo no desenvolvimento das crianças. Existe uma fase no desenvolvimento da criança, na qual a linguagem é pré-intelectual e o pensamento é pré-verbal, isto é, o raciocínio concreto ou a inteligência prática apresentada pela criança é independente da fala. Por volta dos dois anos, “o percurso do desenvolvimento do pensamento encontra-se com o da linguagem e inicia-se uma nova forma de funcionamento psicológico: a fala torna-se intelectual e o pensamento torna-se verbal, mediado por significados dados pela linguagem” (Oliveira, 2000: 47).

Para que a linguagem seja considerada um instrumento de pensamento, é necessário supor que ocorre a sua internalização, desenvolvendo assim um “discurso interior”, o discurso que de intersíquico passa assim a ser intrapsíquico.

Um fenômeno que pode elucidar esse processo é a chamada “fala egocêntrica”¹⁰¹, uma transição entre a fala exterior e a interior, um dos tipos de fala, segundo Vygotsky. É semelhante a um monólogo, onde a criança fala dela própria apenas; não está interessado em algum interlocutor, se há, se alguém ouve, não há sinais de que tem o propósito de comunicação, e não espera por resposta alguma. A criança está pensando em voz alta, tece comentários daquilo que está fazendo. Segundo Piaget, para quem o processo se dá de dentro para fora, é a fase de transição que precede o discurso socializado, transmitir aos outros o que se passa internamente, pressupondo que já existe um discurso interno, enquanto que, para Vygotsky, é exatamente o contrário, é a fase em que a criança passa a internalizar a fala, fala para si mesma.

A relação entre a fala e a ação é dinâmica e sofre transformações. No início, a criança age primeiro, isto é, a fala se segue à ação (por exemplo, ela vai desenhar e decidir o que desenhou depois de pronto). Neste caso, a atividade é que provoca e domina a fala. Posteriormente, surge um momento em que a fala antecede a ação, neste momento, a relação entre elas já sofreu uma transformação; a fala, então, dirige a atividade, determinando o seu curso, surgindo a função planejadora da fala (por exemplo, a criança decide antes de desenhar, o que vai desenhar e comunica).

O significado das palavras ocupa um lugar central nas relações que esse autor esboça entre pensamento e linguagem, pois é no significado que a palavra e a fala se unem em pensamento verbal, e é nele que as duas funções da linguagem se encontram, e é ainda ela que vai propiciar a mediação simbólica entre a pessoa e o mundo real, possibilitando a pessoa de compreender o mundo e agir sobre ele.

Ele distingue dois componentes no significado da palavra: o significado propriamente dito e o “sentido”. O significado, como foi dito, construído ao longo da história de humanos, mantém um caráter relativamente estável, compreendido e compartilhado por outros que pertencem ao mesmo grupo, no que se refere ao uso daquela linguagem. O sentido é particular, é o significado daquela palavra para aquela pessoa, isto é, a conotação afetiva e subjetiva que a pessoa tem em relação àquela palavra.

¹⁰¹ ”fala egocêntrica” ocorre freqüentemente com crianças por volta dos 3 a 4 anos de idade.

No que se refere à inter-relação entre o aprendizado e o desenvolvimento, o autor afirma que eles estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança. Faz distinção entre o aprendizado sistematizado e o não-sistematizado (que será melhor elucidado, quando pensarmos na questão da formação de conceitos). Para ele, “o aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (Vygotsky, 1984:101).

É o aprendizado que propicia o desenvolvimento mental e desperta outros processos de desenvolvimento que não ocorreriam de outra forma. O desenvolvimento ficaria impedido de ocorrer em situações em que não existam condições propícias para o aprendizado. A aprendizagem seria, então, um processo pelo qual a criança ou a pessoa adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc (inclui também a pessoa que ensina, a que aprende e a relação entre elas). Os processos de desenvolvimento e aprendizagem não acontecem simultaneamente, dão-se numa relação bastante complexa, o de desenvolvimento é sempre mais lento e está atrás do processo de aprendizado e daí a importância de um outro conceito, o de “zona de desenvolvimento proximal”. Ele chama de zona de desenvolvimento proximal a “distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (*Ibid*: 97).

Se a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento, a escola passa a ser vista dentro dessa postura, como sendo de vital importância desde que ela venha a intervir nessa zona de desenvolvimento proximal, pressupondo que ela conheça o nível de desenvolvimento real da criança. Naturalmente, o aprendizado pode acontecer em qualquer outro espaço e ocorre, também, embora haja diferenças, como será visto a seguir.

Começa-se pensando na questão da formação de conceitos. Embora esse processo se inicie durante a fase precoce da infância, as funções intelectuais que formam a base psicológica da formação de conceitos surgem, amadurecem e desenvolvem relativamente tarde, isto é, durante a puberdade, sendo que até lá passa por diversas fases e estágios. Embora necessária e propiciadora, a simples presença de um problema que exija a formação de conceitos não é suficiente para o seu aparecimento. Se a sociedade não coloca, diante dos adolescentes, tarefas que obriguem-nos a defrontar com novos objetivos, se não estimula o seu intelecto, “o pensamento desses adolescentes não conseguirá atingir os estágios de desenvolvimento mais elevados, ou atingi-lo-á com grande atraso” (Vygotsky, 1979: 82).

O recurso às palavras para aprender a orientar os processos mentais pessoais é parte integrante do processo de formação dos conceitos. “A capacidade para regular as nossas ações pessoais utilizando meios auxiliares só atinge o seu completo desenvolvimento na adolescência” (*Ibid.*: 83). Vygotsky afirma que é por volta dos doze anos que a criança mostra um súbito e acentuado aumento na capacidade de formar, sem ajuda, conceitos objetivos generalizados.

Assim, um conceito surge apenas quando o material abstraído é novamente sintetizado, e essa abstração sintetizada passa a ser o principal instrumento de pensamento e a palavra tem um papel decisivo nesse processo. Nos adolescentes, os pensamentos em suas formas mais primitivas, sincréticas, vão desaparecendo gradualmente, e os verdadeiros conceitos começam a se formar também gradualmente. “A instrução é uma das principais fontes dos conceitos da criança em idade escolar, e é também uma poderosa força de orientação da sua evolução, determinando o destino de todo o seu desenvolvimento mental.” (*Ibid.*: 115).

As motivações e as aquisições dos conceitos espontâneos e não-espontâneos são diversos. Os não-espontâneos ou científicos, sistematizados, e, portanto formais, são aprendidos em salas de aula, e os conceitos espontâneos, em sua experiência pessoal. A criança defronta-se também com problemas muito diferentes, quando está assimilando os conceitos na escola em comparação com as situações de sua vida cotidiana. “Quando transmitimos um conhecimento sistemático à criança, ensinamos-lhe muitas coisas que esta não pode ver ou experimentar diretamente. Como os conceitos científicos e os conceitos espontâneos diferem pela

relação que estabelecem com a experiência da criança e pela atitude da criança relativamente aos seus objetos, será de esperar que sigam caminhos de desenvolvimento muito diferentes desde a sua gestação até a sua forma final” (*Ibid*: 116). Assim, embora não se “ensine” os conceitos formados, prontos, a aprendizagem e a instrução são particularmente importantes na sua aquisição¹⁰². Em suas pesquisas, Vygotsky notou que o desenvolvimento dos conceitos científicos precede o de conceitos espontâneos, em relação a estes, a criança possui o conceito, mas não a consciência do seu pensamento.

Quando pensamos na aprendizagem da escrita, ou mesmo, no processo de alfabetização e a sua relação com a formação simbólica ou do pensamento, percebe-se uma nítida defasagem entre a linguagem falada e a linguagem escrita em crianças de idade escolar. A linguagem escrita difere da falada quanto à sua função e também na sua estrutura; tem o seu desenvolvimento distinto do desenvolvimento da fala. Desde os seus primórdios, ela requer um alto nível de abstração, pois é uma linguagem baseada apenas no pensamento e na imagem. Ela exige que se simbolize a imagem sonora por meio de signos escritos (segundo grau de simbolização), sendo que a maior dificuldade reside justamente na qualidade abstrata da escrita. A escrita também se caracteriza por ser um discurso sem interlocutor, sendo assim, tudo o que poderia ser transmitido por meio de expressão facial, gestos, entonação de voz, etc. numa relação com o interlocutor, na escrita, é necessário que se explique muito mais detalhadamente para ser inteligível.

A escrita é imposta de fora para a criança, diferindo da fala, que é uma necessidade sentida “espontaneamente” pela criança: “os motivos para escrever são mais abstratos, mais intelectualizados, encontram-se mais afastadas das necessidades imediatas” (*Ibid*:132). O escrever também requer que a criança planeje, pense de antemão, ela deve ter consciência da estrutura sonora de cada palavra, deve dissecá-la e reproduzi-la em símbolos previamente memorizados; ao mesmo tempo, deve dar uma seqüência lógica para formar uma frase, e o encadeamento de diversas delas para tornar a sua escrita inteligível, assim, ela pressupõe uma tradução do seu discurso interior. Exige, portanto, uma organização do seu pensamento, inclusive porque a gramática do pensamento não é a mesma

¹⁰² As pesquisas de Luria mostraram que os menos escolarizados e que trabalhavam como camponeses isolados tinham dificuldades com o raciocínio abstrato.

da fala, e “o estudo da gramática é de primeiríssima importância para o desenvolvimento mental da criança” (*Ibid*: 134).

Existe um estágio precursor da escrita, uma escrita pictográfica, e a criança deve aqui fazer uma descoberta: que além de objetos e coisas, ela pode desenhar também a fala e, assim, introduzir a escrita ideográfica, a possibilidade de representar seus significados individuais, através de sinais simbólicos abstratos, padronizados e compreensível por todos do seu grupo. Como consequência do domínio da linguagem escrita e da capacidade de ler, ocorrem enormes transformações no seu desenvolvimento cultural.

A leitura e a escrita devem ter significado para as crianças, e elas devem sentir a necessidade de fazê-los, não algo imposto e sem significado. A questão da motivação é muito importante no aprendizado, pois apenas a memorização forçada não traria benefícios e as transformações que essas funções, uma vez adquiridas, propiciam.

Muito antes de a criança começar a frequentar a escola, ela já possui um certo domínio da gramática de sua língua materna. Mas não basta saber falar, é necessário que, ao escrever, faça de forma consciente e deliberada o que fazia automaticamente ao falar. Embora o desenvolvimento da criança siga as próprias leis, e as informações em várias matérias escolares sejam dadas numa lógica diferente, acabam por influenciarem-se mutuamente dando um impulso para o desenvolvimento.

Vygotsky afirma que a influência que os conceitos científicos exercem sobre o desenvolvimento mental da criança é bastante semelhante ao que acontece com a aprendizagem de uma língua estrangeira, sendo que esta é consciente e deliberada desde o início. Enquanto que, na língua materna, os aspectos mais primitivos da linguagem são adquiridos antes dos mais complexos, na língua estrangeira, as formas mais complexas, isto é, a consciência das formas fonéticas, sintáticas, gramaticais desenvolvem-se antes do discurso espontâneo e fluente. O que se observa é que “os pontos fortes da criança nas línguas estrangeiras são os pontos fracos na sua própria língua e vice-versa. Na sua própria linguagem, a criança conjuga e declina corretamente mas sem perceber o que faz: não sabe dizer o gênero, o caso ou tempo da palavra que emprega. Numa língua estrangeira,

distingue entre os gêneros masculino e feminino e tem consciência das formas gramaticais desde o princípio” (*Ibid*:145).

O mesmo acontece com a fonética. Embora as crianças não cometam erros de pronúncia na sua língua materna, ela não tem consciência dos sons que pronuncia e, quando se vê frente à necessidade de soletrar por exemplo, sente grandes dificuldades para separar os sons de que é composta a palavra. Numa língua estrangeira, faria o mesmo com uma certa facilidade e a aquisição da fala e da escrita se dão quase que simultaneamente. “Os resultados obtidos na aprendizagem de uma língua estrangeira estão dependentes de se ter ou não atingido um certo grau de maturidade na língua materna” (*Ibid*:145).

O desenvolvimento não se dá de forma linear, em estágios delimitados, mas como um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, num movimento de idas e vindas, onde a aquisição de uma capacidade transforma o todo, onde a soma de partes forma um todo diferente, onde existem momentos em que ocorrem “saltos”, resultantes da síntese dialética, um momento novo, diferente de qualquer estrutura anterior, transformação qualitativa e até mesmo uma metamorfose, alterações evolutivas e também mudanças revolucionárias. O desenvolvimento de alguns aspectos se dá do particular para o geral, outros do geral para o particular, como no caso da palavra e significado, no caso dos conceitos espontâneos e científicos, da linguagem materna e estrangeira, etc., sempre num embricamento de fatores internos e externos e processos adaptativos.

Leontiev e Luria¹⁰³ demonstraram que, durante o processo de educação escolar, a criança parte de suas próprias generalizações e significados, que a criança raciocina, seguindo as explicações recebidas, e então reproduz operações lógicas, novas para ela, de transição de uma generalização para outras generalizações, estabelecendo, assim, uma nova relação especialmente cognitiva com o mundo.

Assim, a realidade em que vive a maioria das crianças e dos adolescentes brasileiros no Japão, com estudos escolares facilmente interrompidos, idas e vindas não apenas para o Brasil, mas de escolas japonesas para brasileiras e vice-versa,

¹⁰³ Colaboradores e seguidores de Vygotsky.

vivendo em ambientes de pouca estimulação, com rara presença de um adulto; realidade essa pouco compreensível pelas diferenças culturais e principalmente pelo idioma, cuja estrutura é tão diferente e, até podendo envolver o funcionamento de diferentes hemisférios cerebrais, pela dificuldade de acumular conceitos abstratos num processo lento e longo de aprendizagem, pode-se pensar como o desenvolvimento cognitivo desses jovens também é facilmente prejudicado.

Torna-se evidente a importância de se ter pelo menos um idioma incorporado de fato, para se estruturar o pensamento: aprender a pensar, cada vez mais sofisticadamente, chegando ao pensamento abstrato. Isso aponta os prejuízos que podem ser causados pela interrupção de um processo, trocando a língua materna por uma completamente nova, em detrimento dela, não como uma língua estrangeira, mas para substituir a língua materna.

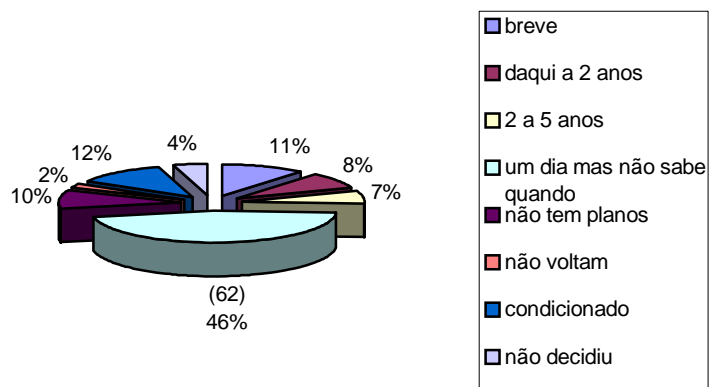
Assim, encontram-se no Japão, crianças e adolescentes que não sentem dificuldades nem com o japonês, nem com o português no que se refere à compreensão dos fenômenos concretos e na expressão do cotidiano, porém, quando começam a ser exigidos raciocínios abstratos a partir de um dos idiomas, fracassam nos dois. Na escrita, ocorre o mesmo, não conseguem expressar suas idéias em nenhum dos dois idiomas adequadamente. A gama de vocabulário incorporado nos dois idiomas é pequena, não consegue ter fluência de pensamento, principalmente quando se exigem raciocínios mais abstratos e complexos.

Em relação aos planos de retorno ao Brasil, indagados sobre as intenções da família, a maioria afirma que possui planos de voltar. Geralmente as afirmações são vagas, embora mostre intenção ou desejo de retornar. Como foi descrito anteriormente, alguns tentaram, de fato, retornar e não sendo bem sucedidos, estão novamente no Japão, mas com intenções de regressar novamente ao Brasil.

Muitos pais afirmam que vão voltar, e os filhos tendem a acreditar, mesmo que as condições para o regresso sejam utópicas. Priscila (8 anos) que não consta como sujeito nessa pesquisa pelo recorte feito (faixa etária), numa conversa informal, afirma que vai embora para o Brasil e indagada de quando, afirmou: “quando o meu pai ganhar no ‘*takarakuji*’ (uma espécie de loteria)”, acreditando ser algo semelhante ao que os colegas alegam, como: “quando comprar e mobiliar a casa” ou “quando juntar um x”, ou “quando terminar o ensino fundamental”, etc.

Gráfico 24

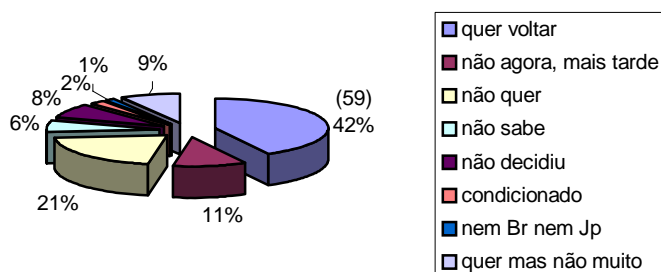
Planos da família em relação ao retorno ao Brasil.



Embora com desejo de regressar, acostumaram com a vida no Japão, mostram exagerado medo do “desemprego”, “violência” e “sujeira” do Brasil. Como só conseguem notícias do Brasil, através de jornais, revistas ou TV, o que é veiculado são os casos graves relacionados aos aspectos levantados. A fantasia que muitas crianças possuíam era de que se saíssem de casa, mesmo de dia, voltariam praticamente “pelados”, pois seriam assaltados e até mesmo machucados.

Gráfico 25

Desejo da criança de retornar ao Brasil.

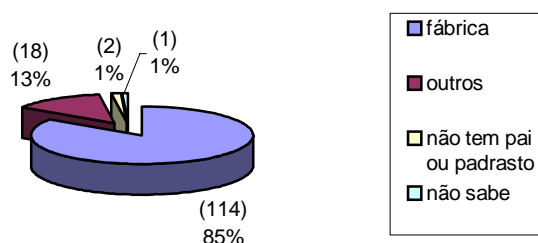


Quanto ao desejo da criança de voltar para o Brasil, muitos estão divididos, receosos ou desesperançosos, outros animados, convictos, e outros ainda, acabam optando por não querer nenhum dos dois países, dizendo preferir ir para qualquer outro, mas a maioria expressa o desejo de retornar.

Ainda em relação à família, as crianças possuem poucas informações sobre os pais, a própria origem, o passado... Indagados sobre o que os pais fazem hoje, o que os pais faziam no Brasil, o nível de escolaridade deles etc, muito poucos tiveram certeza ao responder, a maioria não sabia ao certo, respostas vagas do tipo “trabalham em fábrica” “de quê?” “acho que de alguma peça”....

Gráfico 26

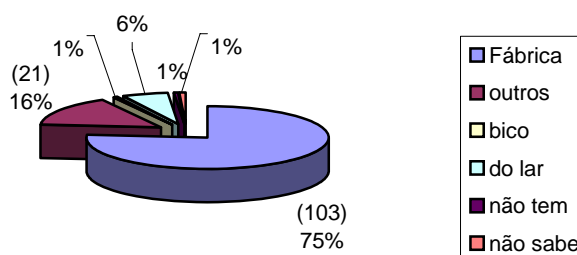
Ocupação atual do pai.



A maioria trabalha em fábricas. Na categoria de “outros”, constam: trabalho em vendas, edição de revistas, construção civil, dono de pizzaria, caminhoneiro, tatuador, barbeiro, construção civil, funcionário de banco brasileiro, etc.

Gráfico 27

Ocupação atual da mãe.



Ainda, pode-se observar, na categoria de “outros”: professora, cabeleireira, vendedora em lojas de produtos brasileiros, funcionárias de escolas brasileiras,

empregada doméstica e trabalhos informais, como: cuidar de crianças, fazer doces e salgados em casa, etc, embora a grande maioria esteja trabalhando em fábricas.

Gráfico 28

Escolaridade do pai.

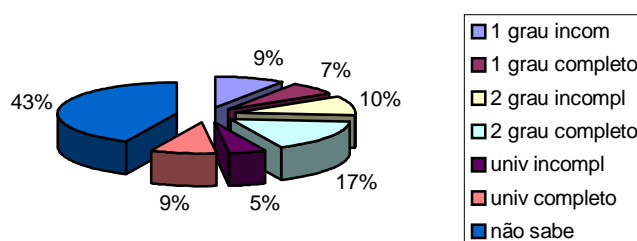
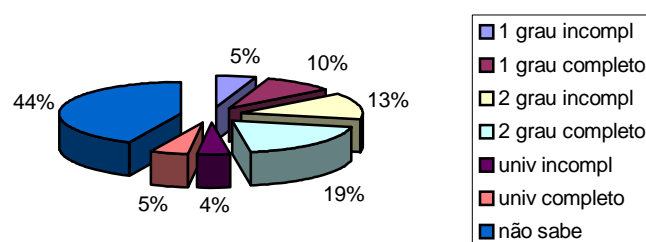


Figura 29

Escolaridade da mãe.

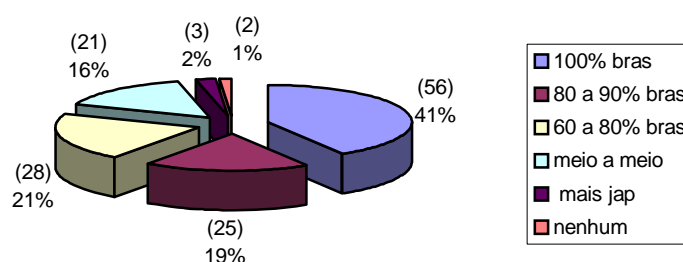


Em relação a “como se consideram: japoneses ou brasileiros”, algumas respostas foram prontas e rápidas. A maioria estava dividida, pendendo mais para um dos lados, e outros realmente afirmaram não saber ou ser meio a meio. Assim mesmo, mais da metade se considera bem brasileiro, alguns até afirmaram ser um pouco japonês por gostar das “coisinhas” que se vende no Japão, como se os brasileiros, no Brasil, também não gostassem das miudezas japonesas.

Jéssica (13 anos) diz que não sabe qual seria a sua identidade em termos de nacionalidade, sente ser provavelmente “nada”, já que “lá no Brasil, ninguém fala que sou brasileira e aqui ninguém fala que sou japonesa, então eu não sou nada”.

Gráfico 30

Identidade percebida pelas crianças.



O sentimento de serem estrangeiros e tratados como tais, de certa forma excluídos da sociedade, parece gerar um sentimento talvez pouco evidente quando viviam no Brasil: o nacionalismo. Saudades, orgulho, interesse e curiosidade fazem realçar e ostentar o fato de serem brasileiros. Isso aparece com clareza em adolescentes recém-chegados, ou que já foram um pouco maiores e que possuem lembranças do Brasil. Para as crianças que nasceram ou foram pequenas para o Japão, essa identidade não é evidente. Algumas crianças acham que são japonesas, porque nasceram lá (embora o Japão não reconheça); outras “sabem” que são brasileiras, mas não têm muita compreensão ou ressonância afetiva com o fato.

O espírito de brasilidade aparece nos estabelecimentos comerciais e nas escolas brasileiras que ostentam a bandeira brasileira, cantam o hino nacional, pintam de verde e amarelo a fachada ou colocam dizeres grandes em português nas entradas, ostentam produtos brasileiros, etc.

Os jovens brasileiros possuem uma rotina diária semelhante, raramente têm alguma forma de inserção social além da escola. Alguns poucos fazem algum curso: de futebol, de japonês, de inglês ou de modelo, principalmente nos finais de semana. Dentro do *Homi danti*, nos finais de semana, existem cursos de língua

japonesa promovidos pelas NPOs locais, voltados para adultos e crianças, mas a frequência de brasileiros é bastante baixa, sendo que essas entidades, lamentavelmente, acabam competindo por alunos entre si. Ao contrário dos japoneses que marcam atividades para finais de semana como se fossem dias úteis, principalmente aos sábados, os brasileiros aproveitam os finais de semana para descansarem, ficarem com a família, fazer a faxina da casa e compras para suprir as necessidades para a semana seguinte.

As crianças e adolescentes desempenham tarefas domésticas, como: lavar, passar, cozinhar, passar o aspirador e também cuidam de irmãos menores, enquanto os pais trabalham. Nos finais de semana, ocorre o *soji* (faxina), como dizem, em algumas famílias aos sábados, e em outras, às sexta-feiras, ocasião em que cada membro possui uma tarefa específica a fazer; em algumas situações, o pai é poupado por estar trabalhando. Aos sábados ou domingos, saem para compras e também para o passeio. Como foi descrito anteriormente, os locais de passeio estão geralmente restritos, e geralmente optam por *shoppings* onde existem supermercados também, como o *Apta*, *Jusco* ou *Ito Yokado*. Algumas famílias aproveitam esse dia para visitar parentes, familiares ou amigos que moram em outras cidades próximas, outras passam o domingo nas igrejas, aliás, passam boa parte do tempo disponível nas igrejas, como foi descrito anteriormente.

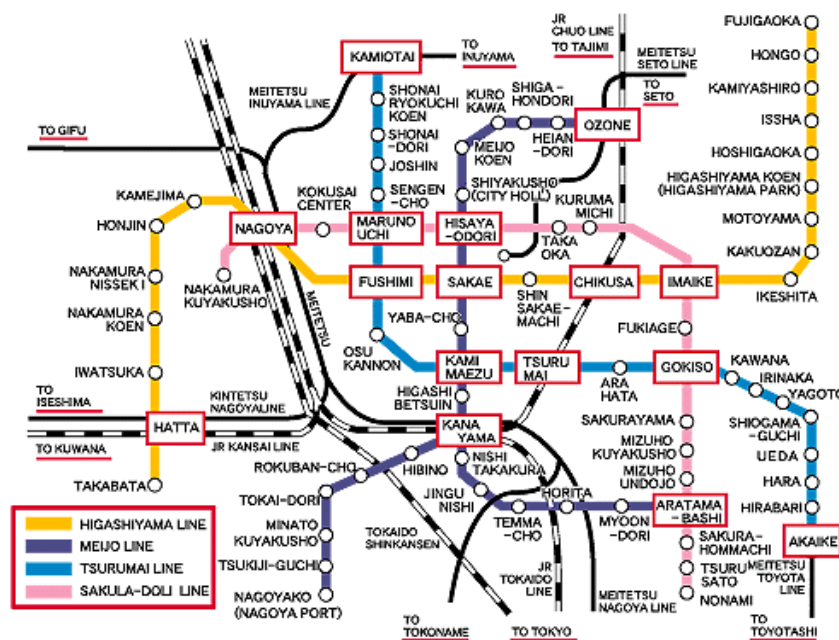
A maioria, tendo dificuldades com o idioma japonês, diminui ainda mais as possibilidades de convívio com a sociedade japonesa. Assim, nos trens, nas ruas, encontram dificuldades e sentem-se discriminados. Numa sociedade homogênea como a japonesa, a presença de estrangeiros causa temor, estranheza e até mesmo xenofobia. Um exemplo é o transporte. Com ruas estreitas e congestionamentos intensos nas vias públicas, o alto custo dos pedágios em vias maiores, a facilidade de acesso a todos os locais pelo transporte coletivo, nota-se o uso intenso de trens e metrô, assim como de ônibus. Mesmo em cidades pequenas, as linhas de trens que cruzam a cidade não são poucas, com os painéis de destino ou mesmo os nomes das estações escritos em *hiraganá* (letras japonesas), quando não em ideogramas. A maioria das crianças até aprendem a ler o *hiraganá* e o *katakaná*, pois, mesmo em escolas brasileiras, são ministradas uma a duas aulas de japonês semanalmente. O fato de ler não quer dizer compreender, muito menos saber a direção. Como as

formas de orientações dadas, nessas estações são diferentes das nossas, é muito fácil desorientar-se espacialmente no Japão.

As plataformas de trens nas estações, normalmente, são várias e numeradas, porém em cada plataforma existem os trens que “descem” e os que “sobem”, isto é, os que se afastam do centro e os que se aproximam do centro. Em cada uma delas, muitas vezes, passam vários trens que, embora com o mesmo itinerário, são diferentes, pois alguns são expressos (param em algumas estações apenas), outros semi-expressos (param em maior número de estações em comparação aos expressos) e outros, chamados pelos brasileiros de “pinga-pinga” (param em todas as estações). Embora façam o mesmo percurso, o tempo de duração da viagem varia enormemente. Existem painéis indicadores em cada estação com os horários de cada tipo de trem, muitos escritos em japonês apenas.

Figura 19

Linhas de metrô na cidade de Nagoya.



As saídas são indicadas por pontos cardeais, por exemplo: saída sul, saída leste, etc, sem que haja no local alguma “bússola” ou indicação de onde está o norte. Como a aquisição de bilhetes se dá nas máquinas automáticas, existem estações sem a presença de algum funcionário, outras com um funcionário apenas

para esclarecer, cobrar a diferença em caso de algum erro, que se pode fazer também por intermédio de máquinas automáticas. Esse funcionário não fala outro idioma, a não ser o japonês e são longe de ser pessoa simpática.

Como as informações necessárias para os japoneses estão afixadas em algum canto, quando ocorre de se perguntar algo que está escrito, respondem com falas como: “Não sabe ler?”, apontando para o informativo. Existe um certo cuidado com estrangeiros, porém, no caso de *nikkeys*, que têm a feição semelhante ou idêntica ao japonês, é mais fácil passar por esse tipo de situação constrangedora.

Figura 20

Comprando bilhetes nas máquinas automáticas.



(Fonte: www13.plala.or.jp/bottegaharumina)

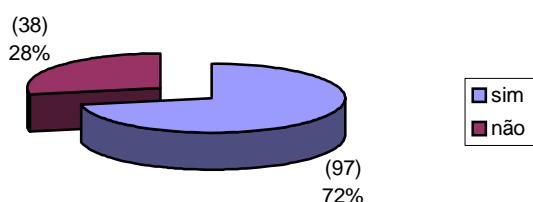
Mesmo para os idosos japoneses que não estão habituados a saírem sozinhos, parece complicado. Para se adquirir o bilhete, é necessário que se consiga ler no painel a estação em que se encontra e para onde quer ir, ver o preço correspondente e comprar o bilhete desse valor nas máquinas automáticas. Muitas vezes, o nome das estações está escrito apenas em ideogramas, complicando a vida do estrangeiro que não consegue ler. Além disso, há muitos nomes “estranhos”

e as diversas linhas cruzam no painel, como mostra a figura 19. Esta figura mostra apenas as linhas de metrô; as várias linhas ferroviárias (Meitetsu, Kintetsu e JR) que se inter cruzam só aparecem indicadas. Esta é da cidade de Nagoya, bem mais simples que a de Tokyo, porém, assim mesmo, assim, facilmente teremos estrangeiros perdidos em estações.

Mariana conta que certa vez esqueceu um documento dentro de um trem e foi tentar falar com o funcionário da estação, onde desceu, mas não conseguiu. Teve que telefonar para o pai, para explicar-lhe o que aconteceu, e passar o celular para que o pai pudesse explicar o ocorrido ao funcionário.

Gráfico 31

Experiências de discriminação.



Com fama de perigosos, delinqüentes, os estrangeiros moradores no Japão, quando não são barrados na entrada de alguns estabelecimentos, os funcionários ficam em posição de alerta, “vigiando-os”, o que incomoda muito os brasileiros. Houve casos de discriminações, quando anunciavam nos alto-falantes, nas lojas de departamentos, a entrada de brasileiros no local e que prestassem atenção com as bolsas. Um estudante universitário japonês conta que em uma loja onde ele trabalhava, anunciavam a entrada de estrangeiros pelo auto-falante para que os funcionários ficassem vigiando, pois era comum ver brasileiros encherem suas cestas de compras, irem num canto, retirar as mercadorias das embalagens e devolverem apenas a embalagem nas prateleiras. Geralmente, roubavam cosméticos para vender mais barato para outros estrangeiros.

Um jovem brasileiro conta que foi para o Japão sozinho e não suportava viver apenas de trabalho pesado, sentia-se muito só, queria voltar o mais rápido possível para o Brasil. Devendo para a empreiteira, qualquer 100 ienes (equivalente a 0,90 dólar) era importante economizar. Comia mal e roubava itens essenciais do supermercado para economizar, eram “migalhas”, só para poder conseguir o dinheiro para retornar.

Um caso famoso é de uma jornalista que entrou com um processo contra uma loja de jóias que barrou sua entrada. Outros locais, como bares e discotecas em algumas cidades, na dúvida, exigem documentos para se certificarem que são estrangeiros e inventam alguma desculpa, impedindo a entrada. Além desses casos, as crianças contam as várias situações em que se sentiram mal, como: entrar num elevador cheio e no momento que entraram, todos os outros saíram, olharam “feio” para elas, reconhecendo-as pela vestimenta (dizem que pelas roupas usadas percebem rapidamente que não são japoneses) e pela fala (ouvirem falar em idioma que não lhes é familiar) que eram estrangeiras.

As crianças e adolescentes brasileiros contam que se sentem bastante incomodados nas ruas, nas praças, enfim, em lugares públicos. No geral, sentem-se discriminados, humilhados, constrangidos e até mesmo injustiçados. Alguns reagem com muita raiva dos japoneses, como o Ricardo (16 anos) que diz “ser japonês é piada de mau gosto”; outros dizem que procuram “não ligar”. Lucas (14 anos) diz: “não gosto deles e não quero nada com eles, eles lá e eu no meu canto, pronto”. Muitos sentem que não tem o que fazer “estamos na terra deles”.

Laís (13 anos) diz que percebeu esse tipo de situação pela primeira vez, quando entrou num elevador cheio de japoneses, e eles saíram todos, deixando-o completamente vazio, o que a fez sentir-se muito inadequada. Situação mais constrangedora passou Ana (14 anos) que, num trem, foi abordada por um homem que não a deixava em paz, achando que ela era garota de programa ou prostituta, ficando cada vez mais bravo com ela, a cada recusa.

Sueli (11 anos) diz que uma senhora mais idosa do prédio onde morava, batia nela toda vez que alguém colocava o lixo¹⁰⁴ para fora, no dia indevido. Os brasileiros eram sempre os acusados como os que não respeitam as regras de lixo. Carina (13

¹⁰⁴ O lixo no Japão é seletivo: separado em lixos incineráveis e não incineráveis e deve ser colocado em horários e dias determinados de coleta.

anos) conta com muita indignação um episódio em que se sentiu muito mal, humilhada e injustiçada. Algumas semanas antes da nossa entrevista, ela foi presa, porque estava saindo de um supermercado, com dificuldades de pegar a própria bicicleta (um dos veículos de locomoção usados pelos japoneses principalmente para compras na redondeza ou para chegarem até uma estação de trem mais próximo da residência). Uma pessoa que achou que ela estava roubando a bicicleta, tentou levá-la a um posto policial. Ela resistiu e tentou explicar a todos que a bicicleta era dela, mas não acreditaram. Chamaram mais duas pessoas e arrastaram-na para a delegacia. Depois de muito tempo, ligando para a mãe dela e por não haver queixas de roubo, foi liberada. Andréa (13 anos) diz que quase passou por uma situação semelhante, sempre acham que estão em condutas “suspeitas”. Bruna (13 anos) diz que, onde mora, quando algo desagradável acontece, os brasileiros são acusados pela vizinhança.

Além de problemas nas escolas, nas vizinhanças, nas lojas e nas ruas, sentem discriminações nos locais de trabalho: Vitória e Ricardo fazem *arubaito* (bico) numa fábrica de autopeças e contam que se sentem bastante discriminados, pois, no mesmo local, existem outros adolescentes, inclusive japoneses trabalhando. Queixam-se que ficam com os trabalhos mais pesados, enquanto os mais leves são destinados a japoneses e, apesar disso, recebem menos por hora, mesmo desempenhando a mesma função.

Essas crianças e adolescentes saem em “turminhas”, embora crianças de 11~12 anos saiam sozinhas também, pois é considerado “seguro” transitar sozinhos mesmo à noite. Acabam indo sempre para os mesmos lugares, como foi descrito no capítulo anterior. Vão aos Juscos, boliches, cinemas e discotecas. Como mencionado anteriormente, mesmo que os filmes estejam em inglês e as legendas em japonês, mesmo não entendendo nenhum desses idiomas, não deixam de se divertir. Quando conseguem arrumar um colega que saiba melhor o japonês, esse serve de “intérprete” da turma, embora reconheçam que conseguir entender o japonês falado do cotidiano não seja tão útil na leitura das legendas. Contam que a imagem ajuda muito e preferem por isso filmes de muita ação. As discotecas voltadas para brasileiros não oferecem maiores dificuldades, já que praticamente todos os freqüentadores são brasileiros. Divertem-se nas áreas de *games*, os *playlands*, ficam papeando na praça de alimentação e assim passam o dia de folga.

Pode-se observar que as crianças e adolescentes brasileiros vivem em uma comunidade específica, *sui generis*, diferente da sociedade brasileira e da japonesa. As notícias que se têm dessas duas sociedades são as que adquirem, ou através de noticiários de TV a cabo, com programações em português, ou através de outros brasileiros. Principalmente as crianças que nunca estiveram no Brasil, demonstram bastante dificuldade de abstrair o que seja, de fato, o que lhes é relatado.

Em casa, passam a maior parte do tempo disponível em computadores, em bate-papos *on line* ou em jogos. Muitos relataram o dormir como sendo o passatempo predileto. As crianças que estudam de manhã, saem de casa com os pais, voltam mais cedo, cumprem obrigações escolares e domésticas e depois assistem TV, na maioria apenas os canais com programações brasileiras, ou ainda usando computadores. Esperam os pais, ou um deles, para jantarem. As crianças que estudam à tarde, acordam um pouco mais tarde. Os professores se queixam do baixo rendimento por falta de alimentação adequada na parte da manhã, muitos saem sem comer, passam parte da manhã com afazeres domésticos, ou na TV, antes de irem para a escola.

Como foi mencionado anteriormente, a limpeza e outros afazeres domésticos mesmo em estabelecimentos como a escola, são realizados pelas pessoas que usufruem do local. Nas ruas e vizinhanças, existe um sistema de mutirão para a limpeza. Esse fato, além de causar estranheza, traz resistência de adesão dos brasileiros que costumam considerar esse tipo de trabalho como algo “inferior”, até mesmo dos trabalhos que desempenham nas fábricas. Sendo o rendimento das empregadas domésticas e faxineiras, semelhante ao de qualquer trabalhador, são difíceis de serem contratadas. Diferentemente do que ocorre no Brasil, apenas as famílias de muitas posses conseguem contratar alguém para ajudar nos afazeres domésticos, assim mesmo em tempo parcial. Uma criança, de uma escola brasileira em Toyota, disse que o papel do diretor era limpar a escola. Nessa escola, todas as sextas-feiras, faz-se o mutirão de limpeza, como ocorre se faz nas residências, um dia de *soji* (faxina) onde os alunos, os professores e a diretora limpam a escola, esfregam o chão, lavam os banheiros, etc.

A maioria das crianças e adolescentes diz ter poucos momentos de real conversação com os pais; conversam o estritamente necessário, sentem muita falta da presença dos pais, principalmente os pequenos. Os adolescentes acabam

tentando suprir essa carência com colegas. A maioria não possui amigos japoneses, alguns até dizem ter um ou outro, mas não passam de um relacionamento que consiste em realizar algumas atividades apenas. A maioria vê a escola como um ponto de encontro com amigos já que no geral, moram em bairros e cidades diversas, sendo poucas as chances de morarem nas proximidades. Assim, a escola é considerada um local importante para esse encontro, no entanto deixa a desejar, para o que deveria servir.

5.2 - Perspectivas de futuro

As perspectivas de futuro, no mundo imaginário de sonhos, para o que quer “vir a ser”, quando não apontam para a realidade que conhecem, isto é, a sensação de que inevitavelmente virão a ser trabalhadores braçais nas esteiras das fábricas, apontam para alguns caminhos “mágicos”, como querer ser algum artista famoso, perpassando por tudo o que é valorizado. A sociedade japonesa valoriza as mestiças para serem modelos, garotas de propaganda, sendo que algumas garotas escolhem esse caminho como sendo uma saída para o seu reconhecimento. Naturalmente, isso não é para todas, assim, algumas adolescentes estrangeiras acabam trabalhando em casas noturnas, mesmo que rotuladas de “artistas”, exercem de fato, o papel de “garçonetes” (*hostess*), com rendimentos bem superiores às trabalhadoras de fábricas. Para os garotos, ao perceberem que, embora o esporte favorito dos japoneses não seja o futebol, esse esporte vem ganhando destaque, os japoneses valorizam e consagram os bons jogadores, especialmente os brasileiros, surge o imenso desejo de ser um campeão mundial. Os meninos brasileiros unem o fato dos japoneses valorizarem o que é “*itiban*”, ou seja, “o melhor” com a familiaridade que se tem com esse esporte. Assim, o sonho de alguns é ser jogador de futebol, poder jogar na seleção brasileira, um caminho que levaria ao reconhecimento.

Outros não ousam sonhar, mais realistas, pensam em ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho no Japão. Seus modelos, os adultos que conhecem e convivem, trabalham todos em chão de fábricas. Assim, logo percebem que ao completarem a idade mínima necessária para o trabalho, 16 anos, poderão ingressar

nas fábricas, ter sua independência financeira e, com o tempo, estarão obtendo ganhos semelhantes ao de seus pais. Não vêem, portanto, nem necessidade nem valor no fato de se instruir, ou em investir nos estudos, encarando-o também como um certo desperdício de tempo e dinheiro, mesmo porque muitos percebem que terminar o 2º grau, ou mesmo ingressando ou terminando a faculdade, estão todos nas linhas de montagem das fábricas. Transmitem uma sensação de que a escola é um passatempo de luxo, enquanto esperam atingir a idade para ingressar no mercado de trabalho.

Alguns adolescentes ainda, principalmente entre os que estão cursando o ensino médio em escolas brasileiras, comentam o desejo de prosseguir os seus estudos até a universidade, porém, cientes de suas condições comentam que não possuem as mínimas condições de estarem competindo com outros brasileiros nos concorridos vestibulares para universidades públicas no Brasil. Sem a opção de universidades brasileiras no Japão¹⁰⁵, imaginam a necessidade de ter uma reserva razoável em dinheiro alta para custear as faculdades privadas no Brasil, caso retornem para esse fim.

A questão do reconhecimento parece ser básica e gritante nesses jovens. Ser considerado algo, ainda que com conotação negativa, é melhor que ser nada: Todorov chama de “reconhecimento”; Adam Smith, de “atenção”; e Rousseau, de “consideração”. “Cada um começou a olhar os outros, querendo também ser olhado”. Assim, o outro já não ocupa uma posição comparável à minha, e sim contígua e complementar: “é necessário para minha própria completude” sendo que esta se trata de uma necessidade constitutiva da espécie humana (Todorov, 1996:25).

Os jovens estrangeiros sentem que a pior situação seria exatamente a ausência desse reconhecimento; o desejo pelo poder, de adquirir riquezas materiais não passam de meios para se assegurar esse reconhecimento pelos outros. Passar despercebido por todos ou por grande parte dos membros da sociedade seria desastroso na formação e constituição do ser; “tal é a situação do estrangeiro, do marginal, do excluído, que podemos constatar: os pobres ... ‘o homem invisível’” segundo Ralph Ellison (*ibid*: 71). Se a necessidade de viver é comum a todos os

¹⁰⁵ Atualmente, a Universidade Católica de Brasília está iniciando alguns cursos à distância a nível de graduação e pós-graduação, para brasileiros, no Japão.

seres vivos, a de existir seria especificamente humana, como diz Schopenhauer, cada um de nós nasce duas vezes: na natureza e na sociedade, para a vida e para a existência (Cf: Todorov, 1996).

Podemos distinguir duas formas de reconhecimento às quais aspiramos: reconhecimento de *conformidade* (os que querem ser semelhante aos outros e aparentemente não necessitar de elogios, pois possui esse olhar de reconhecimento interiorizado sob a forma de normas e costumes) e de um reconhecimento de *distinção* (necessidade de ser elogiado, ser diferente, de sobressair, de se mostrar, o que Adam Smith chama de “aprovação”), apesar de ambos terem as mesmas necessidades (*Ibid*:92). Também o autor coloca o reconhecimento em duas etapas: em primeiro, a necessidade de que reconheçam a nossa existência e em segundo, que confirmem o nosso valor, sendo que a segunda só acontece se a primeira foi realizada (*Ibid*:94).

Todorov cita ainda Rochefoucauld que diz que é melhor que falem mal de mim do que não falarem. Assim, quando as crianças e adolescentes brasileiros almejam o sucesso e acham difícil obtê-lo, acabam recorrendo à *violência*, o que a sociedade estigmatiza sob o nome de crime. O reconhecimento que não foi possível obter de bom grado, será tomado pela força. Através da transgressão, preferem atrair a censura dos outros a sofrer sua indiferença. Assim, quando os nossos adolescentes, “campeões” no ranking da “delinqüência juvenil” entre estrangeiros, atraindo para si o estigma de “baderneiros”, “problemáticos” ou até mesmo “doentes mentais”, podem estar nada mais do que suplicando por um reconhecimento. Ser considerado “infrator” é também uma forma de ser reconhecido; de alguma forma, estão “sendo vistos”. O anonimato reduz à condição do nada.

Embora com desejo de retornar ao país, para muitos isso será pouco provável levando-se em consideração não apenas as questões conjunturais, mas também a defasagem profissional, diferenças culturais, etc. A tendência das crianças e adolescentes brasileiros é de ir se assemelhando aos japoneses, ir se integrando, ainda que de forma precária, à sociedade japonesa, ou como foi dito, continuar vivendo numa comunidade, que é diferente da japonesa e também da brasileira, à margem, excluídos, complicando ainda mais a já difícil situação de “marginalizados” ou “marginais”. Estão vivendo sem figuras de adultos que possibilitem a inserção à cultura, seja ela local ou brasileira; estão perdendo ou deixando de adquirir os

valores da cultura brasileira e não tendo muito acesso aos valores da cultura japonesa, especialmente aqueles que se vêem excluídos do único canal de inserção: a escola.

Algumas crianças, por se sentirem “diferentes” e não conseguirem aceitar-se como tais, acabam imaginando que a diferença se deve principalmente à aparência física, desejando adquirir uma aparência semelhante a dos japoneses. Um garoto de oito anos, de olhos e cabelos claros, manifestou desejo de se submeter a uma cirurgia plástica para poder ter os olhos mais amendoados, como os japoneses (o inverso ocorre no Brasil, em que *nikkeys* se submetem à cirurgia para ter os olhos mais arredondados).

Alguns representantes de autoridades locais japonesas dizem que não é possível comparar os adolescentes brasileiros que residem no Japão com os residentes no Brasil. Entendem eles que existem caminhos mais ou menos pré-determinados para todos os jovens, ter pouca relação e diálogo com os pais, apresentar comportamentos de isolamento ou rebeldia, poderiam demonstrar “adaptação” à sociedade local, pois estão ficando “semelhantes” aos adolescentes japoneses.

Assim, embora não tenha sido o propósito deste estudo, é necessário compreender um pouco como é a juventude japonesa atual, qual é o contexto maior da sociedade japonesa em que vivem as crianças e adolescentes brasileiros, já que, aos poucos, estão se assemelhando em alguns aspectos com eles. Podemos perceber que aspirar por sonhos, ter perspectivas de futuro são tarefas difíceis, mesmo para os jovens japoneses, onde os caminhos, principalmente os ditos de *elite course* estão praticamente pré-determinados...

Na sociedade japonesa, muitos jovens não estão conseguindo encontrar o seu “lugar” (desejado e escolhido e não pré-determinado e previamente traçado). Assim, vários fenômenos, envolvendo jovens, são observados. Os adolescentes japoneses, (muitos se referem aos nascidos após década de setenta como “novos humanos”), quando não “doentes” (na concepção psicopatológica de vários quadros denunciando a ausência de saúde mental), estão demonstrando rebeldia intensa contra modelos de trabalho, qualidade de vida e sistema de ensino. Vivem numa sociedade altamente competitiva, onde não existe espaço para lazer,

individualidade, espontaneidade. Como diz Sakaiya (1994), até mesmo no ato de se rebelar, tentar ser diferente para chamar a atenção, os jovens são “iguais”: Se usam roupas ou cabelos extravagantes, exóticos, todos usam igual e por um determinado período da adolescência. Quando chegam no limite de ter que ingressar no mercado de trabalho, optam por prolongar a sua vida estudantil com mestrados e doutorados ou vão à busca de um emprego, voltando a se vestir e devolvendo a cor natural ao seu cabelo para poder ser aceito como um *shakaijin* (pessoa inserida na sociedade, principalmente através do trabalho).

Assim que ingressam no mundo do trabalho, sabem que enfrentarão as mesmas dificuldades de seus pais, embora o emprego vitalício esteja ruindo, é uma sociedade que ainda não se estruturou de forma diferente. Preocupam-se em não perder o emprego, enfrentam as competições internas, dedicação quase que exclusiva à empresa, enfrentam o *ijime*, agora dentro da empresa, e também as relações *sempai-kouhai*. No caso de meninas, a tendência é se tornar uma *office-lady* (ou simplesmente, OL, como são conhecidas), esperando a hora de casar-se e tornar-se a responsável pelo lar e pela educação dos filhos, abandonando o emprego, enquanto seus maridos vivem em dedicação exclusiva à empresa; retomando-o, se for o caso, quando os filhos crescerem, em *part-time*.

Outro comportamento que pode ser observado: os *boosouzoku*, grupos de adolescentes que perturbam a ordem em suas motos, brigam entre si e com outros, depredam, cometem delitos. Em 1997, um adolescente brasileiro foi cruelmente assassinado por um grupo desses na cidade de Komaki (província de Aichi), mesmo sem ter tido nenhuma participação em brigas de “ganguês”¹⁰⁶. Alguns grupos nacionalistas aproveitam para exterminar os estrangeiros, como foi descrito anteriormente, foi com um grupo desses que os moradores do *Homi danti* se confrontou, resultando em morte e incêndio do que chamaram de “ônibus preto”.

O *oyagi gari* (caça aos senhores de meia idade) acontece simplesmente, porque se irritam ao vê-los e aproveitam para tirar o dinheiro que esses senhores portam para divertirem-se em *games centers*. São jovens de 14~15 anos, geralmente rapazes e segundo a polícia japonesa, eles costumam relatar que queriam extravasar a irritação e pegar algum dinheiro para se divertir. A média do

¹⁰⁶ Rumiko Nishino escreveu um livro contando detalhadamente o ocorrido incluindo as situações que envolvem brigas de gangues e a discriminação contra estrangeiros.

montante roubado é de 65 dólares, ou seja, menos de 8 mil ienes. A maioria das vítimas acaba ficando com vergonha de relatar o ocorrido, pois sentem-se humilhados por ter sido alvo dos jovens e não dão queixa à polícia, sendo que esse tipo de ocorrência acaba não entrando nas estatísticas oficiais.

No caso das garotas, colegiais, os senhores de meia idade são alvos de programas sexuais. Os conhecidos *endyo kousai*, isto é, as garotas fazem programas com os homens de meia idade, a fim de conseguir um montante necessário para obter os objetos de desejo, embora sejam possuidoras de mesadas, até bastante generosas. Os objetos de desejo são, geralmente, bolsas e roupas de grifes famosas internacionalmente, especialmente bolsas Vuiton, produtos Dior, etc. A competição com colegas sobre as posses, estimula ainda mais esse tipo de comportamento.

Muitos jovens japoneses não têm diálogos com os seus pais, principalmente com o pai, a não ser o estritamente necessário, restrito a necessidades do dia-a-dia. Muitas garotas pedem para que, se por ventura, as encontrarem na rua, nem as cumprimentem. Pedem para que suas mães não lavem suas roupas junto com as do pai, alegando mau cheiro. Esse tipo de comportamento vem também, aos poucos, surgindo dentro da comunidade brasileira no Japão. Alguns relatam que há anos não falam com o pai e não vêem nenhuma necessidade. Por outro lado, os adultos também se afastaram dos jovens, atrás da imagem de “ocupados”, pelos afazeres. Com receio de serem criticados e rejeitados, procuram não se envolver e não desagradar os jovens, deixando “passar”, como se não tivessem visto vários comportamentos repreensíveis. As relações humanas, em geral, estão ficando, cada vez mais, escassas.

A onda de crimes inusitados, na sociedade japonesa, não é apenas característica de estrangeiros que vivem em situações marginais. Crimes muito mais “estranhos” acontecem no seio de um grupo de japoneses: os *hikikomoris*. São adultos e jovens que permanecem pelo menos seis meses trancados em seus quartos sozinhos, geralmente na casa dos pais, não saem, às vezes saem na calada da noite para renovar o estoque de mangás e outros suprimentos. Ficam, a princípio, sem fazer nada, não vêem nem falam com a família, recusam-se a ver quem quer que seja. São casos semelhantes, porém, mais graves que os *otakus*, famosos na década passada por ficarem nos computadores, isolados, mas entretidos em coisas

que gostavam e aparentemente mais inofensivos. Hoje, os *hikikomori* têm apresentado explosões de violência, cometendo homicídios que chocam a sociedade como: matar crianças, esfaquear sem motivo aparente. Matam os pais para poderem ficar com a aposentadoria; outros cometem suicídios coletivos planejados na rede, com desconhecidos ou conhecidos virtuais. Geralmente, as mães deixam as refeições na porta do quarto, e eles se alimentam sozinhos. Podem alternar com períodos em que buscam algum contato e saídas e voltam a se isolar. Mantêm alguns relacionamentos virtuais, existem *sites* especializados voltados para essa população, espaço de convivência *on-line*, onde se conversam e até trocam confidências. Em geral, dormem durante o dia, e à noite ficam nos computadores, ouvindo música ou assistindo TV.

Estudos preliminares, de caráter nacional do governo japonês de 2001, apontam que entre um a 1,2 milhões de pessoas se encontram nesse estado. São na grande maioria, rapazes (90%), que se encontram no final da adolescência, muitos deles, filhos mais velhos. Só num período de um ano, tiveram mais de 6 mil consultas em 617 centros de saúde, de familiares com essa problemática e dentre eles, a média de reclusão era de três anos. Há casos em que estão reclusos num período muito maior, estando hoje na faixa dos 30 anos.

São adultos e jovens que não produzem e vão trazer grande prejuízo à economia e à sociedade já carente de jovens produtivos. É problemático para a família, que também não recebe nenhuma ajuda do governo, e esses jovens não têm como prover o próprio sustento. Parece ser um quadro tipicamente japonês. Alguns especialistas japoneses acreditam que seja um fenômeno que ocorre apenas com “filhinhos ricos” que se dão ao luxo de não trabalhar e que só acontece em países ricos. Mas a alienação descrita por Nietzsche sobre jovens pobres sem perspectivas e que ficam astênicos faz questionar essa posição. O Japão vem tratando dessa problemática como sendo algo a ser resolvido no âmbito familiar, o que inibe, por vergonha, a busca de ajuda por parte dos japoneses. Esse tipo de posição, além de não ajudar na busca de solução, agrava o quadro, pois quando os pais envelhecerem e falecerem, o ônus será social.

No geral, são apontadas como causas as pressões sociais, mas mais especificamente, problemas familiares. A pressão por obter sucesso escolar, falta de perspectiva nos empregos quando o sistema de emprego vitalício desmorona,

recusa de se submeter a sistema de trabalho vigente (vendo o modelo dos pais), frustração em entrar no mercado de trabalho, traição ou abandono de um amigo íntimo e freqüentemente sofrendo *ijime*. Os altos índices de suicídio também apontam para o *ijime* sofrido nas escolas. São jovens sensíveis, inteligentes, com pais liberais e superprotetores. Começam não querendo ir para à escola ou ao trabalho, falando menos, parecendo inseguros e tímidos, distanciando-se dos amigos e dos familiares, mau humor crescente e, freqüentemente, agressão aos pais. Esse fenômeno é entendido como uma revolta dos jovens ao regime vigente.

Nas famílias japonesas, normalmente, as mães ficam com a responsabilidade absoluta na educação e criação dos filhos. A mãe se sente culpada, se algo não corre bem, e não querendo expor a sua “incompetência”, hesita em procurar alguma forma de ajuda. Por outro lado, acaba protegendo ainda mais o filho *hikikomori* e sendo conivente, deixa-se agredir, serve-lhe refeições, acreditando ser apenas uma fase a ser superada, desejando e aguardando o dia em que, espontaneamente, seus filhos mudem de comportamento, colocando um ponto final ao seu pesadelo. Outras mães, sem orientações, sem saber o que fazer, sem ter com quem trocar idéias (tem a vergonha e quem sabe faz de conta que não sabe, pois é visto como uma questão de privacidade), só buscam alguma ajuda depois de muito tempo.

As escolas, mesmo percebendo o fato, não se envolvem muito por considerar que se trata de uma questão familiar, o mesmo ocorrendo quando em casos de *ijime* e violência doméstica de pais contra filhos ou vice-versa.

Naturalmente o desenvolvimento desses jovens que ficam reclusos não pode correr bem, perdem a sociabilidade, perdem a referência dos valores morais e sociais, têm dificuldades de discernir o certo e o errado. Se, por ventura, acontecer de “voltar” ao convívio social, encontram grandes dificuldades pelo tempo que estiveram distante dela, pelo tempo que não freqüentaram a escola, muito inseguros e temerosos de serem descobertos como *ex-hikikomori*, já que a sociedade japonesa tem dificuldade de aceitar o diferente e não está preparado para incluir os que tiveram vida diferente do previsto.

Entre os brasileiros, existem alguns que, por vários motivos, não saem de casa: dificuldades com o idioma, sentimento de não aceitação, dificuldade de buscar emprego, crianças que ficam trancadas em casa, enquanto os pais saem para

trabalhar. Algumas crianças e adolescentes nesse meio estão mostrando sinais graves de depressão, sem perspectivas de futuro, sem terem muito diálogo com pais, sem interesse pelas pessoas ao seu redor (os interesses, quando possuem, são por objetos). Felizmente, parecem ser poucos, por enquanto, vivem nesse ambiente e se tornando “semelhantes” aos japoneses. Seria esta uma forma de adaptação?!

Alguns adolescentes rebeldes ou cometendo pequenos delitos, outros deprimidos e reclusos, denunciam graves problemas no ambiente que os cercam. Muitos são considerados intranquilos, dispersos, alguns até medicados com diagnóstico de hiperativos, não se interessam por nada em especial, não vêem sentido no que fazem, não se concentram ou se dedicam a nenhuma atividade em especial. Pode-se pensar que “o ódio ou frustração ambiental desperta reações controláveis e incontroláveis no indivíduo, conforme o montante de tensão que já existe na fantasia inconsciente pessoal do indivíduo” (Winnicott, 1995: 95). Pensando no contraste entre a criança ousada, rebelde e a tímida ou deprimida; Winnicott diz: “Na primeira, a tendência é obter o alívio que faz parte da manifestação aberta de agressão e hostilidade e, na outra, há uma tendência a encontrar essa agressividade não no eu mas em outro lugar, e a ter medo dela ou ficar apreensiva, na expectativa de que se volte para a própria criança, a partir do mundo externo” (*ibid*:98), isto é, a criança/adolescente projeta a agressividade para fora dela, temendo assim o retorno do que foi projetado e, às vezes, essas mesmas crianças e jovens se tornam agressivos como defesa contra esses ataques imaginados.

Assim, esses comportamentos podem ser entendidos como uma forma do adolescente estar “recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional” (*ibid*: 122) e que “o comportamento anti-social nada mais é, por vezes, do que um S.O.S., pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes” (*ibid*:122). Esse ambiente poderá proporcionar o que necessitam?.

A possibilidade que a criança ou o jovem tem de expressar francamente os sentimentos de hostilidade e ciúme, constitui um fator de grande importância para o

desenvolvimento saudável. A capacidade dos pais e da sociedade de tolerar essas explosões, mostrando que não temem essas manifestações hostis, agressivas e que confiam que estas podem ser controladas, cria um ambiente de tolerância e compreensão, na qual a criança e o jovem têm a possibilidade de desenvolver o autocontrole. A agressividade pode ser um sintoma de medo. O mesmo autor diz que “a agressão tem dois significados. Por um lado, constitui direta ou indiretamente uma reação à frustração. Por outro lado, é uma das muitas fontes de energia de um indivíduo” (*ibid* :97).

Assim, tanto nas crianças como nos adolescentes, as tendências à reclusão ou retraimento ou até mesmo à indiferença quanto ao julgamento dos outros “podem ser interpretadas pelos outros como orgulho ou desprezo, provocando, assim, além da rejeição inicial provavelmente imaginária, uma rejeição real” (Todorov, 1996:112-113). O eu se constitui não apenas com a imagem que se tem de si próprio, mas através da imagem que os outros fazem (mesmo imaginária), devendo haver uma diálogo dessas imagens internamente, e “os efeitos negativos desses personagens interiorizados logo se fazem sentir no plano coletivo. Algumas minorias raciais têm a maior dificuldade em escapar dessa engrenagem” (*ibid*:149).

Uma adolescente estava voltando ao Brasil para fazer uma cirurgia plástica, porque se mutilou com estilete e ponta de caneta. Diz não se lembrar exatamente o porquê do ato, mas que, mesmo dormindo, agravava as feridas já expostas no corpo todo, principalmente nos braços e pernas. Com grandes cicatrizes tinha vergonha de usar blusas de mangas mais curtas ou sem golas e mesmo saias. Esse tipo de comportamento era encontrado, com uma certa freqüência, entre as japonesas e não muito entre os brasileiros, há alguns anos atrás.

Casos semelhantes começam a surgir memo no Brasil, embora em menores proporções ainda. Ato de automutilação denuncia “pedidos de socorro”, apontam, como todo sintoma, de que algo não vai bem. E, como qualquer sintoma, não basta cuidar dela em si, mas o que está por trás dela, ou seja, a causa. Recentemente, a *Revista da Folha*¹⁰⁷ trouxe essa questão à tona, numa matéria, em que descreve o fenômeno e depoimentos de adolescentes que afirmam: “machucar a pele é uma forma de aplacar o sofrimento interno”. Se considerarmos que o adolescente tende a

¹⁰⁷ Revista da Folha, encarte do Jornal Folha de São Paulo, de 19/06/2005:8-12.

demonstrar seus estados psíquicos, sentimentos, preferencialmente através de ações mais do que verbalmente, não podemos ignorar ou apenas “proibir” ou “coibir”, mas entender que a questão é mais complexa e deve ser investigada.

Além da questão da aprendizagem, do desenvolvimento cognitivo, se pensarmos nesse ambiente todo em que vivem essas crianças e adolescentes brasileiros, pode-se, de certa forma, compreender as dificuldades que apresentam. No embate diário com toda essa problemática, surge na comunidade, uma nova geração de brasileiros, vivendo no Japão, desafiando a todos para novas soluções.

As crianças e adolescentes *nikkeys*, além dessas que residem no Japão, estão, não por sua escolha, mas por contingências familiares, sofrendo as conseqüências do movimento *dekassegui*. A maioria dessas crianças está em idade de formação escolar e estruturação emocional. Se considerarmos, não apenas o desenvolvimento físico, mas o psico-social, elaboração de várias “crises” necessárias ao pleno desenvolvimento, incluindo o período da adolescência, podemos constatar que as alterações bruscas em seu meio social e familiar afetam-nas diretamente.

Para melhor compreender o que acontece com as crianças, agrupei-as em três grandes grupos: grupo das crianças que estão no Japão com seus pais, das crianças que voltam ao Brasil depois de passar algum tempo no Japão ou nasceram lá durante a estada de seus pais e crianças que ficam no Brasil sem a presença de um dos pais ou ambos, enquanto esses vão trabalhar no Japão. Essa divisão é apenas didática, pois é comum crianças que ora fazem parte de um grupo, ora de outro, apresentando sinais típicos dos grupos correspondentes, cumulativamente.

O grupo das crianças que ficam no Brasil, sem os seus pais, foi trabalhado exaustivamente na minha dissertação de mestrado. Em outras ocasiões, tive a oportunidade de estar escrevendo sobre essas crianças o que não cabe retomar aqui, remetendo os interessados à bibliografia no final do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

As grandes transformações do capital e conseqüentemente do trabalho mudaram a geografia do mundo, e, em decorrência disso, trabalhadores do mundo todo, especialmente os não-qualificados de países menos desenvolvidos, rumam em busca de trabalho e melhores condições de vida para os ditos países de Primeiro Mundo. Os brasileiros também fazem parte dessa grande migração, rumando para vários países do mundo, especialmente para os Estados Unidos, Paraguai e Japão. Essas transformações repercutem diretamente nas relações de família e no cotidiano desses trabalhadores e conseqüentemente, nas crianças e no seu desenvolvimento.

Para o Japão, seguiram apenas os descendentes de japoneses e seus familiares, mas envolvendo dezenas de milhares de crianças e adolescentes que seguiram para fora do país, não por seus desejos, mas acompanhando o movimento dos pais. A estada provisória de dois ou três anos no exterior se estende para cinco ou até dez anos ou mais, pela dificuldade de se alcançar os objetivos previstos e pelo vislumbamento de uma qualidade de vida melhor. Se está trazendo algum enriquecimento, esse é apenas material, empobrecendo-se em todos os demais aspectos da vida: afetiva, social e cultural, quando não se deparam com doenças físicas e mentais ou acidentes de trabalho.

As crianças e adolescentes, na tentativa de inserção na sociedade japonesa, encontram sérias barreiras num único canal de inserção: a escola japonesa. Embora esta pesquisa tenha abordado sobre as crianças e adolescentes que optaram pelas escolas brasileiras, ou não conseguiram se inserir nas escolas japonesas; e, se pensarmos em todas as crianças brasileiras espalhadas pelo Japão, a maioria freqüenta escolas japonesas, entendendo ou não as aulas, acompanhando a classe ou não, com maiores ou menores dificuldades. Muitas terminam o curso ginásial sem o mínimo preparo e vão para as fábricas, abandonando os estudos.

Alguns prosseguem em seus estudos e aqueles poucos jovens que conseguiram passar por esse primeiro crivo da escola japonesa, encontram, mais adiante, um outro entrave: entrada no mercado de trabalho. Ouvi de alguns

adolescentes brasileiros que se formaram em escolas técnicas japonesas (*senmon gakkou*), com aproveitamentos escolares tão bons ou até melhores que os próprios japoneses, que encontraram dificuldades para conseguir ingressar no mercado de trabalho. Os empregadores dão preferência aos nacionais, em detrimento aos estrangeiros.

Esse movimento para o Japão, movimento *dekassegui*, completa vinte anos e continua trazendo conseqüências sérias, tanto para o trabalhador, quanto para os seus filhos, a ponto de cogitarem da idéia de “geração perdida”. Embora com várias tentativas de intervenção de voluntários, pesquisadores e profissionais japoneses e brasileiros de amenizar os problemas, para o desespero de todos, muitas dificuldades não apenas se perpetuam, como em alguns aspectos se agravam.

Realizei este trabalho no intuito de conhecer a realidade da vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes brasileiros nas escolas japonesas e/ou brasileiras no Japão; de entender como ocupam o seu tempo, com quem convivem e como tudo isso interfere no seu desenvolvimento psico-sócio-cultural e cognitivo; e de perceber o grau de vulnerabilidade a que estão expostos. Minha intenção foi e continua sendo intensificar o intercâmbio Brasil-Japão, entre as universidades e pesquisadores japoneses; de um lado e de outro, brasileiros, e que, através de uma OSCIP¹⁰⁸ brasileira, possamos pensar em ações interventivas em parcerias com NPOs japonesas no intuito de minimizar essas dificuldades. Para isso, parti para essa jornada: fazer a pesquisa no Japão..

Outra questão que objetivei averiguar foi referente ao posicionamento da família, que sempre é acusada de não priorizar a educação, revelando uma situação que contraria os valores, tanto da cultura *nikkey*, como da cultura japonesa. A partir do que foi descrito, podemos aferir que, de fato, a queixa de muitos professores recai sobre essa questão: mochilas que voltam sem ser mexidas; crianças que chegam à escola com a mesma roupa do dia anterior; bilhetes que voltam sem que os pais tenham lido; negligência nas convocações; não comparecimento às reuniões escolares, etc.

Por outro lado, podemos também perceber que muitos pais cumprem jornadas longas de trabalho diariamente, fazem turnos alternados, cumprem horas

¹⁰⁸ OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

extras; muitas vezes, dispendem praticamente toda a renda mensal de um deles para custear a escola de dois ou três filhos. Negligência? Depende do ponto de vista. Podemos acusá-los de não priorizar a educação? Culpar apenas a família não corresponderia perder de vista toda a situação que envolve o movimento *dekasseguí*?

Talvez, os brasileiros adquiriram bens materiais e empobreceram nas demais instâncias da vida: trocaram o “ser” pelo “ter”; “pagam” escolas, dão acesso a brinquedos caros, em detrimento do relacionamento. Isso se reflete nas aspirações das crianças e adolescentes: quando querem “ser”, esse “ser” é algo fantástico, utópico como *top-model* famoso e jogador de futebol da seleção brasileira. O objeto de desejo material é mais concreto: carros, casas, celulares multifuncionais e eletrônicos. Assim, os adolescentes preferem, o quanto antes, entrar no mercado de trabalho, para alcançarem os objetos de desejo a ficar anos, num compasso de espera incerta, em bancos escolares.

As crianças e adolescentes acabam sendo “excluídos” das escolas japonesas pela dificuldade de inserção no sistema educacional japonês, de relacionamentos, de aprender um novo idioma e conseqüentemente de incorporar os valores culturais implícitos. Acabam também sendo excluídos das escolas brasileiras instaladas no Japão por questões econômicas e/ou geográficas. Em locais de grande concentração de estrangeiros, existe a opção de se freqüentar as escolas brasileiras, em caso de não se adaptarem à escola japonesa, porém, em locais onde a presença de estrangeiros é menor, não existe essa opção: ou se inserem nas escolas japonesas, ou ficam de fora, sem freqüentar escola alguma.

Por outro lado, a norma criada pelo Ministério da Educação Japonesa, em 1992, de disponibilizar classes de *kokusai* (internacionais) é dirigida apenas para as escolas onde exista mais de 10 alunos estrangeiros. Em locais onde a presença de brasileiros não é significativa, não existindo essa opção, os estrangeiros são obrigados a freqüentarem aulas normais, mesmo não tendo o mínimo conhecimento do idioma japonês e passem anos sem nenhum aproveitamento nos bancos escolares. Essa situação torna, de fato, as crianças vulneráveis, levando-as a desvios de comportamento e marginalidade; ao mesmo tempo que, contribui para uma profunda sensação de inadequação à nova realidade.

O sistema japonês não possui medidas para aqueles que perderam o tempo certo de freqüentar as escolas japonesas (por idade). Assim, aquele que em algum momento quiser voltar a estudar, após ter abandonado os estudos por algum tempo, não existe nenhum mecanismo de retorno.

De um lado, como as escolas brasileiras não são, de fato, reconhecidas pelo Japão, estudar e se formar nelas, não tem significado algum, se se pretende morar no Japão. É como se estivesse entrando no mercado de trabalho sem formação nenhuma, numa sociedade em que a formação é bastante valorizada. Assim, como seria a inserção dessas pessoas na sociedade japonesa, principalmente com precário conhecimento do idioma japonês? Por outro lado, estudar nas escolas japonesas, formar-se nelas e retornar ao Brasil também significa maiores dificuldades no retorno. Assim, o planejamento e a decisão da família, em relação a retornar ao Brasil ou permanecer no Japão, é fundamental, embora essa última opção envolva questões legais, como o visto de permanência que poderá ser concedida ou negada pelo governo japonês.

Pudemos perceber a importância do reconhecimento e a tendência à resposta afirmativa, ou corresponder à expectativa do outro, próprio do adolescente, se olham com desconfiança e denominam como “bandidos”, vão ter comportamentos que justificam a desconfiança, tornando o preconceito em “conceito” e se comportam como tais. O alarde feito pelas autoridades japonesas em torno da questão de os brasileiros serem campeões em delinqüência juvenil, embora estejamos enfrentando, de fato, essa problemática, parece ser em demasia, já que as infrações cometidas pelos próprios jovens japoneses mostram pela natureza, qualidade e ocorrência dos delitos que a questão a ser revista pode ser anterior: a estrutura da sociedade japonesa. Pudemos também observar a importância da linguagem, interferindo tanto no processo de inserção, aceitação, como na constituição da identidade e desenvolvimento cognitivo dos jovens brasileiros.

Observando as condições sociais, familiares e escolares vividas pelas crianças e adolescentes brasileiros, ouvindo as queixas e preocupações de autoridades, voluntários e professores japoneses, pôde-se detectar a grande necessidade de trabalhos de intervenção, conjuntas. Boa vontade e dedicação não bastam. As crianças estão se aculturando, aos poucos, lentamente, às custas de muito esforço e sofrimento. É necessário que compreendam e aceitem as

diferenças, é necessário que haja figuras de mediação que possam transitar por ambos os lados, que compreendam a forma de sentir e pensar, tanto do japonês como do brasileiro; algumas figuras de liderança que possam agregar e organizar a comunidade brasileira no Japão, tão dispersa. Pessoas que não vejam as nossas crianças com um ar caridoso, assistencialista, mas como crianças com potenciais de crescimento, desejosas de reconhecimento e aceitação.

Alguns voluntários japoneses, sem preparo algum, sem conhecimento e até mesmo sem ao menos se dar conta de que existem diferenças culturais, apenas com boa vontade, tendem a ser apenas caridosos com os estrangeiros, não se impõem limites, não se cobram nada; “aceitam” qualquer coisa, pois não se esperava nada deles mesmo... Algumas senhoras que “compreendem” o português (entendem, como uma língua fácil que, em alguns meses, estão compreendendo), quando percebem que a criança se revolta com o tratamento que lhe é dado, como cidadão de menor importância, de favor, retiram logo o ar bondoso e demonstram à criança o quanto é má, merecedora de todas as dificuldades, explícita ou implicitamente. Felizmente, existem também voluntários sérios, embora não se possa contar com elas em qualquer cidade. Provavelmente, serão necessárias medidas mais amplas, governamentais, não dependendo apenas da boa vontade de algumas pessoas.

A dificuldade de perceber que existem diferenças culturais é grande entre os japoneses, mesmo entre os aparentemente “esclarecidos”; ficam ressentidos, aborrecidos com comportamentos nossos e nem sequer cogitam a possibilidade de, que por sermos diferentes, reagirmos de forma diferente, questionando a sua interpretação dos fatos. Diz Fukasawa sobre a sua experiência de viver no Brasil, sendo ele japonês: “Em uma nação de imigrantes, as diferenças entre nacionalidades e povos, e até mesmo as culturais, não passam de ‘individualidades’. É como se vários países estrangeiros se agrupassem no território de uma única nação” (Fukasawa, 2002: 22). Acrescenta: “O senso comum aprendido no Japão de nada me serviu em um país com tais características. Não imaginava que havia tantas e tamanhas opções e, até experimentar concretamente parte delas, para mim era muito difícil entendê-las” (*ibid.*: 22-23).

Ter o direito à educação e ao respeito, provavelmente, não consiste em ter acesso, “se quiser”, mas existir algum mecanismo que garanta o acesso a esses

direitos. No *Shujyutoshikaigi*, expus a minha opinião de que, se as crianças têm direitos, isso passa a ser obrigação dos adultos. Respeito significa o direito de ser diferente e não condicionado a se adaptar ou se moldar aos modelos pré-estabelecidos, violentando-se como indivíduos. O fato da educação, para estrangeiros, não ser compulsória, no Japão, inibe medidas mais coercitivas do lado japonês, e a esperança de um dia retornar ao Brasil e recuperar o “tempo perdido” não motiva a busca ativa de inserção em escolas japonesas, por parte dos brasileiros.

De um lado, a carência de materiais didáticos e paradidáticos brasileiros e a absoluta ausência de bibliotecas e laboratórios colocam em dúvida a qualidade de ensino oferecida nas escolas brasileiras a preços exorbitantes. Os japoneses começam a questionar as escolas brasileiras. Em março de 2005, duas pessoas enviadas pelo Ministério da Educação Japonesa, estiveram no MEC em Brasília para averiguar a forma com que se dá a validação dos certificados das escolas brasileiras no Japão pelo CNE. Questionando a falta absoluta de fiscalização por parte do governo brasileiro, este resolve que em outubro deste ano, enviará uma comitiva fiscalizadora, prometendo não ser piedoso e “fechar” todas as escolas brasileiras que não tiverem condições adequadas de ensino e funcionamento.

Algumas escolas brasileiras desativadas no Japão trouxeram grandes transtornos para as crianças e adolescentes sem que ninguém tomasse, como de sua responsabilidade, as conseqüências desse ato. Em Aichi, uma escola foi vendida para uma pessoa de pouca índole. Este, endividado, teve a sua propriedade confiscada. Assim, a polícia local lacrou as dependências da escola, com todos os documentos ali. Muitas crianças estão sem histórico escolar, sem seus certificados de conclusão, complicando a sua matrícula em outras escolas e no retorno ao Brasil. Recorrer a quem? A Embaixada, o Consulado, o MEC se isentam dessa responsabilidade, e era uma escola com seus certificados validados pelo CNE.

Como foi dito, as escolas brasileiras servem de opção para aqueles que não conseguiram se integrar na escola japonesa. Desativar escolas seria solução? Para quem? Por outro lado, não seria aconselhável manter da forma como se encontra, no momento. As classes lotadas, multisseriadas, de diversos bimestres, nenhuma criança pode, de fato, ter um aprendizado apropriado. No começo deste ano, tive notícias de um primeiro caso: um pai que retornou do Japão com seu filho, possuidor

de um certificado validado pelo CNE, entrou com um processo para averiguar responsabilidades. Tentando matricular seu filho, a escola solicitou um exame de classificação (conforme LDB) e concluiu que o rapaz não tinha as mínimas condições de atender àquela série, nem à anterior, embora teoricamente ele deveria ser matriculado, conforme o certificado¹⁰⁹.

A visita do premier Junichiro Koizumi ao Brasil, no ano passado, e a visita do Presidente Lula, em maio deste ano ao Japão, trouxeram à tona uma série de reivindicações dos brasileiros, amplamente divulgadas pela imprensa brasileira, e, na carta de intenções¹¹⁰, assinada pelos dois mandatários. Ali, constam alguns itens com referência à educação das crianças brasileiras no Japão, o que já é uma conquista. Resta fazer valer o acordo, o que vai exigir um trabalho de negociação item por item, previsto a iniciar no mês de outubro do corrente ano.

No que se refere à família, a necessidade de trabalharmos com ela sobre a questão da importância da educação formal no seu devido tempo, pois, muitos acreditam que voltarão ao Brasil um dia e, quando isto acontecer, poderá oferecer uma educação digna a seus filhos. Mostrar que perder o *timing* (“a hora certa”) poderá trazer danos irreversíveis no desenvolvimento, não apenas cognitivo, mas social e emocional.

Outra questão a ser trabalhada com a família seria o planejamento em relação à ida e a decisão de retornar ou não ao Brasil. A fantasia de que um dia poderão retornar, fala presente em quase todos os entrevistados, mesmo que o *gap* (lacuna) seja de muitos anos. Provavelmente, para muitos, esse caminho é sem retorno, o que não conseguem perceber. Poder optar por qual educação vai escolher para os filhos, uma educação normativa, baseados nos princípios filosóficos de valores japoneses, confucianos, ou optar por uma educação mais democrática, brasileira, voltada para a autonomia e cidadania, vai depender de onde vai se instalar no futuro.

Se o Japão, tão necessitado de mão-de-obra, como diz o professor Onai da Universidade de Hokkaido que realiza trabalhos em Ota (Gunma), resolveu mudar as

¹⁰⁹ No site do MEC/CNE existe um esclarecimento em relação a essa questão do reconhecimento das escolas brasileiras no Japão, como consequência dessa visita ocorrida dos representantes do Ministério da Educação japonesa. <http://portal.mec.gov.br/cne/>

¹¹⁰ Disponível na íntegra no site do Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle.asp?ID_RELEASE=3031

Leis de imigração para poder sanar esse problema há 15 anos, legalizando a entrada de trabalhadores para o seu país; esqueceu-se de que, trabalhadores são também residentes e como residentes necessitam de um mínimo de atenção em relação à saúde ou à educação. Permanecendo a situação, assegura o professor, surgirão outros problemas futuramente, no que se refere à terceira idade, com o envelhecimento da população estrangeira. O Japão não se preparou nesse sentido e ainda hoje, está sentindo dificuldades em resolver essas questões decorrentes dessa falta de preparo.

A sensação que os brasileiros me passaram é de um profundo desamparo. Existe uma grande demanda dormente em relação a profissionais de diversas áreas: médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, professores, assistentes sociais, que os entendam, acolham e orientem. A busca ativa das crianças, professores, voluntários para falar comigo, a dificuldade que tive de orienta-los e dar prosseguimentos e encaminhamentos ao que me apresentavam... A delinqüência, principalmente juvenil, surge como sendo o grande temor, mas as angústias não solucionadas, os problemas familiares desagregantes, gravidez precoce e abortos mal resolvidos (o aborto é legal no Japão), proliferação de AIDS e outros, apontam para a necessidade de acompanhamento e orientação.

As comunicações com várias pessoas do Japão ficaram intensificadas, depois do meu retorno, incluindo a possibilidade de trabalhos futuros, tanto de pesquisa quanto de intervenção. Mais e mais pessoas, entre voluntários, acadêmicos japoneses e brasileiros, vão e voltam com o intuito de efetuar essa troca de dados e experiências. Os dados sobre o movimento, a situação em que se encontram os brasileiros, as leis, tudo muda com muita freqüência, mostrando um dinamismo grande que necessita de um acompanhamento contínuo. Por exemplo, algumas escolas fecharam suas portas, outras mudaram de endereço, a mobilidade dos alunos é intensa, dos trabalhadores pelo país também. Novos projetos estão sendo implantados, novos acordos bilaterais sendo firmados, novas levas de brasileiros rumando para o Japão, outros retornando...

Algumas mudanças no cenário, principalmente no que se refere à regulamentação das Leis de trabalho e pequenos ajustes nas Leis de imigração para concessão de vistos, aconteceram do lado japonês. Do lado brasileiro, criou-se uma OSCIP, a partir de uma comissão da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa,

denominada ISEC (Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural). O ISEC tem projetos de intervenção, visando acesso à educação a todas as crianças brasileiras, principalmente àquelas moradoras em pequenas cidades, distantes de grandes centros e locais de grande concentração de brasileiros, onde não se pode ter opção de estudo pela ausência de escolas brasileiras. Também está em andamento a abertura de uma NPO nacional correspondente no Japão, que centralize todas as nossas ações, não apenas para viabilizar pequenas iniciativas em várias localidades japonesas com formação de núcleos de ensino, principalmente em localidades onde não existem escolas brasileiras, como também auxiliar as pequenas escolas existentes cuidando da qualidade do ensino oferecido.

Contatos com o MEC, que também tem novas medidas que favorecem diretamente as crianças e adolescentes, como a realização de exames supletivos gratuitos no Japão, já em vigor, e a possibilidade da concessão de 1% dos livros didáticos adquiridos pelo MEC, destinados a crianças brasileiras residentes no exterior, estão entre as atividades do ISEC.

Uma das propostas efetivadas do ISEC foi a confecção de um guia educacional com o intuito de orientar os pais sobre todos os passos necessários, qualquer que seja a opção feita (escolas japonesas, brasileiras), desde quando sai do Brasil até o seu retorno, incluindo a sua estada no Japão; além das informações sobre as diferenças nos sistemas de ensino e até mesmo as culturais, já impressas e sendo distribuídos gratuitamente no Brasil e no Japão. Outras propostas como a de confeccionar uma cartilha bilíngüe, com conteúdos apropriados para a realidade específica das crianças brasileiras que residem no Japão, capacitação de professores, distribuição de livros para pequenas unidades educacionais, simpósio internacional a ser realizado em setembro deste ano, com especialistas japoneses, fóruns, etc, também estão em andamento.

Fica a impressão clara de que é necessário existir pessoas que façam a ponte entre brasileiros e japoneses em relação a vários aspectos da vida diária, que entendam os dois idiomas e as duas culturas e possam ser respeitadas e ouvidas de ambos os lados. É essencial também a formação de rede Brasil-Japão, a união de forças não apenas de NPOs, mas de parcerias com universidades e adesões de trabalhadores brasileiros, os diretamente envolvidos nessa questão. Fica clara também a necessidade de figuras de liderança dentro da comunidade brasileira no

Japão e de mediadores que possam intercambiar informações e resultados de ações práticas.

As crianças e adolescentes brasileiros têm a escola japonesa como o único canal de inserção à sociedade japonesa, se essa inserção não ocorre, não resta outra alternativa a não ser viver à margem dessa sociedade. Pude perceber que, a maioria dos brasileiros vive em uma comunidade que é diferente tanto da sociedade japonesa quanto da brasileira, passando a impressão de que é permitido coexistir no mesmo espaço, sem que, de fato, permita a inserção na sociedade japonesa.

Pensando ainda na imigração japonesa para o Brasil, inúmeras crianças nisseis, sejam elas de zona rural ou urbana, tiveram dificuldades em aprender a língua portuguesa. Seus pais, imigrantes, tinham dificuldades de aprender o português (e talvez faltasse motivação para aprender), valorizavam a cultura japonesa e temiam também pelo abismo cultural. Se a comunidade *nikkey* conta hoje com profissionais de diversas áreas, integrados na sociedade brasileira, essa inserção se deu graças a uma multidão de professores brasileiros, anônimos, na maioria professores das primeiras séries do antigo grupo escolar, que tiveram paciência, perseverança e carinho para com essas crianças.

Aceitaram o “ser diferente” dessas crianças, procuravam ensinar o português numa relação de troca afetiva com a criança, sem desvalorizar a criança e sem fazer negar a sua identidade étnica. Mesmo em época de guerra, quando o Japão era considerado “inimigo” no Brasil, muitos desses professores não se importaram de inserir, em sua sociedade, os filhos desses “inimigos”, aceitando-os com mesmo carinho e dedicação¹¹¹. Esse encontro, da criança com o professor que serviu de mediador para introduzi-la em uma nova cultura e idioma, chamei-o de “encontro feliz”, nas ocasiões em que pude falar a respeito no Japão.

Batalhar por uma nova postura por parte das escolas japonesas, não encarando os estrangeiros como potenciais problemas a serem evitados e deixados de lado; para que as crianças possam contar com uma figura de professor que consiga enxergar a estrangeira, não como uma “criança com defeito”, precisando ser transformada em uma “japonesa”, um professor que possa respeitar a identidade

¹¹¹ Essa é uma fala constante do Décio Nakagawa, meu marido.

étnica e preservar o direito da criança ser “diferente”, que acolha e deseje o seu desenvolvimento pleno....

Anexos

E seus pais? Qual o nível de compreensão do japonês? Português? Nível escolar. Que língua usa em casa?

Gosta de ler? O que? Compreende?

Assiste TV? O que? Gosta? Compreende?

O que faz nas horas vagas? Como se sente?

Quer voltar para o Brasil? Por que? Quais são os planos da família? Participa na decisão? Já voltou alguma vez? Por que? Por quanto tempo? Como foi o retorno para o Japão? Mantém contato com parentes e familiares que ficaram no Brasil? Com que frequência? Qual o meio? Que idioma utiliza?

Sua família se queixa de algo seu? O que? Como você pensa sobre isso?

Como é o relacionamento com os pais? Conversam bastante? Eles sabem de tudo (ou quase) das coisas que se passam com você? Ele se dão bem entre eles? O que gosta e o que lhe incomoda deles? Tem medo deles? Apanha? Pede ajuda ou faz suas coisas sozinho? Sente diferença neles depois que vieram para o Japão?

Houve mudanças nos itens seguintes de quando estava no Brasil e agora no Japão? Alimentação, horário de dormir, brincar, tomar banho, estudar, finais de semana, passeios, amizades, avaliação escolar, tempo de estudo, tipo de relacionamento, saúde?

No geral, come bem, dorme bem, sente-se disposto física e emocionalmente? Gosta mais de estar só ou com amigos e/ou família?

O que mais gosta e detesta no Japão?

Tem amigos fora da escola? Japoneses, brasileiros? O que costuma fazer com eles?

Teve algum episódio em que se sentiu constrangido? Discriminado?

Envergonhado? Triste? Injustiçado? Quando? Como foi?

Você se sente brasileiro ou japonês? Mudanças? Quando?

Quais são os planos que você tem para o futuro? Sonhos?

Roteiro de entrevistas com professores

Nome:

Escola:

Série:

Há quanto tempo leciona? E nessa escola?

De quantos alunos é a classe? Estrangeiros? Quantos?

Quantos alunos brasileiros?

Já teve classes com alunos estrangeiros antes? Desde quando? Brasileiros?

Crianças brasileiras de que faixa etária? Meninos e meninas? Com quanto tempo no Japão? Falavam ou compreendiam o idioma?

Sente diferenças em classes com estrangeiros em relação a classes compostas apenas de japoneses? Quais?

Com os brasileiros, sente alguma dificuldade em lidar com eles? Quais? Diferenças com outros estrangeiros?

No que você percebe que são diferentes de outros alunos?

Como é o convívio dos alunos brasileiros com os colegas, com os professores e com a escola?

Como é feita a avaliação dos alunos? Diferenças dos brasileiros com colegas japoneses? Como é o aproveitamento das crianças brasileiras?

Quais as dificuldades mais frequentes deles? Evasão? Porcentagem?

Percebe pontos positivos por tê-los na classe?

Como avalia a participação da família no processo educacional dos filhos? Como é a relação da escola com a família?

Como é a motivação dos alunos brasileiros para a aprendizagem? Tem hábitos de estudos? Cuidados com aparência e higiene? Interesse?

Qual a participação dos alunos em atividades extra-curriculares? Tarefas de casa? E dos alunos brasileiros? Suas famílias?

Algum acontecimento envolvendo aluno brasileiro na escola ou fora dela?

Existem outros alunos brasileiros na escola?

Quais são as dificuldades mais frequentes envolvendo alunos brasileiros que você tenha percebido ou que outros professores contam para você?

Como avaliaria o desenvolvimento dos alunos brasileiros em termos gerais? Diferenças com crianças japonesas? Quais?

O que é feito para que os alunos estrangeiros e brasileiros possam se integrar nas classes? Resultados? Acompanhamentos futuros?

Roteiro de entrevistas com a família

Nome:

Pai ou mãe:

Composição familiar: (ordem e faixa etária das crianças)

Por que vieram para o Japão? Há quanto tempo?

Por que trouxe as crianças ao Japão?

A mãe trabalha? Quem cuida delas em casa? Quanto tempo passa diariamente com eles?

Quantas horas/dia em média trabalham? Distribuição das tarefas de casa? As crianças participam?

Tem outros parentes trabalhando no Japão? Contato com eles?

Há quanto tempo no Japão? Quantos filhos? Estão frequentando escolas? Qual? Brasileira ou japonesa? Faixa etária? Que série?

Como foi a inserção dessas crianças na escola? Sabia o idioma? Sentia que a criança era bem recebida na classe? Amigos? Com quem brincam? Qual era a reação da criança na frequência à escola? Interesse? Gostava? Mudança no comportamento? Queixas? Quais? (Começo e agora).

Quais as dificuldades que a família percebe na inserção das crianças às escolas?

Qual o objetivo que tem para as crianças, que planejam para o futuro deles? Qual o papel da escola na educação deles? Qual a importância da escola para a família?

Como sente que a criança está na escola e em casa? Diferenças?

Como foi feita a inserção dessa criança na escola? Como está agora? O que coube à escola e o que coube à família? Qual e como foi o papel do professor?

Como é o relacionamento da família com a escola e atividades escolares? Participação da família? A que recorre no caso de dificuldades?

Quais as dificuldades que sente de estar no Japão com as crianças? O que elas acham disso?

O que há de bom e ruim em se ter uma criança estudando no Japão? Algum fato que se lembre com relação à escola?

Continuam frequentando a escola? Alguma interrupção? Motivos. Quanto tempo? Mudanças de escolas? Motivos.

Quais os planos para o futuro (ficam ou voltam)? Quando? Como planeja a volta e a vida após o retorno?

Alguns dados do JIA, 2005

(de dezembro de 2004, disponível apenas no site)

Tabela 1

Brasileiros por faixa etária.

Idade	Homens	Mulheres	Total
Total	157.884	128.673	286.557
0 a 4 anos	8.760	8.118	16.878
5 a 9 anos	8.231	7.779	16.010
10 a 14 anos	5.135	5.002	10.137
15 a 19 anos	9.118	8.194	17.312
20 a 24 anos	19.397	16.464	35.861
25 a 29 anos	22.679	18.446	41.125
30 a 34 anos	20.863	16.213	37.076
35 a 39 anos	17.786	13.771	31.557
40 a 44 anos	14.974	11.285	26.259
45 a 49 anos	11.463	8.823	20.286
50 a 54 anos	9.007	6.664	15.671
55 a 59 anos	6.323	4.508	10.831
60 a 64 anos	3.094	2.276	5.370
65 a 69 anos	823	834	1.657
70 a 74 anos	172	241	413
Mais de 75	59	55	114

Tabela 2

Brasileiros por província.

Província	2004
Total	286.577
Hokkaido	242
Aomori	55
Iwate	640
Miyagui	1.218

(continuação)

Província	2004
Akita	41
Yamagata	55
Fukushima	730
Ibaragui	11.259
Tochigui	8.545
Gunma	16.455
Saitama	14.030
Chiba	6.622
Tokyo	4.707
Kawagawa	13.860
Niigata	1.529
Toyama	4.331
Ishikawa	1.457
Fukui	2.644
Yamanashi	5.299
Nagano	17.758
Guifu	17.596
Shizuoka	44.248
Aichi	63.335
Mie	18.157
Shiga	12.128
Kyoto	654
Osaka	4.758
Hyogo	3.550
Nara	928
Wakayama	203
Tottori	65
Shimane	722
Okayama	1.556
Hiroshima	5.002
Yamaguchi	358
Tokushima	67
Kagawa	421
Ehime	168
Kochi	25

(continuação)

Província	2004
Fukuoka	333
Saga	31
Nagasaki	42
Kumamoto	76
Oita	96
Miyazaki	32
Kagoshima	82
Okinawa	178

Tabela 3

Número de crianças e adolescentes estrangeiros por faixa etária.

	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10-14 anos	15-19 anos
China	12.151	10.927	10.477	19.820
Coréia	13,934	17.872	21.727	26.953
Brasil	16.878	16.010	10.137	17.312
Filipinas	4.637	4.954	4.166	7.111
Peru	3.777	3.858	2.561	3.039

Tabela 4

Evolução do número de crianças e adolescentes brasileiros por faixa etária.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0 a 4	14.380	15.199	17.368	17.916	17.264	16.771	16.878
5 a 9	8.948	9.145	11.005	12.544	13.643	14.877	16.010
10 a 14	8.619	8.938	10.210	10.478	9.967	9.736	10.137
15 a 19	17.517	15.583	18.215	17.512	16.106	16.558	17.312
T bras.	222.217	224.299	254.394	265.962	268.332	274.700	286.557

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Ed. Cultrix da USP. 1973.
- ANAIS DO SIMPÓSIO 15 ANOS DO MOVIMENTO DEKASSEGUI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. São Paulo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*: Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Ed. Moderna, 1994.
- ASAHI SHINBUM.. Japan Almanac 2005. Asahi Shinbunsha, 2005.
- BEE, Helen. *A criança em desenvolvimento*. 2ª edição, São Paulo: Harbra, 1984.
- _____ *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BEILLEVAIRE, Patrick. A família, instrumento e modelo na nação japonesa. In: *História da família*. Vol 3. Lisboa: Terramar, 1998.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*: padrões da cultura japonesa. 2º ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- BERGER, Peter, L., LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 19ª ed. Petrópolis: Ed Vozes, 2000.
- _____ *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido*. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1997.
- BERQUIÓ, Elza. Prefácio. In *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), 2001.
- BIAGGIO, Ângela M. Brasil. *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- BOWLBY, John. *Cuidados maternos e saúde mental*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- _____. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Apego, Separação e Perda*. (3 vol.) 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- CAMINI, Lúcia e outros. *Educação pública de qualidade social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- CAMPOS, Maria Malta; FERREIRA, Isabel M; ROSEMBERG, Fúlvia. *Creches e Pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CAUDILL, William, WEINSTEIN, Helen. *Maternal care and infant behavior in Japan and America*. In Japanese Culture and Behavior. Lebra, T.S. and Lebra, W.P. (org.). Honolulu: The University Press of Hawaii, 1979.
- CIAMPA, Antônio da Costa. *Plurarismo moderno e pensamento pós metafísico na discussão das práticas alternativas*. Xerox: 2000.
- _____. *A identidade social e suas relações com a ideologia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, mimeo. 1977.
- _____. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- COMUNIDADE BRASILEIRA DE KANSAI. *Para onde vão nossas crianças?: um trabalho de pesquisa sobre a educação das crianças brasileiras no Japão*. Kobe, março de 2005.
- CIATE, Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior. Boletins trimestrais em português e mensais em japonês, de 1998 e 1999.
- CIATE. *Anais do Seminário de Capacitação Humana para decasséguis*. 2004.
- DEKASSEGUI – *Os exilados econômicos*. Concurso literário Jornal Tudo Bem. Tokyo: Kashiwashobo, 1995.

- DOI, Takeo. *The anatomy of dependence*. 3th ed. New York: Kodansha International, 1980.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 15° ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- ERICKSON, Erick. *Infância e Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1976.
- _____. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1972.
- FILHO, Américo Pellegrini, YANAZA, Mitsuru Higuchi (orgs). *Encontros Culturais Portugal-Japão-Brasil*. Barueri: Editora Manole, 2002.
- FREUD, S. *Inibição, Sintoma e Angústia*. In Obras Completas. Tomo III. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973.
- _____. *Psicologia de las Masas y Analisis del yo*. In Obras Completas. Tomo III. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973.
- FUKASAWA, Masayuki. *Um mundo paralelo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- GAIKOKUJIN SHUDYUTOSHIKAIGI SIMPOSIUM IN TOYOTA. *Gaikokujin seishonen no kyoiku to shurou mondai*. Prefeitura de Toyota, Janeiro de 2004.
- GAINO, Luciano S. Fatores da produtividade japonesa. *Revista de Administração de Empresas*,. Rio de Janeiro, 24(2): 41-2, abr-jun. 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do Materialismo Dialético*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- HAMAMATSU SHI KOKUSAI KA. *Gaikokujin no kodomo no kyoiku kankyo ishiki tyousa*. Hamamatsu: Maio de 2005.
- HIRATA, Helena. Trabalho, família e relação homem/mulher: reflexões a partir do caso japonês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1 (2): 5-12, 1987.

- _____. Formação na empresa, educação escolar e socialização familiar: uma comparação França-Brasil-Japão. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, n° 31: 29-47, dez.1988.
- HOFFMANN, Charlotte. *An introduction to bilingualism*. New York: Longman Group UK Limited: 1991.
- IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- IANNI, Octavio. *A era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1997.
- _____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION. *Statistics on the foreigners registered in Japan*. Todos os anos.
- KAGAMI, Mitsuhiro. Estratégias para competitividade na produção: o enfoque do leste asiático. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 33 (5): 10-31, set-out. 1993.
- KAJITA, Takamichi. *Gaikokujin roudousha to Nihon*. Tokyo: NHK books, 1994.
- KAJITA, Takamichi e MIYAJIMA, Takashi. *Gaikokujin roudousha kara shimin e*. Tokyo: Yushikaku, 1996.
- KAMATA, Satushi, HIRATA, Helena. Outro lado do modelo japonês. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 29: 148-155, 1991.
- KATO, Heitor Takashi, MIYAZAKI, Sílvio Yoshiro Mizuguchi. Mão-de-obra do Brasil para o Japão: aspectos econômicos e o impacto nas empresas do fenômeno dekassegui. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 32 (4): 20-31, 1992.

- KAWAMURA, Lili Katsuco. Qualificação de trabalhadores brasileiros no processo de trabalho no Japão. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, n° 49, p.391-410, 1994.
- _____. *Limites e perspectivas das estratégias de formação cultural do brasileiro no Japão*. In Ninomiya (org.). Simpósio dez anos do fenômeno de kassegui e suas perspectivas. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.
- _____. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas: Ed da UNICAMP, 1999.
- KLUCKHOHN, Clyde. Costumes estranhos. In *Antropologia: um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.
- KOLTAI, Caterina (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.
- KOJIMA, Y.; NAKAMURA, Y.; YOKOO, A. *Gaikokujin no kodomo no kyoiku kankyô ni kansuru dissai tyousa: Gifu-ken Kani-shi no kokoromi*. Relatório de Pesquisa, 2003.
- _____. *Tomo ni hagukumu fureai koryu toshiwo mezashite: Gifu-ken Kani-shi no ayumi*. Kanishi Kokusai Center, 2004.
- LANE, Sílvia T.M.; CODO, Wanderley (org). *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- LANHAM, Betty. Aspects of child care in Japan. In *Japanese Character and Culture*. Arizona: The University of Arizona Press, 1962.
- LEWIS, Catherine. C. *Educating hearts and minds*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- LINGER, Daniel T. *No one home: brazilian selves remade in Japan*. California: Stanford University Press, 2001.
- LINTON, Ralph. *Cultura e Personalidade*. 2° ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- MELMAN, Charles. *Imigrantes*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

- MIURA, Irene Kazumi. *Dekasseguis: Relatos de identidade a partir da experiência de trabalho no Japão*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de São Paulo, 1997.
- MIYAZAKI, Sílvio Y. H. Reforma monetária e fiscal para o combate à inflação no Japão pós segunda guerra. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 12 (4), out-dez. 1992.
- MIYOSHI, Takefumi. *Manual da Lei de Imigração Japonesa*. Primus Comunicações Integradas S/C Ltda. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1993.
- MIZUNO, Hajime. A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 15 (5): 40-51, set-out. 1975.
- MONBUSHÔ (Ministério da Educação, Ciências, Esporte e Cultura). *Livro de instrução sobre ingresso escolar*. Guia de orientação em edição bilingue.
- MONBUSHO.. *Outline of education in Japan*. Departamento de Cultura Asiática. UNESCO, 1997.
- MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MORIYA, Renato Mikio. *Fenômeno de kassegui: um olhar sobre os adolescentes que ficaram*. Londrina: Ed. CEFIL, 2000.
- NAGOYA ASSOCIATION FOR MULTICULTURAL STUDIES. *The annual review of multicultural studies*. Vol 2. março de 2005.
- NAKAGAWA, Kyoko Y. *Crianças envolvidas no movimento de kassegui*. Dissertação de mestrado. Serviço Social - PUC/SP, 2001.
-
- _____ Crianças nikkeis em São Paulo. In Anais do simpósio 15 anos do movimento de kassegui: desafios e perspectivas. São Paulo, 2002.

- _____. As crianças envolvidas no movimento de kassegui. In Carignato, Taeco T, Rosa, Miriam. D e Pacheco Filho, Raul .A (orgs). *Psicanálise, Cultura e Migração*. São Paulo: YM Editora e Gráfica, 2002.
- NAKAMURA, Takafusa. *Desenvolvimento econômico do Japão moderno*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.
- NAKANE, Chie. *Tateshakai no ningen kankei* (Interpersonal relationships in a vertical society). Tokyo: Kodansha, 1967.
- NINOMIYA, Masato (org.). *Simpósio sobre o fenômeno chamado "Dekassegui"*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, SBCJ, 1991.
- _____. *O futuro da comunidade nikkey*. São Paulo: Mania de Livro, 1996.
- _____. *Simpósio dez anos do Fenômeno de kassegui e suas perspectivas*. São Paulo: SBCJ, 1998.
- NISHINO, Rumiko. *Herculano wa naze korosaretanoka*. (Por que Herculano foi assassinado). Tokyo: Akaishi shoten, 1999.
- NORA, Dominique. *O abraço do samurai: o desafio japonês*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- NUMAO, Minoru. *Tabunka kyouseiwo mezasu tiikizukuri*. Tokyo; Akaishi shoten, 1996.
- NORMAS PARA PUBLICAÇÕES DA UNESP. 4 volumes, Ed. UNESP, 1994.
- OHKUMA, Hirofumi. *Sobre a criminalidade de Brasileiros no Japão*. In Anais do Seminário de Capacitação Humana para Decasséguis. São Paulo: Ed. Mania de Livro, 2004.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. *Vygotsky*. Série Pensamento e Ação no Magistério São Paulo: Ed. Scipione, 2000.
- ONAI, Tooru. *Zainiti burajirujin no Kyouiku to Hoiku: Gunmaken Ota – Oizumi tikuwo jirei to shite*. Tokyo: Akaishi Shoten, 2003.
- PARÂMATROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação e Cultura, volume 1. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

- REIS, Maria Edileuza Fontanelle.. *Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais*. São Paulo: Kaleidos – Prímus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda., 2001.
- REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- ROTH, Joshua Hotaka. *Defining Communities: the nation, the firm, the neighborhood and japanese brazilian migrants in Japan*. Tese de doutorado, New York: Cornell University, 1999.
- SAKAIYA, Taichi. *Japão: as duas faces do gigante*. Portugal: Difusão Cultural, 1994.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez Ed., 1999.
- SAM, Sílvio. *Sonhos que de cá segui*. São Paulo: Ysayama Ed., 1997.
- SASAKI, Ricardo. Alguns aspectos jurídicos que envolvem os trabalhadores brasileiros no Japão. In *Anais do simpósio 15 anos do movimento dekasegui: desafios e perspectivas*. São Paulo, 2002.
- SAWAIA, Bader (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21ª edição revista e ampliada. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- SHINKAI, Hideyuki; KATO, Ryoudi; MATSUMOTO, Kazuko. *Gaikokujin no kyouikuhooshou: Aichi no burajirujin wo tyushin ni*. Okayama: Daigaku Kyouiku Shupan, 2001.
- SHIRAKAWA, Itiro; NAKAGAWA, Décio I. *Migração e Saúde Mental no Brasil*. 1º Simpósio de Psiquiatria Brasil-Japão. 1993.
- SHIRAKAWA, Itiro, NAKAGAWA, Décio I, MIYASAKA Lincoln S. Emigração e transtornos mentais de brasileiros no Japão. In *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Vol 52(1), 2003.

- SHIROMA, Eneida Oto. Aspectos da socialização primária como estratégia de socialização organizacional: educação e empresa no Japão. *Revista Educação e Sociedade*, n° 37: 72-84, dez/1990.
- _____. Sistema educacional e modernização tecnológica: o caso Japão. *Revista Educação e Sociedade*, n° 45: 297-308, 1993.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.
- SOIFER, Raquel. *Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com técnica de jogo*. 3° ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- SUZUKI, Takao. *Kotoba to bunka* (Language and Culture). In *Guides to Japanese Culture*. Tokyo: Japan Culture Institute, 1977.
- TAJIRI, Tetsuya e YAMAMOTO, José. In *Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.
- TAMURA, Takeshi, LAU, Annie. Connectedness versus separateness: applicability of family therapy to Japanese families. *Family Process*. 31(4): 319-340, 1992.
- TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum*. Campinas: Papyrus Ed., 1996.
- TOKUTAKE, Yasushi. *Education in Japan*. "About Japan " series (8). Tokyo: Foreign Press Center, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- TSUDA, Yasuo. *Gokumi no hata*. Tokyo, Komakusa shuppan , 1984.
- _____. *Tsuzuki, gokumi no hata*. Komakusa shuppan, 1986.
- _____. *Kikansha no Uta*. 2° ed. Tokyo, Otsuki shoten, 1990.
- VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *Pensamento e Linguagem* Lisboa: Ed. Antídoto, 1979.

- _____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WALLERSTEIN, Judith.; RESNIKOFF, Deborah. Parental divorce and developmental progression. *The International Journal of Psychoanalysis*. 78: 135-54, 1997.
- WATANABE, Massako. (org). *Dekassegui nikkey buradirudin*. Tokyo, Akaishi shoten, 1995.
- WHITE, Merry. *O desafio educacional japonês*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- WINNICOTT, Donald W. *Privação e delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990.
- _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____. *Consultas terapêuticas em Psiquiatria Infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1984.
- YOSHINO, Nair Lumi. *Trabalho e saúde de migrantes brasileiros (dekasseguis) no Japão*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- YOSHIOKA, Reimei. *Por que migramos do e para o Japão*, São Paulo: Massao Ohno, 1995.

JORNAIS

- CONGRESSO faz CPI do tráfico de brasileiros. *Folha de São Paulo*, 06.05.2005, p.A13.
- ENDO, Cláudio. *Crianças estão fora das escolas em Hamamatsu*. *Jornal Tudo Bem*. Ed.612, 30.11a 6.12.2004. p.A3.

ESCOLAS homologadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil.

Jornal Nippo Brasil. 08 a 14.06.2005. p. A3

ESTRANGEIROS são beneficiados com nova lei. *Jornal Nippo Brasil*. 18 a 24.02.2000.

FOLHA de S. Paulo. 24.03.2003. *Caderno de Turismo*.

FOLHA de S. Paulo. 19.06.2005. *Revista da Folha*, p.8-12.

Sites

Carta de intenções assinada pelos dois governos:

<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/notadetalheasp?IDRELEASE=3031>

Dados da polícia japonesa: www.npa.go.jp

Dados de escolas japonesas e crianças estrangeiras – www.kikokusha-center.or.jp

Dados do Ministério da Educação Japonesa:

http://www.mext.go.jp/b_menu/houdou/17/04/050042001.htm

JIA – número de brasileiros no Japão em 2004.

<http://www.moj.go.jp/PRESS/050617-1/050617-1.html>

Jornal Chunichi Shinbum: www.chunichi.co.jp

População de Aichi – <http://www.pref.aichi.go>

Sobre escolas validadas, resoluções e pareceres do CNE:

<http://portal.mec.gov.br/cne/>